

SALETE ROSA PEZZI DOS SANTOS

**REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM UMA ESCRITURA
DESAUTORIZADA: *CELESTE*, DE MARIA BENEDITA CÂMARA
BORMANN E *O PERDÃO*, DE ANDRADINA AMÉRICA ANDRADE DE
OLIVEIRA**

PORTO ALEGRE

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DE LITERATURA
LITERATURA COMPARADA
ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS DE GÊNERO**

**REPRESENTAÇÃO DO FEMININO EM UMA ESCRITURA
DESAUTORIZADA: *CELESTE*, DE MARIA BENEDITA CÂMARA
BORMANN E *O PERDÃO*, DE ANDRADINA AMÉRICA ANDRADE DE
OLIVEIRA**

Salete Rosa Pezzi dos Santos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita Terezinha Schmidt

Tese de Doutorado em Literatura Comparada,
apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2007**

É que é difícil para o homem
medir a extrema importância de
discriminações sociais que parecem
insignificantes de fora e
cujas repercussões morais e intelectuais
são tão profundas na mulher
que podem parecer ter suas raízes
numa natureza original.

Simone de Beauvoir

Para minha mãe
Ida Melânia Pedron Pezzi
e para meu pai
Júlio Pedro Pezzi
in memoriam

Para
Delemar,
Lucas e Mateus.

AGRADECIMENTOS

Ao Delemar, pela presença constante, pelo apoio irrestrito, pela compreensão; ao Lucas, ao Mateus, pelo companheirismo, pela presença, pela compreensão.

À Prof^ª. Dr^ª. Rita Terezinha Schmidt, pela amizade, pelas inúmeras leituras sugeridas e auxílio com bibliografia, pela orientação que foi decisiva em cada etapa do trabalho e pela possibilidade desta trajetória.

A todas as pessoas amigas que acreditaram na realização deste trabalho, por terem sido um estímulo para que se concretizasse.

Às pesquisadoras, alunas e professoras do Projeto de Pesquisa *Representações de gênero e constituição da identidade feminina na literatura latino-americana*, pela amizade, compreensão e apoio, e, em especial, à coordenadora Prof^ª. Dr^ª. Cecil Jeanine Albert Zinani, também pela interlocução sempre atenta.

A colegas professores do Departamento de Letras e alunos do Curso de Letras da UCS, pelo incentivo.

À Universidade de Caxias do Sul, pelo apoio institucional.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, aos funcionários da Secretaria, em especial, a José Canísio Scher.

RESUMO

A historiografia literária brasileira, em especial, a do século XIX e início do século XX, foi construída a partir de textos literários canônicos, vale dizer, textos de autoria masculina, o que resultou na invisibilidade da produção feminina da época. No século XX, a partir dos anos 80, fazendo coro com o que já ocorria em outros países, desenvolveram-se, no Brasil, estudos que focalizam questões referentes às diferenças de gênero e ao lugar que ocupa a mulher na sociedade, fomentando pesquisas que remetem às discussões sobre a mulher escritora, o cânone literário e as produções colocadas à sua margem. Nessa linha, esta tese destaca duas escritoras sul-rio-grandenses, Maria Benedita Câmara Bormann, com a obra *Celeste* (1893), e Andradina América Andrade de Oliveira, com a obra *O perdão* (1910), as quais não lograram um espaço em histórias da literatura brasileira. A investigação desse *corpus* examina a inserção dessas escritoras no contexto dos processos histórico-cultural de seu tempo, analisa o espaço do universo ficcional através das representações de gênero e do corpo feminino e das relações entre sujeito feminino e ideologia patriarcal bem como pontua posicionamentos de valor, inscritos na instância discursivo-textual, como forma de verificar como as obras dialogam com o seu tempo. A análise é pautada na apropriação de aportes da teoria feminista, como noções normativas de gênero, como aparato de poder e lugar de manutenção da ideologia patriarcal, e busca identificar como se dá sua construção, reprodução ou subversão nos textos, além de destacar as intervenções que ocorrem na ideologia que os fundamenta. Este estudo insere-se na área de Literatura Comparada pelo viés da interdisciplinaridade, o que possibilita o diálogo com outros campos do conhecimento como a psicanálise, a sociologia e a história. Foi possível evidenciar que o *script* narrativo de *Celeste* e *O perdão* desenha-se na contramão do cânone naturalista, na medida em que não subscreve o discurso perpassado pelo cientificismo, que reduz o sujeito feminino a um corpo histórico. O discurso narrativo das obras preserva a natureza humana das personagens, pois se distancia do estereótipo inscrito no modelo naturalista e evidencia o ponto de vista da narração feminina.

ABSTRACT

Brazilian literary historiography has been constructed, so far, on texts considered canonical, written by male writers, which has meant an invisibility of the production of female writers, particularly of the XIX and beginning of the XX centuries. In the last century, from the year of 1980 onwards, gender studies began to develop in Brazil, bringing into focus questions related to gender differences and women's place in society, promoting nationwide researches about woman writers and discussions on the literary canon and criteria of value judgements. In this context, this thesis approaches two forgotten *gaúcha* writers and two of their novels, Maria Benedita Câmara Bormann, with *Celeste* (1893), and Andradina América Andrade de Oliveira, with *O Perdão* (1910). The investigation of this *corpus* examines the insertion of these women writers in the historical-cultural context of their time, analyzes the space of the fictional universe through the representations of gender, female body, and the relations between female subject and patriarchal ideology and also examines plot and narration as a way to verify how the works enter into a dialogue with the ideological formation of *fin de siècle*. The analysis is based on the appropriation of analytical categories from feminist theory such as gender as norm and critique within the context of power relation and patriarchal ideology in the light of which the reading of the novels illustrates the degree to which the texts construct, reproduce, and subvert norms of gender and intervene in the mandatory social arrangements in their time. This study defines itself within the area of comparative literature not only in terms of its methodology but also by means of an interdisciplinary focus. The study shows how the narrative designs of *Celeste* and *O perdão* intervene in the current naturalist form as they do not subscribe the discourse of scientificism that reduced the female subject to a hysterical body. The narrative discourse preserves the human qualities of the female subjects and highlight a female narrative voice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: Mulheres de letras no RS: lacunas e silenciamentos	20
1 Contexto cultural-historiográfico no final do século XIX e início do XX	21
2 Mulheres no espaço cultural do <i>fin de siècle</i> : vozes transgressoras	33
3 O lugar de Maria Benedita e Andradina de Oliveira na historiografia literária	51
CAPÍTULO II: Pelo viés da crítica feminista	63
1 Modernidade e gênero	63
2 Feminismo no <i>fin de siècle</i>	75
3 Ideologia patriarcal e modelos naturalistas	80
CAPÍTULO III: Maria Benedita Câmara Bormann (Delia): <i>Celeste</i>	89
1 A representação do sujeito feminino	94
2 A família: gênero, raça e violência	113
3 A ideologia do texto	126
CAPÍTULO IV: Andradina América Andrade de Oliveira: <i>O perdão</i>	139
1 Corpo e sexualidade feminina	145
2 A visão da maternidade	169
3 A crítica social	181
CONCLUSÃO: <i>Celeste</i> e <i>O perdão</i> em diálogo	195
REFERÊNCIAS	204
OBRAS CONSULTADAS	216
OBRAS DE MARIA BENEDITA CÂMARA BORMANN	220
OBRAS DE ANDRADINA AMÉRICA ANDRADE DE OLIVEIRA	221

INTRODUÇÃO

Reconhecer um ser humano na mulher não é empobrecer a experiência do homem: esta nada perderia de sua diversidade, de sua riqueza, de sua intensidade, se se assumisse em sua intersubjetividade; recusar os mitos não é destruir toda relação dramática entre os sexos, não é negar as significações que se revelam autenticamente ao homem através da realidade feminina; não é suprimir a poesia, o amor, a aventura, a felicidade, o sonho: é somente pedir que as condutas, os sentimentos, as paixões assentem na verdade.

Simone de Beauvoir

Quando, em 1877, com apenas 12 anos de idade, Cândida Stallivieri aportou na Colônia de Imigrantes Italianos no Nordeste do Rio Grande do Sul, para, juntamente com a família, construir a possibilidade de um futuro melhor, começou a delinear-se minha futura identidade feminina. Do pouco convívio que tive com minha avó e das muitas histórias contadas por minha mãe, aprendi a admirar naquela mulher o espírito de transgressão que sempre a acompanhou. Uma prole de onze filhos e um marido que não aceitava as suas saídas de casa não a impediram de exercer uma profissão, imprescindível para a época, a de parteira. Minha mãe, a mais jovem dos filhos, ainda muito menina, precisava se munir de um banco sobre o qual poderia ficar na altura do fogão onde as refeições deveriam ser preparadas para o pai e irmãos, pois minha avó tinha uma agenda de compromissos a cumprir fora do lar.

Essas histórias de minha família sempre me instigaram a buscar entender por que determinadas mulheres se submetiam às contingências familiares – patriarcais -, aceitando a tirania ali instalada como natural, conformando-se à situação sem questionamentos, e outras, ao contrário, faziam valer sua vontade, não se deixando amedrontar por reações adversas, a fim de levarem adiante seus projetos de vida.

Mais estranhamento ainda causavam-me, em minha meninice, meninas e jovens que não viam no aprimoramento intelectual um valor, acreditando ser mais importante prepararem-se para o casamento, dedicando-se ao exclusivo aprendizado de prendas domésticas.

Quando, no século XX, a partir dos anos 80, os estudos sobre a mulher ampliaram-se no Brasil, comecei a perceber que essas questões incomodavam muitas outras mulheres que buscavam entender como esse processo de submissão feminina tinha se perpetuado ao longo de nossa história. Que fatos/teorias/crenças eram responsáveis pela manutenção de um *status quo* que não reconhecia a mulher como sujeito? Por que o homem se instaurou, ao longo do tempo, como protagonista da História, conferindo à mulher o mero papel de coadjuvadora? Que aspectos históricos propiciaram que tal situação se configurasse, e por que a mulher tolerou essa dominação? Todas essas questões e tantas outras que continuam sendo investigadas, apesar de muito já ter-se caminhado na procura de entendimento, serviram-me de estímulo para querer desenvolver um trabalho nessa área, buscando um Programa que acolhesse esse tipo de pesquisa.

O Programa de Pós-Graduação de Letras da UFRGS, Doutorado, apresentou a oportunidade de iniciar, com a orientação da Prof^a. Dr^a. Rita Terezinha Schmidt, um processo de investigação de cunho acadêmico sobre questões relativas à mulher, em especial, a sul-riograndense, buscando averiguar qual seu lugar na história, primordialmente, como produtora de textos literários. Essa trajetória ensejou o desenvolvimento de um estudo que se vincula à área de Literatura Comparada e à linha de Pesquisa de Estudos Literários e Culturais de Gênero, com o objetivo de evidenciar duas autoras gaúchas, Maria Benedita Câmara Bormann e Andradina América Andrade de Oliveira, que escreveram suas obras no final do século XIX e início do século XX. Embora trabalhando com textos de um único sistema literário, o meu estudo insere-se na área de Literatura Comparada pelo viés da interdisciplinaridade, uma vez que gênero se constitui categoria interdisciplinar. Assim, a utilização da categoria de gênero favorece que meu trabalho transite pelo viés comparatista. Scott, ao ser questionada sobre a questão de gênero como categoria de análise, reitera:

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, gênero é a organização social da diferença sexual. [...] Ela é [a diferença sexual] antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.¹

¹ GROSSI, M.; HEILBORN, M. L.; RIAL, C. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 6, n. 1/98, p. 114-124, 1º semestre 1998.

Sabe-se que os estudos sobre as relações mulher e literatura desenvolvidos no Brasil aconteceram de forma isolada e muito escassamente durante a década de 1970. Somente a partir dos anos 80, desencadeou-se no país uma avalanche de pesquisas que colocaram em pauta questões referentes às diferenças de gênero e às formas de subordinação da mulher na sociedade. Essas pesquisas fomentaram “discussões que vão da construção cultural do sujeito do gênero (masculino/ feminino) nos sistemas de representação simbólica ao questionamento dos aspectos logo e etnocêntrico da episteme ocidental moderna.”² Schmidt salienta que o interesse pela produção literária feminina tem privilegiado não somente nomes de escritoras contemporâneas, mas também aqueles que foram esquecidos ou ocultados pela historiografia oficial e que hoje surgem, desarticulando os cânones tradicionais e projetando para o futuro “a reescritura de nossa história literária.”

A noção de gênero tem circunscrito uma das questões centrais da crítica feminista no que tange ao sujeito que lê e ao que escreve, como também ao estatuto das personagens, o que remete, de imediato, à questão do cânone, discussão recorrente nos debates sobre a produção de autoria de mulheres e de outras minorias. Duarte, ao abordar essa questão, discute a autoria feminina e aponta vários nomes de mulheres que, ao longo de suas trajetórias como escritoras, tiveram sua produção literária praticamente anulada, “seja por sua incorporação à obra de um outro, seja pelas múltiplas condições adversas que [tiveram] que enfrentar”³, impossibilitando seu (re)conhecimento na história literária. Entre os vários fatos referidos pela autora, chama a atenção a história da poetisa portuguesa Maria da Felicidade do Couto Browne (1797-1861), que nunca pôde editar seus escritos, porque todos os manuscritos, assim como sua biblioteca, foram queimados por um filho com ciúmes do talento da mãe. A autora ainda lembra a história de Colette (1873-1954), casada aos dezessete anos com Monsieur Willy, também vítima da tirania familiar. Willy mantinha um *atelier*, onde pessoas escreviam livros para ele, e foi nessa oficina que Colette iniciou, de forma anônima, sua trajetória como escritora. Quando, em 1904, publica *Dialogues de bêtes*, seu nome aparece na capa ao lado do de Monsieur Willy. Ao

² SCHMIDT, R. T. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, M. H. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995, p. 182.

³ DUARTE, C. L. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans) formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 53.

separar-se do marido, dois anos depois, ela descobre não ter nenhum direito autoral sobre os livros escritos até então.⁴

Outras mulheres, ainda, escreveram sob um pseudônimo masculino, para protegerem-se da opinião pública e terem a aceitação da crítica e dos leitores. Algumas mulheres sufocaram-se à sombra de pais, maridos, amantes, irmãos, todos *grandes homens* que não souberam/quiseram reconhecer o valor intelectual da mulher. Padilha afirma que pensar o cânone “é pensar [...] sobretudo, o jogo do poder que subjaz ao processo de sua sedimentação.”⁵ A autora cita a obra *No reino de Caliban*⁶ como sendo básica para demonstrar seu ponto de vista a respeito do poder discriminatório relativamente à questão do gênero. Ela destaca que, no primeiro volume da obra, uma única mulher é mencionada: a cabo-verdeana Yolanda Morazzo, apresentada como “neta de outro José Lopes” e esposa do pintor Fernando Cruz, evidenciando-se que, para a mulher ser legitimada, ela necessita ser filha ou companheira conjugal de alguém, diferentemente do que acontece com o homem, o qual, por si só, já tem assegurado o seu lugar na sociedade.⁷ Essa dificuldade, muitas vezes, começava em tenra idade, quando a menina se descobria com propensão para as letras. É o caso da escritora paranaense, de origem belga, Georgina Mongruel – Georgine Catherine Eugenie Leonard Mongruel -, cujo temperamento “travesso” levou o pai Léon Léonard a aplicar-lhe corretivos disciplinadores, encerrando-a num quarto para copiar “páginas e páginas de prosa e poesia de autores clássicos.”⁸ Esse fato acabou por despertar em Georgine o gosto por escrever, e ela voltou-se para a poesia. Quando, certa feita, exultante, exibiu ao pai um poema que escrevera, “foi repreendida com aspereza e proibida de versificar. O fato era por ele considerado uma levandade, dado que seu desejo era ver a filha dirigir-se para os estudos das ciências, da filosofia, dos idiomas.”⁹ A passou a escrever às escondidas e, com o apoio do

⁴ Duarte aponta como fonte: BRAGA, M. O. *Mulheres escritoras: da biografia no texto ao texto da biografia*. Amadora: Livraria Bertrand, 1980, p. 41.

⁵ PADILHA, L. C. A diferença interroga o cânone. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 61.

⁶ Obra organizada em três volumes por Manuel Ferreira (1975).

⁷ De acordo com PASSOS, E. A razão patriarcal e a heteronomia da subjetividade feminina. In: DUARTE, C. L. et al. (Orgs.) *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002, p. 61, na Grécia Antiga, ao instituir-se a divisão entre direito público e direito privado, às mulheres coube a vida privada e, “quando ficavam conhecidas, era por intermédio dos homens, que falavam sobre o que *achavam* delas e nunca por elas próprias.” (grifo meu).

⁸ SANTOS, L. C. dos. Georgina Mongruel. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 104.

⁹ SANTOS, L. C. dos. Op. cit., 2004, p. 104.

avô, publicou suas primeiras obras com o pseudônimo Rose Fernande. Muitos anos depois, quando já doente, o pai de Georgine tomou conhecimento do fato, “acabou consentindo aquelas incursões literárias”.¹⁰ Também é importante lembrar que a primeira mulher a tentar o ingresso na Academia Brasileira de Letras, disputando a vaga deixada por Alfredo Pujol, foi a escritora piauiense Amélia Beviláqua, a qual não obteve êxito em seu intento graças ao veto masculino, pois os acadêmicos da época

alegaram que, para o ingresso na Academia, o seu estatuto só se referia a ‘brasileiros’, logo só estariam aí incluídos os homens. O episódio chegou à opinião pública através do *Jornal do Brasil*, na edição de 31 de maio de 1930, que concluía assim: ‘A intolerância da Academia com as mulheres é mais uma prova de que ainda atravessamos no Brasil um período de barbárie’.¹¹

Paixão, além de mencionar o fato ocorrido com a escritora, relata que, numa ocasião em que esteve em uma palestra para professores e universitários, “uma personalidade de Letras citou Amélia Beviláqua, chamando sua obra de ‘horrenda’”. A autora culmina seu comentário, afirmando: “Novamente me vem a sensação e o medo de ainda estarmos perpetuando uma crítica feita às mulheres desde o século XIX.”¹²

Evidencia-se que as relações entre os sexos eram, antes de tudo, relações de poder, e marcaram a história feminina, pois as poucas mulheres que se permitiam alguma iniciativa que vislumbrasse horizontes de atuação fora dos limites domésticos encontravam sérios obstáculos para concretizar seu intento. Medidas de proteção em relação às mulheres tinham um único objetivo: mantê-las distantes do mundo do trabalho, para dedicarem-se exclusivamente à perpetuação da espécie, cuidando da prole e do lar. Assim, era importante incentivar nelas o sentimento de “renúncia de vaidades pessoais e o abandono de qualquer pretensão intelectual.”¹³ A idéia de as mulheres serem entes de segunda classe estava tão arraigada na sociedade que elas próprias se viam como tais. Duarte lembra o caso de Laure Surville, irmã de Balzac, que sentia orgulho em poder ajudá-lo, dando-lhe idéias e temas para seus escritos. Mesmo tendo publicado alguns contos, usando pseudônimo, ela permaneceu sem

¹⁰ SANTOS, L. C. dos. Op. cit., 2004, p. 105.

¹¹ MENDES, A. de M. *A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004, p. 76. Também registra o fato MUZART, Z. L. Amélia Beviláqua. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

¹² PAIXÃO, S. Literatura feminina e o cânone. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 77-78.

¹³ DUARTE, C. L. Op. cit., 1997, p. 57.

reconhecimento. A autora aponta, ainda, que não foi só no campo das letras que situações assim aconteceram: basta mencionar a esposa de Robert Schuman, a pianista Clara Wieck, cujas partituras foram incorporadas à obra do marido.¹⁴ Na verdade, “as mulheres tradicionalmente defrontaram-se com representações do feminino construídas a partir do olhar masculino.”¹⁵ Burke, retomando Ardener (1975), observa que “Em metáfora contundente, as mulheres foram descritas como exemplo de um grupo ‘abafado’ somente capaz (em muitas vezes e lugares) de expressar suas idéias por meio da linguagem dos homens dominantes.”¹⁶ O fato é que “não ousando inovar, as mulheres submeteram-se aos cânones masculinos. E, imitando-os, para se integrarem na corrente, também não foram reconhecidas nem respeitadas e sim esquecidas.”¹⁷

Muitas outras histórias de mulheres das letras e das artes em geral do século XIX e início do seguinte poderiam ser mencionadas como forma de ilustrar as dificuldades às quais essas artistas foram submetidas para serem reconhecidas como incapazes de uma produção intelectual. Basta lembrar que o direito ao voto no Brasil só foi alcançado em 1932, contra o enfrentamento daqueles que julgavam a mulher inapta a opinar sobre os destinos da nação. Isso reforçado pelas idéias de que a maior realização feminina estaria na concepção e no cuidado da prole.

Assim, entende-se por que muitas mulheres, apesar de contarem com o apoio da família, acabavam por editar suas obras usando pseudônimos, pois a crítica, sempre muito severa com a produção feminina, se incumbia de desestimular qualquer iniciativa nesse campo. Tal crítica acabava por colocar a produção intelectual da mulher num mesmo denominador comum, não respeitando individualidades e pondo em dúvida a capacidade intelectual feminina:

Percebe-se em expressões como ‘poemas delicados’, ‘ligeiros’, ‘misteriosos’, ‘feminis’, o destaque de qualidades que seriam o apanágio das mulheres, numa perpetuação da velha oposição entre os valores masculinos e femininos. Quando a intenção era elogiar o trabalho e valorizar a escritora, o poema passava a ser ‘viril’, ‘forte’, ‘duro’; e a poetisa era alçada à categoria de ‘poeta’, ou ‘um poeta como os nossos melhores’!¹⁸

¹⁴ DUARTE, C. L. Op. cit., 1997, p. 55-56.

¹⁵ SCHNEIDER, L. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, M.; NEIS, I. A. (Orgs.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 120.

¹⁶ BURKE, P. *História e teoria social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 76.

¹⁷ MUZART, Z. L. A questão do cânone. In: SCHMIDT, R. T. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997, p. 81.

¹⁸ DUARTE, C. L. Op cit., 1997, p. 59.

Na verdade, os fatos demonstram como os críticos de literatura eram céticos a respeito da qualidade da obra literária feminina, revelando, implicitamente, o descrédito e a censura da sociedade em relação a essa produção. Muzart aponta que, no século XIX, ocorre “um estilo *alto*, romântico, beletrista e que deixou uma produção [escrita por mulheres] abundante”,¹⁹ cujos textos, em sua grande maioria, foram destacados nos jornais da época, nas secções de trabalhos manuais, sob a denominação *Obras de Senhoras*, e isso custou-lhes, evidentemente, a exclusão do cânone.

Desse modo, quando se examina a história da intelectualidade brasileira, especialmente a que compreende o período do século XIX e início do século XX, percebe-se que, tradicionalmente, ela se estruturou a partir do cânone de textos consagrados pela crítica, ou seja, textos de autoria masculina. Entretanto, enfatiza Paixão, “os estudos feministas desenvolvidos a partir dos anos 70 vão trazer à tona a questão da diferença, exigindo uma reformulação teórica quanto aos pressupostos teóricos que alicerçam o cânone da história e da literatura.”²⁰

Na esteira dessas considerações, e sintonizada com o debate sobre a representação do sujeito feminino em narrativas produzidas por mulheres escritoras oitocentistas, coloco em discussão obras das ficcionistas gaúchas Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895) e Andradina América Andrade de Oliveira (1870-1935). Bormann escreveu e publicou suas obras entre 1882 e 1895, enquanto Oliveira entre 1891 e 1935, tendo sido sua obra *O abismo* publicada postumamente, em 1936.²¹ Apesar de sua produção artística, essas escritoras não estão presentes nas antologias em uso, e só tiveram seus nomes e obras trazidos a público após

¹⁹ MUZART, Z. L. Op. cit., 1997, p. 81. Ao referir essas escritoras, Muzart (1997, op. cit.) pondera que a razão para elas não constarem nas Histórias da Literatura Brasileira poderia estar no fato de apresentarem uma publicação escassa. Entretanto, continua a autora, se isso é verdade para algumas escritoras, é discutível em relação a outras. Lembro aqui Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), ou ainda Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) que publicaram uma única obra. Em contrapartida, outras há que apresentam uma publicação considerável. É o caso de Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), autora de seis obras publicadas, ou de Andradina América Andrade de Oliveira (1870-1935), que publicou romances, contos, peças teatrais, poesia, conferências, entre outros. Hoje tem-se conhecimento dessa produção literária graças ao trabalho de pesquisadoras empenhadas em trazer à luz o nome de escritoras não prestigiadas pela crítica. É o caso da obra MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. I, 2000; v. II, 2004, que apresenta o resultado de amplo e criterioso trabalho elaborado por equipe de pessoas ligadas à docência e à pesquisa, acerca da vida e obra de 105 escritoras brasileiras oitocentistas.

²⁰ PAIXÃO, S. Op. cit., 1997, p. 72.

²¹ SCHMIDT, R. T. registra a publicação da poesia “À margem do Guaíba”, em MACHADO, A. C. *Coletânea de poetas sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro: Minerva, 1952, p. 160. Essa informação encontra-se em: SCHMIDT, R. T. Andradina América Andrade de Oliveira. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. II. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004a, p. 840.

a expansão dos estudos de gênero, ocorridos com maior intensidade no Brasil, a partir de 1980.

O programa de escritores brasileiros do século XIX buscou uma expressão literária autônoma, que revelasse a imagem do novo mundo, de sua paisagem física e humana, desenvolvendo-se, a partir do Romantismo, uma ênfase à valorização da literatura brasileira. Na medida em que se reconhece o desenvolvimento de um processo que propunha a valorização das letras nacionais e a construção da identidade da Nação, uma inquietação torna-se legítima: por que, nesse contexto histórico-cultural, a crítica literária de centros como o Rio de Janeiro e Porto Alegre não favoreceu o reconhecimento da produção literária de mulheres escritoras como Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira? A partir da constatação de que a escritura feminina da época não logrou o reconhecimento da crítica literária, justifica-se questionar: em que medida o estudo crítico das obras *Celeste* (1893)²², de Maria Benedita Bormann, e *O perdão* (1910)²³, de Andradina de Oliveira, focalizando o papel da mulher enquanto entidade histórica, como produtora de textos, e a representação dos papéis femininos nesses romances possibilita averiguar a intervenção nos sistemas de poder da época? Em que medida *Celeste* e *O perdão* estabelecem um diálogo com seu tempo, que valores essas narrativas veiculam, que ideologia as fundamenta? O estudo dessas obras pode contribuir para o conhecimento e valorização da produção literária de mulheres escritoras do século XIX e início do XX, em especial, das escritoras sul-rio-grandenses Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira?

Com o interesse voltado para essas indagações, o presente estudo procurou demonstrar a participação da mulher como sujeito do processo histórico-cultural, compreender seu papel enquanto instância discursivo-textual e examinar, do ponto de vista teórico-crítico, o espaço das representações do universo ficcional através das relações que se possam estabelecer entre gênero, representações do sujeito feminino e ideologia patriarcal nas obras citadas. Para tal, os romances *Celeste* e *O perdão* foram analisados a partir do ponto de vista de alguns aportes da teoria feminista, como noções de gênero, associados ao viés comparatista, buscando identificar o contexto de época presente nos textos e verificar como essas obras dialogam com o seu

²² DÉLIA (pseud.). BORMANN, M. B. *Celeste*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

²³ OLIVEIRA, A. A. A. de. *O perdão*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1910.

tempo, que valores veiculam, que ideologia as fundamenta e em que medida constituem uma possibilidade de intervenção nos mecanismos de poder da época.

No trajeto desta investigação, tornou-se relevante: (a) verificar, no contexto cultural-literário do final do século XIX e início do século XX, como os intelectuais de Porto Alegre e do Rio de Janeiro lidavam com idéias iluministas importadas da Europa e que estereótipos se formaram a respeito da educação feminina de então; (b) investigar como a participação de mulheres de letras no espaço cultural do *fin de siècle* significou uma atitude de transgressão; (c) investigar a presença/ausência de Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira na historiografia literária oficial; (d) examinar as relações entre modernidade, gênero e literatura; (e) verificar em que medida a questão de gênero impediu o (re)conhecimento da autoria feminina pela cultura dominante; (f) verificar como os estudos de gênero podem interferir nas práticas interpretativas do discurso feminino ou dimensioná-las; (g) examinar as narrativas à luz de pressupostos do naturalismo romanesco e assim verificar como as obras dialogam com a tradição e a ideologia dominante que a fundamenta.

O capítulo inicial ocupou-se em apresentar aspectos da identidade literária do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, destacando o contexto cultural-literário vigente nessas Províncias, no final do século XIX e início do século XX. Nesse trajeto, examinou-se como eram veiculadas as idéias trazidas da Europa, verificando-se qual a influência dessas idéias sobre os intelectuais da época na consolidação de estereótipos a respeito da educação feminina que determinaram a invisibilidade da mulher no contexto histórico-social-literário oitocentista. Nessa medida, buscou-se evidenciar o espaço ocupado pela mulher na sociedade do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Brasil como um todo, na segunda metade do século XIX e início do século XX, e que fatores determinaram a sua exclusão/inserção no processo político-social de então. Dessa forma, tornou-se relevante verificar o lugar que ocupam Maria Benedita Câmara Bormann e Andradina América Andrade de Oliveira na historiografia literária oficial, uma vez que a produção literária dessas duas escritoras foi posta à luz somente nas últimas décadas do século XX, após o *boom* dos estudos de gênero.

O segundo capítulo procurou esboçar uma moldura teórica, a partir da qual foram analisadas as obras que constituem o *corpus* do trabalho. Levando em conta a hipótese de que a produção dessas escritoras não foi validada pela intelectualidade dominante oitocentista

devido ao gênero da autoria, tornou-se fundamental pontuar que idéias sobre identidade feminina eram correntes, que papéis eram destinados à mulher, a partir da ideologia patriarcal vigente. Nesse sentido, tornou-se importante delinear relações entre noções de modernidade e gênero, visto que, nesse grande projeto, em que se postulam os ideais positivistas de consagração da mulher ao lar, ela é confinada à esfera privada, configurando-se o caráter patriarcal.

Iniciou-se o terceiro capítulo com apreciações a respeito da escritora Maria Benedita Câmara Bormann, enfatizando aspectos relevantes de sua trajetória pessoal e intelectual. Nesse capítulo, verificou-se a representação da mulher na ficção, a partir do estudo da obra *Celeste*, de Maria Benedita, com base em pressupostos teóricos referenciados no debate contemporâneo sobre sujeito feminino e o quanto essa questão está sendo problematizada. A representação do sujeito mulher, que contempla aspectos relativos a subjetividade e a desejos, no contexto das relações de uma sociedade patriarcal que obsta o desenvolvimento pleno desse sujeito até os dias atuais, embasou a discussão sobre o espaço da mulher na segunda metade do século XIX e início do século XX. A análise buscou trazer à luz que subjetividade se representa na obra, ou seja, a mulher presente na narrativa se constitui com uma subjetividade desenvolvida, ou ela apenas reproduz um comportamento estereotipado? Aspectos como violência e raça sobressaem na obra, merecendo especial atenção a forma como se apresentam na vida da protagonista que, mesmo diante das dificuldades a que está exposta, enfrenta a tirania do marido e da mãe, delineando-se uma personalidade transgressora e atenta às injustiças de uma estrutura social precária, que transformam seres como sua *Bá* negra em vítimas sem voz.

A parte inicial do quarto capítulo situou aspectos significativos da vida e obra de Andradina América Andrade de Oliveira, cuja trajetória como mulher de letras levou-a a ter uma atuação marcante na área cultural, com a publicação de várias obras e a produção de outras tantas inéditas, dedicando espaços generosos em seu jornal o *Escrínio* para a divulgação do movimento feminista que buscava consolidar-se no país. Na seqüência, realizou-se a análise crítica de sua obra *O perdão*, também com base em pressupostos teóricos referenciados no debate contemporâneo sobre subjetividade feminina. Na condução desse estudo, retomou-se a discussão sobre a representação do sujeito feminino num contexto histórico-literário de

final de século XIX e início de século XX, época em que o comportamento feminino deveria atender à idealização patriarcal vigente. Aspectos como corpo e sexualidade feminina, corpo materno, relação entre corpo e comportamento psíquico, classe social, colocados num contexto social que sofre a influência do modelo patriarcal e subscreve um *ethos* de repressão ao corpo erotizado feminino, perpassam essa análise.

Ao final, cumpre apontar a relevância de trabalhar a produção literária de mulheres de letras que tiveram suas obras publicadas no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como forma de sintonizar com estudiosas que hoje se dedicam ao resgate dessa escritura, até muito recentemente, desautorizada pelo cânone e condenada ao ocultamento. Desejo, com este estudo, contribuir para o (re)conhecimento de Maria Benedita Câmara Bormann e Andradina América Andrade de Oliveira, escritoras gaúchas que merecem ter sua obra posta à luz para ser lida e apreciada.

CAPÍTULO I

MULHERES DE LETRAS NO RS: LACUNAS E SILENCIAMENTOS

Uma das razões desse silêncio é que a literatura produzida por mulheres foi sempre considerada ‘feminina’, isto é, inferior, preocupada somente com problemas domésticos ou íntimos e, por isso, não merecendo ser colocada na mesma posição da literatura produzida por homens, cujo envolvimento com questões ‘importantes’, isto é, com a política, história e economia foi sempre assumida sem discussão. O resultado disso é que editores ansiosos por publicar obras escritas por homens não se dispunham a fazer o mesmo com as mulheres romancistas.

Márcia Hoppe Navarro

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra. É por ela que se consegue a exatidão do pensamento, a pureza da expressão, a justeza das ações; sem ela não se pode jamais ter um verdadeiro conhecimento de si mesmo; é ela que nos põe em estado de distinguir o bem do mal; o verdadeiro do falso...

Nísia Floresta Brasileira Augusta

A importância de verificar o contexto cultural-literário de Províncias brasileiras em meados do século XIX e início do século XX reside no fato de que este estudo focaliza escritoras cujas obras foram produzidas nesse período. Nesse trajeto, interessa examinar quem constituía a elite de letrados responsável pela propagação de idéias importadas da Europa, na época, as quais influíam sobremaneira na manutenção da invisibilidade da mulher na esfera pública, situando que estereótipos relativos à educação feminina difundiam-se na sociedade sul-rio-grandense e brasileira, em geral, e que lugar as mulheres de letras ocupavam nesse espaço. Ainda que este trabalho focalize duas autoras gaúchas, torna-se igualmente significativo buscar algumas notícias sobre o contexto sócio-cultural oitocentista do Rio de Janeiro, visto que Maria Benedita viveu parte de sua vida nesta cidade. Assim, muito embora

não se pretenda, aqui, apresentar um exame aprofundado desses contextos, acredita-se que os aspectos apontados possibilitam melhor situar o estudo das obras dessas escritoras. Cabe observar ainda que muitos dos aspectos abordados remetem não só às duas Províncias, mas também, ao Brasil como um todo, visto que os acontecimentos que ocorriam no Rio de Janeiro, por sediar a Corte, difundiam-se pelas províncias brasileiras, consolidando idéias e comportamentos.

1 Contexto cultural-historiográfico no final do século XIX e início do XX

Partamos da idéia de que os homens, através de sua história, sempre criaram para si formas de representar o mundo e a si próprios. Ou seja, dotaram espaços, atores e práticas de significados, significados esses que pautaram condutas, criaram valores, normalizaram comportamentos, delinearão perfis e orientaram a percepção de mundo.

Sandra Jatahy Pesavento

O processo de invisibilidade ao qual as mulheres estiveram sujeitas no período oitocentista, não se restringia ao universo social de uma ou outra Província brasileira, ao contrário, o século XIX vai encontrar um mundo essencialmente masculino, projetado por homens para os homens. É do homem o âmbito público, o direito de ir e vir e de exercer poder inquestionável sobre a família. A ele estão sujeitas as mulheres, esposas e filhas, as quais lhe devem obediência irrestrita. Também ao homem cabe decidir sobre os destinos da nação, visto que somente ele detém o direito ao voto. Privilégio de todo cidadão brasileiro, esse direito foi negado à mulher por longo tempo, como decorrência da interpretação dada à expressão “cidadão brasileiro”, que excluía as mulheres do processo. Na verdade, o entendimento que se fez da Constituição e da legislação eleitoral, na ocasião, foi o mesmo que os membros da Academia Brasileira de Letras fizeram quando Amélia Beviláqua quis integrar o quadro dos imortais. Nas duas ocasiões, “entendeu-se que se tratasse exclusivamente do elemento do sexo masculino.” Essa compreensão corroborou o estabelecimento de “um círculo vicioso: a mulher

não votava por não ser detentora da condição de cidadania e não era cidadã porque não tinha direito ao voto.”²⁴

Assim, os embates externos ficavam reservados ao homem, restando às mulheres o espaço privado, no qual lhes cabiam os cuidados da casa, da criadagem, da prole, da educação dos filhos. E mesmo essa capacidade feminina tem seu valor questionado, no momento em que pensadores como Fichte, Hegel, Comte posicionam-se pela inaptidão da mulher para o desempenho de qualquer cargo de governo, até mesmo de uma simples família, afirma este último.²⁵ O Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro sofreram, à semelhança do restante do país, grande influência das idéias positivistas importadas da Europa. Stein chega mesmo a afirmar que o “Rio de Janeiro, como sede da Corte, e do Parlamento, foi o maior centro positivista brasileiro, sobressaindo-se entre seus representantes Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira Mendes (1855-1927).”²⁶ Pode-se observar que, com a difusão dessas idéias, reafirma-se o poder de mando do homem e da situação de submissão da mulher, a qual se percebe com poucas ou nenhuma alternativa de vivência fora do lar. Nesse panorama, facilmente poderá entender-se por que não só a elite intelectual sul-rio-grandense como também a brasileira em geral, irá se constituir, primordialmente, de homens de letras, que se fortaleciam como grupo, reunindo-se em espaços exclusivamente masculinos como as *coteries* literárias.²⁷

No Rio Grande do Sul, em meio à ebulição de idéias vindas da Europa, principalmente da França, surge a Sociedade Partenon Literário que, com sua *Revista Mensal*, foi de vital importância para a consolidação das idéias culturais e literárias que circulavam na Província, na segunda metade do século XIX. Juntavam-se na Sociedade prosadores, poetas, homens de teatro²⁸ de Porto Alegre, numa verdadeira efervescência intelectual, reunidos em torno de discussões de temas que acabariam por inquietar o provincianismo do estado. Num universo maciçamente masculino, mereceram menção por parte de Guilhermino César mais de cem

²⁴ STEIN, I. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 29.

²⁵ Ver mais em COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Trad. José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

²⁶ STEIN, I. Op. cit., 1984, p. 40.

²⁷ Esses grupos constituíam a estrutura social da República das Letras, em que ocorria a estratificação da inteligência, verdadeiro monopólio dos grupos de poder. Neles, os membros exercitavam continuamente os elogios mútuos entre os pares e os ataques cruzados destinados às *coteries* rivais, construindo ou destruindo carreiras num piscar de olhos, de acordo com MACHADO NETO, A. L. Op. cit., 1973, p. 126-127.

²⁸ Ver mais em CESAR, G. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956. Também consultar: HOHLFELDT, A. *Literatura e vida social no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

agremiados que se evidenciaram por seu valor literário, ou pelo exercício de outra atividade intelectual, restando às mulheres o inexpressivo número de quatro participantes: Luciana de Abreu, Amália dos Passos Figueirôa, Luisa de Azambuja, Revocata dos Passos Figueirôa de Melo.²⁹ É interessante lembrar que, entre os objetivos que pautavam as atividades do Partenon Literário, um aventava “libertar a mulher de certos preconceitos e atraí-la a cultivar o espírito – em reuniões literárias como pela imprensa e o livro.”³⁰ Esse propósito nascia das idéias defendidas pela professora Luciana de Abreu e a poetisa Amália Figueirôa, que acabariam por influenciar um dos temas para debate na Sociedade: “Por que razão a mulher não goza da liberdade do homem? Deve gozá-la?”³¹ Na verdade, no bojo desses questionamentos, vislumbra-se o que impedia mais mulheres de participarem de uma Sociedade que reunia a elite intelectual de Porto Alegre e se propunha discutir questões que diziam respeito à mulher, explicando-se, de alguma forma, a restrita participação feminina nessa agremiação.

Embora a Sociedade Partenon Literário, com sua *Revista Mensal*, tenha sido importante no desenvolvimento do processo literário sul-rio-grandense, a história das letras no Rio Grande do Sul atrela-se à imprensa, que desempenhou relevante papel no desenvolvimento da literatura sul-rio-grandense, pois o grande número de periódicos literários que circulou no Estado, na segunda metade do século XIX, tornou-se fundamental para a publicação e divulgação de escritos de autores gaúchos que contaram, de início, primordialmente, com esse meio para tornar pública a sua produção intelectual.

No Rio de Janeiro, após a chegada do príncipe regente D. João VI e a Corte portuguesa, acontecimentos significativos no campo cultural marcaram a evolução da vida intelectual da cidade: “a vinda de uma missão artística francesa, a criação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, da Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura, do Real Teatro São João e dos cursos médico-cirúrgicos.”³² Entretanto, o que mais repercutiu no desenvolvimento da atividade cultural foi a autorização e criação de órgãos de imprensa, pois ampliou

²⁹ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 176-177. FERREIRA, A. D. *A imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975, p. 58, registra o nome de 78 colaboradores da revista, dentre os quais cita, além dos já mencionados por Guilhermino César, as escritoras Maria José Coelho, Avelina Barem, Maria Luíza Leal, Amália A. de Souza e Zulmira da Silveira. SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1930, p. 37, afirma: “Dessa academia fizeram parte, segundo o sr. Mucio Teixeira, mais de cinquenta intelectuais.” Não faz menção à participação feminina.

³⁰ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 178.

³¹ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 180.

³² STEIN, I. Op. cit., 1984, p. 16.

sobremaneira a circulação de idéias e as condições para uma vida intelectual mais efetiva. Ainda assim, a participação feminina na vida pública e, por consequência, na vida intelectualizada, continuava escassa, o que vinha a reforçar a visão estereotipada, comum nessa época, em relação ao comportamento e à capacidade intelectual da mulher, acrescida da crença de que lhe bastava saber ler seu livro de orações ou, quanto muito, saber escrever alguma receita de culinária, para ser considerada apta a desempenhar sua função no lar, pois tudo o mais poderia prejudicar a sua formação. Essa preocupação em relação ao tipo de educação que deveria ser oferecida ao sujeito feminino perpassa os tempos. Em *História da educação*, Aranha lembra Fénelon, que viveu na França e foi preceptor de um dos netos do Rei Luís XIV, o qual recomendava para as meninas

uma educação alegre, baseada mais no prazer que no esforço, para que as moças adquiram instrução geral. [...] A formação intelectual da mulher, no entanto, não é absolutamente prioritária, por isso alguns cuidados precisam ser tomados. Só as moças de tendências excepcionais seriam encorajadas a continuar os estudos. Para as demais, é reservada a educação religiosa, que enriquece a vida doméstica de mães e esposas...³³

Idéias como essas e tantas outras veiculadas na Europa, em especial na França, determinaram o comportamento de brasileiros por longo tempo, justificando-se, em parte, por exemplo, por que as primeiras notícias sobre educação formal para a mulher no Rio Grande do Sul, mais precisamente, em Porto Alegre, datam somente a partir de 1778, ocasião em que foi criada pelo então governador José Marcelino a Casa de Recolhidas, instituição que se destinava a dar abrigo, alimento e instrução a meninas indígenas.³⁴ Essa escola em que lecionou a primeira professora sul-rio-grandense de que se tem notícia, Gregória Rita Coelho, não recebeu dos governos subseqüentes a atenção devida, e a instrução pública continuaria desconhecida no estado. Somente em 1820 foi determinada a criação de escolas públicas em várias cidades gaúchas, entre elas, Porto Alegre³⁵, no entanto, em todo quadro de contratação de professores não constou o nome de nenhuma mulher.

³³ ARANHA, M. L. de A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996, p. 109-110.

³⁴ MUNIZ, P. R.; BARCELLOS, J. A. S.; SANTI, R. *Lugar de mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820-1940)*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993, p. 15.

³⁵ De acordo com SYMANSKI, L. C. P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 18, falando de observações feitas por Saint-Hilaire sobre Porto Alegre, na segunda década do século XIX, aponta: “Nesta época a cidade já contava com cinco igrejas, um hospital, dois quartéis e a Santa Casa de Misericórdia, que estava em construção.” Não há nenhuma referência a escolas.

No Rio de Janeiro, em 1881, foi publicada uma coletânea de textos escritos por cento e vinte e seis homens de letras “convidados a se externar [...] sobre a instrução feminina.”³⁶ Stein menciona o estudo realizado por Maria Thereza Crescenti³⁷ sobre essa coletânea, no qual foi possível constatar que apenas 18% do grupo desses intelectuais viam “no ensino um fator importante de emancipação feminina, que possibilitasse às mulheres um desenvolvimento individual independente, habilitação profissional e o direito a concorrer com os homens na sociedade”³⁸, posicionando-se os demais pela importância da instrução para a mulher para torná-la apta a “elevantar a família, a nação e o mundo.” Outros veículos de publicação também foram palco de manifestação de intelectuais da época³⁹ sobre a educação feminina, todos alinhados com a idéia de que, através da instrução, poder-se-ia manter a mulher em seus papéis clássicos de esposa e mãe, e aperfeiçoá-la como elemento regenerador da sociedade, nada mais, reafirmando-se, ainda uma vez, a idéia corrente de domesticação do sujeito feminino. Há que se mencionar que, em 1872, 29,3% das mulheres do Rio de Janeiro eram alfabetizadas, enquanto o índice total da população feminina alfabetizada do restante do país não alcançava 12%.⁴⁰ Situações como essa e tantas outras de desprestígio à capacidade intelectual feminina justificariam a atuação de algumas mulheres da época que, comprometidas em denunciar a condição de discriminação de sexo de que eram vítimas, demandavam mudanças.

Na Carta de Lei de 15 de outubro de 1827⁴¹, era assegurada educação para mulheres, ficando a cargo dos Presidentes em Conselho determinarem em que locais as escolas seriam estabelecidas. Os currículos escolares excluía o ensino de Geometria das aulas oferecidas às meninas, como também as aulas de Aritmética se restringiriam às quatro operações, entretanto, diferentemente dos meninos, as alunas estudariam “prendas que servem à

³⁶ De acordo com STEIN, I. Op. cit., 1984, p. 47, trata-se de “Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios.”

³⁷ Membro da Comissão permanente da USP.

³⁸ STEIN, I. Op. cit., 1984, p. 47.

³⁹ STEIN, I. Op. cit., 1984, cita nomes como Reinaldo Carlos Montoro, Félix Ferreira.

⁴⁰ Dados fornecidos por STEIN, I. Op. cit., 1984, p. 51.

⁴¹ Carta de Lei, pela qual D. Pedro I mandou executar decreto e sancionar sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

economia doméstica.”⁴² E as aulas seriam ministradas por mestras “nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade...”⁴³, observação restritiva à contratação de mulheres, visto que, no artigo em que a Lei delibera sobre a contratação de professores, não há nenhuma referência à questão do caráter dos homens. Reforça-se, mais uma vez, a idéia de restrição à atuação da mulher na esfera pública, já que a ela cabia, primeiramente, a obrigação do lar.

A questão da educação para meninas ter acontecido de forma diferenciada da dos meninos, em especial no século XIX, não foi fato constatado apenas no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro. Na verdade, no Brasil, como um todo, a educação feminina mostrou-se atrasada em relação à masculina, pois recomendava-se, como já apontado, que a leitura das mulheres fosse direcionada aos livros de orações, uma vez que outro conhecimento intelectual lhes seria inútil, além de elas correrem o risco de fazer mau uso dessa arte. Assim, reiteradamente, percebe-se que o pensamento corrente era que uma mulher seria suficientemente educada, se soubesse ler e escrever minimamente, pois ser detentora de qualquer outro conhecimento seria colocar em risco a segurança do lar.⁴⁴ Isso resultava em uma restrita formação intelectual feminina, condição que Golin observa, quando enfatiza que “depoimentos de viajantes e cronistas do século XIX denunciam a falta de instrução da mulher brasileira, que apresenta um universo mínimo de leituras, muitas vezes inexistente.”⁴⁵ Registros como esses corroboram a idéia de que o analfabetismo foi favorecido por alguns pais, a fim de evitar a correspondência amorosa. Esse comportamento de famílias brasileiras encontra ressonância na cultura francesa, que influenciou sobremaneira o Brasil do século XIX. É o momento em que, na Europa, difundem-se os conselhos médicos de fiscalizar o que as mocinhas liam, para evitar que elas entrassem em contato com romances que pudessem ter

⁴² Art. 12 da Carta da Lei de 15 de outubro de 1827. É importante lembrar também que às filhas solteiras era negado o acesso ao ensino superior, sujeitas aos plenos poderes patriarcais, segundo HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Trad. Eliane Lisboa. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

⁴³ Art. 12 da Carta de Lei de 15 de outubro de 1827.

⁴⁴ HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 56-57. A autora menciona as seguintes fontes: LUCOCK, J. *Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil taken during residence of ten years: 1808-1818*. London: S. Leigh, 1820. SOUZA, A. M. de. *Viagens e observações de hum brasileiro, que, desejando ser útil a sua pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes de seos patrícios, e os tres reinos de natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, offerecidas a nação brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1834. COSTA, L. E. da. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1951. EXPILLY, C. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1935.

⁴⁵ GOLIN, C. *Mulheres de escritores: subsídios para uma história privada da literatura*. São Paulo: Annablume; Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 91.

efeito destruidor em sua formação, por apresentarem jogos de desejo e sedução, contrariando o modelo idealizado da jovem pura, recatada.

No Brasil, é interessante destacar, de acordo com Zilberman e Lajolo⁴⁶, o papel de autores como Macedo, Alencar e Machado na manutenção de estereótipos relativos ao ideal de vida feminina no século XIX. Suas narrativas endossam valores da sociedade patriarcal oitocentista e apresentam protagonistas finas, de educação esmerada, a qual, por melhor que fosse, reforçava o papel social da mulher como esposa e mãe dentro do lar. Em outras palavras, não era do interesse da sociedade que determinadas idéias influenciassem o comportamento feminino, como buscar aperfeiçoamento intelectual com vistas ao exercício de alguma profissão fora de casa. E ainda que, em determinados momentos, algumas dessas protagonistas sejam “capazes de discutir em pé de igualdade com homens de mesma – ou mais alta – estatura social”⁴⁷, os autores não promovem denúncia das condições de vivência feminina, ao contrário, matizam essa situação com as cores da idealização. Assim, reafirmam as autoras,

através das leitoras de papel e tinta, os romances legitimam formas e regras vigentes, mas, simultaneamente, arriscam-se a romper com certos padrões, ao oferecer ao destinatário – sobretudo quando pertencente ao sexo feminino – um horizonte mais largo de experiência cultural e ética. Mesmo com tais ressalvas, no entanto, os escritores confirmam a ideologia patriarcal que favorece a dominação do homem sobre a mulher, por intermédio do casamento e da dedicação ao lar e à família. Sob este aspecto, as obras representam a prática em vigor e, ao evitar contestá-la, acabam por reforçá-la.⁴⁸

Quando se considera a interferência no horizonte de expectativas do leitor⁴⁹ como consequência do contato com o texto literário, polissêmico por natureza, entende-se por que os homens se preocupavam em selecionar os textos destinados à leitura da mulher. Esse fato fica evidenciado, em *Celeste*, quando a protagonista, finda a lua-de-mel, recebe do marido, para que leia, o livro *Fisiologia do casamento*, do autor francês Debay, referendando o convencionalismo patriarcal de proteção à mulher.

⁴⁶ ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

⁴⁷ ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. Op. cit., 1996, p. 255.

⁴⁸ ZILBERMAN, R.; LAJOLO, M. Op. cit., 1996, p. 256.

⁴⁹ Ver a respeito JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a. p. 43-61. JAUSS, H. R. O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. In: LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b. p. 63-82. Ver também ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

O “malefício” advindo da convivência com o universo ficcional encontrava-se na possibilidade de a jovem, ampliadas as alternativas de apreensão da realidade, deflagrar um processo de conscientização e passar a relativizar comportamentos sociais da época, questionando o seu lugar no grupo social e a ele opor-se, fato que não interessava a uma sociedade primordialmente patriarcal. Muito mais estimulada foi a educação musical, que proporcionava o conhecimento dos clássicos e o domínio do canto ou do piano, completando a formação das moçoilas que se preparavam para o casamento.

A idéia corrente sobre a participação da mulher do mundo das letras como leitora dá ciência de quão preconceituosa era a posição de alguns homens letrados a respeito da competência intelectual das mulheres, as quais eram julgadas incapazes de uma leitura que não fossem os folhetins ou jornais femininos. É nesse contexto que o costume dos serões familiares foi de grande valia para ampliar o público de leitura literária, pois “um menino ou uma senhora lia em voz alta um romance folhetinesco para o entretenimento e a exaltação sentimental de um público caseiro predominantemente composto por mulheres.”⁵⁰ José de Alencar, em suas reminiscências de infância, afirma ter aprendido a recitar com “correção, nobreza, eloqüência e alma”, habilidade que lhe valeu ocupar em casa o “honroso cargo de *ledor*”.⁵¹ Essa tradição do auditório prosseguiu por todo século XIX e início do XX, preferentemente composto por mulheres, o que motivou autores a escreverem para um público feminino, daí resultando, no entendimento de Candido,

um amaneiramento bastante acentuado que pegou em muito estilo; um tom de crônica, de fácil humorismo, de pieguice... [...] Poucas literaturas terão *sofrido* (grifo meu), tanto quanto a nossa, em seus melhores níveis, esta influência caseira e dengosa, que leva o escritor a prefigurar um público feminino e a ele se ajustar.⁵²

Nesse trajeto, intelectuais brasileiros da época encontravam respaldo para o pensamento de que o mais importante para a mulher era dedicar-se ao lar e à família. É o caso do escritor sul-rio-grandense Aquiles Porto Alegre, que, em alguns de seus escritos, deixa transparecer o seu pesar pela mudança que estava ocorrendo nos costumes da Província, em especial, em

⁵⁰ MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira-1870-1930*. São Paulo: EDUSP; Editorial Grijalbo, 1973, p. 121.

⁵¹ ALENCAR, J. de. Como e porque sou romancista. In: _____. *O guarani/ Iracema/ Ubirajara*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 131.

⁵² CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1976, p. 85.

relação ao comportamento feminino, alvo de “verdadeira fixação acusatória”⁵³ por parte do autor. Extravasa seu saudosismo de tempos passados, anunciando que, àquela época, apesar da rusticidade e estreiteza da cidade de Porto Alegre, todos viviam felizes, e enfatiza os “bons” costumes das famílias de outrora, censurando o comportamento de mães que já não seguem os mesmos hábitos:

...a mulher [ao lado do marido] fazia *crochet* e os filhos quietos estudavam as lições para o dia seguinte. [...] As mães de hoje, em geral, não podendo conter os filhos dentro de casa, os enxotam para a rua como cães com lepra, e, enquanto eles pintam os canecos por lá não lhes dói a cabeça.⁵⁴

Ao referir a mãe que já não corresponde à imagem idealizada da rainha do lar, dedicada ao marido e aos filhos, Porto Alegre remete à “figura da mulher como metáfora da cidade-vício, agente e vítima de um contexto urbano moderno. A mulher, em si, exemplificaria as potencialidades deletérias do progresso, como personagem central de um novo cenário citadino.”⁵⁵ Na medida em que censura a conduta da mulher que busca modernizar-se, Porto Alegre louva “a cidade-virtude [...], cujos personagens típicos são as moças ingênuas, infantilizadas [...] e mulheres devotas, que iam, cedo, de mantilha negra à missa”, revalorizando o espaço privado, “reduto das socialidades simples de outrora e do recato das atitudes.”⁵⁶

É interessante observar como o autor, de maneira nem tão velada, faz verdadeira apologia do sofrimento imposto aos homens pelo comportamento tirânico de mulheres, cujas exigências para serem subsidiadas na ostentação de jóias e sedas, sem que aqueles tenham condições necessárias para suprir tanto “luxo”⁵⁷, levam os pais de família ao desespero. E, ironicamente, são esses homens, tão explorados por esposas e filhas insensíveis, os que determinam os destinos da família, são os que podem usufruir do mundo das letras sem restrições, dos afazeres e encontros com amigos fora do espaço limitado do lar, reiterando o *status quo* vigente. E, à noite, quando privava da intimidade da família, enquanto mulher e filhos ocupavam-se com afazeres domésticos e lições de aula, o pai “lia, sentado à cabeceira

⁵³ PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 307.

⁵⁴ PORTO ALEGRE, A. Os exames escolares. In: _____. *Paizagens mortas*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 70.

⁵⁵ PESAVENTO, S. J. Op. cit., 2002, p. 308.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ PORTO ALEGRE, A. A loucura da moda. In: _____. *Serões de inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923, p. 17.

da mesa, uns capítulos de Dumas, Eugéne Sue e Ponson du Terrail, então em voga”⁵⁸ - autores franceses todos à venda na livraria Americana, divulgados em extensas listas pelo *Correio do Povo*⁵⁹ -, mantendo-se, ainda assim, ligado ao mundo externo. Mais uma vez, as perspectivas que se vislumbram na leitura, dando acesso a um universo mais amplo que aquele restrito aos limites domésticos, confirmava-se como privilégio reservado aos homens. José Veríssimo, ao discorrer sobre as transformações dos costumes por que passa o Rio de Janeiro do século XIX, coloca em pauta as jovens, enfatizando que elas “vivem hoje mais na rua do que no lar” e, se freqüentam a igreja tanto quanto o teatro, é porque encontram lá muitos atrativos, como padres moços, tenores profissionais, sendo, no fundo, “um divertido lugar de espetáculo, um prazo dado de elegâncias, um salão.”⁶⁰ Essas jovens, cujas mães quanto muito liam seu livro de missa ou “obras devotas”, hoje “devoram os Bourgets, os Prévost, os Onhets e outros clássicos do sentimentalismo francês.”⁶¹ Entretanto, pondera o autor, a diferença entre a senhora de outrora e a “mundana” de hoje não é tão grande quanto parece, pois toda “essa civilização é mais superficial que profunda, e procede mais da modista, do cabeleireiro, da costureira, do romance francês, do jornal de modas ou do magazine ilustrado e fútil,”⁶² numa clara alusão a que, em aspectos essenciais da vivência feminina, as regras continuavam as mesmas. Isso fica latente quando Veríssimo reconhece que

...ainda hoje, mesmo nas capitais, até nesta cidade do Rio de Janeiro, onde escrevo, nas rodas não de todo transformadas pela influência européia, vivem os dois sexos, ainda nas reuniões mundanas, separados. À mesa não é extraordinário ver ainda as senhoras sentadas de um lado, os homens de outro e correr um jantar em quase absoluto silêncio, porque a regra da antiga civilização portuguesa era que ‘à mesa não se fala’.⁶³

Vale lembrar que idéias veiculadas por pensadores como Michelet e Comte eram lidas por intelectuais sul-rio-grandenses, cariocas, brasileiros em geral, que reforçavam suas crenças sobre o lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade, restando ao sujeito feminino a submissão às regras do mundo androcêntrico.

Essa dominação masculina absoluta, principalmente na segunda metade do século XIX e início do século XX, evidenciava-se, também, como já referido, na organização de intelectuais

⁵⁸ PORTO ALEGRE, A. Op. cit., 1922, p. 69.

⁵⁹ PESAVENTO, S. J. Op. cit., 2002, p. 297.

⁶⁰ MONTENEGRO, O. (Org.). *José Veríssimo: crítica*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, p. 41.

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² MONTENEGRO, O. Op. cit., 1958, p. 42.

⁶³ MONTENEGRO, O. Op. cit., 1958, p. 40.

em agrupamentos - *coteries* ou igrejinhas literárias. E, similarmente ao que acontecia no Brasil em relação à Europa, os acontecimentos que cercavam a “vigência intelectual no Rio de Janeiro”⁶⁴ irradiavam-se pelas províncias brasileiras, as quais se estruturavam igualmente em igrejinhas literárias, com suas contendas e sua cor local, refletindo, em última instância, o que ocorria no cenário literário nacional. E, apesar de haver trabalho intelectual além da esfera da Corte, o sonho dos provincianos era ver seu nome luzindo nas *coteries* literárias da então capital brasileira⁶⁵, até por que era lá que se encontravam as principais editoras do país. Em Porto Alegre, foi intensa a vida boêmio-literária, reunindo a elite intelectualizada da época em locais como a Praça da Harmonia⁶⁶, o Café América, o local mais bem freqüentado em termos de boêmia, a Livraria Americana, a Globo, entre outros. Pesavento lembra ainda a Praça da Caridade, onde se encontravam os simbolistas de Porto Alegre e que abrigava o grupo dos sete, constituído pelos expoentes da *jeunesse dorée*.⁶⁷ Mesmo que mulheres escritoras como as gaúchas Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira se “aventurassem” a escrever e já tivessem textos seus editados, não fizeram parte dessas rodas boêmio-literárias, pois constituíam exclusividade de homens, reforçando a idéia de que a capacidade intelectual da mulher não era aceita ou aceita com restrições. Esse universo masculino fica evidenciado em *O perdão*, quando o Café América é cenário de acalorados comentários acerca da fuga de Stella, personagem principal, e Armando, o amante. Os intelectuais ali reunidos, entre sorrisos maliciosos, atribuem à Stella a responsabilidade pelo ocorrido, e há mesmo quem a considere uma mulher “infame.” A intocabilidade da reputação masculina fica patenteada, na medida em que, “em todas as vozes e todos os tons”, apenas o nome da protagonista é repetido. E mesmo quando um colega de Curso condena a atitude de Armando, outros vêm em sua defesa, alegando que, contra a energia de uma paixão, não há força na alma do homem capaz de se insurgir. Embora Afrânio Coutinho seja cáustico ao referir os intelectuais que faziam parte das

⁶⁴ MACHADO NETO, A. L. Op. cit., 1973, p. 127.

⁶⁵ Segundo PESAVENTO, S. J. Op. cit., 2002, p. 289, “O que significava a chegada ao Rio, capital federal, para os letrados gaúchos? Não só ver e sentir o ‘clima’ da ‘capital literária’ do Brasil, mas provavelmente obter o reconhecimento externo e colher as oportunidades que a metrópole nacional oferecia aos jovens talentos...”, pois o Rio de Janeiro constituía-se no centro cultural da *belle époque* brasileira. Érico Veríssimo é um exemplo feliz de autor provinciano que, sem nunca viver no Rio de Janeiro, conseguiu um lugar na história da literatura. Entretanto, enfrentou a reserva da crítica, tanto que “os críticos brasileiros dos anos 30 decidiram tacitamente que o sucesso editorial do romancista era a prova de sua falta de qualidade”, de acordo com MARTINS, W. *A literatura brasileira: o modernismo (1916-1945)*, v. IV. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 293.

⁶⁶ Ver mais em LUFT, C. P. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 401.

⁶⁷ PESAVENTO, S. J. Op. cit., 2002, p. 300; p. 291.

cotéries,⁶⁸ não menciona a ausência de mulheres nesses grupos - fato que sua visão crítica poderia ter apontado -, patenteando-se, mais uma vez, o não-lugar da mulher de letras na esfera intelectual do país. Na verdade, a produção intelectual de mulheres escritoras das Províncias, no final do século XIX e início do século XX, foi duplamente desacreditada, pois, além da questão do gênero da autoria, ainda havia o desprestígio que era imputado a toda literatura desenvolvida fora da Corte. O comentário do jornalista e de Maceió, Guimarães Passos, mostra a dimensão desse convencionalismo: “- E a literatura dos Estados? - Uma blague. Não é possível.”⁶⁹

Apesar das restrições impostas, dos preconceitos sofridos, é incontestável a relevância das mulheres no cenário das letras nacionais e sul-rio-grandenses. Sabe-se hoje⁷⁰ que muitas escritoras do século XIX e início do XX marcaram época por sua personalidade inquieta e postura transgressora e, muito antes que movimentos feministas se fizessem ouvir de forma veemente, essas autoras falavam do mundo da mulher e buscavam ser ouvidas. Nas últimas décadas, escritoras até então não prestigiadas por sua produção literária começaram a ser referidas e registradas em dicionários de escritoras, em antologias, tendo algumas delas suas obras reeditadas, e outras, sua produção literária estudada na Academia. Por esse viés, notícias atuais⁷¹ dão conta de que a presença de mulheres oitocentistas foi marcante no universo das letras rio-grandenses e nacionais, ultrapassando a barreira do atraso ocorrido na educação feminina no país.

⁶⁸ COUTINHO, A. *No hospital das letras*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963, p. 84.

⁶⁹ Excerto utilizado por MACHADO NETO, A. L. Op. cit., 1973, p. 65, como epígrafe ao capítulo “Letras da Província”. Embora ocorrendo o descrédito em relação à produção intelectual das Províncias, é possível pensar que a questão da autoria feminina volta sempre para o mesmo ponto, ou seja, sofreu desprestígio, precipuamente, por ter sido escrita por mulheres. Essa conjectura respalda-se na observação de que escritoras como Narcisa Amália (RJ, 1852-1924), Serafina Rosa Pontes (RJ, 1850-1923), Alexandrina da Silva Couto dos Santos (RJ, 1859-1934) entre tantas outras, todas nascidas no Rio de Janeiro, também não tiveram sua obra reconhecida pela História da Literatura.

⁷⁰ Ver MUZART, Z. L. Op. cit., 2000; 2004.

⁷¹ Ver, entre outros, MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 236, jan./jun.-2003.

2 Mulheres no espaço cultural do *fin de siècle*: vozes transgressoras

Para reconhecer, pois, se as mulheres são menos capazes que os homens para as ciências, é preciso atender qual é o princípio que conduz a este conhecimento; se ele não existe nas mulheres, ou se existe num grau menos perfeito, não se faz necessário mais provas para demonstrar que os homens têm razão. Porém, se ele é perfeito em um como em outro, então deve-se supor os homens invejosos e pode-se dizer, sem temeridade, que a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós as levemos a maior perfeição que eles.

Nísia Floresta Brasileira Augusta

A presença feminina no cenário nacional teve como marco o nome de uma mulher que, por sua “importante participação na nossa história, incluindo aí a história da Literatura Brasileira”⁷², foi fundamental para a consolidação de um movimento em prol dos direitos da mulher brasileira. Trata-se da escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)⁷³ que, em 1832, ao traduzir a obra *Vindications of the rights of woman*⁷⁴, de Mary Wollstonecraft, primeira feminista inglesa, inicia, no Brasil, - e, talvez, até mesmo na América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções⁷⁵ - um processo de desmistificação da hegemonia masculina, na medida em que tornaram-se visíveis os preconceitos correntes no país em relação ao sexo feminino, ao mesmo tempo em que se constata as causas desse preconceito. Essa obra constitui o primeiro livro de que se tem notícia no Brasil que traz à tona a discussão sobre o direito das mulheres à instrução e ao trabalho, exigindo que fossem tratadas como seres dotados de inteligência e merecedores de respeito. Ao colocar em discussão o poder masculino, a autora reconhece que “os homens estariam tão acostumados a verem as mulheres submissas e recolhidas em sua ignorância, ocupadas exclusivamente em agradá-los, que não eram capazes nem mesmo de imaginá-las

⁷² DUARTE, C. L. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995, p. 11.

⁷³ Pseudônimo da escritora norte-rio-grandense Dionísia Gonçalves Pinto, de acordo com DUARTE, C. L. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 175.

⁷⁴ Sobre isso HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 59, aponta que a obra *Direitos das mulheres, injustiça dos homens* constitui-se em uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, e teria servido de inspiração para a escritora brasileira. Menciona, ainda, a heroína de *A moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, como leitora da obra da autora inglesa.

⁷⁵ DUARTE, C. L. Op. cit., 2000, p. 177. Essa obra deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil.

numa situação diferente.”⁷⁶ Assim, entre uma maioria de mulheres submissas, sem instrução e anônimas de seu tempo, Nísia Floresta destaca-se por sua capacidade de transgressão e de abertura de um espaço para difundir suas idéias, em pleno século XIX, época em que havia falta de participação da mulher na política, na literatura, no ensino, em outras áreas sociais, fazendo-se ouvir, enfaticamente:

Enquanto no velho e no novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!

Por mais rigorosas que tenham sido as instituições dos povos, concernentes à exclusão absoluta da mulher de toda sorte de governo público, quem há aí que ignore ter ela a maior influência nas ações dos homens e, por conseguinte, nos destinos dos povos?

Não vos diz a consciência que a mulher nascida nesta vigorosa terra [...] não se pode limitar ao papel que tem até hoje representado?⁷⁷

A postura vibrante de Nísia na defesa de suas idéias, sua luta pelos direitos da mulher causavam espanto, e a sua conduta lhe valeu o registro de Gilberto Freyre, que afirmava ter surgido Nísia Floresta como uma exceção escandalosa, “verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX.”⁷⁸ Essas observações são, no mínimo, depreciativas, pois, ainda uma vez, para reconhecer a capacidade intelectual e política da mulher que atua com eficiência na esfera pública, é preciso atrelá-la à imagem de mulher masculinizada.

A ação de Nísia na área da educação e seu interesse pela educação feminina levaram-na a fundar, em 1838, no Rio de Janeiro, uma escola para meninas – o Colégio Augusto - à altura das melhores escolas da Corte. A excelência do ensino desse colégio, bem como a capacidade administrativa de Nísia Floresta, mereceram constantes manifestações favoráveis em jornais da época, entretanto, também foi vítima “de críticas anônimas contrárias às ‘audácias’ da diretora e à ênfase ao ensino de línguas em detrimento dos trabalhos manuais.”⁷⁹ Essa atitude da sociedade faz lembrar que a ousadia para desmistificar estereótipos consagrados, em

⁷⁶ DUARTE, C. L. Op. cit., 2000, p. 176.

⁷⁷ FLORESTA, N. *Opúsculo humanitário*. Estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989, p. 2, 157 e 159.

⁷⁸ FREYRE, Gilberto de Mello. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 109. MIGUEL PEREIRA, L. As mulheres na literatura brasileira. *ANHEMBI*, ano V, n. 49, v. XVII, dez. 1951, p. 18, ao referir a pesquisa realizada por Sílvio Romero na *História da literatura brasileira* (1882), considera que “em citar apenas de passagem Nísia Floresta talvez haja injustiça, embora se tenha destacado mais como educadora do que propriamente como escritora.”

⁷⁹ DUARTE, C. L. Op. cit., 2000, p. 175.

todas as épocas, acarretou ter coragem para enfrentar as conseqüências de tal ato, e, no século XIX, ao reivindicarem o direito a exercer atividades no espaço público, as mulheres sofreram, em muitos momentos, os efeitos desse embate.

Fazendo coro com o restante do país, em especial, com o que ocorria na Corte, as primeiras vozes femininas públicas, no Rio Grande do Sul, surgem em meio a arrebatados debates políticos e intelectuais, às vésperas da eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845). É nesse panorama que se assinala o registro de Silva a respeito da participação feminina nas letras sul-rio-grandenses: “cronologicamente, o primeiro livro rio-grandense [*Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*] que se publicou, foi, talvez, o da poetisa Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), a cega, datado de 1834.”⁸⁰ A poetisa seria, na concepção do autor, “no Rio Grande bárbaro do começo do século XIX”, um eco de Marceline Desbordes Valmore, poetisa francesa contemporânea de Delfina. É interessante como Silva aponta a proximidade poética das duas artistas, que vê na poetisa gaúcha um “eco” da francesa, aludindo sobre uma possível imitação, entretanto pondera que “sem dúvida, ela não leu nunca [Marceline Desbordes Valmore] e de cuja existência é provável que não haja tido sequer (sic!) a mais vaga notícia.”⁸¹ Essa ponderação não deixa de marcar um desprestígio à formação intelectual da poetisa gaúcha que estava “enraizada na tradição da cultura clássica, cuja influência se traduz na presença de elementos árcades que perpassam sua obra.”⁸² Araújo Porto Alegre⁸³, cronologicamente, foi o segundo poeta rio-grandense, entretanto, sob todos os outros aspectos, Silva considera-o o primeiro, “uma das grandes figuras literárias da

⁸⁰ SILVA, J. P. da. Op. cit., 1930. p. 25. De acordo com SCHMIDT, R. T. Delfina Benigna da Cunha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. I. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000d, p. 119, a poetisa “é considerada a primeira mulher brasileira a editar um livro de poesias, sendo este o primeiro publicado em prelos sul-rio-grandenses.” É importante lembrar, ainda, que a obra de Teresa Margarida da Silva e Orta, brasileira radicada em Portugal, *Aventuras de Diófnas*, publicada em 1752, é considerada por muitos como sendo o primeiro romance da literatura brasileira, de acordo com SCHMIDT, R. T. Op. cit., 1995, p. 183. Segundo SOARES, P. M. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, M. C.; ROSEMBERG, F. (Orgs.). *Vivência*: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980, a obra *A filósofa por amor*, um opúsculo de 78 p., de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, foi editado em 1845, e se constitui o primeiro livro de ficção editado em Porto Alegre. FLORES, H. A. H. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999, p. 476, afirma ser Maria Clemência da Silveira Sampaio a “primeira escritora sul-rio-grandense.” Já para CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 65, o primeiro rio-grandense autor de livro impresso teria sido o Padre Antônio Marques de Sam Payo, que publicou um “opúsculo”, em 1812, contendo uma oração pela chegada do Príncipe Regente ao Brasil.

⁸¹ SILVA, J. P. Op. cit., 1930, p. 25.

⁸² SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2000d, p. 120.

⁸³ Seu nome de batismo era Manoel José de Araújo, foi o Barão de Santo Ângelo, conforme informação de SILVA, J. P. Op. cit., 1930, p. 27.

América,”⁸⁴ e aponta que seu maior mérito reside no fato de sua poesia ser relevante para a evolução geral da poesia brasileira. Segundo o autor, “pouquíssimas das outras regiões do nosso território, que acordaram antes de nós, para a literatura, podem apresentar um nome de importância equivalente.”⁸⁵ Afora as considerações sobre o valor da obra de Araújo Porto Alegre, não deixa de ser lamentável que a obra de Delfina da Cunha não tenha recebido por parte do autor a mesma consideração em relação a sua importância para o desenvolvimento da poesia brasileira, levando-se em conta ter sido ela a primeira mulher, em âmbito nacional, a publicar um livro de poesias. Na verdade, a poetisa gaúcha tinha, já em 1830, alguns de seus poemas reproduzidos no *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa, no Rio.⁸⁶ “Como poderiam os rio-grandenses”, pergunta Guilhermino Cesar, “oferecer ao país, mal transcorridos vinte anos da instalação do primeiro prelo, uma poetisa como Delfina Benigna da Cunha, portadora de nobre inspiração lírica?”⁸⁷ Quando o autor examina aspectos da preparação para o Romantismo no Rio Grande do Sul, retoma a discussão sobre Delfina da Cunha e sua obra. Ele afirma que o saldo de seus escritos “lhe é favorável, bastante para que a admiremos com ternura e compaixão, ou mesmo com espanto, em face da tenacidade com que ela, vencendo preconceitos, o ambiente, a cegueira, a pobreza, se criou uma reputação literária.”⁸⁸

Soares, ao comentar que a autora “nada escreveu sobre a condição feminina, mas sua vida fornece bom material para meditação”⁸⁹, possivelmente aludisse a essa “tenacidade” referida por Guilhermino Cesar. Sem dúvida, a contribuição da autora para as letras sul-rio-grandenses merece destaque, como também a sua coragem para escrever numa época “quando os homens reservavam o outro sexo para as delícias do gineceu.”⁹⁰ No auge do patriarcado imperial, a poetisa busca sobreviver às custas de seu trabalho intelectual, tarefa impensável para a grande maioria das mulheres do século XIX, visto estarem fadadas ao espaço privado, e as opções de trabalho para o sexo feminino se mostrarem exíguas, configurando-se o ensino uma das poucas possibilidades de atuação profissional para as mulheres da época.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ SILVA, J. P. Op cit, 1930, p. 28.

⁸⁶ Ver mais em SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2000d, p. 119-127.

⁸⁷ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 69.

⁸⁸ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 102.

⁸⁹ SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 125.

⁹⁰ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 97.

Nesse contexto, Delfina da Cunha busca enfrentar as adversidades, fazendo-se monarquista e leal à Coroa, de quem recebe auxílio pecuniário, para sobreviver. Em muitos momentos, Delfina da Cunha irá dedicar poemas ao Imperador, como agradecimento pelo auxílio recebido, à filha ou à Imperatriz. Também escreveu contra Bento Gonçalves e seus companheiros, e um soneto em que acusa os farroupilhas de anarquistas, marca “um posicionamento que, ante os horrores da ‘sanguinosa guerra’, se quer claro, firme e decidido”⁹¹, acarretando-lhe ter seu poema apontado por Donald Schüller como um escrito que “não mostra mais do que os sentimentos de uma mulher enfurecida.”⁹² O posicionamento do crítico faz lembrar as palavras de Duarte ao referir-se aos nomes de autoras que ainda hoje não constam dos manuais, devido, “principalmente ao peso da tradição na história literária brasileira, que determinou a construção de um passado onde só aparece a figura masculina, em parte, por um procedimento de conservadorismo acadêmico.”⁹³ Schmidt enfatiza que, em sua “poesia comprometida, Delfina constrói um texto combativo ao estilo épico em um momento fundacional da literatura sul-rio-grandense e esse fato, importante por si só, não pode ser neutralizado em função de uma ideologia partidária ou ideologia de gênero.”⁹⁴

Outra contribuição importante para o avanço das letras no Rio Grande do Sul coube à poetisa Maria Josefa Barreto (1897-1937). Muito embora tenha sido considerada por Guilhermino César uma “poetisa medíocre,” ainda assim, reconhece-a como “feminista avançada”⁹⁵, e Muzart ressalta seu perfil combativo quando afirma: “De Maria Josefa, conhecemos o eco de suas ações de revolucionária feminista: escrevendo, fundando jornais, mantendo uma escola mista,” sendo, “acima de tudo, uma batalhadora incansável por suas idéias políticas.”⁹⁶

Em 1833, Maria Josefa fundou o jornal *Belona Irada contra os Sectários de Momo*, mais conhecido como *Belona*. Como indica o nome, o jornal era polêmico, tendo sua publicação

⁹¹ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2000d, p. 122. Essa atitude reitera a postura aguerrida de Delfina da Cunha que não teme represálias ao expor seu posicionamento.

⁹² SCHÜLER, D. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 61.

⁹³ DUARTE, C. L. Op. cit., 1995, p. 15.

⁹⁴ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2000d, p. 122.

⁹⁵ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 86. O autor informa que o nome de batismo de Maria Josefa era Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto.

⁹⁶ MUZART, Z. L. Maria Josefa Barreto. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000a. p. 78-79.

cessada no início do ano seguinte, após ser editado o periódico número 10.⁹⁷ Ainda em 1833 funda outro jornal, juntamente com Manuel de Passos Figueira, o *Idade de Ouro*, que se definia como ‘jornal político, agrícola e miscelâneo.’ É interessante observar como Guilhermino César vê a figura da autora, a qual, segundo ele, fazia parte da plêiade de s farroupilhas e tudo nela estava longe de anunciar doçura ou visão subjetiva, ao contrário, era irrequieta e viril. Em suas palavras:

Maria Josefa deve ficar aqui, em companhia dos poetas farroupilhas, dentro da atmosfera belicosa em que viveram. O seu coração feminino pouco fala de amor. Ela se coloca a serviço do Império, contra os rebeldes de Bento Gonçalves. Não se deixa contagiar pela exasperação romântica com que os farrapos lutam contra o poder central. [...] ...essa brava mulher sempre quis competir com os homens.⁹⁸

Estaria Guilhermino César apenas reconhecendo uma característica de personalidade da poetisa Maria Josefa Barreto, quando fala da pouca doçura, da virilidade e da capacidade de competição dela, ou estaria enfatizando um comportamento censurável, não esperado de uma mulher de fim do século XIX, início do século XX? Mesmo dando espaço, em sua obra, à presença de algumas escritoras mulheres dessa época, Guilhermino César parece ter-se deixado contaminar pelo pensamento corrente em relação à mulher que se dedicava às letras e tinha coragem de tornar isso público.

Também faz-se ouvir outra voz que se levanta para defender a equivalência de direitos entre homens e mulheres. É a poetisa e ficcionista Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1809-?), que escreve sobre a mulher ante a Revolução Farroupilha, tomando partido contra os revolucionários e explicando em seus textos os seus motivos. Em 1843, divorcia-se e, por deliberação do casal e aquiescência do juiz, assume a guarda e o sustento dos filhos do casal, evidenciando como foi uma mulher de idéias avançadas para a época. Sua obra é pequena, ainda assim, “é curiosa e criativa, trazendo idéias interessantes sobre a liberdade da mulher, o direito ao voto, o direito à palavra e mais ainda, o direito de pensar!”⁹⁹ Além disso, o texto “Diálogos”, escrito em 1832, traz como bandeira a participação da mulher nas questões políticas de então, reivindicação bastante avançada para a época, já que as primeiras

⁹⁷ Ver mais em MUZART, Z. L. Op. cit., 2000a, p. 77.

⁹⁸ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 86.

⁹⁹ MUZART, Z. L. Ana Eurídice Eufrosina de Barandas. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v.I. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b, p. 163.

sufragistas vão aparecer na segunda metade do século XIX¹⁰⁰. A relevância da produção da escritora é apontada por Soares, ao afirmar que seu texto surpreende pela “veemência e contemporaneidade.” O autor enfatiza ainda que “defender de alguma forma a participação política da mulher de forma radical, sem adjetivos, a igualdade entre os sexos, aproveitando ainda para denunciar a opressão masculina como causadora dos ‘defeitos’ da mulher, era estar em dia com o feminismo mundial.”¹⁰¹ Na verdade, cumpre reconhecer que a atuação tanto de Delfina da Cunha quanto de Ana de Barandas foi relevante para o desabrochar da literatura sul-rio-grandense. Num momento sócio-político conturbado, justamente quando dedicar-se ao ofício das letras era um ato quase impensável às mulheres, essas autoras foram movidas por um espírito não conformista que inspirou novos caminhos para outras manifestações femininas.

Outras notícias a respeito da presença feminina nas letras do Rio Grande do Sul remontam ao período da segunda metade do século oitocentista e início do seguinte. Damasceno Ferreira, na obra *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*¹⁰², apresenta um levantamento de periódicos que surgiram em Porto Alegre entre 1856 ao final do século, apontando 71 jornais, alguns com mais destaque e maior tempo de existência que outros, entretanto, é interessante observar que, apesar da atuação de mulheres no campo das letras, apenas sete desses periódicos indicam a participação feminina.

Pode-se começar destacando, nessa garimpagem, *O Guaíba*, o primeiro jornal exclusivamente literário do Rio Grande do Sul, lançado em Porto Alegre, em 1856, em torno do qual se reuniu a primeira geração de românticos do estado.¹⁰³ Com a formação desse grupo, a literatura sul-rio-grandense começou a delinear-se com forma definida, visto que nossos s e escritores começaram a aparecer “em grupos, unidos por ideais e aspirações comuns, e seu esforço conjugado, além de marcar a sua época, revelou, ademais, laços de estreita afinidade com os outros românticos do Centro e do Norte”.¹⁰⁴ Embora o discurso inflamado do periódico, exortando a juventude (moças e rapazes?) ao seu grande destino, responsabilizando-

¹⁰⁰ Ver mais em MUZART, Z. L. Op. cit., 2000, p. 162-167.

¹⁰¹ SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 131.

¹⁰² FERREIRA, A. D. Op. cit., 1975.

¹⁰³ Ver a propósito SILVEIRA, C. C.; BAUMGARTEN, C. A. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, R.; SILVEIRA, C. C.; BAUMGARTEN, C. A. *Partenon literário: poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1980.

¹⁰⁴ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 153-154.

a a enriquecer a herança “que lhe foi confiada” para ser legada às gerações vindouras, foi possível destacar apenas um nome feminino como parte do grupo, o da poetisa Rita Barém de Melo (1840-1868) que, juntamente com outros escritores, compunha o grupo de jovens redatores. De acordo com Guilhermino César, “ali apareceu, menina de 15 anos, Rita Barém de Melo, com pseudônimo de Juriti”.¹⁰⁵ Silva, ao considerar Araújo Porto Alegre o precursor do Romantismo no Brasil, desconsidera a contribuição de Rita Barém para uma maior compreensão do romantismo brasileiro, e isso, no mínimo, é injusto, já que a autora não só

cultivou possibilidades temáticas que alargam o horizonte dos temas trabalhados por poetas conhecidos e canonizados pela tradição crítica, mas também porque seus versos são dotados de uma substância afetiva que, aliada à sua vivência como mulher, lhe conferem uma forma espontânea rara, onde se mesclam a suavidade, a melodia e a emoção.¹⁰⁶

Na verdade, Silva dedica à poetisa três linhas que coloca em nota de rodapé, transcritas de uma carta de Araújo Porto Alegre, enviada de Lisboa para a Manoel Pereira Ubatuba, em que agradece o envio de alguns exemplares da *Revista do Partenon Literário* e enfatiza a engenhosidade e talento dos jovens da nova geração.

Preservando o caráter literário, surge em Porto Alegre, em 1869, *A Reforma*, jornal de grande abrangência, que vai circular até 1912. A maior importância desse periódico reside no fato de que, em suas páginas, eram publicadas notas de caráter crítico, possibilitando um conhecimento mais abrangente a respeito do pensamento sobre as letras sul-rio-grandenses na segunda metade do século XIX. Essas notas, como os artigos, apresentavam uma tendência marcante explorada durante a vigência do Romantismo, o sentimento de nacionalidade. E costumavam ser anônimas. Num período em que era praticamente impossível para a mulher conciliar sua imagem do ideal feminino com a de artista, o anonimato surgia como alternativa para publicar suas idéias. Virgínia Woolf, em sua obra *Um teto todo seu*¹⁰⁷, sugere que aqueles anônimos que escreveram para jornais e revistas devem ter sido, na realidade, anônimas, mulheres que optaram pelo anonimato para salvaguardar-se da falta de receptividade em relação aos escritos femininos. O periódico contava com vários colaboradores, entre os quais pode-se destacar Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) que, “sob vários pseudônimos,

¹⁰⁵ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 181. Para SCHMIDT, *Sorrisos e prantos*: Rita Barém de Melo, marca-se ali a estréia da literata na poesia.

¹⁰⁶ SCHMIDT, R. T. Rita Barém de Melo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. I. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000f, p. 359-360.

¹⁰⁷ WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

foi uma inflamada redatora do periódico, o qual fazia oposição ao governo de Júlio de Castilhos.”¹⁰⁸ O nome da escritora também está associado à luta pela emancipação da mulher, fazendo das páginas de *A Reforma* a sua tribuna, com escritos veementes.¹⁰⁹ O ensino motivou toda a sua vida, tanto que fundou um curso noturno para adultos, onde ministrava aulas de alfabetização, gratuitamente. Chama a atenção esse fato, pois foi o primeiro curso noturno do Brasil: “É, pois, Ana Aurora a criadora, a fundadora dos cursos noturnos para adultos, no Brasil. Seu objetivo foi o de que, em sua terra, não houvesse nenhum analfabeto.”¹¹⁰ E quando questionada, em entrevista de 1942, sobre o fato de haver sido a primeira feminista do Rio Grande do Sul, respondeu: “Se manifestar suas idéias sobre a política de seu país e tomar parte ativa na imprensa partidária em defesa dessas idéias é ser ‘feminista’, penso ter sido a primeira ‘feminista’ do Rio Grande.”¹¹¹ Sentia-se profundamente comprometida com a política de sua época, cujo engajamento surgia de sua repulsa às injustiças que imperavam.¹¹² Envolvida em intrigas que a acusavam injustamente de fazer propaganda política contra o governo de Júlio de Castilhos, o então presidente da Província, Ana Aurora acaba sendo transferida para Vila Rica. Esse ato, entendido por ela como disciplinar, provocou seu afastamento das funções do magistério público, pois, não acatando essa imposição, apresenta carta de demissão. Entretanto Ana Aurora continuou combatendo, porque, segundo ela própria, não nascera para a submissão, e acreditava que o direito à expressão do pensamento deveria ser um direito de todos, sem condicionantes de sexo.¹¹³

Os apontamentos de Damasceno Ferreira¹¹⁴ referem, também, o *Aurora Literária*, mensário que surgiu em 1875 e contou com colaboradores, como Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Sílvio Rangel, para citar alguns. O autor destaca o sumário dos dois primeiros

¹⁰⁸ SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 141.

¹⁰⁹ Sobre isso MUZART, Z. L. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000c, p. 875, afirma: “Como os poemas, assinados com o pseudônimo Uma Riograndense, foram atribuídos a outras pessoas, Ana Aurora não deixa por menos, escreve um artigo intitulado “Aos meus patrícios”, onde reivindica, orgulhosamente, a autoria.”

¹¹⁰ MUZART, Z. L. Op. cit., 2000c, p. 875.

¹¹¹ SPALDING, W. *A grande mestra*: Dona Aurora do Amaral Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 1953, p. 165.

¹¹² Seu compromisso com a Pátria também se reflete em suas peças teatrais. No drama “Pela Pátria”, a autora “defende o princípio de que a Pátria está acima da Família, e encarna em D. Julia a mãe do patriota que vê nos filhos não apenas homens da sociedade mas, acima de tudo, soldados dignos e capazes de defenderem a Pátria contra o estrangeiro ousado e libertá-la da opressão e da tirania.” (SPALDING, W. Op. cit., 1953, p. 72).

¹¹³ SPALDING, W. Op. cit., 1953.

¹¹⁴ FERREIRA, A. D. Op. cit., 1975.

números do periódico, e, no sumário do segundo, encontra-se referência a Honorina A.T.,¹¹⁵ como colaboradora, com a poesia *Saudade*.

No mesmo ano é lançada a revista *Ensaio Literários*, que seria o segundo periódico a surgir dentro do Partenon Literário devido a divergências entre sócios mais jovens. Dentre os muitos homens de letras que compõem o quadro da revista, surgem os nomes de mulheres autoras, como os de Diamantina da Silveira e Assunção de Almeida, que, juntamente com os demais membros, deram ao periódico “corpo e animação com seus escritos em prosa e verso.”¹¹⁶

Também a *Revista Literária*, de 1881, surge com a intenção de ser crítica e instrutiva, deixando claro em seu programa que ela se “exibe na arena da imprensa, modesta, vazia de pretensões, tão só com o objetivo de abrir caminho a essa mocidade brilhante do Rio Grande do Sul e recolher as produções com que ela dia a dia ornamenta a literatura pátria.”¹¹⁷ Inúmeros são os colaboradores que se agregam em torno da revista, e os nomes de quatro mulheres aparecem entre a enumeração: Ana Aurora do Amaral Lisboa, Carlota do Amaral Lisboa, Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, cujos escritos apareceriam ao lado de transcrições de literatos consagrados na literatura nacional e portuguesa.

Mulher de idéias avançadas para o seu tempo, Julieta de Melo Monteiro (1863-1928) fundou, juntamente com a irmã Revocata Heloisa de Melo (1860-1944), “o primeiro órgão literário da imprensa feminina no Rio Grande do Sul, *O Corymbo*”¹¹⁸, em 1883, na cidade de Rio Grande, contribuindo de forma significativa para o avanço do feminismo no Rio Grande do Sul, visto que foi um ponto de encontro importante para as feministas da época. Sugestivamente, o nome do jornal parece aludir à idéia que, independentemente do nível de escrita, as colaboradoras teriam seu lugar no jornal para publicar seus textos, visto que corimbo, de acordo com Aurélio Buarque, é um “tipo muito comum de inflorescência em que as flores partem de alturas diferentes e alcançam o mesmo nível, na porção superior”.¹¹⁹ O periódico, que teve vida por 60 anos (1884-1944), entre 1917 e 1924 alcançou uma atuação

¹¹⁵ Nos vários dicionários de escritoras consultados, nenhuma referência foi encontrada a respeito da poetisa.

¹¹⁶ FERREIRA, A. D. Op. cit., 1975, p. 81.

¹¹⁷ FERREIRA, A. D. Op. cit., 1975, p. 130-131.

¹¹⁸ SCHMIDT, R. T. Julieta de Melo Monteiro. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b, p. 306-319.

¹¹⁹ Fonte: FERREIRA, A. B. de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 479.

muito representativa no movimento feminista brasileiro e mundial, evidenciando questões como a emancipação feminina, a independência financeira da mulher, a partir da possibilidade de acesso a todas as profissões e o direito ao voto. É nas páginas desse periódico que se poderá encontrar notícias a respeito dos eventos feministas que ocorrem em todo o país e no mundo, acompanhando os progressos que o movimento alcança. Assim, toma-se conhecimento, por exemplo, do primeiro Congresso Feminino, ocorrido no Rio, em 1923, sob a organização de Bertha Lutz (1894-1976).¹²⁰ O *Corymbo* também publica notas elogiosas à sufragista inglesa Emmeline Pankhurst¹²¹ e ao anarquista José Oiticica. Alguns versos de um soneto de Oiticica transcrito no periódico, se adaptados, “poderiam servir para caracterizar o movimento feminista, ciclicamente renascendo das cinzas, revivendo antigos temas, acrescentando novos, ampliando seu alcance crítico, retomando velhos fundamentos.”¹²² Essas notícias, evidenciando nomes tão polêmicos na época, mostravam quão progressista era a posição do periódico nesse momento, contrastando com jornais “revolucionários” que defendiam a relevância da instrução pública, sem, entretanto, jamais referir-se ao problema da educação feminina. O comprometimento de o *Corymbo* com as questões femininas era tão acentuado que não se furtou, por exemplo, de publicar o artigo - polêmico para a época - escrito pela portuguesa Ana de Castro Osório, em que discute o equívoco em relação às feministas de “classes mais cultas”, acusadas de não estarem irmanadas com a mulher do povo:

Muitas vezes nos lançam em rosto (a nós, as feministas das classes mais cultas), com certo arrogância de desafio, o sermos ‘só’ feministas para a burguesia, e deixarmos a mulher do povo relegada a sua miséria, a sua ignorância, a sua sujeição. (...) Pois bem, saibam-no, os que nos acusam com tão crua sanha, que nós somos solidárias com todas as irmãs, estejam onde estiverem, pensem como pensarem, façam o que fizerem. Onde houver uma mulher, está uma irmã que nos cumpre amparar, proteger... Sejam elas prostitutas, princesas, operárias, mães burguesas ou parideiras de proles miseráveis – Para nós têm sempre uma qualidade [...] são, como nós,

¹²⁰ De acordo com SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 106-111, ao voltar da Europa, onde estivera desde a adolescência para completar sua educação, Bertha, aos 24 anos, torna-se uma defensora incondicional dos direitos da mulher no país. “Suas idéias repercutiram na sociedade com a publicação de artigo que escreveu em resposta a um jornalista carioca. Ele havia afirmado que os progressos femininos nos Estados Unidos e na Inglaterra não teriam muita influência na vida das mulheres brasileiras. Indignada, Bertha redigiu uma matéria, conclamando as mulheres a fundarem uma associação para lutarem por seus direitos.”

¹²¹ SILVA, Flora. *Emmeline Pankhurst*. Nas palavras da autora: “Criadora e dirigente, durante décadas do mais combativo e massivo movimento pelos direitos das mulheres, a sufragista britânica Emmeline Pankhurst (1858-1928) deu uma decisiva contribuição para colocar em evidência a extraordinária combatividade e capacidade de organização das mulheres na luta pelos seus interesses.”

¹²² SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 149.

MULHERES. São, como nós, vítimas das leis escravas dos preconceitos, iludidas e exploradas por aqueles mesmos que, fingindo erguê-las em seus escudos, melhor preparam as cadeias em que as têm cativas.¹²³

Manifestações como essas devem ter contribuído sobremodo para sedimentar a convicção de mulheres que buscavam um espaço próprio a lutarem por respeito e reconhecimento de suas capacidades.

Julieta de Melo Monteiro foi ainda, juntamente com Cândida Isolina de Abreu (1862-?), colaboradora do semanário dominical *Tribuna Literária*, em Pelotas, fundado em 1882, de propriedade de José Gomes Corrêa. Entretanto, o ensaio literário ali veiculado não deu espaço às mulheres, fazendo-se presente somente através do texto de Francisco de Paula Pires, que mantinha o “debate em torno da nacionalidade da literatura brasileira e sua autonomia em relação à portuguesa.”¹²⁴

As irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro constam também entre os colaboradores do semanário *O Contemporâneo*,¹²⁵ que surge em 1886 e sobrevive até 1888, quando seu diretor Joaquim José Teixeira de Azevedo Junior falece de tuberculose pulmonar. Julieta de Melo ainda fez parte do quadro de colaboradores de *O Lábaro*, periódico que se configurou como folha literária e também científica, iniciando suas publicações em 1888.

O nome de Maria Benedita Câmara Bormann (1835-1895) surge atrelado à imprensa do Rio de Janeiro. Desde muito jovem, dedicou-se à escrita e costumava selecionar seus textos, excluindo os que não a satisfaziam.¹²⁶ Em 1892, Maria Benedita escreve na nova coluna à esquerda da primeira página de *O Paiz* – tradição criada pelo periódico, espaço que a escritora foi uma das primeiras a ocupar - ao lado de nomes consagrados da imprensa da época, como Quintino Bocaiúva, e, de acordo com Sabino, nele teria amadurecido seu talento como contista, “com isso, [princiando] a conquistar um bonito nome que rapidamente tornou-se conhecido.”¹²⁷ Também foi colaboradora da *Gazeta da Tarde*, jornal fundado por Ferreira de Menezes e, reiterando a fala de Sabino, Schumacher e Brazil afirmam que a publicação de seus

¹²³ Excerto. In: SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 149.

¹²⁴ BAUMGARTEN, C. A. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997, p. 73. É interessante lembrar ainda que SOARES, P. M. Op. cit. aponta Julieta de Melo Monteiro como dirigente do periódico *Violeta* (1880), na cidade de Rio Grande.

¹²⁵ FERREIRA, A. D. Op. cit., 1975, p. 147.

¹²⁶ Ver TELLES, N. Maria Benedita Câmara Bormann (Délia). In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

¹²⁷ SABINO, I. *Mulheres ilustres do Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 1996, p. 195. Esta obra é fac-símile do texto publicado em 1899. Nas citações dela retiradas, respeita-se a grafia original.

contos nesses periódicos “a fizeram escritora respeitada.”¹²⁸ Estendeu sua participação também ao jornal *A família*.

Muitas mulheres escritoras do século XIX optavam por serem identificadas através de um pseudônimo. Algumas o faziam como forma de se protegerem contra a proibição da família que não queria vê-las envolvidas com o mundo das letras; outras, para fugirem do preconceito que cercava a mulher intelectual numa sociedade essencialmente patriarcal e poderem ter seus escritos aceitos pelo público. Nas últimas décadas do século, escritoras como Maria Benedita, buscavam abdicar de um patrimônio herdado, e o pseudônimo passa a ser usado como palavra de poder, o qual “marca um batismo privado para o nascimento de um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem que assinala o surgimento da escritora.”¹²⁹ Pertencente a uma família renomada e poderosa, casada com um tio materno que se tornaria Ministro da Guerra, a autora teve sua vida marcada por aquilo que Telles nomina como “o poder do nome, os nomes de poder e o poder das normas.”¹³⁰ Assim, quando escolhe nomear-se “Délia”, opta também por uma nova ancestralidade que tem suas raízes na Roma Antiga, num momento em que a mulher goza de maior liberdade artística e sexual. É a época de Catulo, o poeta de Lésbia, que canta o amor sensual; de Tibulo, o cantor de Délia, que cultivou o amor livre.

Assim, não parece coincidência Maria Benedita ter escolhido como pseudônimo o nome de uma matrona romana, cantada por Tibulo, justamente no momento - últimas décadas do século XIX - em que se difundia a idéia da *femme nouvelle*, a qual aspirava à independência sexual e criticava a sociedade que entendia o casamento como única opção de vida para a mulher. Ainda que essas idéias circulassem entre o público feminino, encontraram grande oposição no Brasil. Telles lembra que um artigo intitulado “O eterno feminino”, publicado na *Revista Ilustrada*, de 1886, discutia questões que envolviam o “sexo gentil”, entre elas, se a educação da mulher deveria ser ampliada. Considerando que isso deveria ocorrer, atestava, entretanto, que “o círculo não [poderia] ter grande raio, [pois] o ‘sexo gentil’ [...] não era talhado para embates da política ou das letras.”¹³¹ Na verdade, o discurso dominante passou a

¹²⁸ SCHUMACHER, S.; BRAZIL, É. V. Op. cit., 2000, p. 176.

¹²⁹ TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 431.

¹³⁰ Idem, ibidem.

¹³¹ TELLES, N. Op. cit., 2001, p. 434.

reforçar estereótipos do modelo patriarcal, como forma de assegurar a manutenção do *status quo*. No entanto, vozes femininas começam a se ouvir em defesa dos direitos da mulher brasileira, entre elas, a de Maria Benedita, que defendia a prioridade de uma educação *para a vida*. Falava da importância da educação sexual para as jovens e acreditava que

a histeria derivava do não-conhecimento da sexualidade, da ignorância das jovens, ou da hipocrisia das senhoras burguesas que, afirma em um de seus livros, fingiam não saber nada tal anjos assexuados, mas, na calada da noite, desciam aos porões para ler livros ‘de homens’, livros pornográficos, às escondidas. A hipocrisia dessas senhoras e a ignorância das jovens só podiam conduzir a enfermidades e a descalabros da vida.¹³²

Certamente, os temas que Maria Benedita trouxe à discussão em seus escritos estavam sintonizados com os proclamados pelas defensoras estrangeiras de um novo *status* para a mulher. As personagens de suas obras são seres sequiosos de independência e respeito, em busca de um espaço próprio para, muito mais que viver, experimentar intensamente a vida. Em *Lésbia*, por exemplo, a protagonista, após uma desilusão amorosa, torna-se escritora, sofre com a censura de uma crítica machista, entretanto não deixa de escrever seus livros e, ao mesmo tempo em que trama sua vida, oferece “detalhes dos caminhos de uma mulher de letras no Rio de Janeiro da época.”¹³³ Também em *Celeste*, a personagem principal busca realizar seu sonho de completude pessoal – não alcançada no convívio com o marido que a trata com violência -, enfrentando a reação acusatória da sociedade ao exigir a separação de Artur.

Abolicionista, Maria Benedita via no movimento de libertação do escravo um novo modo de vivência para os negros que poderiam contar com a ação de alguns humanitários para conduzi-los à liberdade. Para a autora, “a escravidão era uma página negra que não estava encerrada. [...] Justiça para o escravo, para a sociedade e para a mulher”¹³⁴, este era o desejo de Maria Benedita.

Estaria por conta de Andradina de Oliveira (1870-1935) a fundação do jornal *Escrínio*¹³⁵, em 1898, na cidade de Bagé, cujo lema, segundo Schumacher e Brazil¹³⁶, era “Pela Mulher”. Andradina acreditava na importância do jornal como meio de divulgação da capacidade

¹³² Idem, *ibidem*.

¹³³ TELLES, N. Op. cit., 2001, p. 435.

¹³⁴ Idem, *ibidem*.

¹³⁵ Ver mais em SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 835-859.

¹³⁶ SCHUMACHER, S.; BRAZIL, É. V. Op. cit., 2000, p. 72.

intelectiva da mulher da época, o que fica evidenciado no editorial do primeiro número do periódico:

surge também como um incitamento à mulher rio-grandense, convidando-a a romper o denso casulo de obscuridade e vir à tona do jornalismo trazer as pérolas de sua cultivada inteligência! O *Escrínio* aparece como um verdadeiro propagandista da instrução, do cultivo do espírito feminil. A mulher deve ser instruída, deve ser educada...¹³⁷

Ainda no mesmo editorial, a autora defende a idéia de que a mulher poderá trabalhar ao lado do homem, em qualquer atividade, auxiliando-o nas “lutas pela vida”, sem que isso a faça descurar de seus “deveres domésticos”. Essa afirmação ia de encontro à opinião dominante que propugnava a nocividade da emancipação política e social da mulher para o lar e a família.

O periódico foi publicado durante nove anos, primeiramente em Bagé, depois em Santa Maria, sendo interrompida a sua publicação, devido ao abalo que a autora sofreu pela morte do filho Adalberon de Oliveira, em 1908¹³⁸. Em 1909, o jornal reaparece em Porto Alegre com outra formatação, a de uma revista ilustrada. Coelho¹³⁹ não menciona o *Escrínio* como jornal, apenas como revista feminina, fundada em 1910, posteriormente transformada em revista ilustrada. Telles, ao referir-se a fios importantes para a formação da rede de jornais “atentos às publicações e ações das mulheres”, destaca o *Escrínio* e o *Corymbo*, como importantes jornais das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, “ambas literatas que escreveram poesia, contos e peças teatrais”¹⁴⁰, não mencionando, em nenhum momento, o nome de Andradina de Oliveira. Isso, no mínimo, é curioso, uma vez que, embora com algum descompasso entre as fontes, o nome de Andradina de Oliveira tem estado ligado a esta publicação. A ficcionista, mesmo não tendo se voltado para a política, sem hesitar, sempre intitulou-se feminista, e o jornal *Escrínio* possibilitou à autora lançar-se na luta pela defesa dos direitos da mulher. Nos espaços disponíveis entre os textos publicados no periódico, Andradina editava pequenas notas, dando ciência dos sucessos alcançados por mulheres no Brasil e no mundo. Nesse contexto, ela informava a suas leitoras os avanços femininos que estavam ocorrendo, provavelmente acreditando ser possível mobilizar mais mulheres a lutarem por seus direitos e a confiarem na possibilidade de emancipar-se pela literatura e pelas

¹³⁷ Excerto. In: SCHUMACHER, S.; BRAZIL, É. V. Op. cit., 2000, p. 72.

¹³⁸ Idem, ibidem.

¹³⁹ COELHO, N. N. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. (1711-2001). São Paulo: Escrituras, 2002, p. 64.

¹⁴⁰ TELLES, N. Op. cit., 2001, p. 426.

artes. Em um longo artigo que publica no *Esgrínio* (1912), a autora faz um retrospecto da história feminina, enfatizando a opressão sofrida pelas mulheres através dos tempos, como também ressalta aquelas que se tornaram notáveis nas mais diversas épocas da História.¹⁴¹ Schmidt, ao apresentar fragmentos da obra de Andradina, pondera que neles a escritora “se expõe sem disfarces, afirmando a consciência de uma mulher corajosa e decidida que aderiu incondicionalmente às lutas de seu tempo.”¹⁴² Esse comprometimento parece ter repercutido positivamente entre mulheres de letras da época, pois, quando lançou o *Esgrínio*, contou com 40 colaboradoras de todo país, entre elas, feministas como Mariana Coelho¹⁴³ e Inês Sabino.¹⁴⁴ Sabe-se ainda que a autora também dirigiu o *Correio de Porto Alegre*, nesta mesma cidade, onde voltara a residir desde 1901.

Também é significativo lembrar Luciana Teixeira de Abreu (1847-1880), outra voz importante para o fortalecimento de idéias a favor da emancipação feminina. Membro da Sociedade Partenon Literário, foi a primeira mulher a ocupar a tribuna dessa Sociedade para defender os interesses do seu sexo, falando “da emancipação da mulher, do seu acesso ao conhecimento e do seu lugar na literatura.”¹⁴⁵ A autora queria, segundo palavras de Andradina de Oliveira, “a justiça para o sexo” e lutou para que suas idéias, em uma época de domínio patriarcal, repercutissem na racionalidade masculina, o que suscitou Andradina considerar: “O seu espólio literário é todo de propaganda feminista. As suas preleções, escritas num estilo elegante e terso, eram páginas admiráveis de verdade que calavam, fundo nas almas de eleição, desprendidos dos tolos e errôneos preconceitos da época.”¹⁴⁶

¹⁴¹ SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 142-144.

¹⁴² SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 839.

¹⁴³ Conforme MUZART, Z. L. Mariana Coelho. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b, 890, Mariana Coelho (1857-1952) “foi uma batalhadora incansável e uma feminista digna de respeito, tendo como dominante em seus escritos a preocupação com a situação da mulher e seus direitos. [...] Mais do que na literatura, é no ensaio polêmico que se distinguiu Mariana Coelho, gênero em que as mulheres deixaram poucas páginas no século XIX.”

¹⁴⁴ Nas palavras de MUZART, Z. L. Inês Sabino. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000d, p. 594, “O nome de Inês Sabino [1853-1911] deve ser, pois, registrado por sua ação na luta pelos direitos das mulheres, pelos artigos na imprensa e, principalmente, por seu livro *Mulheres ilustres*. Neste, a autora estabelece a biografia de muitas brasileiras. [...] ...sem esse importante trabalho de memória literária, hoje não teríamos muitas informações sobre algumas importantes escritoras brasileiras.”

¹⁴⁵ SCHMIDT, R. T. Luciana de Abreu. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000e, p. 441.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, A. de. Artigo. In: ABREU, L. de. *Preleções*. Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1949, p. 95.

Diferentemente de outras senhoras ligadas ao Partenon Literário, as quais se dedicavam às atividades de tocar, cantar e recitar, Luciana digladiou-se em prol dos direitos femininos. Em seus discursos, a oradora propunha igualdade de oportunidades, acesso das mulheres à educação, inclusive a superior, direito ao voto e abertura para as mulheres poderem exercer as profissões que escolhessem¹⁴⁷, o que ela fazia de forma contundente e apaixonada:

Nós temos sido caluniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes cometimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha: e que não devemos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem. [...] Nós temos sido condenadas à ignorância, privadas dos direitos de cidadãos, e reduzidas a escravas dos caprichos políticos de legisladores e egoístas. [...] Nós não somos somenos ao homem: a nossa alma tem a mesma passividade e atividade que a dele, e tanto a sensibilidade como a inteligência e liberdade participam do mesmo grau de capacidade e podem ter o mesmo grau de desenvolvimento num ou noutro sexo.¹⁴⁸

Isso lhe valeu tornar-se uma espécie de bandeira para as mulheres progressistas da época, pois “espírito tenaz, alma abnegada, inteligência brilhante, vontade firme, atirou-se com heroísmo, à luta.”¹⁴⁹

Entretanto, ao lado desses discursos inflamados em prol dos direitos femininos, encontravam-se, na *Revista Mensal* do Partenon Literário, artigos que reiteravam as idéias veiculadas por Michelet¹⁵⁰, as quais disseminaram uma visão idealizada da mulher, eivada de romantismo, aquela que devia ser meiga, afável, de coração virgem, devotada ao lar. Nas palavras de Michelet, “cumpre que o trabalho da mulher também seja amor, para ela, pois ela não é apta para outra coisa. [...] Qual é o seu objetivo natural, sua missão? A primeira, amar; a segunda, amar apenas um; a terceira, amar sempre.”¹⁵¹ A divulgação de idéias como essas levaram a mulher a um comportamento determinado pelas convenções da sociedade, essencialmente patriarcal, pois

Educadas de modo a acreditar que a principal superioridade da mulher residia na sua maior espiritualidade e na sua falta de paixão, mesmo pensadores feministas de vanguarda do *fin de siècle* encontravam

¹⁴⁷ ABREU, L. de. *Preleções*. Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1949, p. 17-25. De acordo com SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 138, “Na mesma época Francisca Senhorinha da Mota Diniz editava em Campanha da Princesa, Minas Gerais, o jornal *O Sexo Feminino*, onde também defende o sufrágio para as mulheres. Parecem ser as duas pioneiras brasileiras nesta reivindicação.”

¹⁴⁸ ABREU, L. de. Op. cit., 1949, p. 17-18.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, A. de. Op. cit., 1949, p. 94.

¹⁵⁰ Ver MICHELET, J. *A mulher*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁵¹ MICHELET, J. Op. cit., 1995, p. 23.

dificuldade para reconciliar sua visão de uma nova ordem social com uma aceitação ou um endosso da sexualidade feminina.¹⁵²

Esse *ethos*, arraigado no psiquismo feminino, acarretou para a mulher da época, mais que comportamentos, sentimentos de submissão inquestionável relativamente à supremacia logocêntrica.

Simultaneamente a esses escritos de caráter patriarcal, levantava-se uma voz que se posicionou a favor da emancipação feminina através da educação para o trabalho. De idéias liberais, José Antônio do Vale Caldre e Fião, membro do Partenon Literário, anunciava a mulher como um ser inteligente, capaz do estudo e do ensino. Quando, em 1874, publica uma biografia de Luciana de Abreu, na *Revista Mensal* do Partenon Literário, ele reitera sua admiração pela escritora, enfatizando sua vida como exemplo de conduta a ser imitada por outras mulheres da terra.¹⁵³ Ainda ressalta a importância de as jovens estudarem seriamente a fim de poderem seguir carreira nas letras, nas ciências ou nas artes, atribuindo a Luciana de Abreu a abertura desses caminhos. Há que se considerar, entretanto, a possibilidade de Caldre e Fião ter preconizado a mulher como um ser com capacidade intelectual, tomando por referência apenas Luciana de Abreu e não as mulheres em geral. No Rio de Janeiro, em meio a idéias refratárias em relação à capacidade intelectual da mulher do século XIX, destacou-se, segundo Stein, o médico e escritor Tito Lívio de Castro (1864-1890)¹⁵⁴, que se distinguiu por suas idéias avançadas na análise da questão feminina. Tito Lívio considerou ser preferível extinguir a família a continuar a mulher na ignorância – exigência *sine qua non* para a manutenção da família brasileira oitocentista. O autor acreditava que, no momento em que a mulher fosse colocada em condições mais análogas às do homem, ela superaria a defasagem intelectual em que se encontrava, beneficiando, também, a educação dos filhos. Entretanto, aponta Stein, Tito Lívio de Castro “não teve adeptos nem seguidores – e, entre a maioria da chamada intelectualidade carioca, predominou o quadro da mulher como mãe e esposa, como

¹⁵² De acordo com SHOWALTER, E. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 39.

¹⁵³ *Revista Mensal* n. 5 e 6, 1874, apud SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 137, nota 15. Ao final do artigo, nota do redator-chefe da revista deixa clara a sua discordância das idéias de Caldre e Fião: “Não queremos a mulher ignorante, mas não queremos-la também como os adeptos das teorias de Stuart Mill. Os extremos são prejudiciais. A sociedade moderna quer a mulher livre, primorosamente educada, responsável de sua dignidade; mas sempre filha, mãe e esposa, porque este é o tríplice diadema de sua glorificação.”

¹⁵⁴ De acordo com STEIN, S. Op. cit., 1984, p. 48-49, sua obra *A mulher e a sociogenia* (1889) baseou-se nos princípios do evolucionismo e teve grande importância pela largueza de suas idéias, as quais preconizavam a urgente necessidade de educar a mulher, denunciando a falácia da inferioridade intelectual feminina.

um ser engajado a serviço de interesses alheios aos seus como indivíduo”¹⁵⁵, confirmando-se a constatação de que a história da mulher brasileira continuou sendo uma recidiva de luta por reconhecimento e respeito. Esses apontamentos¹⁵⁶ possibilitaram observar que o afã pela conquista de espaço na esfera pública foi uma das razões que motivou mulheres a fundarem e a dirigirem periódicos no século XIX, ou deles participarem como colaboradoras. Lutavam pelo direito à educação (e, por consequência, direito à profissão), e, mais ao final do século, direito ao voto. Muzart pondera que, “algumas poucas escritoras lutaram igualmente pelo direito ao divórcio.”¹⁵⁷ Basta lembrar a pertinácia com que abordaram esse tema Andradina de Oliveira, especialmente, em sua obra *O divórcio?*, e Maria Benedita Bormann, que desenvolve o assunto em seus romances.

Muitos outros nomes de mulheres de letras do século XIX poderiam aqui ser referidos pela importância que seu trabalho representa como registro de uma época em que aventurar-se pelo mundo das letras significava transgredir fronteiras e lutar por um reconhecimento que só agora, passado um século, começa a acontecer.

3 O lugar de Maria Benedita e Andradina de Oliveira na historiografia literária

Uma das consequências direta dessa hegemonia, que se poderia traduzir como o discurso gendrado da crítica, foi o não reconhecimento da autoridade textual da voz feminina no século XIX, resultando daí a invisibilidade da autoria feminina na historiografia literária. Se hoje a crítica feminista questiona o estatuto das configurações canônicas nacionais é porque entende que a matriz ideológica que informou seus processos de formação está intimamente imbricada com o funcionamento institucional e social de hegemonias, não só de gênero, mas também de raça e de classe social, as quais produziram relações desiguais na produção e distribuição de poder cultural, processos de subjetivação que implicaram no apagamento, às vezes de forma violenta, simbólica e literalmente, de outras identidades culturais, enfim, obliteração da diferença, do heterogêneo, da diversidade sob a universalidade da identidade essencializada promovida pelo discurso da cultura instituída.

Rita Terezinha Schmidt

¹⁵⁵ STEIN, S. Op. cit., 1984, p. 49.

¹⁵⁶ Ampliando esses registros, SOARES, P. M. Op. cit., 1980, p. 145, reitera que um grande número de mulheres dedicou-se às letras “entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.” Cita jornais dirigidos por mulheres – aqueles de que encontrou ao menos um número, ou cuja referência é digna de crédito: “*Saudade* (1880), em Jaguarão, de Maria Amália F. C.; *A Grinalda* (1896), em Porto Alegre, de Maria da Cunha; *A Violeta* (1897), em Arroio Grande, de Beatriz P. de Andrade e Cecília P. Calda; *O Orvalho* (1898), em Livramento, de Alaíde Ulrich e Matilde Ulrich Filha; *Violeta* (1902), em Santa Maria, de Romilda Filizzola; e *A Pena* (1909), também em Santa Maria, de Regina Lobato.”

¹⁵⁷ MUZART, Z. L. Op. cit., jan./jun.-2003, p. 236.

Alguém desavisado poderá perguntar-se por que a produção literária de escritoras do século oitocentista tem merecido ser foco de interesse de pesquisas acadêmicas, num momento em que as redes cibernéticas comandam o mundo. Uma resposta possível encontra-se na contínua constatação da relevância dessa produção e na necessidade de diminuir o silenciamento em torno dessas escritoras, pois, quando se constata que a mulher do século XIX “só entrou para a História da Literatura como objeto”¹⁵⁸, verifica-se também a urgência em reverter esse quadro. E, embora ações de vanguarda nessa área tenham sido fundamentais para o re/conhecimento de escrituras silenciadas, é necessário, por sua importância, dar continuidade a esse processo. Muzart reforça essa idéia, enfatizando a necessidade de um trabalho sério voltado para o resgate e estudo de escritoras oitocentistas, o que poderá contribuir para reverter o cânone e “recolocá-las no seu lugar na História.”¹⁵⁹

É com esse olhar que se coloca em pauta a produção intelectual de Maria Benedita Câmara Bormann e de Andradina América Andrade de Oliveira, cujo trajeto literário legitima assegurar-lhes um lugar nas letras sul-rio-grandenses, tornando-se, portanto, relevante verificar como essas ficcionistas têm sido referendadas na historiografia oficial da literatura brasileira organizada por autores renomados nessa área.

No capítulo “A prosa de ficção, do Romantismo ao Naturalismo”, Guilhermino Cesar afirma que, em cinquenta e dois anos na ficção sul-rio-grandense, a contar de 1845, surgiram “muitos autores no domínio do romance, da novela e do conto.”¹⁶⁰ Fazendo um rápido retrospecto da produção ficcional dessa época, o autor chega ao decênio de 1880, momento em que despontam, no Rio Grande do Sul, os primeiros naturalistas, entre os quais, Maria Benedita Câmara Bormann, a quem o autor considera “uma escritora inteligente e vivaz.” Refere-se à ficcionista como a “esposa do ilustre José Bernardino Bormann”, também autor de romances, e, acrescenta que, apesar de ambos terem cultivado o gênero com propensão a enredos sentimentais, Maria Benedita teria agregado aos seus escritos sensualidade tropical, contrapondo-se à gravidade com que o marido escreveu as suas páginas. Para o autor, a escritora apresentava temperamento “mais sensível, mais agudo, derramando-se torrencialmente na composição de figuras insatisfeitas, perseguidas pela obsessão da casuística

¹⁵⁸ MUZART, Z. L. Op. cit., 1997, p. 85.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 307. É importante lembrar que esta obra abrange um período da historiografia sul-rio-grandense que vai de 1737 até a primeira década do século XX.

ou da prática amorosa.”¹⁶¹ Na opinião do historiador, ainda que tenha produzido bastante, já não seria muito lembrada como ficcionista, fato que ele atribui a duas razões em especial. A primeira estaria ligada ao “ar despachado de sua prosa, os assuntos muito crespos em que se gastou, os títulos de seus livros [...] tudo contribuiu para afugentar os leitores pudicos, as almas cândidas, os corações brandos.”¹⁶² O outro motivo, segundo o autor, estaria ligado à “superficialidade com que, a despeito de tudo, [Maria Benedita] tratou os seus temas, visando ao êxito fácil.”¹⁶³ Pensamentos como esses devem ter contribuído sobremaneira para que a obra da ficcionista fosse, pouco a pouco, relegada ao esquecimento, ainda que, vale lembrar, o livro *Celeste*, com uma tiragem de 1000 exemplares na primeira edição, em 1893, teve uma segunda edição reeditada em 1895, em forma de folhetim, em *A Notícia*, no Rio de Janeiro. Sem dúvida, não deixa de ser curioso que uma obra que poderia estar ferindo “corações brandos”, pudesse ter-se esgotado rapidamente e ter espaço para uma nova edição, atingindo um público bem maior pela circulação que alcança um veículo jornalístico. Embora reconhecendo na escritora gênio imaginativo, capacidade de matizar o estilo e de construir situações curiosas, Guilhermino Cesar enfatiza que Maria Benedita não soube aprofundar-se no “exame dos caracteres.” Além disso, afirma categoricamente: “Sua popularidade durou pouco, mas esse pouco deve ter-lhe dado a sensação de glória, que não veio.”¹⁶⁴ É curiosa essa afirmação do autor, uma vez que, de acordo com observações de Telles, os relatos de época sobre a escritora são sucintos, não suficientes para entrever mais que comentários sobre sua experiência romanesca como sendo acidentada, “e cruel o seu destino”, não se tornando mais explícitas essas “insinuações.”¹⁶⁵ Poder-se-ia perguntar, então: baseado em que evidências Guilhermino Cesar assegura que Maria Benedita deve ter experimentado “sensação de glória, que não veio”? Na verdade, Telles considera que muitas das apreciações sobre a ficcionista mais parecem confusão entre sua vida e a de suas personagens, em especial, Lésbia, protagonista do romance de título homônimo, cuja trajetória como mulher de letras levou-a a vivenciar peripécias muito mais intensas do que o comum das mulheres da época.

¹⁶¹ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 334.

¹⁶² Idem, ibidem.

¹⁶³ Idem, ibidem.

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

¹⁶⁵ TELLES, N. Introdução. In: BORMANN, M. B. C. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 7.

Paralelizando o tratamento dado pela crítica literária aos escritores homens da época, vale mencionar o que Veríssimo comenta sobre Júlio Ribeiro com relação à obra *A carne*:

...escreveu *A carne* nos moldes do zolismo, e cujo título só por si indica a feição voluntária e escandalosamente obscena do romance. [...] Mas *A carne* vinha ao cabo confirmar a incapacidade do distinto gramático para obras de imaginação já provada em *Padre Belchior de Pontes*. É o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo. Mas ainda assim no nosso mofino naturalismo sectário, um livro que merece [ser] lembrado e que, com todos os seus defeitos, seguramente revela *talento*. (grifo meu).¹⁶⁶

É sintomática a observação final do crítico, pois, embora reconhecendo a “incapacidade” de Júlio Ribeiro para obras de imaginação, opta por confirmar o *talento* do ficcionista. E a constatação de que *A carne*, mencionada como uma obra “escandalosamente” obscena, permaneceu sendo registrada em Histórias da Literatura Brasileira, bem como em compêndios escolares, desautoriza a afirmação de Guilhermino Cesar de que a produção literária de Maria Benedita teria desaparecido do cenário de escritores naturalistas nacionais por não agradar às “almas cândidas.” Na verdade, a simpatia que o autor, inicialmente, parece dedicar à ficcionista, torna-se duvidosa no momento em que lança essas ponderações, acrescidas da idéia de que a ficcionista, apesar do pouco tempo de popularidade, teria experimentado uma sensação de glória, “que não veio.” E, para culminar, em nota de rodapé destinada a falar sobre vida e obra de Maria Benedita, Guilhermino Cesar divide o espaço para introduzir vida e obra do Marechal José Bernardino Bormann, marido da ficcionista, reiterando-se, ainda uma vez, a idéia de que, para a mulher pretender um lugar na esfera pública, torna-se imprescindível sua vinculação ao sujeito masculino.

Em relação a Andradina de Oliveira, apesar de sua produção na dramaturgia ter-lhe garantido menção por parte de Guilhermino César, esse registro apenas coloca a autora entre escritores “que incidentalmente escreveram teatro, nas diferentes fases por que este passou no Rio Grande...”¹⁶⁷ O nome da autora é apenas citado, a qual aparece ao lado de outras mulheres de letras aqui já mencionadas, como Ana Aurora do Amaral Lisboa, Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, elas também apenas nominadas. Na continuidade, ao final do

¹⁶⁶ VERÍSSIMO, J. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Erechim, RS: Edelbra, 1999, p. 362.

¹⁶⁷ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 267.

capítulo que trata do grupo regionalista,¹⁶⁸ Guilhermino César aponta novamente o nome de Andradina de Oliveira, entre alguns outros autores de prosa de ficção, referindo-a como autora da obra *O perdão*. É interessante observar que neste parágrafo, entre os nomes citados, surgem os de Raul de Villeroy e Mário Santos como autores da obra *Noivos*, apontada como romance naturalista, enquanto em relação à obra de Andradina de Oliveira, também de caráter naturalista, nada é mencionado.

Antes de Guilhermino César ou José Verissimo, Araripe Junior já focalizara sua atenção na obra de Bormann, a qual recebeu por parte do crítico tratamento tendencioso, uma vez que os critérios adotados para julgar a obra da ficcionista e a de escritores homens do mesmo período foram dicotômicos. Em muitos de seus escritos é possível perceber como seu discurso subscreve a visão androcêntrica, marcando um posicionamento de simpatia em relação à produção de homens de letras. Ao deter-se na apreciação da obra *A carne*, o autor reconhece que, “na exuberância da produção, no atropelo da composição, não só lhe [Júlio Ribeiro] escaparam alguns elementos indispensáveis a essa coesão [que caracteriza os livros dos mestres], como também se introduziram outros mais próprios para afrouxá-la do que para cerrá-la...”¹⁶⁹ Essa observação, atribuída à produção feminina, bastaria para desencadear uma avalanche de considerações depreciativas, as quais culminariam, possivelmente, por desautorizar aquela escritura como obra de arte. O que se observa, no entanto, é que o crítico encontra na obra elementos suficientes para justificar a afirmação de que “*A carne* guarda dentro de si coisas incomparáveis; e essa incomparabilidade pode resumir-se numa expressão clara, positiva.”¹⁷⁰ É por essa ótica que Araripe Jr. vê em Lenita uma Fedra moderna, não a Fedra histórica, mas a Fedra literária, “um temperamento vigoroso, sensual, refletido, que abdica quando quer, mas nunca se anula... [...] A negação completa do histerismo. [...] ...repele a idéia de que seja apenas uma ninfomaníaca,”¹⁷¹ razões sobejadas para o crítico fazer a defesa do livro e da personagem a qual, ao dar vazão a sua sexualidade emergente, estaria atendendo ao chamado da fecundidade, “para a grande perpetuação da espécie.” Aquilo que para Araripe Jr., em Lenita, significou “um temperamento vigoroso”, que não se anula, em Celeste,

¹⁶⁸ CESAR, G. Op. cit., 1956, p. 338.

¹⁶⁹ ARARIPE JR. *A carne*, por Júlio Ribeiro. In: COUTINHO, A. (Dir.). *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. II, 1960, p. 120. O artigo foi publicado no mensário *Treze de Maio*, Rio de Janeiro, nov., 1888, p. 28-33; dez. 1888, p. 107-116.

¹⁷⁰ ARARIPE JR. Op. cit., 1960, p. 124.

¹⁷¹ ARARIPE JR. Op. cit., 1960, p. 123.

protagonista da obra *Celeste*, não é mais que “a impressão de uma erotomaníaca, mal dissimulada, de uma moça doida, uma avoadada como se diz vulgarmente, mal ensaiada e ainda pior descrita. Reminiscência de alguma página de Georg Sand, truncada.”¹⁷² Essas alegações, possivelmente, resultem de sua indisposição contra o fato de a personagem ter coragem de separar-se do marido, rebelando-se contra a brutalidade com que ele a trata, e passar a escolher seus pares amorosos, orientando suas decisões pela própria vontade. Daí não surpreender que o crítico, embora considerando o romance *O aborto*, de Figueiredo Pimentel, “cheio de ousadias pornográficas”, afirme ser “preferível” este à obra de Bormann, uma vez que a ficcionista “pretende nos seus livros discutir fatos que a moral condena: Figueiredo Pimentel não cogita disso”¹⁷³ Suas aferições a respeito de Bormann são ainda mais contundentes quando analisa *Lésbia*, obra em que a ficcionista põe em pauta a trajetória de uma escritora, que sofre com a crítica machista, viaja à Europa, lá permanecendo por oito anos e, quando retorna, apaixona-se por um rapaz mais jovem que ela, comprometido, culminando com o suicídio da heroína. A pouca disposição para uma apreciação isenta de idéias pré-concebidas a respeito da obra da ficcionista evidencia-se já nas primeiras linhas de seu arrazoado crítico:

Cabe-me agora a *ingrata* (grifo meu) tarefa de tratar do livro de uma senhora que, por todos os motivos, deveria merecer-me complicadíssimas condescendências. A sua peregrina formosura, o encanto de sua voz, a vibração do seu olhar, a gentileza do seu sexo, porém, foram precipitadamente um incentivo para que, nas páginas do livro, eu procurasse insistentemente alguma coisa que correspondesse a tanta graça física e a tão seletos dotes naturais. Infelizmente, volvi a última página do romance sem que um só estremecimento agitasse o meu espírito desprevenido.¹⁷⁴

A possibilidade de que ele tenha lido o romance com “espírito desprevenido” desfaz-se na seqüência de seus considerandos, através dos quais reafirma sua posição frontalmente avessa aos escritos de Bormann. Considera que “Délia devia exhibir-nos um livro de estilo picante e original”, no entanto o seu romance “está muito longe de produzir a sensação desejada e de excitar curiosidades feminis.”¹⁷⁵ Depois de apresentar o resumo comentado da obra, o crítico considera o assunto “banal”, já demais tratado por outros autores do século, e a

¹⁷² ARARIPE JR. Movimento literário do ano de 1893. O crepúsculo dos povos. In: COUTINHO, A. (Dir.). *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. III, 1963, p. 172. O artigo foi publicado com o título “Retrospecto literário do ano de 1893”, primeiramente, em *A Semana*, ano V e VI, tomo V e VI, Rio de Janeiro. Em 1896, foi reproduzido em livro pela Empresa Democrática, Rio de Janeiro, com o título apresentado por Coutinho.

¹⁷³ ARARIPE JR. Op. cit., 1963, p. 172.

¹⁷⁴ ARARIPE JR. Op. cit., 1960, p. 260.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

personagem, desenha-a como “superficial, sem vida, vazia de alma e enigmática por convenção. [...] o retrato vulgar de uma mulher tola e orgulhosa que se mete a gesticular uma natureza superior.”¹⁷⁶ Ora, uma mulher pretender galgar os vãos da intelectualidade letrada, sem dúvida, assomava para os detentores do discurso oficial como uma ousadia inaudita. Até por que o crítico associa a vida da protagonista com a da ficcionista, visto que considera que são autobiográficas muitas das páginas da narrativa. Para Schmidt, o discurso do crítico “deslinda as dificuldades de legibilidade de obras de autoria feminina cujos códigos não sintonizam com os códigos de um esquema ‘ másculo ’ a partir do qual o crítico elogia os textos de autoria masculina como sérios e talentosos e menospreza os textos da única escritora referida na obra.”¹⁷⁷

Corroborando a postura de não reconhecer a escrita feminina, José Veríssimo, em minucioso levantamento das letras brasileiras desde Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)¹⁷⁸, não dedica qualquer espaço para a produção literária de escritoras mulheres. Embora se reconheça a importância dessa obra para a historiografia literária brasileira, lamenta-se que apenas escritores homens tenham merecido fazer parte desse estudo. Nos capítulos “O Naturalismo e o Parnasianismo” e “O Teatro e a Literatura Dramática”, nos quais tanto Maria Benedita quanto Andradina de Oliveira poderiam ter sido mencionadas, isso não ocorre. Mesmo a poetisa parnasiana Francisca Júlia, sempre citada ao lado dos mais renomados parnasianos, por tratar-se da poetisa que mais observou os princípios da escola, não é referida.

Ainda na mesma década, é publicada a *Pequena história da literatura brasileira*¹⁷⁹, de Ronald de Carvalho. Nessa obra, o autor, além de apresentar aspectos da formação do Brasil no que diz respeito ao meio social e físico, faz uma retrospectiva da história da literatura no país, desde o período de formação (1500-1700) até a primeira década do século XX. O autor privilegia a historiografia oficial, referendando escritores reconhecidamente consagrados pelo cânone, e, novamente, nem Maria Benedita, tampouco Andradina de Oliveira, são mencionadas. Posteriormente, a obra contou com um capítulo adicional, sob a

¹⁷⁶ ARARIPE JR. Op. cit., 1960, p. 263.

¹⁷⁷ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 1997b, p. 89.

¹⁷⁸ VERÍSSIMO, J. Op. cit., 1999. A edição *princeps* desta obra data de 1916.

¹⁷⁹ CARVALHO, R. de. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. A edição *princeps* dessa obra data de 1919.

responsabilidade de Fábio Lucas, que dedica os três últimos parágrafos do texto para falar sobre o que fora anunciado, no início do capítulo, como “O avanço feminista”:

...temos a emergência da mulher no cenário literário como grupo fortificado. A consciência de seu valor social, aliado a fenômenos de independência, relacionada com o quadro familiar, e a maior qualificação do grupo, dão às mulheres de hoje perspectivas inéditas em nossa História literária.

As universidades refletem bem o fenômeno, na medida em que o elemento feminino se vai tornando majoritário nas Letras, tanto na área docente, quanto na área discente.

Na poesia, na ficção e no romance, pode afirmar-se que a produção feminina no Brasil se está tornando hegemônica. Os resíduos da sociedade patriarcal fazem-se presentes, mas, inquestionavelmente, o monopólio do autor masculino está, de há muito, quebrado.¹⁸⁰

Vale ressaltar o reconhecimento do autor em relação ao esforço da mulher para firmar-se como sujeito de sua história. Entretanto ele apresenta essa mulher como um sujeito emergente e não como alguém que já tenha uma história anterior para colocar à luz. Evidencia-se isso quando aponta escritoras como Henriqueta Lisboa, Rachel de Queirós, Clarice Lispector, Lígia Fagundes Teles, autoras consagradas e partícipes do cânone literário e, mais uma vez, não há espaço para as ficcionistas Maria Benedita e Andradina de Oliveira.

Também Sodré, em um dos capítulos da obra *História da literatura brasileira*,¹⁸¹ apresenta um importante estudo sobre a sociedade brasileira dos primeiros decênios do século XIX, pondo em questão aspectos referentes à família e à nova mulher que se desenhava como consequência das condições novas que começavam a ocorrer:

Mudaram os costumes, a pouco e pouco, na rua como nos domicílios. Em nenhum outro aspecto como no tratamento dado às mulheres essa mudança se revelou tão nitidamente. O resguardo oriental começaria a ceder terreno. Emancipava-se, vagarosamente sem dúvida, a esposa, como a filha, da áspera condição doméstica. [...] A vida urbana lhe [à mulher] permitiria desfrutar as delícias, que quebravam o quadro de reclusão antiga, das janelas e das varandas.¹⁸²

O autor amplia suas observações, apontando que a fisionomia das cidades ia-se alterando pelo advento da vida política e “a mulher ia ficando mais livre e mais desembaraçada em seus

¹⁸⁰ LUCAS, F. O avanço feminista. In: CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 320.

¹⁸¹ SODRÉ, N. W. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. A edição *princeps* data de 1938.

¹⁸² SODRÉ, N. W. Op. cit., 1976, p. 171-173.

movimentos”.¹⁸³ É interessante considerar como Sodré estava atento a essas inovações sociais e culturais, em que o papel da mulher se reconfigura, entretanto a sua obra não privilegia a escritura feminina, ao contrário, poucos são os nomes de mulheres de letras mencionados durante toda obra, dela não constando nem Maria Benedita, tampouco Andradina de Oliveira.

Em *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*¹⁸⁴, Miguel-Pereira estuda um período, conforme o próprio título esclarece, de cinquenta anos de história da literatura brasileira, abarcando a época em que Maria Benedita e Andradina de Oliveira produziram sua obra literária, entretanto não há referência ao nome das escritoras. Ainda que, no prefácio da segunda edição¹⁸⁵, a autora considere que procurou tornar o livro o mais informativo possível e tenha buscado, “nesta edição”, corrigir possíveis falhas, em 350 páginas, a autora faz menção a apenas algumas mulheres escritoras, sendo Júlia Lopes de Almeida a única a quem dedica não mais que duas páginas de estudo crítico, colocando-a no capítulo intitulado “Sorriso da Sociedade”, em que faz considerações como:

Os escritores reunidos neste capítulo não se congregam em torno de nenhuma escola, não formam sequer um grupo; [...] ...talvez inconscientemente buscassem fazer obras que servissem de deleite, [...] sem serem, porém, dominados por aquela urgência inadiável de exprimir-se através das personagens, que se adivinha nos verdadeiros criadores.¹⁸⁶

No mínimo, é intrigante essa atitude, visto que, em 1951, a autora, no artigo “As mulheres na literatura brasileira”, registra o trabalho de Sílvio Romero - levantamento literário que abrange a vida intelectual do Brasil até fins do século XIX – e aponta o lugar restrito reservado às mulheres escritoras na obra, fazendo-o de forma enfática:

Nessa espécie de catedral barroca de nossa literatura onde, ao lado dos santos, se assim se pode dizer, das figuras de primeira plana, de valor incontestado, tiveram entrada carrancas e bonifrates, gente miúda, gente mais – ou menos – que secundária, só foram incluídas sete mulheres...¹⁸⁷

Não só é notória a percepção de Miguel-Pereira a respeito do que ocorria com a crítica literária relativamente à produção intelectual de mulheres no país, como também julga injusto esse procedimento, entretanto, reitera o comportamento de seus pares homens, na medida em

¹⁸³ SODRÉ, N. W. Op. cit., 1976, p. 184.

¹⁸⁴ MIGUEL-PEREIRA, L. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. História da Literatura Brasileira, v. XII. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1973. A edição *principis* é de 1950.

¹⁸⁵ Esta edição foi lançada em 1957

¹⁸⁶ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1973, p. 255.

¹⁸⁷ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 18.

que, também em sua obra, o espaço reservado à mulher escritora praticamente inexistia, engrossando a plêiade de autores que contribuíram para o velamento da produção intelectual feminina por longo tempo, no Brasil.

Em “Ciclo gaúcho”, artigo que compõe a obra *A literatura no Brasil*¹⁸⁸, sob a direção de Afrânio Coutinho, Augusto Meyer discute o Regionalismo literário no Rio Grande do Sul, colocando-o, inicialmente, como “fragmentação do nacionalismo romântico, denotando pendores pela observação exata, a que mais tarde se mistura a influência do Naturalismo, (que) refletia também no Rio Grande do Sul as condições de um meio [...], como expressão geográfica e econômica...” O autor continua suas considerações, registrando que

Com o ano de 1910, acentua-se nova tendência regionalista, agora sob o influxo do Naturalismo. De fato, a contar de então, o regionalismo gaúcho entra em seu período culminante, uma espécie de ‘idade de ouro’. Foi às vezes absorvente o seu prestígio, a ponto de cair no perigo da mesmice.¹⁸⁹

Aqui também as ficcionistas não são mencionadas, muito embora o romance *O perdão*, cujo veio regionalista emerge da “cisão entre a representação do espaço urbano de Porto Alegre e a ruralidade da campanha, dois mundos antagônicos a marcar tensões e conflitos da identidade sul-rio-grandense no final do século XIX”¹⁹⁰, merecesse destaque pela importância da proposta da obra.

Também não há referência à Maria Benedita e à Andradina de Oliveira na obra *História concisa da literatura brasileira*¹⁹¹, de Alfredo Bosi, ainda que mencione nomes de autores gaúchos contemporâneos das ficcionistas como Simões Lopes Neto e Alcides Maya.

Regina Zilberman, em sua obra *A literatura no Rio Grande do Sul*¹⁹², dedica um capítulo às mulheres escritoras gaúchas, no qual enfatiza a pouca atuação de escritoras antes dos anos 70, referindo-se ao século XX, entretanto salienta que o século XIX foi pródigo em poetisas. Cita alguns nomes que mereceriam destaque por sua produção literária, e Maria Benedita e Andradina de Oliveira serão mencionadas no “Quadro cronológico da literatura gaúcha”¹⁹³,

¹⁸⁸ MEYER, A. Ciclo gaúcho. In: COUTINHO, A. (Dir.). *A literatura no Brasil: realismo, naturalismo-parnasianismo*. v. III. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969, p. 281. A primeira edição dessa obra, em 4 v., ocorreu em 1955-1959. A segunda edição, em 6 v., abrange o período de 1968-1971.

¹⁸⁹ MEYER, A. Op. cit., 1969, p. 285.

¹⁹⁰ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 838.

¹⁹¹ BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. A primeira edição desta obra ocorreu em 1970.

¹⁹² ZILBERMAN, R. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992a.

¹⁹³ ZILBERMAN, R. Op. cit., 1992a, p. 183.

apêndice do livro, em que aparecem data, fatos da história do Rio Grande do Sul, autores da Literatura Brasileira, autores sul-rio-grandenses e suas obras. Maria Benedita tem suas obras referendadas em cinco momentos diferentes: *Aurélia* (1883), *Uma vítima*, *Duas irmãs*, *Madalena* (1884), *Lésbia*, *Estátua de neve* (1890), *Celeste* (1893) e *Angelina* (1894). Andradina de Oliveira aparece no quadro com três obras: *Preludiando* (1897), *A cruz de pérolas* (1908) e *O perdão* (1910). Ainda que se reconheça a importância de terem sido incluídas na obra, não há referência a qualquer outro aspecto da vida ou obra das romancistas. Vale ressaltar, também, o *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*¹⁹⁴ que, embora contando com um número expressivo de colaboradoras, aponta somente duas escritoras do século XIX, Delfina Benigna da Cunha e Luciana de Abreu, entre outras nove autoras do século XX. Os demais cento e sete nomes que constam no dicionário referem-se a homens escritores, tanto do século XIX, como do XX. Ainda assim, não é referido, nessas obras, o nome de Joaquim Alves Torres, dramaturgo gaúcho, nascido em Porto Alegre, em 1853. Esse fato chama a atenção, pois o autor teve sua obra resgatada por um trabalho de pesquisa sobre a história do teatro no Rio Grande do Sul, desenvolvido por Cláudio Heemann.¹⁹⁵ Torres mereceu ser, de acordo com Heemann, a primeira escolha de publicação, por ter sido um dos que mais produziu com receptividade positiva por parte do público, dentro do movimento teatral do final do século XIX. E, apesar desse importante trabalho de pesquisa trazer à consideração contemporânea um acervo que poderia continuar esquecido não fosse o trabalho de resgate empreendido, o dramaturgo não é mencionado na obra *A literatura no Rio Grande do Sul*, de Zilberman, sequer aparece no “Quadro cronológico da literatura gaúcha” da referida obra, e tampouco no *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Poder-se-ia perguntar: por que falar de um evento que diz respeito à produção intelectual de um homem, quando o objetivo deste escrito é trazer à discussão a invisibilidade de escritoras do século XIX? Porque esse fato remete a conjecturar que não só a produção intelectual de mulheres da segunda metade do século XIX e início do século XX foi relegada ao apagamento, mas também a de alguns autores homens que, mesmo após resgatada, continua

¹⁹⁴ ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E.; ASSIS BRASIL, L. A. (Orgs.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

¹⁹⁵ Ver mais em TORRES, J. A. *Teatro escolhido*. Pesquisa, introd. e notas de Cláudio Hemann. Porto Alegre: IEL, 1989.

não sendo referida em obras importantes da historiografia literária. E mais, porque “a questão do cânone toca-nos a todos.”¹⁹⁶

¹⁹⁶ MUZART, Z. L. Op. cit., 1997, p. 83.

CAPÍTULO II

PELO VIÉS DA CRÍTICA FEMINISTA

Teorias – ou explicações sobre como e o que nós sabemos e vivemos – dependem de conceitos que estão incrustados nelas. Esses conceitos são como andaimes que movimentam a estrutura social ou, para usar uma outra metáfora, eles são *directionals* que mapeiam qualquer curso de ação. Frequentemente invisíveis como guias, esses conceitos perpassam nossas maneiras de fazer sentido, de uma profunda e visionária perspectiva até a mais mundana e óbvia.

Rosemary Hennessy

1 Modernidade e gênero

Como demonstram estudos recentes nas ciências sociais e na história, a categoria *gênero* já está bastante arraigada na prática acadêmica. Com ela se inauguram também nos estudos literários uma nova fase, caracterizada por um crescente interesse em investigar o modo pelo qual a atividade literária [...] está marcada por diferenças de gênero.

Susana Bornéo Funck

A Época das Luzes¹⁹⁷ foi marcada pela efervescência e difusão de novas idéias e pela crença de uma ordem racional do mundo, perceptível pela evolução da raça humana. Não se trata de um mero acontecimento ou simples movimento intelectual de época, mas sim de um

¹⁹⁷ De acordo com FALCON, F. J. C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1994, o Iluminismo, também chamado de Época das Luzes, foi um movimento filosófico que ocorreu no século XVIII e deflagrou uma nova consciência a respeito da liberdade de pensamento. Para o autor, “a *razão iluminista* apresenta-se aos seus adeptos como um instrumental crítico que se dirige a cada indivíduo naquilo que possui de mais íntimo e essencial – sua consciência racional de ser humano. [...] trata-se de trazer à tona, em cada um, essa capacidade ou essa essência racional, comum a todos: *pensar por si mesmo*, ‘sair da menoridade para a maioridade’, tal é a palavra de ordem”. (p. 37). Referentemente ao Brasil, CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. v. 1. São Paulo: Martins, 1971, p. 227, afirma: “Imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contato livre com o mundo (numa palavra: a promoção das Luzes) assinalaram o reinado de D. João VI, obrigado a criar na Colônia pontos de apoio para o funcionamento das instituições. Foi nossa Época das Luzes, acarretando algumas conseqüências importantes para o desenvolvimento da cultura intelectual e artística, da literatura em particular.”

processo de desenvolvimento da humanidade, de esclarecimento do ser humano, que começa a consolidar-se. Mais do que uma época de aclaramento racional, ocorrerá o enriquecimento como ato contínuo, que se traduz pela idéia de progresso, cuja “essência” é a capacidade de seres humanos, em número cada vez mais expressivo, pensarem por si mesmos. Esse movimento mental encontra eco no “pressuposto do avanço constante, historicamente necessário, de uma racionalidade que pouco a pouco ‘ilumina’ as sombras do erro e da ignorância.”¹⁹⁸ Ocorre a revolução do pensamento esclarecido contra a tradição, configurando-se a modernidade como obra da razão, da ciência, da tecnologia, da educação. No panorama da modernidade “a ciência se tornou uma condição *sine qua non* do conhecimento: qualquer investigação ou proposição para ser aceita como verdadeira deve obedecer rigorosamente aos critérios da racionalidade e objetividade.”¹⁹⁹ Nesse contexto, com base na pretensão de um conhecimento isento de valor, perdeu-se o sentido do saber, no qual o sujeito definido historicamente pudesse colocar em ação sua capacidade reflexiva. “O que se postulava era um sujeito neutro e universal”²⁰⁰, identificado com o masculino, legitimando-se o não-lugar da mulher. Pode-se deduzir daí, por exemplo, por que a experiência do literário permaneceu baseada, até muito recentemente, no duvidoso conceito de *universalidade*.

Felsky aponta o aspecto da ambigüidade que cerca essa questão. Assinalando alguns exemplos aleatórios de campos do conhecimento, afirma que, na obra de teóricos políticos, críticos literários, sociólogos, filósofos, a modernidade poderá ter significação diversa. Entretanto, essa diversidade de entendimento não se atém apenas à natureza e ao valor do moderno, mas também “a sua verdadeira localização no tempo histórico.” Assim, “muito mais do que uma periodização histórica precisa, a modernidade compreende uma mudança constante das coordenadas temporais.”²⁰¹ Na verdade, dificilmente poder-se-á fixar o período de abrangência da modernidade, pois “qualquer século a partir do XVI até o XIX poderia ser, e foi, nomeado como o primeiro século moderno.”²⁰²

¹⁹⁸ FALCON, F. J. C. Op. cit., 1994, p. 37.

¹⁹⁹ SCHMIDT, R. T. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, S. B. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 25.

²⁰⁰ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 1994, p. 26.

²⁰¹ FELSKY, R. *The gender of modernity*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1995, p. 12. Tradução de Flávia Gisele Saretta.

²⁰² FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 12.

A discussão de Felsky sobre modernidade inicia com um questionamento: “Qual é o gênero da modernidade? Como pode algo tão abstrato como um período histórico ter sexo?”²⁰³ Admitindo-se que o entendimento do passado atrela-se à lógica explanatória da narrativa, é mister concordar que as histórias criadas revelam tanto a presença quanto o simbolismo do gênero. Sejam de caráter acadêmico ou popular, narrativas da era moderna possibilitam uma apreensão de processos históricos, determinando, assim, o entendimento que

sujeitos individuais ou coletivos são dotados de importância simbólica como portadores exemplares de significado temporal. O fato de esses sujeitos serem presumivelmente masculinos ou femininos tem conseqüências importantes para o tipo de narrativa que se desenrola. O gênero afeta não somente o conteúdo factual do conhecimento histórico – o que é incluído e o que é deixado de fora - mas também as suposições filosóficas que subjazem nossas interpretações da natureza e no significado dos processos sociais.²⁰⁴

Ampliando essa discussão, Felsky aponta a importância de serem esclarecidos termos que estão ligados ao moderno, tais como, modernização, modernismo e modernidade. Modernização refere-se a uma complexa gama de fenômenos socioeconômicos, cuja gênese encontra-se no contexto do desenvolvimento do Ocidente, manifestando-se, desde então, de várias formas, como “inovação científica e tecnológica, industrialização da produção, rápida urbanização, um mercado capitalista em constante expansão, desenvolvimento de Estado Nacional e assim por diante.”²⁰⁵ Em contrapartida, modernismo caracteriza-se pelo entrecruzamento de tendências e pela incorporação de estilos e soluções literárias que remontam ao final do século XIX, na Europa e Estados Unidos. Os textos modernistas “carregavam uma relação altamente ambivalente e muitas vezes crítica dos processos de modernização,” justamente por apresentarem aspectos como “consciência estética, fragmentação estilística e um questionamento da representação.”²⁰⁶ Por último, modernidade, termo muitas vezes usado com o entendimento de

periodização abrangente que denota uma era histórica que pode abarcar qualquer ou um dos aspectos acima ou todos eles. Esse significado epocal do termo inclui tipicamente uma distinção filosófica geral entre as sociedades tradicionais que são estruturadas em torno da onipresença da autoridade divina, e um universo secular moderno baseado na subjetividade individuada e consciente.²⁰⁷

²⁰³ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 1.

²⁰⁴ Idem, ibidem.

²⁰⁵ FELSKY, R. Op cit., 1995, p. 13.

²⁰⁶ Idem, ibidem.

²⁰⁷ Idem, ibidem.

Assim entendida, rastreando o entendimento de Felsky, a modernidade vai apresentar uma ambigüidade natural, ou seja, se, por um lado, as estruturas hierárquicas poderiam ser desafiadas e colocadas em discussão, bem como a autoridade tradicional e o *status quo*, por outro, a concepção de moderno, desde sua gênese, aparecia comprometida com um projeto de dominação sobre aqueles que eram considerados não capazes para o raciocínio crítico. Pode-se pensar, por exemplo, no colonialismo e seus discursos, os quais apresentavam a distinção histórica entre o moderno (presente) e o primitivo (passado), cujas relações espaciais vão aparecer distinguidas em sociedades ocidentais e não-ocidentais. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico dos Estados Nacionais modernos poderia ser apontado para legitimar o fato de povos indígenas terem sido forçados a introjetar a conformação do progresso histórico, em detrimento de suas tradições e costumes. De forma similar, “o moderno trouxe consigo um ideal de igualdade fundado na fraternidade que efetivamente excluía mulheres de muitas formas de vida política.”²⁰⁸ E mais, “a possibilidade de explorar as relações variadas e complexas das mulheres com os processos de mudança social é excluída por uma visão indiscriminada de esclarecimento como sendo emblemática de uma lógica totalizante de dominação patriarcal”²⁰⁹, restando à mulher existir apenas como o Outro, reafirmando-se, assim, o masculino como única alternativa de identificação do humano. Scott, em sua discussão sobre os conceitos de igualdade e diferença do gênero, das identidades individuais e de grupo, enfatiza que, no final do século XVIII, havia psicólogos, médicos e filósofos que defendiam idéias de qualificação de alguns indivíduos e outros não, pelas diferenças físicas de pele ou de órgãos corporais.²¹⁰ E as mulheres, “não tendo semelhança com os homens, não poderiam ser consideradas iguais a eles e assim não poderiam ser cidadãs.”²¹¹ Scott ainda menciona a atitude do jacobino Pierre-Gaspard Chaumette que, defrontando-se com mulheres que reivindicavam seu direito de participar de grupos políticos, perguntava: “Desde quando é permitido abrir mão de seu sexo?”, numa clara alusão ao impedimento de a mulher integrar os jogos da esfera pública.²¹²

²⁰⁸ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 14.

²⁰⁹ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 7.

²¹⁰ SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abril, 2005.

²¹¹ SCOTT, J. W. Op. cit., 2005, p. 16-17.

²¹² SCOTT, J. W. Op. cit., 2005, p. 15.

É importante considerar que, a partir dos meados do século XIX, inicia, nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, um processo imprescindível e inadiável de definição dos contornos da nação. Os discursos que se levantaram para a construção desse projeto centraram na metáfora da “maternidade republicana” o seu ponto fundamental. A figura da mulher, dessa forma, emerge como a “civilizadora”, destinada a levar adiante a idéia de uma nação moderna, educada e homogênea. No Brasil, alguns traços evidenciam-se de modo peculiar, pois os discursos de construção da nação propalam ideologias liberais importadas que passam a conviver com o regime escravocrata vigente. Nesse contexto, surgem

as idéias em torno de uma homogeneização racial supostamente necessária para a definição de uma identidade nacional e moderna [que] passavam também por complicadores evidentes. Começa a esboçar-se a estrutura da ambigüidade discursiva que vai se tornar progressivamente tanto a saída quanto o limite dos discursos sobre raça e gênero na cultura brasileira. [...] É a época áurea da definição de um Brasil desconhecido e moderno, e neste debate as mulheres silenciam ou são silenciadas.²¹³

Esse silenciamento encontra respaldo na doutrina positivista, cujas idéias influenciaram profundamente o comportamento da sociedade brasileira do século XIX. Isso se justifica, na medida em que as idéias oriundas da Europa – o positivismo constituiu um dos traços característicos do pensamento que se consolidou na Europa, no século oitocentista - foram amplamente difundidas pelos homens de letras. O positivismo de Auguste Comte, incorporado a outras correntes semelhantes, que valorizavam as ciências naturais e sua aplicação prática, teve, como já mencionado, grande influência nos mais variados círculos do país. Para consolidar a idéia que à mulher convinha o confinamento “voluntário” ao espaço doméstico, tornou-se imprescindível divulgar esses preceitos de forma positiva. Esse convencimento passa pela possibilidade de as mulheres identificarem-se com a voz da mulher que dialoga com o sacerdote, em *Catecismo positivista*²¹⁴, e, na medida em que ela verbaliza leis positivistas, como sendo o caminho reto para o comportamento humano, em especial, o feminino, também os preceitos ditados pela voz do sacerdote encontrarão um campo mais profícuo de aceitação. Da mulher espera-se o cumprimento de seu papel feminino dentro do lar:

²¹³ HOLLANDA, H. B. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 86.

²¹⁴ COMTE, A. Op. cit., 1983.

O duplo ofício fundamental da mulher, como mãe e como esposa, equivale, em relação à família, ao poder espiritual do Estado. Exige, portanto, a mesma isenção da vida ativa, e uma análoga desistência de todo comando. Essa dupla abstenção é ainda mais imprescindível à mulher [...], a fim de conservar a preeminência afetiva onde reside seu verdadeiro mérito... [...] Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão.²¹⁵

Assim, o que se propala é que a mulher “merece” proteção que somente uma sociedade forjada nessas idéias poderia oferecer. Esses ideais que, pretensamente, carregam um caráter protecionista, dissimulam os verdadeiros propósitos de quem os divulga. Ao interagir com o sacerdote, a palavra da mulher assume o valor dos ensinamentos prescritos para o sexo feminino, alargando sobremaneira a idéia de que ao feminino só resta o confinamento domiciliar, para evitar que ela se torne um ser degradado:

Mas a degradação moral tem-me parecido ainda aior quando a mulher se enriquece pelo próprio trabalho. A avidez contínua faz-lhe perder então aquela benevolência espontânea que o outro tipo conserva em meio de suas dissipações. Não podem existir piores chefes industriais do que as mulheres.²¹⁶

Não se pode esquecer que, nesse mesmo século, Michelet²¹⁷, também já citado, voltou-se ao estudo da mulher, desenvolvendo seu trabalho, coadunado ao pensamento corrente da época, no qual enfatizava a relevância do espaço privado como ideal de vivência feminina. Ao referir-se à aspiração da mulher ao âmbito público, Michelet aponta esse comportamento como uma usurpação dos papéis masculinos, convertendo-se em força do mal e da infelicidade, visto o desequilíbrio que se abateria sobre a história das relações humanas.

Essas idéias, no século XIX, atendendo aos interesses de quem as difundia, acabaram por influenciar profundamente o pensamento de homens e mulheres sul-rio-grandenses, cariocas e brasileiros, em geral, o que determinou a propagação da crença de que a valorização da mulher atrelava-se a sua dedicação exclusiva ao lar, como mãe e esposa. Soihet, remetendo a considerações de Roger Chartier, destaca na dominação masculina “o peso do aspecto simbólico, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação”²¹⁸,

²¹⁵ COMTE, A. Op. cit., 1983, p. 274.

²¹⁶ COMTE, A. Op. cit., 1983, p. 274-276.

²¹⁷ Ver sobre o assunto: MICHELET, J. Op. cit., 1995.

²¹⁸ SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 106.

acarretando a sucessão de várias gerações antes que a voz de mulheres revolucionárias pudesse ser ouvida na busca pelo direito à participação do espaço público, com todas as implicações daí advindas.

Identificar a modernidade com a masculinidade é reconhecer que aspectos primordiais do moderno no século XIX, como o espaço público, o homem do povo, o *flâneur*, indicavam um gênero específico, o masculino. Não há como pensar, por exemplo, em um equivalente feminino do *flâneur*, pois qualquer mulher encontrada vagando pelas ruas, nas metrópoles do século XIX, possivelmente seria apontada como prostituta. A crença de que a mulher não participava dos processos históricos e das mudanças sociais, deveu-se justamente ao fato de identificar-se o moderno com o público. Dessa forma, excluída do processo fundador do pensamento moderno, a mulher teve seu discurso cada vez mais desautorizado, ainda que a sociedade moderna aponte para

uma lógica iluminista moderna de igualdade, fraternidade e identidade. Porém, para as mulheres, esse desenvolvimento histórico traz consigo regimes de dominação mais opressores, porque ocultos; o moderno está baseado na ausência do Outro e apagamento da atuação e do desejo femininos.”²¹⁹

Assim, o século XIX irá determinar, cada vez mais acentuadamente, limites inflexíveis entre o eu público e o privado, de forma a fixar as diferenças de gênero em aspectos presumivelmente naturais e inalteráveis.²²⁰

Por outro lado, em oposição a uma ideologia positivista, que reforça a importância do espaço privado para a vivência feminina, é possível apontar o mérito do grupo dos *Annales*, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre²²¹, que busca

desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, direcionando seu interesse para a história dos seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos *Annales*, estes contribuíram para que isto se concretizasse nas décadas seguintes.²²²

²¹⁹ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 17.

²²⁰ Ver mais em FELSKY, R. Op. cit., 1995.

²²¹ “Dissidentes da *Revista de Síntese*, Lucien Febvre e Marc Bloch - com o projeto de renovar a história - fundaram a Revista *Les Annales d' Histoire Économique et Sociale* em 1929. Tinham como objetivos: eliminar o espírito de especialidade, promover a pluridisciplinaridade, favorecer a união das ciências humanas, passar da fase dos debates teóricos para a fase das realizações concretas, nomeadamente inquéritos coletivos no terreno da história contemporânea”, de acordo com BIRARDI, A.; CASTELANI, G.R.; BELATTO, L. F. B. O Positivismo, Os *Annales* e a Nova História. Ver mais em: BURKE, P. *A escola dos Annales – 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

²²² SOIHET, R. Op. cit., 1997, p. 98.

Desse modo, foi de fundamental importância a emergência de estudos e pesquisas que se preocuparam em escrever a História das mulheres, visto que permitiu desmistificar as correntes historiográficas, legatárias do Iluminismo, que se supunham orientadas pela verdade e pela neutralidade de seus estudiosos, os quais eliminavam as mulheres de suas considerações. Nesse sentido, há uma certa unanimidade em considerar a História das mulheres, enquanto área específica de estudo, como resultante de uma ação dupla: de um lado, o trabalho de historiadoras voltadas para a questão do feminino, de outro, o movimento feminista que se fez ouvir a partir dos anos 60.

Na verdade, estudos como os levados a efeito por Roger Chartier, Michelle Perrot, Arlette Farge, entre outros, ampliam a discussão iniciada por Simone de Beauvoir²²³ sobre a sujeição da mulher ao patriarcado, cujo regime acarreta que ela viva em função do outro e abstenha-se de ter um projeto de vida própria, desempenhando papel subalterno ao homem, que se consagra protagonista e agente da História. Soihet, ainda aludindo a Chartier, aponta a gradativa sucessão de acontecimentos que acarretou a crescente dependência feminina entre a Idade Média e o século XIX, nos mais variados domínios da sociedade.²²⁴ As socialidades letradas do Renascimento, por exemplo, que legitimavam o papel relevante das mulheres na cultura, passam a ser um reduto da exclusividade masculina, restando às mulheres assembleias menos genuínas, as dos salões. Além disso, as mulheres tinham seu lugar assegurado nas contendas entre casas e linhagens rivais, que marcaram as lutas políticas dos séculos XVI e XVII, ocorrendo sua marginalização do espaço público, no século XVIII, com a Revolução Francesa. No que se refere ao plano econômico-social, as condições e os estados, na Idade Média e no século XVI, apresentavam uma relativa indistinção sexual, favorecendo o convívio entre homens e mulheres. Entretanto, gradativamente, essa realidade altera-se, e a mulher perde seu direito de atuação na esfera pública. Evidencia-se a sua marginalização no âmbito público, quando, na Revolução Francesa, a mulher é excluída da cidadania²²⁵, ocorrendo seu confinamento em ocupações consideradas pelos homens como próprias do sexo feminino, com a intenção de adequar pensamento e comportamento femininos à esfera domiciliar.

²²³ BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

²²⁴ SOIHET, R. Op. cit., 1997, p. 109.

²²⁵ PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.177, afirma: “Essa exclusão pouco condiz com a Declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam ‘indivíduos’? A questão é embaraçosa: [...] Única justificativa: argumentar sobre as diferenças dos sexos.”

Segundo Perrot, a questão do matriarcado constitui tema central nas discussões do século XIX e, trazendo a voz de Bachofen²²⁶, afirma que é inquestionável o fato de a mulher estar na origem do direito, o qual teria sido por elas instituído como proteção contra a lubricidade do homem. Essa seria uma etapa da constituição do direito, no qual a filiação patrilinear marcaria o progresso decisório, sendo o direito paterno romano um impulso para a civilização. Essas fronteiras entre o público e o privado, que nem sempre existiram, modificam-se de época em época, e “sua evolução, a fragilidade do seu equilíbrio, a tendência global à privatização com fases alternadas de ‘público’ e ‘privado’”²²⁷, constituem-se tema de discussão de estudiosos contemporâneos.

Felsky, alargando esse debate, pondera que uma observação mais atenta de textos do século XIX permite entrever que a distinção entre “público e privado, masculino e feminino, moderno e antimoderno” não era tão fixa quanto possa ter-se afigurado. Em certa medida, a autora alude à fala de Perrot, quando afirma que esses aspectos sofreram transformações de maneiras diversas. Dessa forma, a ideologia que marcava campos separados foi abalada “pelo movimento das mulheres da classe trabalhadora em produção em série e mão-de-obra industrial”²²⁸, causando a manifestação de inúmeros escritores que se preocupavam com as conseqüências da proximidade de corpos masculinos e femininos no mesmo local de trabalho. Na segunda metade do século XIX, devido à expansão do consumismo, as mulheres de classe média sentem-se chamadas ao cenário público, freqüentando lojas de departamentos e o universo dos produtos fabricados em série²²⁹, tornando ainda mais estreita a distinção entre público e privado. Por último, é importante lembrar a atuação das feministas do final do século XIX, como também os litigantes pelas reformas sociais, que desafiaram as estruturas hierárquicas de gênero da época. Asseveravam os direitos à igualdade política e legal entre

²²⁶ Johann Jakob Bachofen (Basileia, 1815-1887) afirmou, em sua obra *Direito materno* (1861), que era possível estabelecer a existência de antigos matriarcados, cotejando os mitos gregos com datas históricas. Nessa obra, o autor fala da qualidade e da função social e civilizante da libido materna nas primeiras sociedades humanas. De acordo com o autor, a vida social iniciou numa época de promiscuidade primitiva, período em que somente a consangüinidade materna era comprovável, e as mulheres ficavam sujeitas aos caprichos sexuais dos homens. Essas mulheres procuraram livrar-se dessa tirania e tiveram sucesso pela mediação do poder religioso. Essa foi a era da *genocracia* do direito materno.

²²⁷ PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 176.

²²⁸ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 19.

²²⁹ Sobre isso, PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 179, afirma: “Na esfera autonomizada da mercadoria, a mulher burguesa e mesmo operária seria soberana, decidindo as compras, a difusão do gosto, o sucesso da moda, motor da indústria essencial, o têxtil, reinando sobre o consumo. Símbolo desse poderio: a linguagem publicitária que se dirige primeiramente a ela; os Grandes Magazines, espaço feminino por excelência, seu reinado.”

homens e mulheres, ao mesmo tempo em que reivindicavam autoridade moral feminina, para poderem assumir o espaço público. Dessa forma, cada vez mais, imagens de feminidade iriam desempenhar um papel central nas ansiedades predominantes, medos e imaginário esperançoso sobre as características distintivas da ‘era moderna.’”²³⁰

Entretanto, o século XIX liberal vai imprimir um divisor na questão, e isso interessa a Perrot, na medida em que discute a ligação do espaço político ao espaço público, no qual ocorre uma dupla exclusão: os proletários, as mulheres. A autora lembra que o Quarto Estado fará prevalecer seus direitos de forma mais efetiva que o Segundo Sexo, acarretando que “os homens proletários, depois de 1848, de bom grado retomam por conta própria a postura excludente burguesa contra a capacidade política das mulheres.”²³¹ Na medida em que a capacidade da mulher para a vivência pública não é reconhecida, reforçam-se idéias como as defendidas por Fichte, que considera a feminilidade da mulher útil para uma aptidão prática, entretanto, de forma alguma, para lhe proporcionar aptidão especulativa. Sendo assim, ela não deveria ocupar cargos públicos.²³² Também Hegel pondera que, se uma mulher for colocada à frente do governo, o Estado estará em perigo, visto que ela age não de acordo com as reivindicações da coletividade, mas segundo suas inclinações e pensamentos. Comte vai ainda mais longe quando considera a mulher como radicalmente inapta ao governo, sequer capaz de administrar uma simples família, em virtude de uma espécie de estado infantil contínuo que distingue o sexo feminino. Dessa forma, a organização doméstica só poderia ser confiada à mulher, mediante controle e dentro de certos limites.²³³

Acentua-se, assim, a racionalidade de uma divisão sexual, cabendo a cada gênero sua função, seus papéis, suas tarefas, ocupando cada qual espaços previamente determinados. Desenha-se, desse modo, um triplo movimento, ou seja, há uma restrição da mulher ao espaço público, institui-se um espaço doméstico predominantemente feminino, e ocorre um “superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas.”²³⁴ Essa configuração social estabelece as zonas de exercício do poder, cabendo às mulheres a tarefa de ordenar o poder privado, familiar e materno a que estavam reservadas. É possível

²³⁰ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 19.

²³¹ PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 177.

²³² *Johann Gottlieb Fichte*, (1762-1814), um dos principais filósofos idealistas de maior destaque na Alemanha, no primeiro quarto do século XIX.

²³³ COMTE, A. Op. cit., 1983.

²³⁴ PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 180.

conjeturar que, historicamente, a questão do poder constituiu o ponto fulcral das relações entre homens e mulheres. Assim, muitas representações do feminino na modernidade atenderam aos interesses da fantasia masculina e não podem ser apreendidas como representações exatas de experiência feminina, justamente porque estão calcadas numa visão patriarcal da diferença de gênero, a qual construiu uma interpretação ideológica da desigualdade entre homens e mulheres, e da diferença sexual macho/fêmea, a partir da equação de que sexo é igual a gênero. Graças a esse entendimento, essas representações estiveram pautadas na falácia de que, a partir do dado biológico, podiam-se convencionar papéis sociais para as mulheres e para os homens.

A teoria feminista vai desconstruir essa equação, afirmando que gênero não é igual a sexo e que aquela formulação patriarcal cumpriu a função de naturalizar assimetrias, estabelecendo uma prática social que serviu aos interesses do homem. Dessa maneira, a partir dos estudos de gênero, é possível constatar que, diversamente de sexo, equipamento biológico inato não suficiente para elucidar o comportamento diferencial do feminino e do masculino, gênero é um produto construído no social, assimilado, figurado, instituído, transmitido de geração a geração. Para Funck, o gênero trata “não apenas de uma questão de diferença, que pressupõe simetria, mas de uma questão de poder, onde nos deparamos com assimetria e desigualdade, com a dominação do feminino pelo masculino”²³⁵, restando à mulher desempenhar papéis subalternos nas mais variadas áreas da esfera pública. Ao discorrer sobre a questão de gênero, Schmidt pondera que o termo *gênero* introduz

a noção relacional de definições normativas do feminino/masculino em nosso vocabulário crítico e analítico. [...] Enquanto o termo sexo se refere ao dado biológico, o termo *gênero* constitui um sistema social, cultural, psicológico e literário construído a partir de idéias, comportamentos, valores e atitudes associados aos sexos, através do qual se inscreve o homem na categoria do masculino e a mulher na do feminino. Essas categorias desempenham papéis na sociedade, no contexto do poder patriarcal, moldando realidades e processos de significação, pois está na base da ordenação simbólico-conceitual do mundo de acordo com o princípio da Lei do Pai.”²³⁶

Na verdade, “a busca de uma teoria da opressão da mulher deu origem ao conceito de ‘patriarcado’ e sua origem foi remetida seja às necessidades de controle da sexualidade

²³⁵ FUNCK, S. B. Da questão da mulher à questão do gênero. In: _____. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 21.

²³⁶ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 1994, p. 24 e 31-32 (nota 1) .

feminina, seja à ‘lei do pai’.²³⁷ Uma produção significativa, resultante de pesquisas sobre questões relativas à identidade feminina, tem colocado em discussão o papel da mulher na família, no casamento, na maternidade, na sexualidade, focalizando “a intersecção entre o privado e o público, o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico”²³⁸, evidenciando, em especial, um período da história em que as mulheres brasileiras começavam a ensaiar suas primeiras reivindicações em busca de reconhecimento – o século XIX.

Voltar-se para as diferenças entre homens e mulheres, “entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura”²³⁹, percebendo, por exemplo, que o conceito de gênero é construído, muitas vezes, de forma diversa, nas diferentes classes sociais, torna-se cada vez mais urgente, pois “gênero está continuamente em processo, uma identidade que é realizada e atualizada ao longo do tempo dentro de restrições sociais dadas.”²⁴⁰

A forma como cada indivíduo “concebe e pratica seu gênero” resulta da mediação de uma rede de representações simbólicas que encontram eco nos modelos culturais. Richard enfatiza que “os signos ‘homem’ e ‘mulher’ são construções discursivas que a linguagem da cultura projeta e inscreve na superfície anatômica dos corpos, disfarçando sua condição de signos (articulados e construídos) atrás de uma falsa aparência de verdades naturais, ahistóricas.”²⁴¹

Assim, pensar a questão de gênero, sem levar em conta o fato de a história das mulheres ter sido escrita por homens, até algum tempo atrás, torna-se uma tarefa inviável. A nova história, que embasa seu percurso em “práticas historiográficas renovadas”, ocupa-se, também, com questões de gênero e procura demonstrar que as mulheres exercem papéis sociais diferentes.²⁴²

²³⁷ SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

²³⁸ MATOS, M. I. S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: MATOS, M. I. S.; SOLER, M. A. (Orgs.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 93.

²³⁹ SAMARA, E. M. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: MATOS, M. I. S.; SOLER, M. A. (Orgs.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 14.

²⁴⁰ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 21.

²⁴¹ RICHARD, N. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 143.

²⁴² ZINANI, C. J. A. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006, p. 92.

Portanto, “se a política de gênero desempenhou um papel central na constituição de processos de modernização, esses mesmos processos, por sua vez, ajudaram a iniciar uma remodelação e uma reimaginação de gênero”²⁴³, prática imprescindível quando se pleiteia “desler” criticamente o cânone masculino.

2 Feminismo no *fin de siècle*

O Feminismo abrirá os olhos de todas as mulheres. E elas hão de, em futuro que não está longe, conquistar a sua verdadeira posição na família, na sociedade, na pátria... a mulher deixará de ser a escrava, a serva, a besta de carga, o objeto de prazer do homem, o animal procriador, o *bibelot* das salas.

Andradina de Oliveira

Discutir, hoje, a divisão entre homens e mulheres, para exemplificar a diferenciação de papéis sociais, passou a ser, diversamente de épocas passadas, um fato natural. O pensamento de que a masculinidade e a feminilidade constroem-se socialmente já não surpreende, e essa mudança configura-se, em grande parte, como consequência da ação feminista. Perrot reafirma essa idéia ao postular que a pesquisa feminina moderna, por vezes, tem sido fundamental para reavaliar o poder feminino. Em sua necessidade de suplantar os modelos de opressão e subverter o ponto de vista dominante, a mulher buscou colocar à luz a ação feminina, “a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua ‘cultura’ e a existência dos seus poderes.”²⁴⁴ Burke, quando discute a relação entre história e teorias em geral, ressalta que, devido à sua repercussão, os movimentos feministas e as teorias a eles ligadas influenciaram positivamente estudiosos e estudiosas da história, levando-os a fazer novas perguntas a respeito do passado. Nesse contexto a “história da mulher oferece nova perspectiva sobre o passado”²⁴⁵, colocando em discussão a supremacia masculina que passa a ser questionada.

Ainda que não se tenha a total visão sobre as consequências dessa nova perspectiva, afirma Burke, ela tem favorecido, por exemplo, o questionamento sobre determinados esquemas de periodização, aceitos naturalmente e criados sem pensar na mulher, que ficou

²⁴³ FELSKY, R. Op. cit., 1995, p. 22.

²⁴⁴ PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 169-170.

²⁴⁵ BURKE, P. Op. cit., 2002, p. 76.

invisível para o pesquisador. Em especial, interessa aqui lembrar os esquemas de periodização da História da Literatura, cujo paradigma tradicional, mais especificamente dos séculos XVIII e XIX, sempre elegeu como *corpus* de referência a literatura canônica, ou seja, a literatura produzida por homens. Na verdade, o trabalho da mulher e sua possível influência no grupo social (em todos os níveis políticos), via de regra, não foi prestigiado, como decorrência de uma longa história de repressão da subjetividade feminina, “cabendo” ao homem todas as prerrogativas de ação e iniciativas.

Nas sociedades do tipo patriarcal-agrário, na qual a vontade da mulher é sobrepujada pela do homem, fica notório que, para essa exploração se consolidar,

convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar o menino.²⁴⁶

O confinamento a que a mulher ficou obrigada impediu, por longa data, o seu florescimento pessoal, intelectual, impelindo as primeiras mulheres feministas a lutarem pela conquista de direitos.

No momento em que a hegemonia masculina passa a ser questionada, as perguntas, conforme aponta Burke, dirigem-se a diferentes níveis, tempos e lugares, procurando esclarecer se era mito ou realidade aquela supremacia e quais os caminhos para rechaçá-la. Nesse trajeto, foi possível perguntar sobre o papel das mulheres em diferentes regiões, períodos e domínios, e saber que influência, mesmo não oficial, elas exerciam. As atividades das mulheres entraram, assim, na pauta dessas investigações, observando-se épocas e lugares distintos, para tornar público que espécie de trabalho era realizado por elas, como também qual seu *status* como trabalhadora (fora do lar) perante a sociedade. Muitos historiadores homens desconsideraram o trabalho das mulheres em suas pesquisas, principalmente por que grande parte dessas tarefas não fora registrada em documentos oficiais, reforçando a invisibilidade em que as mulheres foram colocadas. É tão crucial essa questão, que notícias de muitas atividades realizadas por trabalhadoras brasileiras no início do século XIX, só podem

²⁴⁶ FREYRE, G. Op. cit., 1968, p. 93-94.

ser recuperadas por via indireta, como em registros judiciais de brigas e crimes ocorridos durante o período de trabalho. Burke acrescenta que,

Se as diferenças entre homens e mulheres forem culturais, e não naturais, se ‘homem’ e ‘mulher’ forem papéis sociais, definidos e organizados de forma diversa em diferentes períodos, então os historiadores têm muito trabalho pela frente. Precisam explicitar o que quase sempre era deixado implícito na época: as regras e convenções para ser mulher ou homem de uma faixa etária ou grupo social específicos em uma determinada região e período específico.²⁴⁷

Torna-se fundamental ao pesquisador, portanto, inventariar, em cada época e região, as convenções que sustentaram o gênero dominante. Também investigar o conjunto de valores da história de instituições como confrarias, mosteiros, regimentos, faculdades, cafés, pode ser muito esclarecedor, visto tratar-se de domínios essencialmente masculinos. Outra fonte de estudo muito significativa é a esfera da política, também primordialmente masculina, visto que a mulher estava fadada à exclusão da vida pública.²⁴⁸ Basta lembrar a luta das sufragistas no Brasil e em outras partes do mundo para que a mulher tivesse direito ao voto. Hahner²⁴⁹ comenta a reação de choque ou surpresa de muitos homens diante da reivindicação de mulheres de terem direito ao voto, a qual foi debatida e negada no Congresso Constituinte de 1891. Buscar conhecer as circunstâncias de vivência da mulher oitocentista torna-se relevante, na medida em que auxilia o pesquisador no entendimento das circunstâncias que envolveram as escritoras brasileiras desse período, cuja obra, ainda que referida na época de publicação, não logrou constar nem em compêndios escolares, tampouco nas Histórias da Literatura.

Ampliando essa questão, é importante lembrar que, não só as mulheres, como também os operários, foram excluídos do espaço político pela burguesia do século XIX. E, ironicamente, ao reivindicarem seu lugar no mundo político, esses mesmos operários reproduzem o modelo burguês, não incluindo as mulheres em seu programa. Configura-se, assim, mais uma vez, através da política e do espaço público, um mundo de relações masculinas, ou seja, na expressão de Philippe Ariès, configura-se uma “civilização do café”, da qual as mulheres estão excluídas. Perrot fala de exclusão progressiva da mulher, trazendo à discussão Dorothy Thompson que aponta a participação das mulheres juntamente com os homens em *pubs* e *inns*

²⁴⁷ BURKE, P. Op. cit., 2002, p. 77-78.

²⁴⁸ Ver mais em BURKE, P. Op. cit., 2002, cap. 3, p. 67-143.

²⁴⁹ HAHNER, J. E. Op. cit., 2003.

ingleses, no final do século XVIII e início do século XIX. Esses homens e mulheres estavam juntos

cantando, reivindicando, preparando as manifestações, e aos poucos a presença das mulheres se torna marginal, inabitual e depois francamente excepcional. Para elas fica cada vez mais difícil tomar a palavra: elas têm de passar pelo intermédio de um homem, e depois, a partir de 1840 e do cartismo, desaparecem totalmente, e o *pub* inglês vira um lugar exclusivamente masculino.²⁵⁰

Essa perda gradativa da mulher de acesso ao espaço público resultou na exclusividade masculina em determinados ambientes, e isso marcou a história das mulheres com sua exclusão dos mais variados campos de atuação, entre eles, o das letras. É notória a coincidência que marca a evolução desse processo relativamente ao desenvolvimento de um novo conceito de família no meio burguês, resultando na valorização da mulher no âmbito privado, a qual, estimulada à vivência domiciliar, passa a desempenhar a função precípua de mãe e esposa.

Por outro lado, a evolução das idéias no *fin de siècle* europeu colocava em evidência um ambiente de efervescência e transformação, desencadeando crises e rompimentos em várias áreas, como na política, nas ciências, nas artes. Assim, grupos à margem e sem direito ao voto puderam apelar ao moderno e ao novo, buscando articular sua resistência ao sistema vigente. Nesse panorama, emerge a figura da mulher que começa a lutar pelos direitos femininos e busca sua emancipação do jugo patriarcal. Ao mesmo tempo em que ela reivindica respeito e o reconhecimento de sua capacidade humana e intelectual, projeta a possibilidade de tempos vindouros alternativos.

Na segunda metade do século XIX, no Brasil, difunde-se o entendimento de que é necessário educar as meninas, convertendo-se num dos grandes temas liberais da época. Em outras palavras, buscava-se educar as futuras mães de família, para desempenharem-se adequadamente na educação dos homens de amanhã. Essa formação deveria pautar-se pela inteireza moral e religiosa, assim estariam preparando boas filhas e boas esposas e, como conseqüência, boas mães.²⁵¹ Esse tripé era o sustentáculo da dignidade feminina, que

²⁵⁰ PERROT, M. Op. cit., 1992, p. 218.

²⁵¹ Em SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: ERUS, 1987, o autor comenta que as senhoras que encontrara até então, “têm olhos e cabelos negros, e em geral belo porte e boa cor, porém destituídas de graça, de atrativos dados pela educação social, que as mulheres deste país não recebem.”

protegeria as mulheres de se entregarem a vaidades e futilidades, para que pudessem desenvolver as virtudes domésticas. Isso ia ao encontro do parecer de muitos intelectuais da época, que acreditavam ser a instrução insuficiente para a formação dessas meninas, assim, era necessário oferecer uma verdadeira educação, pautada nos mais altos propósitos formativos. Na verdade, a simples instrução poderia ter colocado homens e mulheres no mesmo patamar, entretanto a “educação” a que tiveram acesso, colocou-as no seu legítimo espaço doméstico, pois, os que criticavam a instrução, consideravam pedantes as mulheres que buscavam aprimorar-se intelectualmente.

Nesse período, o desenvolvimento das cidades brasileiras fomentou que algumas mulheres integrantes de uma minoria alfabetizada iniciassem a defesa da emancipação feminina no Brasil. E mais do que qualquer outro centro urbano brasileiro, o Rio de Janeiro foi palco das primeiras manifestações de repúdio contra a subordinação da mulher, lideradas por mulheres de classe média e alta. Também o Rio Grande do Sul, como já visto, sintonizado com o que ocorria na Corte, contava com vozes que se alteavam na defesa dos direitos femininos. Como a mulher, nesse período, estava confinada ao espaço privado, poucas opções de ocupação fora do lar lhe acenavam. Hahner afirma que “havia poucas profissões ‘honradas’, além do magistério, que as ditas ‘mulheres dignas’ pudessem exercer. Por essa razão, [...] raras eram aquelas que se empenhavam em alguma atividade ou emprego respeitável que lhes dessem renda.”²⁵² As mulheres com alguma formação escolar podiam dedicar-se ao ensino, e essa era para elas uma das poucas opções de trabalho. O interessante é que, ao ministrarem suas aulas, essas mulheres contribuíam para a instrução de outras, além de poderem disseminar novas idéias sobre os direitos femininos. Entre as primeiras defensoras desses direitos encontram-se algumas professoras – basta mencionar Luciana de Abreu - que, de posse da palavra escrita, fomentavam uma audiência mais ampla para as novas idéias. Também as associações de mulheres alcançaram um papel importante na criação da ideologia feminista e na reivindicação de direitos. Segundo Hahner, mulheres da elite brasileira da segunda metade do século XIX buscaram na benemerência uma forma de driblarem suas vidas tediosas e se tornarem membros ativos da sociedade, opondo-se com veemência ao mundo a que estavam sujeitas:

²⁵² HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 79.

obrigam-nos a inventar ‘tantas reuniões para estafar-nos a falar dos outros em vez de trabalharmos por todos’, ou nos expulsam da escola secundária ‘quando mal começamos a ler, rabiscar, somar, diminuir, multiplicar’, para sermos exibidas em festas a que nos forcem a comparecer, para ficarmos debruçadas nas janelas a olhar a vida, para dormir até dez ou onze horas da manhã.²⁵³

Essas mulheres acreditavam na relevância de lutarem por reconhecimento no espaço social e na importância de sua atuação para “ajudar a corrigir as imperfeições da sociedade”. Por ocasião da campanha abolicionista, algumas brasileiras empenharam-se em participar das atividades de luta pela libertação dos escravos. Ainda que encarado como uma extensão de seu trabalho assistencial, significava um novo passo para fora de casa e a possibilidade de falarem publicamente sobre as questões da escravidão, firmando, assim, seu direito à palavra pública. Também é importante lembrar a atividade de periódicos dessa época que buscavam sensibilizar as mulheres de seu potencial de autodesenvolvimento e despertar suas consciências para que almejassem ascender em suas aspirações. A luta pela mudança de seu *status* social e legal impulsionou mulheres a lutarem por direito à educação, inclusive superior, pois acreditavam no aprimoramento intelectual como uma das opções para sua independência econômica e a melhoria social. Esse percurso fomentou a formação de consciências, a tomada de posições, a abertura para novos embates no campo social, em que as mulheres buscaram conquistar visibilidade e reconhecimento de suas capacidades intelectuais e humanas. Com isso almejavam alcançar respeito e tratamento digno, já não aceitando a ingerência masculina sobre seu destino, proclamando sua insatisfação e lutando pelo desenvolvimento integral de suas potencialidades.

3 Ideologia patriarcal e modelos naturalistas

Ao definir a cultura feminina, os historiadores fazem uma distinção entre os papéis, atividades, gostos e comportamentos prescritos e considerados apropriados para as mulheres e aquelas atividades, comportamentos e funções gerados, na verdade, fora das vidas das mulheres. No final do século XVIII e no século XIX, o termo ‘esfera feminina’ expressava a visão vitoriana e jacksoniana dos papéis separados para os homens e para as mulheres, com pouca ou nenhuma sobreposição e com mulheres subordinadas.

Elaine Showalter

²⁵³ HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 101.

Atentos a pensamentos misóginos, determinados segmentos da sociedade encontravam, amiúde, uma justificativa oportuna para a segregação que colocava a mulher numa posição de inferioridade em relação ao sujeito masculino. Nessa oposição entre os sexos, em que o homem detém a hegemonia, a “corporalidade feminina [...] é usada para justificar as desigualdades sociais: a vinculação da feminilidade ao corpo e da masculinidade à mente restringe o campo de ação das mulheres, que acabam confinadas às exigências biológicas da reprodução, deixando aos homens o campo do conhecimento e do saber.”²⁵⁴ Assim, historicamente, a capacidade de discernimento das mulheres foi posta em dúvida. Miguel-Pereira noticia que, em princípios do século XIX, senhores do engenho que enriqueciam no Nordeste do Brasil, recebiam conselhos do jesuíta André João Antonil²⁵⁵ sobre como não deveriam confiar na competência intelectual de suas esposas para julgarem o certo e o errado. Ele recomendava que “não confiassem à guarda das esposas escrituras ou quaisquer outros papéis importantes: as irresponsáveis donas [...] permitiriam que os tirassem as servas para embrulhos”²⁵⁶, ou os meninos para desenhar ou fazer barquinhos em que naveguem insetos, e o dinheiro destinado aos filhos não deveria estar à disposição das mães, pois elas seriam muito pródigas em suas concessões, além de fazê-lo secretamente. Esses cuidados não eram recomendados somente aos maridos; os pais também deveriam dispensar extrema vigilância em relação às filhas no sentido de imputar-lhes normas que as fizessem entender, desde cedo, a necessidade de “guarda, casa e marido.” Miguel-Pereira lembra ainda que esses preceitos foram reforçados por Nuno Marques Pereira, em sua obra *Peregrino da América*²⁵⁷, que enfatizava ser desnecessário à mulher mais que a instrução religiosa e os trabalhos domésticos, principalmente as que se queriam mais recolhidas. Miguel-Pereira transcreve uma passagem

²⁵⁴ XAVIER, E. O corpo a corpo na literatura: a representação do corpo nas narrativas de autoria feminina. In: BRANDÃO, I.; MUZART, Z. M. (Orgs.). *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 254.

²⁵⁵ Conforme MARTINS, W. A felicidade pela agricultura. *Gazeta do Povo*, 17 nov. 1997, este é o pseudônimo de João Antônio Andreoni, autor da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Publicada em Lisboa, em 1711, no Brasil o livro só viria à luz em 1837, no Rio de Janeiro, configurando-se como obra de grande importância para a compreensão da vida social e econômica do Brasil Colônia.

²⁵⁶ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 19.

²⁵⁷ De acordo com SOUSA JÚNIOR, V. C. de. IX Jornada Sobre Alternativas Religiosas na América Latina - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, 1999, o título completo da obra é *Compêndio narrativo do peregrino da América em que se tratam vários discursos espirituais e morais com muitas advertências e documentos contra os abusos que se acham introduzidos pela milícia diabólica no Estado do Brasil (1728)*, a única de cunho literário conhecida do autor, e foi escrita com o intuito piedoso de denunciar ou de corrigir os desregramentos da sociedade, como também de deixar clara sua crença de que a Colônia estava impregnada de demônios.

em que Nuno Marques Pereira enfatiza a importância de as mulheres serem impedidas de participarem de vida social, como forma de preservá-las dos malefícios que esse contato poderia acarretar:

De caminho quero fazer uma advertência aos pais de família, que poderá ser que ma agradeçam, e vem a ser: que nunca consentam que suas mulheres, filhas, irmãs, parentas e pessoas honradas de sua obrigação, que estiverem debaixo de sua proteção, vão ver comédias nem semelhantes farsas [...] sairão de tais funções distraídas, e com pensamentos tão estragados, que não se poderá reformar em muitos dias. [Também a ‘poesia cantada’ deveria ser vedada] porque grande força faz no sexo feminino que consegue perverter e abrasar em um incêndio amoroso.²⁵⁸

Além disso, Marques Pereira alertava para o perigo de as meninas terem um mestre particular, pois estariam sujeitas à proximidade com o outro sexo, o que poderia resultar nocivo aos propósitos casadoiros do pai. Assim, reiterava-se a idéia de que tanto as jovens solteiras – cujos passos, dados livremente, só conduziriam para o mal -, como as casadas deveriam estar sob constante vigilância. Nesse contexto,

A regra era reclusão, o regime de gineceu, que engordava o corpo e fazia murchar a inteligência; era a menina pregada às saias da mãe, misturada às mucamas, em sua companhia aprendendo a bordar e a trocar os bilros para fazer renda; pouco sabendo além de ler, escrever e contar – isso mesmo as mais afortunadas, que em algumas famílias as mantinham analfabetas [...] a regra era o casamento muito cedo, as maternidades anuais, a autoridade do marido sucedendo à do pai; a regra era a minoridade prolongada até a velhice, determinando nas senhoras a infantilidade...²⁵⁹

A divisão entre homens e mulheres, instituída pela ideologia patriarcal, também serve para fundar um sentido dicotômico entre *existência* e *essência*. A mulher é identificada como essência, já que existência pressupõe “problematividade ontológica e ética e necessidade de assumir riscos e fazer escolhas.”²⁶⁰ Como a mulher esteve sujeita à reclusão no espaço privado, não pôde desenvolver esse processo, tornando-se, assim, cada vez mais impalpável o seu lugar no mundo como sujeito. Dessa forma, a racionalidade patriarcal coloca à luz mais um elemento, a *alienação*, indispensável ao modelo de trabalho produtivo da sociedade moderna e “naturalização dos processos de desigualdade e injustiça social, como o que se

²⁵⁸ Excerto. In: MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 19-20.

²⁵⁹ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 21.

²⁶⁰ PASSOS, E. Op. cit., 2002, p. 62.

estabelece entre os sexos. Além disso, a *alienação* não deixa espaço para o prazer, para os sentimentos, para a emoção.”²⁶¹

A ideologia naturalista burguesa, que reforça a idéia de identidade feminina assentada no determinismo biológico, acarreta que o corpo seja o definidor de ações, sentimentos e pensamentos femininos, já que à mulher foi negado o direito ao uso da razão. Isso explicaria por que a mulher não tem sido valorizada por sua competência intelectual ou sua capacidade de deliberação, e sim por qualidades que agradam aos outros, como a beleza física e moral, predicados que se convertem em “capital simbólico e social”, muito caro às famílias patriarcais. Na trajetória dessas considerações, é relevante observar que

as formas físicas femininas passam por critérios estéticos e morais e vão ganhando significados a depender do que se espera delas. [...] O corpo feminino é colocado no limite entre a natureza e a cultura, ele vai sendo interpretado ideologicamente, seguindo os interesses e o imaginário social. Dialética, que ora exige que ele seja escondido, ora seja mostrado...²⁶²

Nesse sentido, é possível observar como os interesses da ideologia patriarcal têm prescrito a formação da identidade feminina, sobressaindo-se determinados períodos em que a mulher, por exemplo, foi compelida a acreditar que lhe cabia proteger o corpo de qualquer “leviandade”, visto tratar-se de um “santuário” destinado à maternidade, ou ainda, em certas circunstâncias, a mulher agiu como se o seu corpo fosse um instrumento útil para proteger, apoiar, alimentar e nutrir a outrem. De qualquer forma, rituais cotidianos, coerentes com a ideologia patriarcal, foram “minando sua [das mulheres] identidade e transformando-as em pessoas dóceis, submissas, abnegadas e tolerantes”²⁶³, atitudes coerentes com a idéia de uma suposta natureza feminina. Esse comportamento foi reforçado pela preocupação das mulheres de serem cada vez mais competentes em suas atividades, como forma de reação à dominação masculina. Entretanto, essa postura não favoreceu a reflexão sobre as bases dessa relação, tampouco contribuiu para a mulher superar a condição de objeto para alcançar o *status* de sujeito. Concordando, assim, com o processo de sujeição à razão patriarcal, origina-se uma espécie de dominação “consentida”. O mais crucial é constatar que, nesse processo, a mulher acaba não confiando em suas habilidades, em sua capacidade de reflexão, como também passa

²⁶¹ Idem, *ibidem*.

²⁶² PASSOS, E. Op. cit., 2002, p. 63.

²⁶³ PASSOS, E. Op. cit., 2002, p. 64.

a ter valor pelo tanto de benefícios e trabalhos que presta aos outros, corroborando a crença de que a natureza feminina só se constitui na servidão e na doação. Sua subjetividade constrói-se na vinculação com os homens e com os outros, como alguém para os outros, como única alternativa de ser: “jovem ou velha, filha, mãe-esposa.”²⁶⁴ Mais urgente para a mulher, antes de pleitear libertar-se de pais, maridos, irmãos, filhos, afirma Passos, é buscar desnudar-se de crenças introjetadas a respeito da superioridade e poder do homem, pois, ao incorporarem como seus objetos valores patriarcais que “afirmam serem elas ontologicamente inferiores e sem capacidade para pensar e para abrir caminhos, repetem esse padrão na escolha de ocupações de pouco prestígio, e, pior ainda, acreditam que elas se dão de forma livre e sem determinações.”²⁶⁵

Embaladas por uma falsa idéia de *independência*, as mulheres, continua Passos, acreditavam serem imprescindíveis ao perfeito andamento da família, invertendo a situação de dependência imposta pelo poder patriarcal, crendo-a meritória, sentindo-se, por essa via, reconhecidas pela família e pela sociedade.

Somente com a perda de laços, quando as mulheres enviuvavam, por exemplo, ao sentirem-se sem arrimo, sem pai ou irmão com que pudessem contar, conquistavam independência, passavam a ter firmeza em suas ações e confiança em si mesmas, angariando, assim, a dos outros.²⁶⁶ Registros sobre mulheres dos séculos XVII e XVIII dão conta que senhoras viúvas, chefes de família, se mostravam aptas a governar-se, bem como aos que delas dependiam. Esse fato permite registrar a atuação de muitas mulheres que conseguiram transformar o panorama de suas propriedades, tornando-se grandes empreendedoras. É o caso da fazendeira Maria da Cruz que não só administrava, juntamente com o filho Pedro Cardoso, uma imensa propriedade com criação de gado, como também foi cabeça de um levante, insurgindo-se contra as exigências da Coroa portuguesa de cobrança dos quintos. Isso lhe valeu ser presa e o filho degredado.²⁶⁷ Na ficção, Machado de Assis deixou clara sua predileção por viúvas, possivelmente porque sua intuição o fez perceber que essas mulheres,

²⁶⁴ PASSOS, E. Op. cit., 2002, p. 65.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶⁶ Basta lembrar o que prescrevia o sistema de direito civil brasileiro do século XIX em relação às mulheres.

²⁶⁷ Ver mais em SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. Op. cit., 2000, p. 378.

na vida real, eram dotadas de uma personalidade mais afoita e uma inclinação natural à liberdade, o que as tornava mais interessantes.²⁶⁸

Entretanto, essas atitudes constituíam a exceção, pois o mais comum, como já se viu, era as mulheres estarem sujeitas ao regime da reclusão, deixando-se absorver pelas atividades domiciliares. Assim, a sociedade brasileira da vida real, como também a que povoava a ficção, nas palavras de Miguel-Pereira, compunha-se de

doces donzelinhas, ariscas e sonsas, das ácidas donzelas que, não encontrando marido, se agregavam a parentes, em suas casas vegetando quase como aias, dessas casadas, tementes aos maridos ou sorrateiramente os traindo, dessas matriarcas decididas, não raro despóticas.²⁶⁹

Nesse contexto, começaram a aparecer os romances que giravam em torno de conflitos amorosos, ou entre amantes e as conveniências e hierarquias sociais, bem ao gosto do modelo social vigente. Jovens casadoiras serviam de inspiração aos literatos que as retratavam em suas histórias, bem como velhas senhoras, que só haviam vivido para a família, cuja preocupação maior era aumentar o prestígio familiar. E não poderia ser diferente, uma vez que a maioria do público leitor se constituía de mulheres, interessadas em casos sentimentais. Viam-se retratadas nas heroínas idealizadas, cujas vivências poderiam transportá-las a emoções impensáveis na vida real.

Com o advento do Naturalismo, a ficção começou a retratar donzelas e senhoras ousadas, que não mais se preocupavam em resguardar a imagem de recato, tão prezada pelos românticos. E isso não surpreende, visto que o Naturalismo aparecia como um levante contra o Romantismo. Foi o momento em que o cientificismo, expressado no “culto da ciência e do progresso, evolucionismo, liberalismo, iluminismo, determinismo, positivismo, contra espiritualismo, [...] comunicou feitiço próprio ao Naturalismo.”²⁷⁰ Isso significa dizer que o Naturalismo incorporou o cientificismo através de fatos e personagens calcados em uma visão científicista da natureza humana, ou seja, uma natureza não mais domesticada, que irrompe, muitas vezes, como impulsos irracionais, não controláveis. Essa preocupação científicista leva o Naturalismo a ter interesses amplos e universais, pois, acreditam os naturalistas, “nada é

²⁶⁸ Ver mais em MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951.

²⁶⁹ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 22.

²⁷⁰ COUTINHO, A. (Dir.) *A literatura no Brasil: realismo-naturalismo-parnasianismo*. v. III. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969, p. 5.

desprovido de importância e significado como assunto”, importando mais os atos em si que a opinião sobre eles, o que lhes confere certo amoralismo.²⁷¹ Assim, o Naturalismo vai distinguir-se do Romantismo pela

observação mais rigorosa e até presumidamente inspirada em métodos científicos; numa representação mais fiel do observado, reduzindo ao máximo a idealização romanesca; no menosprezo dos constantes apelos à sensibilidade do leitor, pelo abuso do patético; na invasão não só do romance, mas de todos os gêneros literários, pelo espírito crítico, que era principalmente o do tempo.²⁷²

Justifica-se, dessa maneira, por que acontecimentos de ordem social, cultural e política marcam essa nova fase da vida brasileira, na segunda metade do século XIX. São fatos que “assinalam mudanças sensíveis no modo de viver e, portanto, no comportamento da população.”²⁷³ A arte passa a ter referência pelo público e não pelo autor, prevalecendo a aceitação da obra e não a criação. Assim, poder-se-ia conjecturar, obras de escritoras oitocentistas que não encontraram lugar na história da literatura canônica, não teriam alcançado sucesso de público. No entanto, como já mencionado, é importante lembrar o livro *Celeste* que foi reeditado um ano após sua primeira edição por esta ter-se esgotado.

É nesse período que a pequena burguesia cresce aceleradamente, influenciando grandemente nos mais variados setores da sociedade, dando “o tom a muitas das formulações políticas e a muitas das colocações artísticas.”²⁷⁴ Entretanto, embora se assinale um contexto de transformações, a realidade das mulheres não mudou, pois isso teria resultado em uma significativa revolução social, transformando drasticamente as estruturas familiares, baseadas na temperança feminina. As contemporâneas do naturalismo continuaram a viver como

suas antepassadas, com o mesmo recato as virtuosas, com as mesmas precauções as que não sabiam resistir ao pecado. É que os adeptos da nova escola literária buscavam de preferência os casos mórbidos, numa reação talvez justificável contra a virtude convencional das heroínas românticas. E, estribados em recentes teorias científicas, viam o sexo invadindo tudo...²⁷⁵

Mais uma vez, no jogo das relações, a mulher foi vencida: deveria continuar sendo tutelada e resguardada, pois, vítima das exigências do útero, passou a ser vista como doente,

²⁷¹ COUTINHO, A. Op. cit., 1969, p. 9.

²⁷² VERÍSSIMO, J. Op. cit., 1999, p. 358.

²⁷³ SODRÉ, N. W. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 159.

²⁷⁴ SODRÉ, N. W. Op. cit., 1965, p. 160.

²⁷⁵ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 23.

sempre uma histérica, condenada a uma nova prisão. Dessa forma, independentemente do momento cultural por que passava a sociedade, num mundo feito por “homens e para homens”, só restaria à mulher ser mantida em sujeição. “Anjos do lar ou inquietantes filhas de Eva, não se lhes podia conceder a menor independência”²⁷⁶, repetindo-se, assim, os sempre mesmos estereótipos acerca da incapacidade de auto-condução da mulher.

²⁷⁶ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 24.

CAPÍTULO III

MARIA BENEDITA CÂMARA BORMANN (DÉLIA): *CELESTE*

O que deve impressionar o espectador diante de uma estátua, ou de uma tela primorosa, não é a idéia ou o fato que uma ou outra representa, mas sim a beleza dos contornos, o delineado das linhas, enfim, a perfeição do trabalho. Com o livro, que também é uma obra de arte, dá-se o mesmo; pertencendo o assunto à fantasia do autor, pode ele ser alegre ou fúnebre, grandioso e mesmo banal, contanto que a forma seja correta, a idéia bem desenvolvida e a dedução lógica.

Maria Benedita Bormann

E o coração, aquelle orgam palpitante, a victima do sarcasmo, resentido, só encontrava um alivio na penna, nessa espécie de suggestão que arrasta o artista e fal-o comparar ás águias que fictam o sol, mas que encarando-o, como se humilhadas da affoiteza, descem á terra e vão das misérias da vida, tirar o proveito do próprio mal, apresentando-o como exemplo na cartilha da experiência...

D. Iñez Sabino

Maria Benedita Câmara Bormann tinha lucidez sobre a relevância da obra literária como arte, e, como tal, de criá-la com desvelo e perfeição, pelo quanto isso poderia repercutir na sensibilidade do leitor. Buscou falar do universo feminino e colocar em posição de vanguarda a sua palavra. Essa atitude, nos tempos atuais, somada à sua produção literária, possivelmente lhe tivesse assegurado um lugar de prestígio nos meios intelectuais letrados. Entretanto, o que se observa é que, mesmo tendo conseguido lançar um número expressivo de títulos na segunda metade do século XIX, passada a repercussão inicial, ocorreu um vazio em torno de seu nome e sua obra, similarmente ao que sucedeu com a grande maioria das escritoras do século XIX. Não é de estranhar, então, que Maria Benedita passe a ser nomeada somente a partir da década de 1980, quando intensificaram-se os estudos de gênero no Brasil. É o momento em que

escritoras até então não prestigiadas por sua produção literária começam a ser resgatadas do limbo em que se encontravam, para se tornarem alvo de apreciação e estudo.

Maria Benedita Câmara Bormann nasceu em 25 de novembro de 1853, na cidade de Porto Alegre. Délia, pseudônimo com o qual a autora passa a cognominar-se no momento em que surge a mulher de letras, nasceria posteriormente. Com dez anos de idade, desloca-se com a família para o Rio de Janeiro, onde morou até sua morte, em 15 de maio de 1896²⁷⁷, e a comoção que perpassa as palavras de Sabino, ao referir-se à morte da ficcionista, deixa entrever o descaso com que foi tratado o fato na época:

Ella descia ao tumulo, obscura, como qualquer vulgaridade, sem os necrologios da Imprensa, sem grinaldas em exposição, sem missa de réquiem, sem cousa alguma em fim que symbolisasse esse pezar mundano, mentindo embora, mas que na occasião satisfaz e consola os que ficam...²⁷⁸

A autora continua seu lamento pela desatenção à morte da escritora, enfatizando que não houve “uma alma temperada de saudade, que fosse em nome da arte ornar o mármore do seu jazigo com um punhado de flores, ou lagrimas no coração.”²⁷⁹ Alguns periódicos do Rio de Janeiro teriam noticiado, de forma lacônica, o falecimento da ficcionista. É o caso de o *Diário Oficial*, o qual, segundo Sabino, “secamente rezou no seu obituário: ‘Maria Benedicta de Borghmann, nascida a 25 de Novembro de 1853 e fallecida a 15 de Maio (1896)’ e nada mais!...”²⁸⁰ Também o *Paiz*, jornal do qual a escritora fora colaboradora, noticiou de forma sucinta a sua morte; do mesmo modo, a *Gazeta da Tarde* não dispensaria mais do que meia dúzia de palavras a respeito do ocorrido. Sabino não menciona *A Notícia*, o que remete a pensar que o periódico não tenha registrado o fato. Isso é interessante, pois, de acordo com Sabino, foi nas páginas desse periódico que Maria Benedita deixou seu “testamento litterario”, como “ultimo mimo que legou ás lettras.” Referia-se à obra *Mylady*, a qual, segundo a autora,

²⁷⁷ De acordo com SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 191. Também apontam essa data SCHUMAHER, S; BRAZIL, E. V. Op. cit., 2000, p. 176. Demais fontes consultadas, entre as quais, TELLES, N. Introdução. In: BORMANN, M. B. C. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998, assinalam outra data de morte: julho de 1895. Guilhermino Cesar é ainda mais preciso na data: 23 de julho de 1895.

²⁷⁸ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 191-192. A edição *príncips* desta obra ocorreu em 1899. Em 1996, a Editora das Mulheres lança a segunda edição, publicando-a em edição *fac-símile*, com tiragem limitada de apenas 500 exemplares.

²⁷⁹ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 192.

²⁸⁰ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 191.

foi burilada “com esmero, um quê de philosophia na phrase, correta na forma...”²⁸¹, concluindo que *A Notícia* deveria orgulhar-se de possuir tal “jóia.”

São visíveis a admiração e o apreço que Sabino dedica à ficcionista. De acordo com suas observações, desde tenra idade, Maria Benedita mostrara-se inteligente, vivaz e espirituosa. Também sua beleza física, atrelada às maneiras finíssimas com que sabia portar-se, era motivo de admiração. Maria Benedita era uma mulher “instruída, amante das artes, tocava regularmente piano, cantava com magnífica voz de meio soprano, desenhava e conversava elegantemente, alternando a phrase dúctil e scintillante, com as luzentes chispas de sua alma culta.”²⁸² Shumacher e Brazil ressaltam que a paixão da autora pela música evidenciava-se como objeto de suas obras, tais como *Madalena* e *Uma vítima*.²⁸³ Figura singular, destacava-se por trejeitos que a distinguiam de outras mulheres em qualquer ambiente. É importante sublinhar a referência de Sabino a respeito da capacidade de compreensão da alma humana de que era capaz Maria Benedita, pois estudando a psicologia alheia em si mesma, buscava melhor entender-se. Possivelmente reside nesse aspecto a sensibilidade para captar tão agudamente a subjetividade feminina, que se evidencia na acuidade com que a autora penetrou a alma de suas personagens mulheres, colocando a nu sentimentos e comportamentos considerados inadequados para a mulher oitocentista.

Nas palavras de Sabino, Maria Benedita teria casado por amor, entretanto, “pouco tempo depois principiou a compreender o mundo sob um outro aspecto...”²⁸⁴ Essa alusão a respeito da vida da romancista deixa entrever que ela teria sido pouco feliz no casamento, fato também apontado por Shumacher e Brazil, cuja causa atribuem às continuadas viagens do marido, obrigado a desincumbir-se de atividades militares e políticas.²⁸⁵

As narrativas da ficcionista trazem nomes femininos em seus títulos, ou referem mulheres, o que imediatamente remete ao tema central de sua obra: “o coração da escuridão que é a mulher no século dezenove, continente inexplorado, ou mal explorado.”²⁸⁶ Nesse trajeto, pode-se entender por que a personagem principal de suas obras é sempre feminina, o que leva Shumacher e Brazil a afirmarem que a autora misturava “um pouco de sua própria

²⁸¹ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 197-198.

²⁸² SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 192.

²⁸³ SHUMACHER, S.; BRAZIL, E. V. Op.cit., 2000, p. 176.

²⁸⁴ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 192.

²⁸⁵ SHUMACHER, S.; BRAZIL, E. V. Op.cit., 2000, p. 176.

²⁸⁶ TELLES, N. Op. cit., 2000, p. 576.

vida com fatos ficcionais.”²⁸⁷ Sabino chega mesmo a afirmar, de forma incisiva, que, em *Lésbia*, a autora “fez a sua autobiographia, dando a conhecer as amarguras que estraçalhavam-lhe as illusões, prestes a cahirem de todo...”²⁸⁸

Numa época em que falar da mulher significava lembrá-la de suas obrigações em relação ao lar, ao marido, aos filhos, a escritora teve coragem de quebrar paradigmas, trazendo à discussão, através do comportamento de muitas de suas personagens femininas, temas tratados como tabu pela sociedade patriarcal, como a questão do divórcio. Tanto assim que, acreditasse, a obra *Celeste* deve ter causado grande impacto na época de sua publicação, visto que, nem toda admiração de Sabino pela ficcionista, não só como pessoa, mas também como mulher de letras, impediu-a de criticar a obra. Ao elogiar o romance *Myladay*, como um trabalho “burilado com esmero”, a autora pondera que seria o testamento literário da ficcionista. A afirmação assoma como uma “redenção literária” de Maria Benedita, uma vez que, acerca de *Celeste*²⁸⁹, Sabino proferira crítica ferrenha: “depois da sua desastrosa *Celeste*, seu ultimo livro, incompreensível, tresloucado, aneurasthenico, um livro máu de psycollogia...”²⁹⁰

Anônima entre os escritores naturalistas da época, apesar de sua apreciável produção literária publicada no final do século XIX, ainda hoje, o nome da romancista não consta nos compêndios escolares ou nas Histórias da Literatura Brasileira como representante do Naturalismo no Brasil. Em contrapartida, autores homens de então continuam sendo nomeados nos mais variados compêndios de literatura brasileira, mesmo aqueles de escassa obra, como é

²⁸⁷ SHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. Op.cit., 2000, p. 176.

²⁸⁸ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 196.

²⁸⁹ A data de 1893 marca a edição *principis* de *Celeste*, a qual é publicada em terceira edição, em 1988, compondo um conjunto de publicações de escritoras do século XIX, que atende a um interesse crescente por esse tipo de produção. A partir da década de 1980, ocorre, no Brasil, uma efusão de pesquisas de vanguarda nos meios acadêmicos, buscando reescrever a história literária brasileira, cuja crítica, até por volta da década de 1970, só reconhecia textos literários canônicos, o que significa dizer, textos “escritos no registro do masculino.” Somente três mulheres, até essa data, haviam merecido o reconhecimento por parte da crítica oficial: Raquel de Queiróz, Cecília Meireles e Clarice Lispector. Como já mencionado, é nesse panorama que começam a acontecer iniciativas de resgate de obras de escritoras do século XIX, cuja produção literária foi desautorizada, permanecendo oculta até essa data. Assim, ao lado da produção literária de escritoras contemporâneas aceitas pela crítica oficial, surgem nomes de mulheres que compuseram o quadro literário de escritoras oitocentistas, obscurecidas até então. Entre 1987 e 1989, O Projeto Pró-Memória e Pró-Leitura do MEC, juntamente com Instituto Nacional do Livro, editaram um conjunto de obras de escritoras do século XIX, entre eles, *Celeste*, de Maria Benedita Câmara Bormann. Também merece louvor o trabalho que vem sendo desenvolvido pela editora Mulheres, de Florianópolis, cujo esforço tem resultado importante resgate de escritoras do século XIX, das quais não se tinha notícia, e cuja obra, perdida para o público, volta a circular devido ao trabalho de reedição. É o caso da narrativa *Lésbia*, de Maria Benedita, que foi reeditada em 1998 por essa editora.

²⁹⁰ SABINO, I. Op. cit., 1996, p. 197.

o caso de Júlio Ribeiro, que consta na periodização literária brasileira como um dos representantes do Naturalismo brasileiro.

Atualmente, importantes estudos vêm sendo realizados sobre Maria Benedita Bormann, como os desenvolvidos por Norma Telles que compõem a obra organizada por Zahidé Lupinacci Muzart sobre escritoras brasileiras do século XIX, apresentando o resultado de investigação sobre vida e obra de Bormann. Também Rita Teresinha Schmidt editou artigos em que discorre sobre a ficcionista, como “Cultura e dominação: o discurso crítico no século XX”²⁹¹ e “Da exclusão, da imitação e da transgressão: o caso do romance *Celeste* de Maria Benedita Bormann.”²⁹² Na dissertação de Mestrado *Identidades em confronto: sujeito e subjetividade em Celeste e o Cortiço*²⁹³, Rozane Maria Dalsasso analisa, comparativamente, a obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, e *Celeste*, de Maria Benedita Bormann, oportunizando um espaço de discussão sobre a importância de colocar à luz escritoras cujo valor literário não foi reconhecido pela Historiografia Literária brasileira e que devem ser lidas e evidenciadas. Ainda pode-se mencionar o trabalho desenvolvido por Maria José Motta Viana, em sua tese de Doutorado, *Ficção feminina no Brasil, uma história de esquecimento*²⁹⁴, em que analisa várias autoras da literatura brasileira, entre elas, Maria Benedita Câmara Bormann. Na dissertação de Mestrado *Na tradição do Künstlerroman de autoria feminina: Léssia em diálogo com Corina e para além do intertexto*²⁹⁵, Daniela Pinto Barros analisa a obra *Léssia*, de Maria Benedita, em diálogo com o romance *Corina*, de Madame de Staël, na perspectiva de estudos de gênero. Também é importante registrar artigos escritos por Eliane Campello, tais

²⁹¹ SCHMIDT, R. T. Cultura e dominação: o discurso crítico no século XIX. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 83-90, set. 1997.

²⁹² SCHMIDT, R. T. Da exclusão, da imitação e da transgressão: o caso do romance *Celeste* de Maria Benedita Bormann. In: PETERSON, M. (Org.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000b. p. 67-95.

²⁹³ DALSSASSO, R. M. *Identidades em confronto: sujeito e subjetividade em Celeste e o Cortiço*. Porto Alegre: 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁹⁴ VIANA, M. J. M. *Ficção feminina no Brasil, uma história de esquecimento*. Belo Horizonte: 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

²⁹⁵ BARROS, D. P. *Na tradição do Künstlerroman de autoria feminina: Léssia em diálogo com Corina e para além do intertexto* Rio Grande: 2002. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

como: “O suicídio em contos de Maria Benedita Bormann”²⁹⁶; “Lésbia: um Künstlerroman fundador”²⁹⁷; e “O tema do suicídio em contos de Maria Benedita Bormann”²⁹⁸.

Sedução e heroísmo: imaginação de mulher (entre a República das Letras e a *Belle Epoque* – 1884-1911)²⁹⁹, de Regina R. Felix, é outro importante trabalho, em que a obra de Maria Benedita Bormann é focalizada. Ao lado de Bormann, a autora analisa também a obra de Emília Bandeira de Melo, numa perspectiva interdisciplinar, evidenciando o sujeito feminino e seu papel na vida social e cultural do país no final do século XIX e início do XX.

Assim, pela importância desses trabalhos, justifica-se somar esforços no sentido de tornar mais visível a obra de Maria Benedita, o que remete ao estudo de *Celeste*, buscando observar, em especial, a representação do sujeito feminino, como também questões de gênero, raça e violência no âmbito familiar e, por fim, a ideologia que perpassa o texto em análise.

1 A representação do sujeito feminino

Porque razão a mulher não poderá ser conhecida pela penna de outra mulher, estudando em si, a psychologia alheia?

D. Ignez Sabino

A história das mulheres, sua luta pela conquista de um espaço próprio e pelo reconhecimento de seu *status* como sujeitos perpassa os tempos. Mary Astell, por exemplo, em 1700, já instava que a mulher fosse reconhecida como sujeito racional.³⁰⁰ Também Mary Wollstonecraft, aqui já mencionada, no final do século XVIII, argumentava que o feminino era um construto cultural, resultante da moral social e do acesso restrito das mulheres à educação. Em fins da década de 1960, a subjetividade gendrada passa a ser foco da política feminista, e a

²⁹⁶ CAMPELLO, E. T. A. O suicídio em contos de Maria Benedita Bormann. *Interdisciplinar*, v. 03, p. 03, jan./jun. 2007.

²⁹⁷ CAMPELLO, E. T. A. Lésbia: um Künstlerroman fundador. *Anais IV Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: 2001.

²⁹⁸ CAMPELLO, E. T. A. O tema do suicídio em contos de Maria Benedita Bormann. *Anais do V Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre : CD-ROM, 2003.

²⁹⁹ FELIX, R. R. *Sedução e heroísmo*: imaginação de mulher (entre a República das Letras e a *Belle Epoque* – 1884-1911). Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

³⁰⁰ De acordo com WEEDON, C. Subjects. In: EAGLETON, M. (Org.). *A concise companion to feminist theory*. London: Blackwell publishing, 2003. Tradução de Amanda Dal’Zotto Parizote.

consciência de que “pessoal é político, encorajou mulheres a examinar como sua subjetividade foi formada pelas relações patriarcais que determinaram aspirações, seus valores, a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero patriarcais.”³⁰¹ Weedon abre sua discussão sobre “sujeito”, ponderando que, como os demais signos, este também reveste-se de significados plurais em contextos específicos e afirma que “ser um sujeito político com direitos e deveres comparáveis àqueles dos homens tem sido uma chave para as questões feministas.”³⁰² A autora aponta que “subjetividade, como ocorre na teoria feminista, variadamente refere-se aos pensamentos conscientes e sentimentos de indivíduos, seu senso de pessoa e, nos contextos da psicanálise e do pós-estruturalismo, ela inclui significados inconscientes, desejos e vontades.”³⁰³ Filósofos e cientistas dos séculos XIX e XX, estudiosos da diferença de gêneros, propuseram uma natureza feminina dessemelhante da masculina, e, ainda que as mulheres pudessem ser consideradas iguais, eram vistas como seres diferentes, freqüentemente inferiores aos homens. Weedon lembra que essa maneira de considerar as mulheres alastrou-se pelo campo da literatura e artes e ressalta, como exemplo, a atuação de mulheres nos palcos, quando podiam ser celebradas ao representarem o trabalho escrito por homens, entretanto a produção feminina de peças teatrais não era bem aceita, sendo sempre essa escritura considerada somenos da realizada pelo homem. A atuação de grupos feministas foi determinante para começar a se questionar as teorias patriarcais sobre a natureza da mulher há tanto arraigadas no meio social. A política, sempre reservada à esfera pública, começa a ser pensada para incluir áreas do domínio privado, como “a família, sexualidade, papéis de gênero e subjetividade.”³⁰⁴ Para a autora, no momento em que o feminismo desafiou a divisão entre público e privado, foi possível redefinir a relevância do corpo como “um lugar de opressão política e exploração das mulheres e opressão pelo patriarcado, questões que começaram a ser vistas como intrínsecas a todos os elementos da sociedade contemporânea.”³⁰⁵ Weedon discorre sobre sujeito, retomando a construção desse conceito em variadas instâncias, entre as quais, o sujeito liberal-humanista, quando aponta que, a luta das feministas liberais foi buscar garantir oportunidades iguais para todos no campo da educação, do trabalho e da sexualidade,

³⁰¹ WEEDON, C. Op. cit., 2003, p. 111.

³⁰² WEEDON, C. Op. cit., 2003, p. 112.

³⁰³ Idem, ibidem.

³⁰⁴ WEEDON, C. Op. cit., 2003, p. 113.

³⁰⁵ Idem, ibidem.

assegurando o princípio liberal de livre escolha do indivíduo. Se, por um lado, o feminismo liberal não atendeu a todas as demandas, por outro, motivou “o desenvolvimento de formas alternativas de feminismo com entendimentos diferentes e freqüentemente mais complexos da subjetividade das mulheres.”³⁰⁶ Além disso, no âmbito da produção cultural, o princípio liberal de livre escolha do indivíduo significou um fim à discriminação contra mulheres envolvidas na produção e recepção de textos, o que fomentou, entre outras, a discussão sobre a representação do sujeito feminino na obra de arte. Essa questão possibilitou constatar que a tradição literária brasileira privilegiou como modelo a produção considerada canônica, calcada nos moldes europeus e, essencialmente, masculinos. Circunstâncias como essas infligiram à produção literária feminina do século XIX e início do século XX um poderoso estigma, o de não encontrar espaço junto à crítica, sendo omitidas de Histórias da Literatura e compêndios escolares. Na visão de Schmidt, na medida em que nossas histórias literárias não prestigiaram a criação feminina, corroborando a primazia do modelo masculino, a tradição de criatividade androcêntrica prescreveu “a experiência masculina como paradigma humano nos sistemas simbólicos de representação.” Assim, tendo esse paradigma assumido feições de universalidade, “a diferença da experiência feminina foi neutralizada e sua representação subtraída de importância...”³⁰⁷

A questão apontada remete aos estudos realizados referentemente à produção literária da mulher escritora oitocentista, movimentando-se essas investigações, especialmente, em duas direções: por um lado, a constatação do não reconhecimento dessa escritura, por não responder ao cânone androcêntrico e, por outro, a busca da representação do universo feminino que se instaura nessas narrativas, cujas personagens mulheres constituem o sujeito feminino que se movimenta num universo representacional.

Para o desenvolvimento deste capítulo, interessa primeiramente captar a experiência do sujeito feminino representado na obra *Celeste*, de Maria Benedita Câmara Bormann, a partir de conceitos enunciados por Brooks, em sua obra *Reading for the Plot: design and intention in narrative*,³⁰⁸ buscando uma hermenêutica da narrativa, cuja protagonista, Celeste, rompe paradigmas secularizados, desencadeando uma dinâmica básica para o desenrolar das

³⁰⁶ WEEDON, C. Op. cit., 2003, p. 114.

³⁰⁷ SCHMIDT, R.T. Op. cit., 1995, p. 185.

³⁰⁸ BROOKS, P. *Reading for the Plot: design and intention in narrative*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984. Tradução de Cláudio Guedes Bochese.

peripécias narrativas. Essa personagem constitui, primordialmente, o sujeito feminino em torno do qual gravita a narrativa e cuja trajetória evidencia uma transgressão ao modelo idealizado de mulher, corrente na sociedade do século XIX. Fazendo coro com Brooks, busca-se aqui uma convergência entre psicanálise e crítica literária, pois, conforme o próprio autor afirma, “deveria haver uma correspondência entre as dinâmicas literárias e psíquicas, já que, até um importante ponto, nós definimos e construímos nosso entendimento do eu através de nossas ficções, dentro da limitação de uma ordem simbólica transindividual.”³⁰⁹ A idéia de transitar pela psicanálise está longe de tentar “psicanalisar” personagens, autores ou leitores da narrativa. Na verdade, ainda subsumindo o entendimento de Brooks, busca-se observar o funcionamento psíquico no funcionamento textual, no intuito de perceber algo sobre como a dinâmica do texto se organiza e algo sobre equivalências psíquicas. O trabalho de Freud, mais especificamente a obra *Além do princípio do prazer*³¹⁰, serve de base para esse trajeto. Na segunda parte deste capítulo, retomam-se as discussões de Engels, na obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado*³¹¹, em que o autor rastreia a história da família como produto do sistema social e reflexo do estado de cultura desse sistema. Também conceitos de Bourdieu³¹² são aqui revisitados como subsídio para a análise da obra *Celeste*. Por último, Ricoeur³¹³ e Althusser³¹⁴ servem de base para a discussão sobre questões ideológicas que perpassam a obra em análise.

Brooks enfatiza que “O desejo está sempre lá, no começo de uma narrativa, freqüentemente em um estado de provocação inicial, muitas vezes tendo alcançado um estado de intensidade tal que um movimento deve ser criado, uma ação levada a cabo, uma mudança começada.”³¹⁵ A obra *Celeste*, que inicia *in media res*, abre espaço para que Celeste crie esse movimento quando comunica ao marido sua intenção de deixá-lo e voltar para a casa paterna. Cansada das brutalidades de Artur, anuncia-lhe o fim do casamento, fato que desencadeia a sucessão de acontecimentos que se organizam em diferentes movimentos entre o começo e o

³⁰⁹ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 36.

³¹⁰ FREUD, S. *Além do princípio do prazer*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

³¹¹ ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

³¹² BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

³¹³ RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

³¹⁴ ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

³¹⁵ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 38.

fim da trajetória de Celeste, numa lógica dinâmica. A protagonista rebela-se contra a impossibilidade de alcançar a felicidade, pois idealizara, desde tenra idade, o mais terno amor para sua vida, “ao lado do escolhido da alma, desse ente desconhecido e já amado, que a deveria mais tarde completar, felicitando-a.”³¹⁶ De índole arrebatada, já aos dez anos, lê romances, “interessando-se de modo apaixonado pelos heróis e heroínas, relendo afogueada os lances dramáticos em que bramia o amor” (p. 32). Evidencia-se, na ânsia de Celeste de ser feliz, a dinâmica do desejo como força motriz a conduzir a existência da protagonista e a desencadear as ocorrências da narrativa. É esse desejo que a leva a tomar a atitude extremada em relação ao seu casamento, gesto que retoma um desejo que “saiu do trilho”, descarrilado pela impossibilidade de concretizar o sonho idealizado.

Sua decisão é tão incontestável que, diante dos argumentos de Artur, no intuito de dissuadi-la do intento, a protagonista assume uma atitude irrevogável: “- Nem há namoro, nem irá além, mas nunca mais te pertencerei viva, bradou com veemência, pregando a agulha e cruzando os braços provocantemente.” (p. 15). Ao lançar esse grito de independência, a personagem não só estabelece a perspectiva de novas possibilidades de vida, livre do jugo masculino imposto por Artur, como também transgride convenções de submissão da mulher ao homem. Celeste desafia o convencionalismo de uma instituição que apregoa a indissolubilidade de laços, criada para atender aos interesses de um programa patriarcal. Para o marido, essa é uma atitude inaceitável e até inopinada, uma vez que, nessa sociedade, o casamento assoma como a aspiração maior de jovens donzelas e como a quase exclusiva possibilidade de estabilidade e reconhecimento sociais para a mulher. Permanecer solteira, lembra Rocha-Coutinho, “além de pouco atraente e financeiramente inviável na maioria das vezes, implicava um desprestígio para a mulher.”³¹⁷ Enquanto o casamento enobrecia a mulher, ficar “solteirona” significava viver uma situação de total obediência e exploração, por sua condição de dependência econômica absoluta e desvalorização social. Celeste desafia essa circunstância, e o sentimento de superação parece advir da expectativa de retomar as rédeas da própria vida, de colocar novamente o desejo como impulsão de vida. Essa sensibilização em

³¹⁶ Retomo aqui a referência de *Celeste*. Rio de Janeiro: Presença/MinC/Pró-Memória/INL, 1988, p. 40, para esclarecer que todas as citações retiradas dessa obra fazem parte da mesma edição, portanto, nas próximas, só serão apontadas as páginas, entre parênteses.

³¹⁷ ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 83.

relação a sua subjetividade assegura a Celeste a firmeza necessária para não retroceder em sua determinação, atitude que poderá significar a reconquista de si mesma. Brooks afirma que “as narrativas retratam os motores de desejo que dirigem e consomem seus enredos, e eles também desnudam a natureza da narração como uma forma de desejo humano.”³¹⁸ Nessa perspectiva, o ato de narrar significa uma necessidade essencial do ser humano, pois, através de narrativas, é possível recontar e reaccessar continuamente o significado das ações humanas passadas, antecipando o desenrolar de projetos vindouros. É nessa intercessão que se colocam muitas histórias ainda não completas, retrabalhadas nas histórias de cada ser humano, que narra para si mesmo “em um episódico, às vezes semiconsciente, mas virtualmente ininterrupto monólogo.”³¹⁹ Brooks enfatiza ainda que a narrativa assoma como alguma coisa mais que um gênero convencional, que “parece situar-se em um lugar especial dentre as formas literárias [...] por causa de seu potencial de resumo e re-transmissão: o fato de podermos reconhecer ‘a estória’ mesmo quando seu meio há sido consideravelmente mudado.”³²⁰

Nesse sentido, justifica-se o impulso narrativo, pois re-contar histórias parece configurar uma forma de explicar e entender vivências humanas que, de outra forma, não poderiam alcançar entendimento. Contrariando a tradição do *cogito* e a pretensão do sujeito de conhecer-se “a si mesmo”, Ricoeur afirma que “só nos compreendemos pelo grande atalho dos sinais de humanidade depositados nas obras de cultura. O que saberíamos do amor e do ódio, dos sentimentos éticos e, em geral, de tudo o que chamamos de o *si*, caso isso não fosse referido à linguagem e articulado pela literatura?”³²¹ Assim, palmilhar a trajetória de Celeste permite encontrar ressonância na contemporaneidade e reconhecer a busca que tantas mulheres empreendem para se tornarem sujeitos de sua história. Se admitirmos que a narrativa em si pode ser um tipo de entendimento e explicação, então ela deverá ser considerada como uma relevante operação na vida de todo ser humano. Nesse trajeto, é possível pensar sobre a vida de Celeste no século XIX, momento em que a sociedade não permite voz à mulher, e cuja obediência à hegemonia masculina não é contestada. A mulher desempenha os papéis a ela destinados pelo poder dominante que a transforma em mero objeto, manipulado de acordo

³¹⁸ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 61.

³¹⁹ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 3.

³²⁰ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 4.

³²¹ RICOEUR, P. Op. cit., 1990, p. 58.

com os interesses. Dentro desse contexto, desenha-se o retrato juvenil da protagonista que, de alguma forma, retoma o perfil idealizado de mulher da época. Dotada de predicados artísticos e físicos, a personagem encanta a quantos a ouvem ou vêem:

Cantava Celeste como uma sereia. Com a entusiasta paixão, que era o distintivo da sua natureza, e com a inata facilidade dos passarinhos, fazendo intuitivamente aquilo que os mestres não ensinam, mesmo porque não é possível ensinar aquilo que é inerente a cada criatura. (p. 56).
Completara Celeste 14 primaveras e tornara-se tão deslumbrante a sua beleza, que obrigava os transeuntes a voltar-se para de novo mirá-la, muda homenagem de que muito se desvanecia o pai. (p. 43).

Celeste destaca-se não só por sua beleza física e dotes artísticos, mas também por sua delicadeza e inteligência, dedicação prazerosa aos estudos e afetividade em relação aos pais, semelhando cumprir um *script* narrativo em que a heroína apresenta comportamento irretocável, bem ao gosto dos padrões sociais oitocentistas, não fora a cena inicial da narrativa, quando a protagonista comunica ao marido a decisão de abandoná-lo.

Nesse ponto é possível conjecturar sobre o projeto da narrativa, cujo desejo se configura na busca de Celeste de completude afetiva e emocional. Para Brooks, há uma lógica que intermedeia as transformações engendradas entre o começo e o fim do desenrolar dos acontecimentos, que dá sentido à seqüência e conduz para a realização do desejo da narrativa. O autor ainda afirma que “o enredo [...] é uma peculiar operação estruturante daquelas mensagens que são desenvolvidas através da seqüência temporal, o instrumento lógico de um modo específico de entendimento humano.”³²² Paulatinamente, a personagem vai se afastando da possibilidade de alcançar completude afetiva, concretizar o ideal de amor romântico, pois, desde o amor adolescente, que eclode aos 14 anos, Celeste experimenta o desencanto da paixão não correspondida. Apaixona-se por Ciro da Silva, freqüentador de festas da família, o qual, além de considerá-la ainda muito infantil, mantém um relacionamento amoroso com Tereza Veloso, moça casada, de 28 anos, fato responsável por sua primeira desilusão amorosa:

Tão criança ainda, curtiu Celeste todas as torturas de um amor não retribuído, trucidada pelo ciúme, pela dor e pelo desencanto, fanando-se-lhe uma a uma as mais belas aspirações do seu novel coração. Tinha sensação de imenso desequilíbrio moral, porquanto, em vez de lhe vibrarem docemente as fibras em um primeiro amor, abatera-lhe a alma a mais cruel das decepções. (p. 47).

³²² BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 10.

A partir desse momento, delineia-se em Celeste um perfil emocional impressionável, apaixonado, nervoso, e, diante do impedimento de expandir o seu afeto, tornara-se “pálida e melancólica como um anjo tumular” (p. 46), vislumbrando, na idéia idealizada da morte, uma alternativa de superação de sua desdita. Pela voz narrativa, pode-se entrever que a heroína, apesar de mostrar-se vivaz e caprichosa, parecendo cumprir um destino de ventura, projeta-se predestinada ao infortúnio, quando já em tenra idade vislumbram-se determinados acentos desse temperamento inclinado ao pesar:

Nesses cinco anos e meio decorridos [idade], algumas nuvens ensombraram a curta e mimosa existência de Celeste, deixando-lhe uma impressão penosa e imorredoura. Eram mui precoces as suas fibras sofredoras e não passava facilmente da lágrima ao riso, como a maioria das crianças. Carecia de ser venturosa, de viver em algodão em rama... (p. 27).

Embora a configuração inicial da protagonista preencha o padrão de idealização romântica de mulher do século XIX, ainda assim, não realiza o *script* romântico, em que se reforçam, gradativamente, características que constituem o perfil idealizado. Ao contrário, Celeste evolui dentro da obra, esboçando-se um temperamento emotivo e nervoso, distanciando-se, assim, da imagem perfeita de mulher burguesa, principalmente, da primeira metade do século XIX.

Na medida em que Celeste não aceita a tirania imposta pelo marido e contra ela rebelasse, já não pode servir como “modelo” de comportamento para as moças casadoiras da época que, lendo a obra, poderiam ter uma nova percepção de vivência feminina, relativizando a ideologia disseminada na sociedade. Embora o marido tenha buscado domesticá-la, desde o início do casamento, ela não se intimida diante das circunstâncias. Finda a lua-de-mel, Artur retorna ao trabalho, mas não sem antes dar a Celeste, para que leia, o livro *Fisiologia do casamento*, de Debay³²³, entretanto, “enervando-a aquela leitura, sentou-se ao piano...” (p. 79), revelando a incipiência do sujeito feminino que se constitui na transgressão.

A seqüência episódica da obra *Celeste*, após a dissolução do casamento de Artur e Celeste, remete a um novo movimento narrativo, no qual a vida da protagonista é retomada passo a passo, desde o seu nascimento até o momento em que retorna à cena de abertura da

³²³ Em nota ao final da obra *Celeste* (nota 43, p. 173), Nanci Egert comenta que Debay (1802-?), escritor francês, escreveu inúmeras obras relativas à higiene, fisiologia, magnetismo.

obra. Os fatos são relatados de forma a construir um perfil evolutivo da protagonista no envolvimento com as pessoas que constituem seu mundo familiar e social.

Se “narrativas dizem do desejo”, conforme afirma Brooks, então é possível pensar que há um despertar e um aproveitamento do desejo como estímulo propulsor a gerar significação. Ainda que ele considere o desejo um conceito muito amplo, quase “banal” para ser definido, o autor acredita que é possível “dizer algo sobre as formas que ele toma na narrativa, como representa a si mesmo, a dinâmica que ele gera.”³²⁴ O autor enfatiza que pensar o desejo nessa perspectiva é retomar a noção de Eros de Freud, “uma força incluindo o desejo sexual, porém, maior e mais polimorfo...”³²⁵

Na obra *Além do princípio do prazer*, Freud recorre ao mito dos seres completos/incompletos, narrado por Aristófanes, em *O banquete*, de Platão³²⁶, o qual trata da origem do instinto sexual, para explicar a íntima relação entre pulsão de vida/pulsão de morte. Em seu discurso, Aristófanes discorre sobre a natureza humana, afirmando que outrora, “não era o que é hoje, mas bem diferente. Havia, no princípio, três espécies de homens e não duas, como atualmente: macho e fêmea. O terceiro gênero era formado dos dois primeiros.”³²⁷ Esses seres primitivos eram perfeitos, e tudo neles, continua o filósofo, era dúplice: tinham quatro mãos e quatro pés, duas faces, quatro orelhas, dois órgãos genitais. Por terem se tornado poderosos e, buscando enfraquecê-los, Zeus resolve parti-los em dois “do mesmo modo que com um fio de cabelo se dividem os ovos para temperá-los com sal.”³²⁸ Realizada a separação, “cada parte desejou unir-se à metade de que se desligara”, atirando-se nos braços uma da outra e enlaçando-se fortemente, ansiosas por fundirem-se.³²⁹ Inspirado no filósofo, Freud trabalha a hipótese de que “a substância viva, por ocasião de sua animação, foi dividida em pequenas partículas, que desde então se esforçaram por reunir-se através dos instintos sexuais.”³³⁰ Assim, se a matéria inanimada, ao metamorfosear-se em viva, fragmentou-se em partículas, se essas partículas transformaram-se em organismos complexos, transmitindo o instinto de complexão às células germinais, e se a pulsão de vida contida então nas células germinais

³²⁴ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 38.

³²⁵ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 37.

³²⁶ PLATÃO. *O banquete*. Trad. Albertino Pinheiro. São Paulo: Atena, 1963.

³²⁷ PLATÃO. Op. cit., 1963, p. 39.

³²⁸ PLATÃO. Op. cit., 1963, p. 41.

³²⁹ Idem, ibidem.

³³⁰ FREUD, S. Op. cit., 1975, p. 77.

intenta recuperar a totalidade primeva, então é possível pensar que pulsão de vida e pulsão de morte são idéias intimamente ligadas. Nessa medida, pode-se conjecturar que os seres humanos continuam se buscando, na tentativa de completude que perseguem desde os tempos imemoriais. Sobre essa descontinuidade, Paixão enfatiza que, “nós seres humanos, recusamos a individualidade que somos e estamos eternamente buscando o Outro como forma de recompor a continuidade perdida.”³³¹ Para Armony, “esperamos encontrar no par amoroso o nosso complemento, [...] De decepção em decepção aprendemos não existir, na vida real, este encaixe perfeito; o desejo, porém, permanece em nossa fantasia inconsciente.”³³² É nesse sentido que Celeste, embora não realize seu sonho de felicidade com o marido, acredita poder viver um grande amor com Mário, que retribui o sentimento. O amor que transcorre dessa afinidade processa-se de forma platônica, pois Celeste, cuja idéia de pertencimento ainda está ligada a sua vivência com Artur, sente-se impossibilitada de concretizar a união carnal fora do casamento. Ela continua sofrendo os reflexos de uma educação direcionada para a dedicação ao outro, no caso, o marido, independentemente de isso implicar anulação de sua subjetividade. Diante dessa moldura estreita em que se coloca, de só poder orientar-se para atender às necessidades do outro, a mulher perde a perspectiva de si mesma, e sua identidade forma-se em resposta àquilo que a sociedade prescreve para o comportamento feminino. Essa inferioridade em que a mulher é colocada encontra respaldo nos estudos freudianos a respeito da sexualidade feminina que enfatizam a condição a-menos da mulher, a qual é definida pela falta, comparativamente à sexualidade masculina, tomada como modelo. Assim, desde sempre, a menina aprende a lição da desvalorização, que visa a sua sujeição à ideologia hegemônica. Em sua socialização, lembra Rocha-Coutinho, a criança é colocada a desempenhar atividades estereotipadas, forjando, paulatinamente, diferenças psicológicas e acentuando a assimetria entre os sexos. Assim,

as meninas eram encorajadas a serem dóceis, boazinhas, úteis, prestativas, cooperativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, a não incomodarem as pessoas e a não dizer não. Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a ‘cuidar’ de todo mundo, menos delas, a serem guardiãs da tradição e dos laços de família. Por isso, quando adultas, muitas delas apresentam tanta dificuldade em pedir ajuda ou delegar tarefas, e carregam uma sensação de culpa e responsabilidade por situações que não se

³³¹ PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991, p. 137.

³³² ARMONY, N. Eros/Thanatos: uma exegese e uma pragmática de *Além do princípio do prazer*, on line, 2007.

originaram de suas ações e não têm relação com sua real habilidade em determinar eventos.³³³

“Os papéis sociais são aprendidos no processo evolutivo de todo ser humano”, afirma Kusnetzoff.³³⁴ As meninas, continua o autor, “são claramente recompensadas pelos pais ou pelos amigos quando cumprem o que se *espera* delas, como meninas. Se brincam ‘de mamãe e papai’, se são delicadas e não agridem, recebem sorrisos, palavras de elogio, e haverá mil e uma oportunidades para se sentirem amadas.”³³⁵ Naturaliza-se esse modelo falacioso de educação, levando a mulher a repetir o desenho imposto, como forma de alcançar um espaço de reconhecimento no grupo social. Embora tenha desafiado as convenções da sociedade, Celeste permanece presa a elas, tranquilizando Cândida – mãe de Celeste - quanto ao desenrolar dos acontecimentos. A mãe acompanha as peripécias amorosas entre Celeste e Mário, entretanto não se preocupa, pois “era Celeste romanesca e altiva, tinha medo do marido e horror da maledicência, portanto conservar-se-ia na fase platônica e foi o que aconteceu.” (p. 96). Respalhada no padrão de comportamento desejado para a mulher, na época, e na conduta de Celeste até aquele momento, Cândida não ousa pensar que a filha poderia “desviar-se” das normas morais que sustentavam a irretocabilidade da imagem feminina diante da sociedade. Por decisão de Celeste, que acredita ser mais importante para Mário viajar para completar seus estudos que permanecerem juntos, os jovens amantes separam-se, entretanto ela desespera-se com a possibilidade de nunca mais se verem:

...como leoa ferida, soberba de desespero, chorou, soluçou, monologando, atirando-se sobre os móveis, erguendo-se de novo, balbuciando frases entrecortadas e arrancando a roupa em assomo de raiva, como se quisesse com ela arrancar também a pele e o pobre coração despedaçado. [...] No dia seguinte, desfeita, melancólica, apresentou a fronte aos beijos da mãe que muito bem avaliava o quanto padecia ela. (p. 101).

Ao buscar a metade que vai completá-la, Celeste responde à pulsão de vida, pois o amor mútuo entre os seres humanos, segundo Platão, “os reconduz ao estado primitivo da natureza, unindo as metades e remediando destarte a fragilidade humana.”³³⁶ Entretanto, quando induz

³³³ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 59.

³³⁴ KUSNETZOFF, J. C. *A mulher sexualmente feliz*. Trad. Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 20-21.

³³⁵ Idem, *ibidem*.

³³⁶ PLATÃO. Op. cit., 1963, p. 42.

Mário a partir, esvai-se a possibilidade de concretizar essa completude, ainda assim, Celeste encontra, na idealização de subjetividade feminina desenhada pela sociedade, lenitivo para sua decisão, deixando isso bem claro quando se justifica a Mário: “Se tivermos de ser felizes, sê-lo-emos, mas não tentemos a Deus!... A coragem que me leva a afastá-lo enche-me de orgulho, eleva-me para o martírio aos meus próprios olhos e reconcilia-me comigo mesma!” (p. 100). Embora tenha atendido ao desejo de abandonar o marido em busca de ser feliz, nesse momento, a renúncia é para Celeste a única forma de aceitação de si mesma, pois a culpa diante do que é considerado pecaminoso ainda não lhe permite dar vazão a sua natureza feminina. Ela prescinde que a sociedade incrimine seu comportamento, pois ela o faz primeiro, imputando-se o estigma da condenação por amar outro homem que não o marido, pecado que somente poderá ser redimido pelo sofrimento. Esse mesmo sentimento experimenta Cândida que, embora aquilate o padecimento da filha, sente-se “muito orgulhosa com o triunfo que a moça conquistara sobre si mesma, e tranqüila quanto às apreensões e à vigília que aquela solução lhe poupava.” (p. 101). Nada se configura mais importante que a manutenção do *status quo*, o qual se perpetua através da própria mulher que repete estereótipos sem questioná-los, independentemente dos danos causados à constituição de sua subjetividade. Cândida acredita ter cumprido seu papel de mãe, na medida em que Celeste mantém conduta irretocável, repetindo, dessa forma, o desenho de mulher absolutamente recatada e pudica prescrito pelo modelo patriarcal. Resultado de uma educação que buscava tornar as filhas “femininas” desde os primeiros meses de vida, a subjetividade da mulher constituiu resposta positiva ao poder androcêntrico, cuja ideologia previa a indissolubilidade do casamento para as mulheres que se manteriam fiéis ao marido mesmo após a viuvez. Rocha-Coutinho enfatiza que, “durante séculos, religiosos, cientistas e profissionais têm dito como são as mulheres, como elas sentem, como é seu erotismo, o que desejam, quais são suas alegrias e formas de realização pessoal.”³³⁷ Na verdade, afirma a autora, de tanto ouvir reiteradamente esses argumentos, “seus corpos, sofrimentos, projetos e ações têm tentado, geralmente, corresponder a estas afirmações, até que grandes regiões de suas vidas e suas subjetividades parecem dar razão a tais discursos.”³³⁸

³³⁷ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 60.

³³⁸ Idem, *ibidem*.

Nessa dimensão, o sujeito feminino constituiu-se sem discurso próprio, amorfo, repetindo estereótipos, construindo-se a identidade da mulher a partir da divisão social entre o público e o privado, com o confinamento da mulher ao lar, concorrendo de forma determinante na construção de sua subjetividade.

Essa subjetividade, calcada em uma imagem feminina idealizada, levou Celeste a nutrir por Mário um amor “quase com a primitiva candura de donzela”, projetando um sentimento puro, repleto de castos arrebatamentos, entretanto, por quanto tempo Celeste poderia sufocar o temperamento vivaz e repleto de luxúria que a constituía? Pela voz narrativa, que conhece profundamente os sentimentos da protagonista, é possível entrever o surgimento de uma nova Celeste que emerge do sofrimento e começa a delinear-se pela liberação de sua sexualidade. Ela lembra que sempre sentira “ardentes transportes que a convulsionavam nos braços de Artur, fazendo-a gritar e soluçar, delirante de volúpia, em um espasmo violento e doloroso que lhe repuxava a nuca, paralisando-lhe o cérebro e secando-lhe a garganta.” (p. 101). Entretanto, “desde que a imagem de Mário povoara-lhe a imaginação, nenhum desejo roçara-lhe a epiderme, nenhuma solicitação carnal a despertara do êxtase de amar e de sentir-se amada de modo tão cavalheiresco.” (102). A narradora continua sua observação, antecipando o comportamento de Celeste: “Essa predisposição, porém, não poderia durar sempre em uma mulher daquele temperamento. Todo esse platonismo não era mais do que uma incubação, donde surgiria infrene sensualidade.” (p. 102). Ao projetar-se em direção a uma nova perspectiva de vivência, Celeste põe a nu a dualidade de sua natureza feminina, iniciando um novo movimento narrativo. A personagem, passado um ano da separação de Mário, “compreendia que a sua lembrança [de Mário] não poderia mais protegê-la. [...] Dançava com ardor, fatigava propositalmente esse corpo que reclamava os deleites de que há muito estava privado. [...] Maldita carne! Maldito temperamento!” (p. 103).

O impulso erótico, que visa recompor a unidade perdida, tem origem na “busca de continuidade, busca essa que se depara com a impossibilidade de superar a morte. Entre um ser e outros seres há um abismo, uma descontinuidade; esse abismo é a morte, o sentido de continuidade que pode fascinar.”³³⁹ Celeste, ao abandonar o marido, não temera perder seu *status*, a referência que lhe conferia prestígio social e lhe assegurava uma identidade feminina

³³⁹ PAIXÃO, S. Op. cit., 1991, p. 137.

legitimada pelos valores do poder hegemônico burguês, pois um ardor essencial a impulsiona em busca de completar-se. Agora, entretanto, a protagonista reluta em dar vazão aos seus anseios mais profundos, numa luta de espaços antagônicos entre a santidade e o pecado, como reflexo do modelo vigente, determinante do destino da mulher.

Butler, ao discorrer sobre a sexualidade, com base na crítica foucaultiana, afirma que “uma das maneiras pelas quais o poder é ocultado e perpetuado é pelo estabelecimento de uma relação externa ou arbitrária entre o poder, concebido como repressão ou dominação, e o sexo, concebido como energia vigorosa mas toldada, à espera de libertação ou auto-expressão autêntica.”³⁴⁰ O espaço de dominação do poder patriarcal instaura-se na esfera privada, na ascendência sobre a mulher, que deve manter um corpo protegido de anseios desencadeados pelo amor carnal, prescrevendo, assim, a idéia do lar higienizado e santificado. Esse comportamento responde à ideologia dominante, que só admitia o sexo para a mulher atrelado ao casamento, com a finalidade precípua de procriação. Paixão enfatiza que há ocasiões

em que temos a ilusão de completude, sendo um deles relacionado ao feminino. A mulher revive, na gestação, a ilusão de totalidade, a partir do contato íntimo com a vida e com a morte: é através da morte do óvulo e do espermatozóide que se origina a vida; e é através da morte de seu estado de completude que o filho nasce. Essa capacidade natural de experimentar a totalidade torna a mulher um ser sujeito ao controle e às regras do social. Daí a repressão ser maior em relação à mulher do que ao homem.³⁴¹

A repressão inculcada em sua educação e reiterada na vivência frustrada do casamento, leva Celeste a ainda resistir às sensações que povoam suas noites, quando, “só, no seu leito, chorava de raiva, sentindo-se avassalada por loucos desejos e perseguida pela imagem de algum homem; resistia, lutava, com medo da queda e das fatais conseqüências.” (p. 103). Evidencia-se a dissonância entre pulsões de morte e pulsões de vida, pois, plena de excitação, Celeste nega-se a dar vazão ao frêmito de uma sexualidade há tanto reprimida, e quando o faz, inicia um processo de desnudamento. Despe-se das convenções sociais até então determinantes de seu comportamento e subjetividade, impulsionada pelo erotismo que se apresenta como transgressão. Ao infringir as regras sociais de repressão imposta à mulher, Celeste dá o primeiro passo no sentido de se constituir um ser erotizado, eclodindo em fala

³⁴⁰ BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 140-155.

³⁴¹ PAIXÃO, S. Op. cit., 1991, p. 137-138.

contudente: “- Por Deus! que não serei mais tão tola! A vida é curta e talvez já estejam contados os meus dias! Escrúpulos! Acaso os sentem as outras? E que o sintam, a mim que importa!...” (p. 104). A consciência de sua incompletude e da premência de realizar-se como mulher, capaz de experimentar e dar prazer, impulsiona a protagonista a buscar satisfazer as ardências da paixão. Encaminha-se para o prazer, atendendo ao apelo do desejo. Para Freud, o princípio do prazer é “uma tendência que opera a serviço de uma função, cuja missão é libertar inteiramente o aparelho mental de excitações, conservar a quantidade de excitação constante nele, ou mantê-la tão baixa quanto possível.”³⁴² Celeste dá vazão a seu erotismo emergente, buscando a satisfação de seus anseios mais prementes, “mudando de amantes como se muda de roupa. Corria em busca de uma alegria ou de uma dor que lhe transformasse a alma, dando-lhe vontade de viver e de amar a existência.” (p. 119). Com vinte e quatro anos, separada do marido e formosa, Celeste percebe-se cercada por seduçções. Os saraus que montava em sua casa a colocavam em contato com os mais ardentes desejos, os que ela inspirava e os que ela sentia. Quando, finalmente, abre a porta de casa para deixar entrar o primeiro amante, não tem mais dúvidas de que iniciara uma nova etapa de sua vida: “Com o rosto todo iluminado, o olhar cintilante, as narinas a moverem-se, as pernas trêmulas, soberba de sensualidade, ela o arrastou até a próxima alcova...” (p. 105) e, embebida pelas novas sensações, Celeste experimenta o frêmito do corpo e da alma vibrando em uníssonos.

Ao cansar-se de um amante, Celeste dispensava-o com a mesma espontaneidade com que haviam iniciado seu relacionamento. Alguns a fizeram feliz, outros nem tanto, e, certa feita, quando resolve livrar-se de mais um amante, por perceber-lhe covarde vilania, sofre as represálias de seu despeito, que lhe envia uma carta repleta de insultos. Compungida, maldizendo “sua insânia erótica”, Celeste leu “a carta até ao fim, rasgando-a em seguida, como se quisesse despedaçar o infame que a escrevera.” (p. 118). Ao mesmo tempo em que maldiz sua “insânia” erótica, pressente que ela é a força motriz a impulsioná-la em suas ações. A voz narrativa reitera o afã de viver da protagonista quando afirma que Celeste “... sentia-se cada vez mais sedenta de volúpias e sem o menor cansaço físico. Ostentava verdadeira louçania, como se a sensualidade fosse a fonte encantada onde hauria o brilho e a frescura.” (p. 111). Uma combustão interna, pulsão de vida, move a vontade da personagem, como uma

³⁴² FREUD, S. Op. cit., 1975, p. 81.

força a produzir energia capaz de levar em diante ação e narrativa. Brooks considera Eros como motor, “e motor como erótico, conectando começo e fim através do meio e fazendo desse meio – o que lemos por *intermédio de* - um campo de força...”³⁴³

Entretanto, aos poucos, “a própria volúpia [...] já não lhe infundia aquele contentamento físico de outrora, em que sentia a carne satisfeita, retemperada e o espírito bem disposto.” (p. 128). Celeste reconhece que está longe o tempo em que acreditara na “fusão dos transportes e até dos suores” como forma de ligar um homem e uma mulher física e espiritualmente, na vida e na morte. Agora lhe ocorre experimentar “tédio do homem, dessa entidade vil e egoísta que não mais prezava.” (p. 128). A protagonista pressente que a completude desejada transcende a necessidade de satisfazer somente aos anseios sexuais; completar-se pode significar a satisfação da carne e também do espírito. Ante esses homens que não souberam aquilatar o seu valor como mulher, Celeste reage com menosprezo: “Quando rompo com um amante, considero-o morto; não mais existe para mim!” (p. 145). Por longa data, em especial até o final do século XIX, a crença de que a mulher deveria ser sufocada e policiada em suas manifestações, marcou de forma determinante a sua subjetividade. Embora lute para vencer os preconceitos sociais que a cercam, a mulher não consegue libertar-se daqueles arraigados profundamente em seu psiquismo, os quais acabam por determinar seu comportamento e subjetividade, cedendo, por fim, à pressão imposta pelos preceitos da moralidade burguesa. As atitudes de Celeste em relação aos amantes, tratando-os com superioridade e deles desfazendo-se sempre que não a interessavam mais, poderiam revelar a superação dessa educação calcada na falácia da supremacia masculina? Talvez Celeste experimente um sentimento de inutilidade de seu desejo, na medida em que mantém seus amantes submissos. O desejo realizado através da conquista de novos amantes é também a morte do desejo, da impulsão primeira de ser feliz, já que não alcança a completude procurada. Paulatinamente, o sentimento de desencanto ante a impossibilidade de alcançar total preenchimento nesses relacionamentos começa a povoar o espaço antes reservado ao frêmito. Esse sentimento evidencia-se, de forma contundente, quando, em discurso indireto livre, a narradora transcreve os sentimentos da protagonista em que aflora sua desolação:

Ilusão! Desde que os braços se desatam e que cessa a febre erótica, cada um retoma a sua individualidade própria, as suas respectivas tendência, o seu *eu*

³⁴³ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 47.

enfim, sem mais se preocupar com essa outra criatura com a qual ainda, há pouco, o desejo a identificara.

Sentia-se farta desses entes que a haviam amado e desfrutado, satisfazendo mais a si mesmos do que a ela; [...]

A todos contentara, metamorfoseara-se mil vezes, apresentando-se sob diversas formas, enquanto cada um deles conservava a sua máscara habitual. Gastara-se, vivendo em pouco tempo o que deveria viver em anos, fatigando a alma ao embate de violentas paixões e de reações aniquiladoras. (p. 128).

A protagonista percebe que nenhum daqueles homens merece a sua consideração. Em meio ao seu desconforto moral, sente-se consolada com a constatação de que nunca precisara viver a expensas de nenhum de seus amantes. Nesses momentos, chegava a perdoar “os passados ultrajes e os arrebatamentos ferozes do marido” (p. 131-132), pois, tendo concordado em lhe passar uma mesada, livrara-a da vergonha de a considerarem “simples mercadoria, mais ou menos custosa.” (p. 131). Ao colocar-se à margem, Celeste encontra um espaço onde os homens não ditam as regras e experiencia uma alternativa de vivência impensável até então.

O delírio sensual a que a personagem se entregou não a conduziu à transcendência ou à espiritualização sonhadas. Embora tornando visíveis seus anseios mais profundos e deles desfrutando, não consegue atingir o mais íntimo de si mesma, permanecendo um ser descontínuo em busca da continuidade perdida. À semelhança do mito dos seres incompletos, Celeste vive a nostalgia da completude não alcançada:

- como é que eu, uma sensual, só guardo carinhosamente a lembrança de Mário, desse homem que nunca beijou nem a ponta de meus dedos? Só o amor platônico, só o amor da alma será grande e imorredouro? Creio que sim! No entanto, foi pelo amor físico que eu me perdi! (p. 131).

Na busca da compreensão de si mesma, debate-se entre sentimentos paradoxais: ao mesmo tempo em que se questiona sobre a possibilidade de o amor puro vivenciado com Mário ser a única alternativa de atingir plenitude espiritual, também reconhece que foi o amor carnal que a impeliu a transgredir o estabelecido. Experimenta a angústia revelada no desejo que não se completa. À semelhança do ser humano incompleto, o desejo “se apresenta como esse abismo infinito do inalcançável, a estrutura do desejo está feita de uma paradoxal inacessibilidade, de um aproximar-se que é um ausentar-se do próprio objeto do desejo que está sempre mais além, e que institui a chamada curva assintótica do desejo.”³⁴⁴

³⁴⁴ VALLEJO, A.; MAGALHÃES, L. C. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 21-22.

No momento em que Rodrigo – irmão de Artur³⁴⁵ - vai ao encontro de Celeste para propor-lhe casamento, é retomado um desejo que saiu dos trilhos – o desejo da heroína de ser feliz, “descarrilado” mais uma vez pela impossibilidade de completude junto aos amantes – e lhe devolve a chama, pulsão de vida, que a impele para mais vida. Freud, ao iniciar sua discussão sobre o princípio do prazer, afirma que

o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio do prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer.³⁴⁶

Para Celeste, poder amar Rodrigo e por ele ser amada assoma como redenção: “Amar-te-ei, como a ninguém amei no mundo, porque te amarei com uma outra alma, engrandecida pela tua imagem e pelo teu influxo! Dize-me ainda e sempre que me amas, conta-me todos os teus pensamentos, todas as tuas dores, todas as ilusões...” (p. 153). Embora um sonho de encantamento se descortine para a protagonista, a sua fala revela um indivíduo que se coloca a-menos: “Que infelicidade a sua, amar uma mulher decaída, gasta... [...] Reflita, meu amigo, não se deixe arrastar pelos seus sentimentos generosos.” (p. 152). Weedon, com base nas teorias lacanianas, afirma que “o falante nunca é o autor da linguagem. A linguagem pré-existe e produz subjetividade e significados. O sujeito ‘eu’ é um efeito da linguagem e marca os pontos nos quais o indivíduo é inserido dentro da ordem simbólica da linguagem, suas leis e significados.”³⁴⁷ Celeste revela essa ordem simbólica da linguagem quando assume não ser digna do amor de Rodrigo: “- Chora, chora sobre a minha cabeça maldita e purifica-me com a água lustral da tua piedade e do teu carinho! Sim, Rodrigo, eu serei boa, eu serei digna, eu serei forte, por amor de ti!” (p. 153). Ao vislumbrar Eros como motor e motor como erótico, Brooks afirma que esse campo de força “retorna ao romance com uma cadência regular e inexorável, fornecendo através de seu ininterrupto gotejar de álcool destilado o combustível da narrativa e finalmente um nível de vapor quente e explosivo que faz do motor das vidas

³⁴⁵ Rodrigo amara Celeste desde o primeiro momento em que a vira e, somente no momento em que morre o irmão, tem coragem de ir ao encontro da amada e confessar-lhe seu amor.

³⁴⁶ FREUD, S. Op. cit., 1975, p. 15.

³⁴⁷ WEEDON, C. Op. cit., 2003, p. 122.

desoladas os seus poderes para a extinção.”³⁴⁸ A vida se desenrola de forma “regular e inexorável”, e fatalmente se extingue na morte, instante que Brooks considera “como um momento chave da conclusão e transmissão.”³⁴⁹ Celeste encaminha-se para sua morte e, no dia em que expira,

recebeu o comendador aviso de que estava ela [Celeste] a decidir e foi vê-la, encontrando-a a arquejar, muito branca, de uma beleza ideal, como que aureolada pela aproximação dessa morte que a vinha enfim libertar da sua miserável existência. Contrito, ajoelhou-se ele e segurou-lhe a mão fria e macia, mirando o lento adejar das suas longas pálpebras e a sombra do fugitivo sorriso que lhe franziu os lábios murchos. [...] É que no seu fadário de predestinada, a agonia antecipara o passamento e durara a vida toda. (p. 169).

É possível conjecturar que a mesma força que impeliu a protagonista para a vida, lutando contra o “fadário” a que estava predestinada, agora a conduz para a morte, como forma de libertar-se de todos os percalços a que sempre esteve sujeita. Retomando várias narrativas em que a cena do leito de morte está na conclusão da história, Brooks pondera que sejam quais forem os conteúdos dessas cenas, “e sejam lá quais forem seus graus de consciência trágica ou enunciação melodramática, todas as cenas oferecem a promessa de um retrospecto trágico, uma conclusão, a chegada à finalização de uma frase totalmente predicada, e legível.”³⁵⁰ Celeste cumpre seu destino: pela voz narrativa, ela foi “no seio da morte descansar dos tormentos, das vilanias e dos tédios que tanto a haviam combalido na sua penosa peregrinação pela vida.” (p. 169). A morte tantas vezes prenunciada e até desejada pela personagem, enfim se concretiza.

Em seu estudo dos impulsos instituais, na obra *Além do princípio do prazer*, Freud sugere o funcionamento dessa dinâmica como o instinto reprimido que

nunca deixa de esforçar-se em busca da satisfação completa, que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação. Formações reativas e substitutivas, bem como sublimações, não bastarão para remover a tensão persistente do instinto reprimido, sendo que a diferença de quantidade entre prazer da satisfação que é *exigida* e a que é realmente *conseguida*, é que fornece o fator impulsionador que não permite qualquer parada em nenhuma das posições alcançadas, mas, nas palavras do , ‘pressiona sempre para frente, indomado.’”³⁵¹

³⁴⁸ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 46.

³⁴⁹ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 95.

³⁵⁰ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 96.

³⁵¹ FREUD, S. Op. cit., 1975, p. 58. [‘Pressiona sempre para a frente.’]: Freud refere-se a Mefistófoles, em Fausto, Parte I [Cena 4].

Celeste, como ser indomado, luta até o final para alcançar o intento de ser feliz e realizar-se como mulher capaz de sentir e dar prazer. Num jogo de avanços e recuos, a protagonista traça seu destino, desafiando as convenções sociais e a própria mãe, que não lhe perdoa a coragem da transgressão. Nessa medida, a personagem não serviu de modelo a uma sociedade oitocentista, calcada em valores morais que prescreviam um sujeito feminino conformado aos moldes patriarcais.

2 A família: gênero, raça e violência

Eu quero resuscitar, no presente, as mulheres do passado que jazem obscuras, devendo ellas encher-nos de desvanecimento, por ver que bem raramente na humanidade, se encontrará tanta aptidão cívica presa aos fastos da historia.

D. Ignez Sabino

A família do século XIX estabelece-se sobre pilares do patriarcalismo, fato que repercutirá profundamente na condução dos destinos da mulher, na medida em que esse modelo social prescreve seu lugar na sociedade, seu modo de ser e de sentir. “Em todo o tempo e em toda a parte”, afirma Moi, “o intelecto masculino, racional e ativo opera sobre o corpo feminilizado, passivo e objetificado.”³⁵² Ao discutir as relações de dominação, Bourdieu aponta que

é na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens -, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxonomias culturais.³⁵³

Dessa forma, sob o regime patriarcal, ser intelectual, pensante, significou aceitar uma posição assinalada pelo masculino, pois a distinção entre sujeito/objeto, por exemplo,

³⁵² MOI, T. Pensamento patriarcal e a pulsão do conhecimento. In: BRENNAN, T. (Org.). *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 253.

³⁵³ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 56.

relevante para o entendimento de certas concepções de objetividade, formula-se em analogia à dualidade homem/mulher. Assim, nesse contexto social, não assumir “uma posição marcada pelo masculino”, resulta não ter opção “senão abraçar o outro lado das enfadonhas séries de oposições patriarcais homólogas, no qual a irracionalidade e a inconseqüência se equacionam com a feminilidade, o corpo, o ser-objeto, a emocionalidade, e assim por diante.”³⁵⁴ Entretanto, assumir “uma posição marcada pelo masculino” significava para a mulher oitocentista estar na contramão de uma sociedade que só respeitava a mulher casada, recatada, dedicada à família. Assim, ao rebelar-se contra as circunstâncias de vida em que predomina o jugo masculino, Celeste assume um comportamento que, para a época, só era permitido ao homem, e paga caro por esse atrevimento.

Considerações como as de Moi e a de tantos outros estudiosos do gênero demonstram a preocupação em colocar em discussão a forma tradicional de conceber o sujeito feminino. Na verdade, a história da mulher, das relações entre os sexos e da sujeição feminina, perpassa os tempos. Desde a Antigüidade, a natureza feminina já compunha a pauta de discussão entre os gregos que reconheciam as mulheres, diferentemente dos homens, “naturalmente” incapazes para o mando, o que resultou perpetuar-se a condição subalterna da mulher. Aristóteles, em *A política*, ao discorrer sobre as funções do chefe de família em relação ao escravo, à mulher e aos filhos, considera que

mandar e obedecer são condições não somente inevitáveis, mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados ou para mandar, [...] pois em todas as coisas compostas, onde uma pluralidade de partes, seja contínua ou descontínua, é combinada para constituir um todo único, sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo...³⁵⁵

Para o filósofo, é correto definir as qualidades morais, relacionando-as separadamente em diferentes seres humanos, uma vez que não é possível explicá-las, tomando-as de forma genérica, pois o que distingue as pessoas são suas próprias qualidades morais. Assim, “a moderação de uma mulher e a de um homem não são idênticas, nem sua coragem e sentimento de justiça...; uma é a coragem de comando, a outra é de obediência, e o mesmo acontece com

³⁵⁴ MOI, T. Op. cit., 1997, p. 253.

³⁵⁵ ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 18-19.

as outras qualidades.”³⁵⁶ A dicotomia apontada por Aristóteles reforça a idéia de diferença, a qual é marcada pela superioridade masculina que se configura na faculdade de comandar.

No trajeto dessas considerações, é importante retomar os estudos de Engels, apresentados na obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, notável trabalho relacionado com as investigações de Morgan, em que o autor rastreia a história da família, oferecendo subsídios para acompanhar o desenvolvimento do modelo patriarcal tão difundido, especialmente, no século XIX. O autor, numa abordagem materialista, relaciona a opressão feminina ao desenvolvimento da riqueza e à consolidação da propriedade privada dos meios de produção. Nesse espaço, surge a divisão de trabalho e troca, firmando-se a força de trabalho do homem como possibilidade de troca e consumo. Assim, quanto mais se consolidam as riquezas, mais o homem cresce em importância relativamente à mulher, cuja atuação, gradativamente, vai se reduzindo ao espaço privado, em especial, à maternidade, que será valorizada, na medida em que o maior número de filhos poderia significar maior contingente de mão de obra para cultivar e defender a terra, constituindo-se a mulher como geradora de força de trabalho.

No momento em que as famílias passam a se organizar por pares e não mais por grupos, impõe-se à mulher fidelidade irrestrita, consolidando ainda mais a supremacia masculina. Com a abolição das sociedades matrilineares, estabelece-se a família patriarcal, cujo poder centra-se na figura do pai, e a ele os demais membros devem inquestionável obediência. Para Engels, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo acarretou o desmoronamento do direito materno. É o momento em que o homem

apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.³⁵⁷

Ao retomar a etimologia da palavra família, o autor aponta sua origem ligada aos escravos, pois *famulus* é escravo doméstico, sendo família a designação de um conjunto de escravos atinentes a um mesmo homem. Criada pelos romanos, a palavra passa a designar “um

³⁵⁶ ARISTÓTELES. Op. cit., 1997, p. 32-33.

³⁵⁷ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 61.

novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.”³⁵⁸ O autor lembra que Marx considerou essa questão crucial no desenvolvimento social, pois, em miniatura, já se faziam presentes todos os antagonismos que, mais adiante, se desenvolvem na sociedade. A família assim constituída marca a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Buscando tornar inquestionável a “fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito.”³⁵⁹ Com o advento da família monogâmica, os laços conjugais tornam-se mais fortes, só podendo ser rompidos pelo homem, a quem cabia, igualmente,

o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior.³⁶⁰

Paralelamente à poligamia de um homem, observa ainda o autor, poderia, de forma tácita, ocorrer a poliandria de uma mulher, fato, entretanto, que se configuraria como transgressão às normas impostas pela sociedade. Pressupõe-se, então, que a mulher estaria resguardada das sanções do grupo social, na medida em que ela não fosse surpreendida em adultério, mantendo-se, assim, salvaguardadas as convenções de comportamento.

Engels aponta a contradição que se estabelece na monogamia no momento em que o marido, satisfazendo-se com o heterismo, relega a esposa ao abandono. Confiantes quanto a sua supremacia no lar, os homens não supuseram que lhes pusessem “outra coisa na cabeça.” Com a monogamia, continua o autor, surgiram “duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado. Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregaram, generosamente, de coroar os vencedores.”³⁶¹ O homem, privado da certeza de sua paternidade, encontra no artigo 312 do Código de Napoleão respaldo para resolver a

³⁵⁸ *Idem*, *ibidem*.

³⁵⁹ ENGELS, F. *Op. cit.*, 2002, p. 62.

³⁶⁰ ENGELS, F. *Op. cit.*, 2002, p. 66. Em nota explicativa ao Código de Napoleão, consta: “Código das leis burguesas elaboradas, sob Napoleão I, em 1804, a partir do *Code Civil* da Grande Revolução Francesa.”

³⁶¹ ENGELS, F. *Op. cit.*, 2002, p. 72-73.

contradição insolúvel: *‘L’enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari.’*³⁶² Essa incerteza que o homem experimenta, apresenta seus reflexos em seu comportamento ordinário. Elucidativo da insegurança masculina em relação a um fato que poderia significar – na visão do homem - uma traição feminina, configura-se no momento em que Artur, diante de uma atitude de Celeste, reage com hostilidade. Em sua primeira visita aos pais após o casamento, ao elogiarem a gentileza das meninas Magalhães, “a moça [Celeste] teve a infelicidade de corroborar aquela asserção, acrescentando: - É uma família bonita. Até o rapaz, o Quincas, tem olhos esplêndidos.” (p. 80). O desenrolar dos acontecimentos após esse episódio é bastante simbólico no sentido de deixar entrever toda a tirania a que Celeste estaria exposta dali em diante, em seu relacionamento conjugal. Sem saber o motivo da “terrível expressão de rancor com que a fitava” (p. 80), Celeste pressentiu que desgostara Artur. E por mais que pensasse no motivo de tal reação, não conseguia atinar com a causa. “Ante aquela atitude agressiva, [Celeste] experimentou uma sensação de abandono, parecendo-lhe que tamanho ressentimento lhe alienaria para sempre a afeição de Artur.” (p. 80). Pela voz narrativa, põem-se a nu os sentimentos contraditórios da protagonista, cuja expectativa de vivenciar, pelo casamento, momentos de ternura, desfaz-se diante da violenta agressividade do marido:

Havia sete dias que a possuía Artur, que tinham encetado a mais bela fase do casamento, a mais efêmera, a única em que o marido é tanto amante pelo sabor da novidade, miragem de felicidade de que guardam as mulheres tão grata lembrança. E, no entanto, não se julgava venturosa. Ressentia-se a sua vibratibilidade de milhares de emoções violentas, das reações mórbidas e das súbitas transformações que a haviam convulsionado em tão curto período. (p. 81).

A liberdade sexual a que os homens, “de direito”, estavam acostumados, dava-lhes permissão para pré-julgar o comportamento feminino, antevendo atitudes que poderiam jamais se concretizar. Engels aponta que a monogamia surgiu do desejo de um homem de transmitir aos filhos, por herança, a concentração de suas riquezas. Mas a monogamia encetada foi referente à mulher e não ao homem, “tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste.”³⁶³ Por esses vieses constrói-se o imaginário masculino que vê a sua prática poligâmica como sendo natural, enquanto da

³⁶² ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 73.

³⁶³ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 82.

mulher exige-se o máximo de recato. Ao se rastrear a evolução da família, apontada por Engels, nas diversas formas do matrimônio, fica latente que

foi se tirando cada vez mais às mulheres (mas não aos homens) a liberdade sexual do matrimônio por grupos. Com efeito, o matrimônio por grupos continua existindo, ainda hoje, para os homens. Aquilo que para a mulher é um crime de graves conseqüências legais e sociais, para o homem é algo considerado honroso, ou, quando muito, uma leve mancha moral que se carrega com satisfação.³⁶⁴

Para Artur, respondendo às crenças presentes no imaginário masculino, qualquer gesto de atenção de Celeste, que não seja dirigido a ele próprio, pode gerar o entendimento de traição ou, na melhor das hipóteses, falta de recato por parte da mulher/Celeste. No evento em que a protagonista elogia a beleza dos olhos de Quincas, a reação de Artur revela o pensamento corrente a respeito do que se nomeava como adequado à conduta da mulher casada: “- Saiba que uma senhora casada não elogia a beleza de nenhum homem! [...] Doravante abstenha-se de encarar com os homens; olhe só para seu marido.” (p. 80-81). Com essas palavras, Artur marca a esposa como território seu, dono não só de seu corpo, como também de seus sentimentos e comportamento, violentando a sua subjetividade.

Não só agora Celeste experimenta esse sentimento de estar sendo violada em sua integridade moral. Ainda muito jovem e plena de sonhos a respeito do amor, ela precisa violentar-se para compactuar com a situação de traição experienciada pela mãe, que acolhe o amante em casa, na ausência do marido. Cândida, casada a contragosto com Venâncio, não alcança realização conjugal junto a ele, o qual a trata com brutalidade e aspereza. Ela busca na relação extraconjugal tácita uma forma de reação à crueldade e grosseria com que o marido a trata, entretanto, essa procura de superação resulta em coação contra a própria filha, compelida à cumplicidade com a mãe, que lhe exige manter sigilo a respeito do amante. Embora saiba do comportamento agressivo do pai, pois assistira “ao pai esmurrar a mãe, [...] pálida, desgrenhada, a tropeçar nos móveis, soluçando sem lágrimas”, (p. 27), e, em seu desespero, até fora em socorro dela, suplicando ao pai que acabasse com aquilo, Celeste sente-se ultrajada por ter que partilhar da vilania de Cândida, em cujo comportamento reitera-se o desejo de desafogo à vida de hostilidade que vivencia com o marido. Não podendo revidar diretamente aos maus tratos de Venâncio, busca desoprimir-se, repetindo a agressividade de que é vítima,

³⁶⁴ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 81.

direcionando-a a quem não tem outra alternativa senão calar. Assim também é em relação à *Bá*, escrava negra que serve á família há anos, por quem Celeste nutre um grande afeto, e a quem Cândida trata com disposição violenta, imputando-lhe castigos físicos e morais. Em nenhum momento, ela vislumbra na ama negra a presença de outra mulher ou a de um ser humano plausível de respeito, e nada que Celeste diga em seu favor, demove a mãe dos maus tratos.

Caldwell, em seu artigo “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil”³⁶⁵, chama a atenção para a invisibilidade das mulheres negras nos estudos brasileiros sobre a mulher. A autora compara esses estudos com os desenvolvidos sobre a mesma temática na Inglaterra, Estados Unidos e Canadá e afirma que, nesses países, reconhece-se a importância da raça e das diferenças raciais para a “constituição do gênero e das identidades das mulheres.” Ela enfatiza a importância de “dar um maior enfoque para a ‘diferença’ racial e para a relação entre gênero e raça”, caso se queira ampliar o entendimento sobre a “diversidade das experiências das mulheres brasileiras.”³⁶⁶ Como resultado de não priorizar esse aspecto nesses estudos, tem-se a mulher brasileira focalizada em termos monolíticos, de forma a não se levar em conta a raça, seja negra ou branca. Dessa forma, afirma a autora, ocorre uma carência, por exemplo, de estudos teóricos ou empíricos que analisem como o “privilegio de ‘ser branca’ opera na vida de mulheres brancas no Brasil.” Assim, a ausência de discussões públicas mais efetivas sobre raça e racismo, no Brasil, acarretou o

apagamento discursivo das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que portanto se torna até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima. [...] ...a falta de atenção à relação entre a dominação racial e a de gênero escondeu a cumplicidade de mulheres brancas com seu privilégio racial e reforçou o status subalterno das mulheres negras.³⁶⁷

Ao enfatizar a cumplicidade da mulher branca com seu próprio *status*, a autora abre espaço para se examinar a atitude de Cândida em relação à ama negra de Celeste, a *Bá*, que dedicou toda a sua vida ocupando-se com a família, em especial, com a protagonista, e acaba sendo escorraçada de casa. Esse fato deve-se ao pensamento preconceituoso em relação aos

³⁶⁵ CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2/2000.

³⁶⁶ CALDWELL, K. L. Op. cit., 2000, p. 91.

³⁶⁷ CALDWELL, K. L. Op. cit., 2000, p. 96.

negros, o qual fica evidente em Cândia desde sua juventude, quando, estando compromissada com Vaz - jovem engenheiro que deseja casar-se com ela -, é vítima de intrigas de uma vizinha ciumenta, e acaba rompendo o noivado. Ao tomar conhecimento da história, inventada com o propósito de separá-la do noivo – fato que ela ignora -, Cândia reage de forma violenta, aspecto que fica patenteado pela voz narrativa: “Sufocou a moça violenta cólera, alucinando-a, dando-lhe até vontade de morrer, a fim de furtar-se àquela humilhação. Ousar amá-la, querê-la para esposa, depois do vil contato das negras, desses seres que ela considerava abjetos e repelentes.” (p. 20). Os sentimentos de Cândia, traduzidos nessa fala, expressam a carga de preconceito com que a personagem percebe indivíduos da raça negra, subscrevendo um modelo social de época, falacioso e injusto.

Por conta dessa postura, Cândia percebe a dedicação de *Bá* em relação à família apenas como sua obrigação de escrava. Assim, os esforços de *Bá* no cuidado da protagonista desde que esta era menina não encontram em Cândia nenhum tipo de reconhecimento, ao contrário, a terna afeição que a filha dedica a sua ama como agradecimento a tanta dedicação, provoca o ciúme da mãe, pois parecia-lhe “essa afeição tão natural uma extorsão de seus direitos maternos.” (p. 25). Ao referir o relacionamento de Celeste com a ama, a voz narrativa deixa entrever o tipo de preconceito corrente na sociedade, não só em relação à raça negra, mas também à diferença social que se configura entre a protagonista – representativa do poder – e a ama - nascida para servir: “[Celeste] obrigava-a a beber com ela, sem repugnância, por ser a ama asseadíssima e por estimá-la; e também porque nessa idade não se tem preconceito de raça.” (p. 25). Essa fala toma dimensão de denúncia, na medida em que naturaliza um comportamento de época de segregação racial e social, um preconceito que se insinua quando a narradora comenta a atitude da menina que não sente “repugnância” de beber com a ama negra, configurando-se esse gesto como uma grande deferência em relação à escrava. Desvela-se ainda mais o preconceito que cerca *Bá*, ao ser retratada como “um cão fiel”, pois que a protagonista demonstrava seu amor à ama como “um sentimento de proteção no afeto que votava à preta humilde e amorosa como um cão fiel.” (p. 25). Ainda pela voz narrativa, vislumbra-se o sofrimento de Celeste ao acompanhar a violência que a ama sofre sob o jugo de Cândia, pois, com profunda mágoa, vira a mãe “vergar a sua *Bá*, sem poder valer-lhe. Depois de uma questão de engomados, correr a mãe à despensa, voltando com um chicote e

desancando a preta sem dó.” (p. 27). Cândida repete o modelo de opressão e violência de que é vítima, infligindo à ama os mesmos castigos físicos e morais que sofre na convivência com o marido. Possuída de grande fúria, arremete-se contra a negra, “perdendo os foros de senhora para tornar-se uma carrasca.” (p. 27).

Com esse comportamento, não só desafoga seu rancor sobre a ama, como também faz uso de seu poder de mando e posse: é a raça branca impondo-se à raça negra escrava, no caso, a mulher negra que, segundo observação de Caldwell, sofre uma tripla opressão, resultante da dominação de raça, de gênero e de classe. A ama só conta com o cuidado de Celeste que, “vendo a *Bá* a sofrer, a perder as formas roliças, a enfraquecer, a gemer na lida” (p. 36), fica tão apiedada e sensibilizada pela situação que, às escondidas da mãe, “fez muitas vezes o serviço desta e privou-se de muitas comodidades, a fim de a não fatigar e de minorar-lhe as misérias do cativoiro.” (p. 36). Aos poucos, a saúde da negra se deteriora, e a protagonista sente que a ama já não tem condições de trabalhar: “- Minha querida *Bá*, já não deves trabalhar!... Oh! quanto se abusa destas infelizes criaturas! exclamava [Celeste] a chorar.” (p. 55). Ao mesmo tempo em que priva da amizade e consideração de sua jovem senhora, *Bá* também tem consciência de seu não lugar na família e na sociedade, na medida em que não mais constitui força de trabalho. Em fala contundente, a ama extravasa sua agonia diante da perspectiva de já não ser “útil” para a patroa: “- Que queres! custei dinheiro e é preciso que mo tirem do lombo!... Sinhá me disse ontem que procurasse outro senhor. Agora... neste estado... quem me quererá?!” (p. 55). Ao discorrer sobre a relação entre o homem e a mulher, Beauvoir compara com a que se estabelece entre o senhor e o escravo, e a ama de Celeste, sendo escrava, negra e mulher, está fadada a experimentar de forma ainda mais latente o que se configura nas considerações da autora:

na relação do senhor com o escravo, o primeiro não *põe* a necessidade que tem do outro; ele detém o poder de satisfazer essa necessidade e não a mediatiza; ao contrário, o escravo, na dependência, esperança ou medo, interioriza a necessidade que tem do senhor; a urgência da necessidade, ainda que igual em ambos, sempre favorece o opressor contra o oprimido.³⁶⁸

Ao perceber-se apenas como um objeto, cujo valor se esboroa na medida em que perde sua utilidade prática, o ser humano é vítima de uma das maiores violências a ele imposta, a de

³⁶⁸ BEAUVOIR, S. de. *O Segundo sexo*. Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1, p. 14.

não ser reconhecido em sua essencialidade humana. Kury, ao apresentar a obra *Política*, de Aristóteles, aponta a naturalidade como o filósofo admite e justifica a escravidão. A respeito, pondera:

não se deve esquecer que mesmo os gênios são influenciados pelas realidades diante de seus olhos, sobretudo se elas se explicam por uma necessidade inelutável, como a de escravos na antigüidade serem o instrumento de produção por excelência, equivalente às máquinas de hoje, e que certamente pareceria a Aristóteles mais justo, ou menos injusto, poupar nas freqüentes guerras estes instrumentos únicos de trabalho, para depois escravizá-los, em vez de matá-los cruelmente em sua condição de prisioneiro...³⁶⁹

Para Aristóteles, “a utilidade dos escravos pouco difere da dos animais; serviços corporais para atender às necessidades da vida são prestados por ambos, tanto pelos escravos quanto pelos animais domésticos.”³⁷⁰ O escravo existe por natureza, continua o autor, e “é útil para as necessidades da vida; conseqüentemente, é claro que ele requer apenas uma pequena parcela de qualidades, na realidade apenas o bastante para impedi-lo de falhar em suas tarefas devido à imoderação e covardia.”³⁷¹ Se é razoável admitir que, há quatro séculos antes de Cristo, era possível pensar na mão escrava como única forma de produção e que seres humanos podiam ter tanto valor quanto animais domésticos, passados tantos séculos, como se justifica a manutenção de um modelo de estrutura social, calcada na diferença de classes e na opressão? Na verdade, ainda mais cruel se configura, por conta de uma falsa concepção de relações sociais, a passividade do oprimido diante da violência imposta, contra ela não se rebelando, por considerá-la reta e adequada. É mesmo espantoso, pondera Bourdieu, que

a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja *grosso modo* respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’; [...] ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais.³⁷²

Na verdade, essa naturalização de domínio de que fala o sociólogo remete à dura constatação de que

³⁶⁹ KURY, M. da G. Apresentação. In: ARISTÓTELES. Op. cit., 1997, p. 9.

³⁷⁰ ARISTÓTELES. Op. cit., 1997, p. 19.

³⁷¹ ARISTÓTELES. Op. cit., 1997, p. 33.

³⁷² BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 7.

a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural...³⁷³

Por esse viés, acompanha-se a vivência da ama que, como uma mercadoria da qual é necessário livrar-se enquanto ainda pode reverter algum lucro, é vendida por duzentos mil réis, e, ante o desespero de Celeste, a mãe responde com uma reação de aspereza, atestando a cruza com que sempre tratara a escrava: “- Choras demasiado por uma cachorra que tantos desaforos fez a tua mãe! disse Cândida despeitada e rancorosa.” (p. 56). E por mais que a filha procure mostrar o quanto a ama lhe fora dedicada, a mãe entende que ela “não fazia mais do que o seu dever!” (p. 56). Fica latente a injustiça social em relação à negra que, não podendo mais oferecer seus préstimos, não sendo mais “útil”, é relegada ao descarte, por configurar-se como *déficit* na economia familiar. Como um utensílio doméstico do qual é possível desfazer-se no momento em que for considerado obsoleto, assim também a ama é descartada por Cândida por não atender mais às exigências impostas. A injustiça social fica patente, na medida em que ao escravo só restava, na tentativa de uma vida menos opressora, a possibilidade de fuga ou a alforria. A liberdade de *Bá* vem pelas mãos da protagonista que paga por ela aos “negros algozes”, seus senhores na ocasião. A ama passa a morar com a jovem e Artur, não sem a censura de Cândida que não entende a atitude da filha: “Libertas a uma cachorra que só me fez desaforos!” (p. 92). A ama não recebe de Cândida sequer a complacência de, ao ser comparada a um animal doméstico, isso não soe como uma ofensa, restando-lhe, somente, o afeto da moça. Aos poucos, entretanto, diante da violência de Artur contra Celeste, esta decide afastar a ama e colocá-la num cômodo, “a fim de evitar-lhe qualquer brutalidade do marido...” (p. 92). Após ser expulsa da casa paterna pela mãe, a protagonista instala-se em uma casa na rua do Resende e leva consigo a ama, que a trata com desvelo e a acompanhará até a morte. Da mesma forma como encontrara alegria desdobrando-se entre desvelos à jovem senhora e às tarefas domésticas, já à morte, ela ainda encontra lenitivo para o sofrimento, preocupando-se com a felicidade da moça, a quem abençoa e agradece pelo afeto que lhe concedera desde tenra idade. Terminaria, assim, a trajetória de *Bá*

³⁷³ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 47.

que fora vítima da pior exploração, a de não ter-se concretizado na plenitude de sua humanidade, apenas “morria feliz, no gozo desse bem-estar que sempre fora o seu ideal de animal de carga, quando labutava dia e noite, [...] em proveito de seus tiranos.” (p. 133).

Cândida, vítima e algoz de seu meio familiar, não só reproduz sua experiência de opressão sobre a ama negra, como também reage com a mesma insensibilidade em relação à filha, quando esta se permite vivenciar sua sensualidade em novos relacionamentos após a separação de Artur. Aquilo que pareceu, inicialmente, apenas zelo materno, preocupação por possível infortúnio da filha por seu enfrentamento com os costumes de uma sociedade essencialmente patriarcal, acaba configurando-se como atitude irascível em relação aos sentimentos da filha, tratando-a com menosprezo. Desenha-se, assim, um comportamento paradoxal em Cândida que, desde o início do namoro de Celeste e Artur, vira com inquietude e desgosto essa união, pressentindo para a filha futuros dissabores: “Não gosto dele! Não tem trato social, nem mesmo educação; já lhe notei muitas grosserias!... [...] – Quero-te feliz e não atormentada como eu toda a vida pelas brutalidades de um marido!” (p. 67). Também revoltara-se ao perceber a forma ofensiva com que Artur tratava a esposa, principalmente porque viu concretizado o seu temor inicial:

Por muito tempo ignorou Cândida os pesares da filha, mas, indo visitá-la um dia encontrou-a banhada em lágrimas, desgredada, com o corpo nodoso. Enfureceu-se a mãe, bramiu contra o genro e coletivamente contra todos os homens, mas não empregou nenhuma medida enérgica ou suasória que de futuro poupasse a Celeste idênticos ultrajes. (p. 84).

Ao tomar conhecimento das agressões de que Celeste era vítima, Cândida revolta-se com a situação, entretanto, repetindo sua própria condição de vivência dentro do casamento, “não empregou nenhuma medida suasória” que pudesse proteger a filha desses abusos. Possivelmente, para Cândida, a única forma de revidar contra o opressor/marido, fosse traí-lo em sua própria casa. Por mais zelosa que possa parecer em alguns momentos em relação ao destino da filha, diante da decisão de Celeste de buscar, a qualquer preço, a completude que poderia fazê-la feliz, revela-se incapaz de aceitar essa nova ordem que se descortina para a vida da filha. A protagonista não se curva diante de normas sociais falaciosas, insurgindo-se contra elas, entretanto Cândida não consegue perceber, nesse movimento, a luta de Celeste para constituir-se sujeito de sua própria história. Na verdade, fora cômodo estar ao lado da filha, apoiando-a, enquanto esta correspondera aos anseios de comportamento exemplar, pois,

aceitá-la, ainda que separada, mas recatada, foi tolerável, no entanto, no momento em que a protagonista decide dar vazão aos seus anseios mais profundos e enfrenta as convenções sociais, destituindo-as, não é mais possível para Cândida fazê-lo.

No mais fundo de seus sentimentos, aos quais só é possível ter acesso pela voz narrativa, a mãe desvela-se na crueza de uma personalidade narcísica, incapaz de ver na filha um ser humano em busca de sua identidade, percebendo-a apenas como a rival que poderá usurpar-lhe os galanteios masculinos:

Enquanto não passava de adorações platônicas os galanteios dirigidos a Celeste, nada objetou Cândida, embora no íntimo sentisse, não os melindrosos receios de uma mãe virtuosa, porém alguma coisa semelhante a inveja pelos triunfos de uma rival mais bela e mais jovem. Aquela mulher altiva, tão orgulhosa da sua formosura, não queria curvar-se à lei fatal da sucessão, doendo-lhe reconhecer que a filha era linda como ela nunca fora. Feriam-na como uma usurpação os elogios dirigidos à moça e apenas lhe provocavam um riso amarelo. (p. 107).

Cândida vai ainda mais longe em sua violência contra Celeste quando, não respeitando os sentimentos da filha, julga-se no direito de admoestá-la por seu comportamento. A jovem revolta-se com a prepotência da mãe, da qual recebera, ainda muito cedo, sua primeira lição de hipocrisia:

Pálida, humilhada, sentindo a revolta e o pesar lutarem-lhe na alma, lastimava a moça que a mãe tivesse encetado tão penoso assunto e falasse assim tão autoritariamente, ela, que a mandava, aos 15 anos, abrir a porta ao seu amante Gabriel Dias.

.....
Possuía [Celeste] um espírito reto, uma natureza franca que se revoltava diante dos argumentos capciosos de que usa a humana hipocrisia.

.....
Perpassou então [diante da credulidade do marido a respeito da honra da filha] pelos lábios de Cândida a sombra de irônico sorriso, transformando a íntima turbção de Celeste em verdadeira indignação e dor. Alguma coisa de lancinante feriu a alma da moça ante o desamor daquela mãe, que zombava da credulidade do pai e da confusão da filha. (p. 108-109).

A violência de Cândida em relação à Celeste não tem limites, pois, não satisfeita com o que já infligira à filha, expulsa-a de casa, desrespeitando suas escolhas e desconhecendo sua luta para sobrepujar não só as normas de uma sociedade tradicional, mas principalmente e mais dolorido, pois mais exigente, vencer seus conflitos pessoais, profundamente marcados por uma educação alicerçada em convenções patriarcais, cujas conseqüências ela mesma reconhece: “Fique sabendo que nenhum juiz será jamais tão severo para comigo como eu mesma o sou!” (p. 120). A cultura espúria que perpassa esse comportamento naturaliza

regimes de sujeição, em que dominados se constroem na assimilação de valores difundidos.

Bourdieu lembra que as mulheres

aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.³⁷⁴

Para a protagonista, produto e vítima de uma sociedade conservadora oitocentista, restam alternativas de vivência que ela própria procura traçar, independentemente de isso custar-lhe a desaprovação do meio social e a sensação de auto-punição que não a abandona. Desafiando as normas sociais vigentes e enfrentando os próprios sentimentos, Celeste rebelase contra a insensatez de um relacionamento moldado no desrespeito e na agressão, busca satisfazer seus anseios mais íntimos, no convívio com diferentes amantes, ampara a ama negra, quando esta já não representa força de trabalho, o que a leva a suplantar a violência estabelecida e a protagonizar uma representação alicerçada no respeito, amor, solidariedade, constituindo-se sujeito na transgressão ao convencionalismo instituído.

3 A ideologia do texto

A psychologia moderna demonstrou que toda idéia é um começo de acto, e, sendo assim, convem inspirar á mulher a idéa de que sua missão não é sómente conservar a espécie, mas também desenvolver o gênio da Humanidade.

Esta idéa, por si só, segundo a theoria das *idéias forças*, do próprio Fouillé, não terá o poder mágico de arrancar a mulher da condição inferior, em que até hoje tem vivido?

Arthur Orlando

A obra constitui uma seqüência mais longa que uma frase e, como tanto, pondera Ricoeur, “suscita um problema novo de compreensão, relativo à totalidade finita e fechada constituída pela obra enquanto tal.”³⁷⁵ Ao ser submetida a uma forma de codificação, a obra

³⁷⁴ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 45.

³⁷⁵ RICOEUR, P. Op. cit., 1990, p. 49.

passa a integrar um gênero literário, “que a assimila a um indivíduo e que se chama de estilo.”³⁷⁶ Categorias como composição, pertencimento a um gênero, estilo particular, caracterizam o discurso como obra, a qual revela a natureza dessas categorias como sendo da produção e do trabalho. Assim, o discurso constitui o objeto de uma *práxis* e de uma *techné*, não havendo, a este respeito, confronto entre o “trabalho do espírito” e o “trabalho manual”. Portanto, pode-se pensar o trabalho como estrutura primordial da prática, objetivando-se em obras. Dessa forma, a obra literária constitui-se a partir do trabalho de organização da linguagem, gerada como reflexão sobre as práticas humanas. Ricoeur afirma que o discurso estabelece-se como evento, entretanto é entendido como sentido. Ao referir esse paradoxo, o autor pondera como a obra pode situar-se com referência a isso: “Ao introduzir na dimensão do discurso categorias próprias à ordem da produção e do trabalho, a noção de obra aparece como uma mediação prática entre a irracionalidade do evento e a racionalidade do sentido.”³⁷⁷ A materialização do discurso em uma obra estruturada apresenta um traço fundamental, ou seja, constitui-se por um conjunto de frases com as quais alguém diz algo a alguém a respeito de alguma coisa. Nas estruturas da obra verifica-se o discurso, cujo discernimento processa-se pela hermenêutica. Ricoeur observa que

é essencial a uma obra literária, a uma obra de arte em geral, que ela transcenda suas próprias condições psicossociológicas de produção e que se abra, assim, a uma seqüência ilimitada de leituras, elas mesmas situadas em contextos sócio-culturais diferentes. Em suma, o texto deve poder, tanto do ponto de vista sociológico quanto do psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar numa nova situação.³⁷⁸

Nesse sentido, através das vivências das personagens de Bormann, em especial, a vida de Celeste, pode-se apreender não só a subjetividade dessa personagem, como também a de outras mulheres tanto do século XIX como de outras épocas, as quais, enfrentando circunstâncias adversas, buscaram superar conjunturas de opressão.

Assim, o discurso, na medida em que visa às coisas, aplica-se à realidade, de forma a exprimir o mundo. Ricoeur observa que “não há discurso de tal forma fictício que não vá ao encontro da realidade, embora em outro nível, mais fundamental que aquele que atinge [...] a

³⁷⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷⁷ RICOEUR, P. Op. cit., 1990, p. 50.

³⁷⁸ RICOEUR, P. Op. cit., p. 53.

linguagem ordinária.”³⁷⁹ O autor toma emprestada a expressão “ser-no-mundo” a Heidegger quando aponta que interpretar é tornar explícito o caráter de ser-no-mundo revelado diante do texto. Através da ficção, da poesia, tornam-se possíveis outras possibilidades de ser-no-mundo na realidade do dia-a-dia. Ficção e poesia têm em vista o ser, mas não mais “sob o modo do ser-dado, mas sob a maneira do poder-ser. Sendo assim, a realidade quotidiana se metamorfoseia em favor daquilo que poderíamos chamar de variações que a literatura opera sobre o real.”³⁸⁰ Nessa perspectiva, novamente pode-se aludir à obra de Bormann como forma de entendimento de uma realidade experienciada por mulheres oitocentistas, cuja vivência refletia a ideologia vigente, determinante do comportamento feminino.

Na continuidade de suas reflexões, Ricouer, tomando o exemplo da linguagem metafórica, enfatiza que a “ficção é o caminho privilegiado da descrição da realidade”³⁸¹, e, no percurso desse entendimento, a possibilidade de atingir a sua mais profunda essência. Aquilo que o autor chama de “o mundo da obra” desenha-se como uma proposição de mundo, que não se encontra “atrás do texto como uma espécie de intenção oculta, mas diante dele como aquilo que a obra desvenda, descobre, revela. Por conseguinte, compreender é *compreender-se diante do texto*.”³⁸² Além disso, cogita o autor, é imprescindível não contrapor hermenêutica e crítica das ideologias, pois esta torna-se o caminho mais curto para uma compreensão de si, caso se forme pela “coisa do texto.” Na seqüência, o autor pondera sobre a pretensão de seu ensaio: “somente a procura de uma relação intimamente dialética entre ciência e ideologia parece-me compatível com o grau de verdade ao qual nos é possível aspirar, como dizia Aristóteles, nas coisas práticas e políticas.”³⁸³

Nesse trajeto, torna-se relevante retomar conceitos de Althusser, para quem a ideologia é uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.”³⁸⁴ Partindo dessa afirmação, o autor chama a atenção para as várias “concepções de mundo”, manifestadas como ideologias diversas, tais como a religiosa, a política, a jurídica, e assim por diante. Embora se possa concordar que elas constituem uma ilusão, também é

³⁷⁹ RICOEUR, P. Op. cit., p. 56.

³⁸⁰ RICOEUR, P. Op. cit., p. 57.

³⁸¹ Idem, ibidem.

³⁸² RICOEUR, P. Op. cit., p. 58.

³⁸³ RICOEUR, P. Op. cit., p. 66.

³⁸⁴ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 85.

possível admitir que “basta ‘interpretá-las’ para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade mesma desse mundo (ideologia = ilusão/alusão).”³⁸⁵

Remontando à proposição de Freud de que “o inconsciente é eterno”, associa a ideologia a esse entendimento, apontando que, nesse sentido, a ideologia, como o inconsciente, não tem história:

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas onipresença, transitória e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral.³⁸⁶

A naturalização do pensamento a respeito de comportamentos estabelecidos em relação à mulher e ao homem de que lhes cabem papéis específicos, dentro do quadro social, fomentou a consolidação de estereótipos tais que convencionaram a mulher como um ser mais emocional e terno, menos competitivo e aguerrido do que o homem. Dessa forma, qualquer tipo de atuação mais agressiva por parte da mulher seria considerado inadequado, inaceitável, acarretando censura e condenação. Assim, cabe à mulher a clausura do lar, a esfera privada, onde poderá desempenhar as funções pelas quais será reconhecida como a “boa mãe”. Badinter toma emprestadas as palavras de Rousseau para reforçar essa idéia: “a mulher deve ser a única a mandar em casa, é mesmo indecente para o homem informar-se do que ali se passa. Mas a mulher, por sua vez, deve se limitar ao governo doméstico, não se imiscuir no que ocorre fora, manter-se fechada em casa.”³⁸⁷ Entretanto, é importante lembrar o que Engels expõe, em seu estudo sobre a origem da família, a respeito da atuação das mulheres no antigo lar composto por inúmeros casais com seus filhos: a direção do lar cabia a elas e constituía uma indústria socialmente tão relevante quanto o provimento de víveres sob a responsabilidade dos homens. É com o surgimento da família patriarcal e, ainda mais, com a “família individual monogâmica”, que o governo do lar perde seu caráter social, transformando-se em “*serviço privado*”, convertendo-se a mulher em “primeira criada, sem

³⁸⁵ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 86.

³⁸⁶ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 85.

³⁸⁷ BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 245.

mais tomar parte na produção social.”³⁸⁸ Foram idéias como essas e tantas outras que chegavam da Europa, em especial no século XIX, que influenciaram o pensamento do homem brasileiro oitocentista, determinando comportamentos e crenças sociais. Althusser afirma que as crenças dos indivíduos provêm “das idéias do dito indivíduo enquanto sujeito possuidor de uma consciência na qual estão as idéias de sua crença. A partir disso [...] o comportamento material do dito indivíduo decorre naturalmente.”³⁸⁹ Venâncio, desde a mais tenra idade, habituara-se a ver o pai a injuriar a mãe, “pobre criatura de acanhado alcance, vítima consciente e resignada, diante de cuja passividade, insensivelmente, o filho considerou a mulher um ser secundário, destinado a ser o brinquedo de lubricidade ou de cólera do homem, rei da criação.” (p. 19). “Vítima consciente e resignada”: mesmo tendo consciência da falácia em que vive, uma situação de vivência depauperada, a mãe permanece ligada ao marido, pois essa atitude significava estar sintonizada com o que a sociedade da época esperava do comportamento feminino. Para o menino Venâncio fica a lição de “superioridade masculina”, a qual vai marcar seu comportamento futuro. Casado, repete a conduta do pai, transformando Cândida em vítima de suas agressões: “Desde o carro, começava a injuriá-la na sua linguagem tarimbeira. Ao chegar a casa, empurrava-a sobre os móveis e nodoava-lhe o belo corpo, amargurando-lhe a alma.” (p. 23). Tanto era a crença da superioridade masculina e poder em relação à mulher, que Venâncio levava “a mulher a todas as festas, cheia de brilhantes e de rendas, orgulhoso de possuí-la e de mostrá-la” (p. 23), como um objeto raro, do qual podia dispor como lhe aprouvesse, como seu dono e senhor. A par das várias funções destinadas à mulher da classe alta da sociedade oitocentista dentro do lar, acrescenta-se a responsabilidade de zelar pelo sucesso e bom êxito do marido, a de colaboradora e incentivadora do homem. Rocha-Coutinho lembra que “a habilidade e a demonstração dos dotes femininos, inclusive os físicos, nestes eventos [festas particulares, salões políticos e sociais, idas ao teatro] podia ter papel decisivo na elevação social do marido.”³⁹⁰ Assim, essa aparente importância da mulher no âmbito público, na verdade, mascarava a posição que lhe cabia ocupar na esfera privada, na qual continuava a viver em situação de inferioridade, distinta daquela vivida pelo homem. Para Althusser,

³⁸⁸ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 80.

³⁸⁹ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 90.

³⁹⁰ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 79.

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os ‘homens’ ‘se representa’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real. É nessa relação que está a ‘causa’ que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real.³⁹¹

Venâncio vive intensamente a ideologia patriarcal de sua época. Crê em papéis determinados para o homem e para a mulher, a esta cabendo servidão e obediência. Algoz, pela condição “natural” de “ser homem”, Venâncio também é vítima, na medida em que não lhe ocorre questionar uma ideologia essencialmente patriarcal, a qual determina o comportamento tanto de mulheres quanto de homens. Sobre essa questão, Bourdieu enfatiza que

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante. Tal como as disposições à submissão, as que levam a reivindicar e a exercer a dominação não estão inscritas em uma natureza e têm que ser construídas ao longo de todo um trabalho de socialização, isto é, como vimos, de diferenciação ativa em relação ao sexo oposto. Ser homem, no sentido de *vir*, implica um dever-ser, uma *virtus*, que se impõe sob a forma do ‘é evidente por si mesma’, sem discussão.³⁹²

Essa questão remete aos conceitos de Foucault³⁹³ que discute o poder como uma modalidade de controle disseminado entre os indivíduos que são classificados, controlados, constituídos, a partir do discurso das instituições de práxis social a que todos estão submetidos. Entretanto, ainda que não haja lugar destituído de poder, o autor pondera sobre a possibilidade de haver graus de poder. Nessa medida, o entendimento de poder como algo positivo e produtivo permite que se entendam as ideologias emancipatórias das minorias, como a ideologia feminista, por exemplo.

Nesse trajeto, é possível retomar a discussão de Althusser que, após discorrer sobre tipos possíveis de interpretação de ideologias, chega ao que considera essencial dessa questão, afirmando que, “interpretando a transposição (e inversão) imaginária da ideologia, concluimos

³⁹¹ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 87.

³⁹² BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 63.

³⁹³ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

que nas ideologias os homens representam-se, de forma imaginária, suas condições reais de existência.”³⁹⁴ Entretanto essa interpretação leva o autor a questionar-se sobre as causas dessa necessidade do homem. Pondera que a dominação pode estar assentada sobre uma “representação falseada do mundo, imaginada [...] para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação”³⁹⁵, o que permite retomar a questão da dominação patriarcal, cuja essência reside em considerar uma organização social em que o “senhor” manda, e os “súditos” obedecem. Essa superioridade do homem, lembra Beauvoir, foi aceita e celebrada desde a Antigüidade Clássica.³⁹⁶ Aristóteles já afirmava que há uma hierarquia entre os seres, mandando uns, obedecendo outros. Ele busca na natureza argumento para discutir a superioridade de uns seres sobre outros e afirma: “Entre os sexos também, o macho é por natureza superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo gênero humano...”³⁹⁷ E afirma ainda que, na procriação, o homem assoma como o princípio ativo; a mulher, por sua vez, apenas como receptáculo passivo.

Essa superioridade masculina, sempre tão reiterada no comportamento da sociedade brasileira do século XIX, é posta em questão na obra *Celeste*, desde as primeiras páginas da narrativa, quando Artur constata que não é “dono” de Celeste, abalando a sua certeza de domínio. Assim, nada mais “natural” a sua fala diante da decisão da jovem de deixá-lo e voltar para a casa dos pais, por ter-se esgotado a suportabilidade em relação às atitudes irascíveis do marido: “- Mas... e eu?... não sou ninguém? Marido sem ter mulher? [...] De modo que o casamento é uma comédia ali na igreja, não impõe deveres? Logo que uma mulher se enfastia, manda passear o marido!...” (p. 16). Esse comportamento de Artur encontra raízes bem remotas. Ao nascer a família monogâmica, coloca Engels, configura-se maior solidez nos laços conjugais, “que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Como regra, doravante, só o homem poderia rompê-los e repudiar sua mulher.”³⁹⁸ Artur recorre ao preceito oficial da indissolubilidade do casamento para dar sustentação a seus argumentos, e mais, enfatiza as obrigações da mulher em relação à manutenção do *status* familiar, pois seria

³⁹⁴ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 86.

³⁹⁵ ALTHUSSER, L. Op. cit., 1985, p. 87.

³⁹⁶ Ver mais em BEAUVOIR, S. Op. cit., 1980, 2. v.

³⁹⁷ ARISTÓTELES. Op. cit., 1997, p. 19.

³⁹⁸ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 66.

insuportável para ele “o indelével estigma do escândalo.” (p. 16). É interessante lembrar que as idéias difundidas sobre a mulher enfatizavam a sua fragilidade, sua necessidade de proteção. Entretanto o que se evidencia é a fragilidade do homem diante de uma situação que foge ao comum, que rompe com as convenções sociais, sustentadas pelas regras patriarcais, desestabilizando-o em seu *status quo* e tornando questionável sua pretensa superioridade. Mais uma vez, constata-se a falácia em relação à incapacidade da mulher como ser dotado de sensibilidade e inteligência. Mesmo que o estereótipo de mulher da época se configure como um ser amorfo, sem vontade própria, conduzido pela lei do homem, Celeste tem coragem de contestar uma instituição milenar, mostrando, dessa forma, a força da mulher, que se liberta de uma situação injuriosa a que estava submetida pelo casamento. Para Artur, repetindo a crença geral, através do casamento, tornara-se, naturalmente, dono e senhor de Celeste, permitindo-se, nessa condição, ter direitos sobre ela, como poder tratá-la de forma agressiva e mantê-la presa a ele *ad infinitum*, independentemente da qualidade de relacionamento vivenciado pelo casal. É importante lembrar a constatação de Engels a respeito da instauração da monogamia: ele afirma que esse novo modelo de relacionamento humano não constituiu a configuração mais elevada de matrimônio, pois não promoveu a reconciliação entre o homem e a mulher. Ao contrário, impôs-se uma nova forma de escravização de um sexo pelo outro, estabelecendo-se um conflito entre os sexos. Retomando um “velho” manuscrito inédito, redigido por Marx e o próprio Engels em 1846³⁹⁹, o autor constata:

‘A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.’ Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.⁴⁰⁰

A opressão a que as mulheres foram fadadas, não impediu Celeste de ensaiar uma nova vivência. A ação é impulsionada por sua percepção do mundo, em que se projeta como ser humano com capacidade e direito de escolher como conduzir sua vida, coisa que deixa claro quando expõe ao marido as razões pelas quais deseja a separação: “- Já que não temos filhos, que os nossos gênios não combinam e que protesto não mais tolerar cenas como esta [o marido

³⁹⁹ Trata-se de *A ideologia alemã*. (N. da R.)

⁴⁰⁰ ENGELS, F. Op. cit., 2002, p. 70-71.

a esmurrara brutalmente, como tantas outras vezes já o fizera], refugio-me no lar paterno, e já!” (p. 16).

Contrariando a convicção de que a mulher sempre deveria ficar sob a tutela masculina – quando solteira devia obediência ao pai ou aos irmãos; quando casada, ao marido -, Celeste decide sua própria sorte, impondo a liberação dos laços do casamento. Essa atitude, no mínimo, surpreende, já que ela viera de um lar cuja mãe, buscando manter as aparências sociais, encontra lenitivo para o casamento que não a realiza, traindo o marido dentro da própria casa. Celeste testemunha essa atitude da mãe, com a qual não compactua, entretanto:

Calou-se a donzela; procurou dissipar a má impressão que tudo aquilo lhe causava, associando-se ao desforço da mãe, mas a sua retidão condenou todos aqueles subterfúgios, desvendando-lhe a causa real de semelhantes entrevistas. Presentiu que deviam elas subsistir de há muito e que lhas participara Cândida, coagida pela circunstância de tê-la em casa, contando, porém, com a tácita e filial condescendência. [...] Mortificou-a a pertinácia com que se obstinava a mãe em estreitar uma ligação que a desacreditava... [...] A pouco e pouco, porém, acostumou-se a um mal que não podia remediar; usou os vestidos e os objetos com que a presenteava o amante de sua mãe, aceitando resignada aquela cumplicidade. (p. 58-59).

Cândida encontra na infidelidade a forma de suplantar a falácia que vive dentro do casamento. Essa atitude faz lembrar o comentário de Miguel-Pereira que, ao considerar o comportamento de personagens femininas em narrativas naturalistas, comparativamente ao comportamento feminino desenhado nas obras românticas, afirma: “as donzelas castas e as senhoras que praticavam tão cautelosamente o adultério tornaram-se ousadas, não raro impudicas”⁴⁰¹, a ponto de Cândida não prescindir da cumplicidade filial, estimulando-a. A autora lembra ainda que as teorias científicas que eclodiam na época, viam “o sexo invadindo tudo, tudo dominando, transformando em fêmeas as outrora etéreas jovens. Depois do anjo a besta.”⁴⁰² Pondera, ainda, sobre a liberação que a mulher vinha alcançando, a qual acabava por tornar-se uma falácia, na medida em que apenas substituía o amor sentimental pelo sexo, satisfazendo apenas às exigências do “útero”, mantendo a mulher tutelada, numa sociedade feita para homens. Tanto isso é cruel que, de acordo com o Código Penal de 1890, somente a mulher era penalizada por adultério, podendo ser punida com prisão celular de 1 a 3 anos.

⁴⁰¹ MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 23.

⁴⁰² MIGUEL-PEREIRA, L. Op. cit., 1951, p. 23.

Ainda que treinada na lição da perfídia, Celeste não repete o comportamento materno, preferindo tomar a decisão de enfrentar o marido, deixando claro por que é imprescindível para ela abandoná-lo. A narradora, referindo-se aos sentimentos da protagonista, sentencia: “Para a mulher o amor é a vida inteira, e bem se compreende quanto será horrível senti-lo desaparecer aos poucos, sem poder impedir a sua completa destruição.” (p. 83). Celeste pressente o esfacelamento do sentimento que nutre pelo marido, ante a brutalidade com que ele a trata, pois tudo é motivo para ultrajá-la, chegando “à via de fato – espancando esse corpo que adorava e alienando-se no altivo coração, que tanto amara.” (p. 83). Se num primeiro momento a jovem ressentia-se da agressividade do marido, aos poucos, convence-se de que a única alternativa de vivência que lhe resta é a separação. Ao agir de forma hostil, Artur não encontra a passividade de uma mulher sujeita às contingências negativas de um casamento mal sucedido somente para manter as aparências ou assegurar um lugar na sociedade, ao contrário, depara-se com o inusitado de uma atitude transgressora.

Ao contrário da mãe e de outras mulheres que mantêm a aparência para salvaguardar o casamento, Celeste age de forma aberta e franca, atitude que lhe custa a não aprovação sequer da mãe. A narradora lembra que Cândida não fora exemplo de virtude para Celeste, de tal sorte que era inaceitável seu comportamento agora em relação à filha:

Tendo dado a Celeste os mais deploráveis exemplos, deixando-a crescer no meio corrompido em que ela e as velhas amigas ostentavam as suas conquistas amorosas, teve Cândida o descoco de querer moralizar a filha, esquecida de que a melhor lição de uma mãe são os exemplos e que, no caso contrário, de nada valem os mais belos discursos. (p. 107).

Com essa atitude, Cândida respondia ao que julgava correto diante da sociedade: não poderia concordar com a atitude da filha, uma vez que o *script* social previa a mulher submissa e resignada, jamais tomando a iniciativa de viver desagregada do lar. Qualquer comportamento vivido na intimidade privada, ainda que reprovável, se não divulgado no âmbito público, não poderia afetar a reputação das pessoas. Essa crença assegurava a Cândida o direito de tripudiar sobre a postura da filha, sendo a primeira a condená-la, acusando-a de insensata. Além disso, reprovando o comportamento da filha, estaria atendendo ao estereótipo da mãe dedicada ao lar, ao marido e aos filhos, corroborando a ideologia do lar santificado, tão apreciada e difundida no século XIX.

Nesse ponto da análise, cabe questionar que ideologia perpassa a obra de Bormann. Que valores sociais, enfim, nela são representados? Essa narrativa coaduna-se com a ideologia vigente na época de sua escrita ou ela burla os convencionalismos, questionando o *status quo*?

A obra, de cunho naturalista, segue os passos do estilo de época, entretanto, é essa escritora mulher que traz à discussão uma temática impensada para o momento. Outros escritores naturalistas também trouxeram à tona temáticas voltadas ao social, como Aluísio Azevedo, que apresenta um universo de personagens animalizadas, vivendo em condições precárias devido à classe social a que pertencem, ou ainda, as contingências a que estão submetidas as personagens Ana Rosa e Raimundo, pelo determinismo da raça. Também Inglês de Sousa, em cuja obra assoma a questão do celibato, retomando motivo já explorado por escritores europeus, ou Adolfo Caminha, com a obra *Bom-crioulo*, cuja proposição aponta para o homossexualismo masculino. Ainda é possível lembrar aqui Júlio Ribeiro, com sua narrativa *A carne*, ou Domingos Olímpio, com a obra *Luzia-Homem*, ou Manuel de Oliveira Paiva, com *Dona Guidinha do Poço*, todos centralizados no comportamento feminino, entretanto nenhum deles levanta a temática que perpassa a obra de Bormann, o divórcio.

A voz narrativa trata Celeste com respeito, permitindo-lhe alçar vôo na busca de alternativas para sua vivência, ainda que isso lhe custe, em determinados momentos, a frustração de não realizar seus intentos. Apesar de, ao final de sua jornada, não encontrar a felicidade desejada, cumprindo, assim, o determinismo do *script* naturalista, a protagonista, durante sua trajetória, burla o convencionalismo ditado pela hipocrisia de uma sociedade que não apresenta alternativas para a subjetividade feminina. A mulher, que só pode sentir aquilo que as convenções sociais ajustaram para os sentimentos e comportamento femininos, encontra em Celeste um modelo de resistência, fugindo do enquadramento de vivência prescrito para o sujeito feminino. E, ainda que, em determinados momentos, a protagonista se frustrasse frente a situações vividas, em nenhum momento ela se arrepende de ter optado por libertar-se do jugo opressivo a que estava submetida. Ao colocar em evidência essa questão, com todas as implicações daí advindas para a protagonista, a obra permite não mascarar uma questão social que perpassa os costumes da época. Vítima de uma sociedade hipócrita, assacada pela falácia da proteção, a mulher é obrigada a experienciar vivências que não correspondem à subjetividade feminina. E, ainda que não destitua completamente o *status quo*

vigente no século XIX – Celeste não se realiza como ser humano amante e acaba morrendo -, a obra põe à luz os anseios da alma feminina e possibilita sensibilizar-se com um *modus vivendi* da mulher oitocentista.

Não se pode esquecer que, no século XIX, o romance projetado sem levar em conta o modelo de vivência feminina corrente na época não teria sua leitura recomendada, além de correr o risco de ser banido pela Igreja que, juntamente com os pais de família, controlava o que as jovens deveriam ler. Maria Benedita, sensível às mudanças científicas e culturais de seu tempo, escreve *Celeste*, violando o *script* narrativo da família tradicional. Assim, pode-se conjecturar que sua obra não atendeu aos interesses de uma sociedade patriarcal preocupada em passar para as jovens, futuras mães e esposas, leituras que corroborassem a ideologia vigente, como forma de assegurar a perpetuação do domínio estabelecido.

CAPÍTULO IV

ANDRADINA AMÉRICA ANDRADE DE OLIVEIRA: *O PERDÃO*

A culpa da nossa ignorância, do nosso atraso não nos cabe a nós, mulheres... Não fossem as injustiças dos códigos, não fossem os preconceitos acanhados, rotineiros, a ingratidão dos homens, o esquecimento dos nossos governos e outra seria a situação da mulher brasileira.

Andradina de Oliveira

As notícias a respeito de Andradina América Andrade de Oliveira são, no mínimo, instigantes para elegê-la como foco de estudo acadêmico, visto que, além de sua participação decisiva como fundadora e colaboradora do *Escrínio*, o seu percurso como mulher de letras remete também à produção e edição de obras literárias que, no seu conjunto, apontam para uma “consciência de pertencimento meridional, a qual se traduz na representação da personalidade e da formosura da terra, vistas sob a ótica do processo de miscigenação do sangue índio, do espanhol, do alemão e do italiano, matrizes da raça sul-rio-grandense.”⁴⁰³

“Progenitora de Lola de Oliveira, a grande poetisa autora de tantos livros de projeção e de relevo nas Letras Nacionais, Andradina de Oliveira, nascida em Porto Alegre [em 12 de junho de 1870⁴⁰⁴], faleceu em São Paulo a 19 de junho de 1935.” Com essas palavras, Alzira

⁴⁰³ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 837.

⁴⁰⁴ Esta data é apresentada por SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 835, que refere como fonte MACHADO, A. C. (1952, p. 160). A autora ainda menciona outros estudiosos que apontam datas diferentes para o evento: OLIVEIRA, A. L. de (1981, p. 238), o ano de 1859, e VILLAS-BOAS, P. (1974, p. 130), o ano de 1878. SCHUMAHER, S; BRAZIL, E. V. (Orgs.). Op. cit., 2000, p. 72-73, registram o ano de 1864, e COELHO, N. N. Op. cit., 2002, p. 64, também refere o ano de 1878. FLORES, H. A. H. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999, p. 382, aponta o ano de 1859 para o nascimento da escritora, além de afirmar que Andradina passou a morar em São Paulo, em 1920. Durante a Revolução de 1932, foi presa, fato que desencadeou insanidade mental, levando-a à morte. Como se percebe, há muita discrepância entre as fontes a respeito dessa informação, assim optou-se pela data apresentada por SCHMIDT, R.

Freitas Tacques⁴⁰⁵ abre o verbete em que apresenta a escritora sul-rio-grandense, para, na seqüência, considerá-la uma artista de grande imaginação criativa, temperada de emoção e sentimento. De esmerada formação intelectual, Andradina inicia seus estudos na escola de Luciana de Abreu, escritora porto-alegrense aqui já mencionada, e, a seguir, passa a freqüentar o Curso Normal na Escola Normal de Porto Alegre - posteriormente Instituto de Educação General Flores da Cunha – até diplomar-se. E, paralelamente a uma vida dedicada ao magistério público, Andradina de Oliveira foi também jornalista, líder feminista e escritora, tendo atuação marcante na área cultural, com a publicação de várias obras e a produção de outras tantas inéditas.

Percorrendo o levantamento de obras da ficcionista apresentado por Schmidt⁴⁰⁶, pode-se destacar: na dramaturgia, Andradina dedicou-se, principalmente, à produção de dramas, sendo registrada apenas uma comédia. Nas obras de contos, destaca-se *Cruz de pérolas* (1908) pela qual a autora, no mesmo ano da publicação, recebe medalha de ouro na Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, escreveu romances, entre os quais destacam-se *O perdão* (1910)⁴⁰⁷ e *Divórcio?* (1912)⁴⁰⁸, bem como encontram-se registros de produção poética, de uma obra de literatura infantil, datada de 1908, e ainda de outras produções como almanaques, artigos, conferências.

A obra *Divórcio?* (1912) alcançou grande repercussão por apresentar um tema polêmico para a época. Com formatação epistolar, o livro consta de 25 cartas⁴⁰⁹ ao todo, cada qual com um argumento diverso, em que é posta à mostra a hipocrisia da sociedade em relação à indissolubilidade do casamento. Na carta em que Dinah escreve a Luiza, chama a atenção o elogio ao feminismo, entusiasticamente considerado uma das formas mais legítimas de luta pelos direitos da mulher:

O Feminismo, minha Luiza, é de todas as campanhas da sociedade a mais bela, a mais grandiosa. Ela visa à felicidade da mulher. [...] O Feminismo

⁴⁰⁵ TACQUES, A. F. *Perfis de musas, poetas e prosadores brasileiros*: antologia de escritores brasileiros e estrangeiros. Porto Alegre: Thurmman, 1956, p. 705. O interesse da autora em registrar o trabalho intelectual de escritoras mulheres já se evidencia em 1951, quando produz *Perfil de musa* (folheto contendo apreciações sobre os livros *Alvorada*, *Gota d'água*, e *Alma cigana*, da poetisa baiana Seleneh de Medeiros).

⁴⁰⁶ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 839-840.

⁴⁰⁷ No prefácio de *O perdão*, a autora esclarece que o livro foi escrito de um fôlego, de 13 de maio a 13 de junho de 1909, e sua primeira publicação ocorreu como suplemento de *O Escrínio*.

⁴⁰⁸ Esta obra foi reeditada sob a organização da historiadora Hilda Agnes Hübner Flores: OLIVEIRA, A. A. de A. e. *Divórcio?* Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

⁴⁰⁹ MUZART, Z. L. Contracapa. In: OLIVEIRA, A. A. de A. Op. cit., 2007, afirma tratar-se de “pequenos contos em forma de cartas, neles analisando todos os males da vida em comum sem amor.”

abrirá os olhos de todas as mulheres. E elas não de, em futuro que não está longe, conquistar a sua verdadeira posição na família, na sociedade, na pátria. [...] A mulher deixará de ser escrava, a serva, a besta de carga, o objeto de prazer do homem, o animal procriador, o *bibelot* das salas...⁴¹⁰

Sem dúvida, Andradina de Oliveira foi uma vanguardista em seu tempo, pois escrever a obra *Divórcio?*, romance cuja temática era polêmica por si só, e, sobretudo, baseá-la em cartas escritas por mulheres e homens que falam de suas desditas no casamento, exigiu-lhe, possivelmente, determinação e coragem. Schmidt enfatiza que, na apresentação dessa obra, Andradina “é cáustica ao diagnosticar o descaso governamental com relação à educação das mulheres, colocando a nu a hipocrisia de uma sociedade permeada de preconceitos.”⁴¹¹ Na verdade, nessa apresentação, desde as primeiras palavras da ficcionista, é possível detectar a sua convicção em relação àquilo que compõe essa produção, reconhecendo-a como “um livro moral.” E justifica porque assim o considera: “Moral porque é sincero: moral porque é todo ele um grito de piedade por infinitas mágoas; moral porque o vivifica um intenso e nobre ideal; moral porque é puro, oriundo de uma das nossas mais dolorosas necessidades sociais...”⁴¹² Na seqüência, de forma direta e contundente, a autora expressa sua defesa ao divórcio, paralelizando comportamentos que a sociedade prescreve para a mulher e para o homem, processo em que afloram as restrições impostas ao mundo feminino, contrapondo-se ao assentimento à realidade masculina:

O divórcio é, afinal, uma questão de urgente atualidade brasileira, o que, dia-a-dia, se impõe, sem que haja o direito alguém de furtar-se a encará-la de face, positivamente. E mais cedo ou mais tarde vencerá. É vã toda a grita que contra ela se levantam os conservadores, tropegamente arrimados ao bordão das velhas convenções. Causa dó a argumentação falhada em prol da indissolubilidade matrimonial que vai fazendo, para muitos casais, do leito conjugal, um leito de Procusto. [...] Também o Positivismo, a religião da Humanidade, criada pela mentalidade superior de Comte, condena a mulher à *viuvez perpétua*. Dirão que também ao seu companheiro; mas o positivista, como o padre, é também homem, e tem sempre o direito de amar...⁴¹³

Ao finalizar a apresentação da obra, a autora reitera a sua relevância, em especial, como denúncia do *status* da mulher na sociedade: “É ainda moral, porque não é somente um livro de

⁴¹⁰ OLIVEIRA, A. de A. e. Carta 8. In: _____. Op. cit., 2007, p. 75-76.

⁴¹¹ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 836.

⁴¹² OLIVEIRA, A. de A. e. Às mulheres e aos homens do meu país. In: _____. Op. cit., 2007, p. 27.

⁴¹³ OLIVEIRA, A. de A. e. Às mulheres e aos homens do meu país. In: _____. Op. cit., 2007, p. 27-30.

propaganda em prol do divórcio: é também um brado de indignação contra a injusta e esmagadora situação social da mulher.”⁴¹⁴

No campo da poesia, apesar de ter escrito apenas uma obra, Andradina imprimiu sua marca de “imaginação poderosa, seus vãos [...] de uma graciosidade delicada, trazendo sempre, nessas excursões pelo infinito da Beleza, as asas pintalgadas das mais rútilas gemas do sentimento e da emoção.”⁴¹⁵ No soneto “À margem do Guaíba”, o eu poético transborda emoção diante do cenário noturno à beira-rio, numa conjunção entre natureza e sentimento: “O lindo quadro eu vejo enternecida.../Do viver de ilusões, então, descrida,/Minha alma toda em dores se desata.../E do batel que passa, lento e lento,/escuto, como *accordi* ao meu tormento,/O som da ária final da Traviata!...”⁴¹⁶, permeando com grande sensibilidade sua imaginação poética.

Coube a Andradina, como membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS), ser patrona da Cadeira número 11, posteriormente ocupada por Otília de Oliveira Chaves (1897-1983)⁴¹⁷ que, ao tomar posse, em “inspirada e brilhante oração”, manifesta sua admiração pela autora:

Seus escritos deixam perceber um misto do romantismo do século XIX e do realismo que o sucedeu. Tem, como os românticos o gosto da eloquência, do aventuroso, da cor oriental; como eles, deixa-se embalar nas asas da fantasia e a sensibilidade domina a razão e a observação; como os românticos, acha inspiração nas três eternas fontes da poesia: o amor, a religião e a natureza. Há nela algo de Álvares de Azevedo quando introduziu em seus cantos e poesias presságios funestos, tristeza doentia, elogio da dúvida, cantos de saudades, de amor, de melancolia; algo de Castro Alves com suas imagens grandiosas, suas hipóboles exageradas, sua exuberância lírica e orquestral; muito de Aluísio Azevedo, na observação da natureza e da sociedade, das figuras das ruas e incidentes da vida. Seus maravilhosos dotes tornaram-na simultaneamente contista de imaginação e sensibilidade, polemista, biógrafa, dramaturga, oradora, jornalista e poetisa.⁴¹⁸

De índole combativa, uma das feministas sul-rio-grandenses mais ardorosas de seu tempo, Andradina levantava-se para apontar as arbitrariedades praticadas contra a mulher, e assinalava as “injustiças dos códigos”, o “esquecimento de nossos governos”, os “preconceitos

⁴¹⁴ OLIVEIRA, A. de A. e. Às mulheres e aos homens do meu país. In: _____. Op. cit., 2007, p. 33.

⁴¹⁵ TACQUES, A. F. Op. cit., 1956, p. 705.

⁴¹⁶ Tercetos retirados do soneto “À margem do Guaíba”. In: SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 844.

⁴¹⁷ De acordo com FLORES, H. A. H. Op. cit., 1999, Otília de Oliveira Chaves nasceu em Tombos, MG, vindo a atuar em escolas e associações metodistas em cidades do Rio Grande do Sul, a partir de 1916. Em Porto Alegre, atuou no Colégio Americano de Porto Alegre, de 1940 a 1950.

⁴¹⁸ Excerto. In: TACQUES, A. F. Op. cit., 1956, p. 706.

acanhados, rotineiros,” a “ingratidão dos homens”⁴¹⁹ como responsáveis pela ignorância e atraso em que se encontravam muitas mulheres. Essa visão crítica sobre as circunstâncias sociais da época e da situação da mulher em seu contexto inspirou-a a escrever e a publicar artigos no *Esgrínio*, em defesa dos direitos femininos, registrando as injustiças cometidas contra a mulher. Silva, ao discorrer sobre a vida da ficcionista, destaca que Andradina é um “ícone da cultura e da educação que transforma e constrói uma nova relação de afeto e respeito pela conquista dos direitos femininos, uma sociedade mais solidária e fraterna.”⁴²⁰

A trajetória intelectual de Andradina de Oliveira, aponta Schmidt, revela uma produção que “interpreta valores patriarcais vigentes, colocando sob o signo de uma crítica de resistência a cultura do casamento, as definições da natureza feminina e as concepções sobre a educação da mulher,”⁴²¹ reiterando o comprometimento com seu tempo. Ao evidenciar circunstâncias de vivência da mulher de *fin de siècle*, Andradina sintoniza com aquelas vozes que se faziam ouvir para defender os direitos femininos como justos e inquestionáveis. É lamentável que até o presente momento a escritora não tenha sido prestigiada pela historiografia literária brasileira, tornando-se, assim, relevante trazer ao conhecimento geral sua produção no campo das letras para que possa ser lida e apreciada. Rita Terezinha Schmidt desenvolveu criterioso trabalho acerca de Andradina, cujos resultados foram publicados na obra organizada por Zahidé Lupinacci Muzart sobre escritoras brasileiras do século XIX, configurando-se esse estudo como um importante documento sobre a vida e obra da ficcionista. Schmidt publicou ainda o artigo “Andradina de Oliveira e o corpo da cidade”, em que apresenta uma análise da obra *O perdão*, a partir da hipótese de uma “analogia entre forma corporal e urbana”, propondo examinar “a cidade de *O perdão* como figuração de um corpo político cujas condições de organização impõe regras de regulação social e moral...”⁴²²

Pela importância de estudos atuais sobre escritoras do século XIX não reconhecidas pela História da Literatura brasileira, justifica-se trabalhar a produção literária de Andradina de Oliveira, que proponho a seguir, apresentando uma análise da obra *O perdão*. O estudo focaliza, em especial, a personagem Stella, protagonista da narrativa, buscando verificar como

⁴¹⁹ Excerto. In: TACQUES, A. F. Op. cit., 1956, p. 706.

⁴²⁰ SILVA, E. M. da. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. de A. e. Op. cit., 2007, p. 10.

⁴²¹ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 836.

⁴²² SCHMIDT, R. T. Andradina de Oliveira e o corpo da cidade. In: COUTINHO, F. Eduardo et al. (Org.) *Elogio da lucidez: a comparação literária em âmbito universal; textos em homenagem a Tânia Franco Carvalhal*. Porto Alegre: Evangraf, 2004c, p. 364.

ocorre o processo de descoberta de seu corpo erotizado e desejante, numa recorrência ao que acontecia a mulheres do século XIX, cuja sexualidade foi marcada pela repressão. Para o desenvolvimento deste capítulo retomam-se os conceitos de Brooks⁴²³ sobre o desenho da narrativa, bem como a obra *Body work: objects of desire in modern narrative*⁴²⁴, em que o autor coloca em pauta questões de corpo e sexualidade. O trabalho de Foucault⁴²⁵ que discute a relação sexo/poder/repressão, em especial no século XIX e início do XX, embasa a parte inicial da análise, na qual se busca evidenciar a trajetória da protagonista na descoberta de sua sexualidade que transforma seu corpo materno em corpo erótico. Também Giddens⁴²⁶ serve de aporte para a discussão sobre sexo e dominação e as conseqüências desse processo para o reconhecimento e aceitação da sexualidade feminina. Na segunda parte deste capítulo, retomase a discussão de Badinter⁴²⁷ sobre a questão da maternidade e o papel da mulher/mãe na consolidação do lar voltado para os filhos. Também os aspectos apontadas por Rocha-Coutinho⁴²⁸ sobre a naturalização dos papéis femininos, a regulação dos desejos da mulher e a maternidade como programa político são revisitados como subsídio para a análise dessa seção. Na última parte, Henessy⁴²⁹, Bourdieu⁴³⁰ e Said⁴³¹ servem de base para a análise da representação da sociedade ordenada em classes, hierarquizada entre aqueles que detêm o poder econômico e os destituídos de condições para subsistir, presentes na obra.

⁴²³ BROOKS, P. Op. cit., 1984.

⁴²⁴ BROOKS, P. *Body work: objects of desire in modern narrative*. Harvard Univ. Press, 1993, p. 108. Tradução de Cláudio Guedes Bochese.

⁴²⁵ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁴²⁶ GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

⁴²⁷ BADINTER, E. Op. cit., 1985.

⁴²⁸ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994.

⁴²⁹ HENESSY, R. Class. In: EAGLETON, M. (Org.). *A concise companion to feminist theory*. London: Blackwell publishing, 2003. Tradução de Amanda Dal'Zotto Parizote.

⁴³⁰ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007.

⁴³¹ SAID, E. *Cultura e imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

1 Corpo e sexualidade feminina

A nova mulher era também a mulher nervosa. Os médicos associavam o que consideravam uma epidemia de distúrbios nervosos, incluindo-se a anorexia, a neurastenia e a histeria, às mudanças nas aspirações femininas. Os conflitos das mulheres quanto ao uso de seus dons, iriam, ainda, condená-las a toda uma vida de doenças nervosas.

Elaine Showalter

O poder disciplinador de que fala Foucault produziria “corpos dóceis”, passíveis de serem controlados e regulados em suas ações, contrariando a capacidade espontânea de atuar sobre impulsos do desejo e atrelando o poder à idéia de repressão. O autor direciona sua principal preocupação ao século XIX e início do XX na busca da hipótese da repressão, momento em que sexualidade e poder são interligados, desenvolvendo-se aquela como um “segredo” - contra o qual era necessário acautelar-se -, “criado pelos textos que o repudiam e, ao mesmo tempo, por aqueles que o celebram. Acreditava-se que o acesso a este segredo revelasse a ‘verdade’: a sexualidade é fundamental ao ‘regime da verdade’, característico da modernidade.”⁴³² Ocorre, nesse sentido, um processo em que sexólogos, especialistas, educadores empenham grande esforço no sentido de pesquisar aquilo que haviam ajudado a gerar. E, na medida em que a investigação sobre o sexo produz textos, manuais e estudos que distinguem a ‘sexualidade normal’ de seus domínios patológicos, o prazer erótico transforma-se em sexualidade. Na verdade, aponta Giddens, “o estudo e a criação de discursos sobre o sexo levaram ao desenvolvimento de vários contextos de poder e de conhecimento.”⁴³³ Assim, é oportuno lembrar o que afirma Foucault sobre a relação sexo/poder/repressão: “dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda economia, a todos os ‘interesses’ discursivos que a sustentam.”⁴³⁴ A masturbação, por exemplo, vai receber por parte de médicos e educadores da época uma grande atenção e o esforço no sentido de esclarecer as conseqüências que adviriam dessa prática. No Brasil, ela foi tratada com severidade e elencada entre as anomalias

⁴³² GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 30.

⁴³³ Idem, ibidem.

⁴³⁴ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 13-14.

apontadas como “taras”, sendo praticada por “masturbadores profissionais”⁴³⁵, sujeitos identificados através de minuciosos exames médicos. Flores refere palavras do sexólogo Hernâni de Irajá que nomeia, como resultantes da prática da masturbação, características físicas e psicológicas nada apreciáveis dessas pessoas, cabendo às mulheres que apresentassem esse comportamento a designação de vítimas do “amor sacrificado.” Em suma, na visão do sexólogo, afirma Flores, “todas estas ‘perversidades’ do instinto sexual só têm um triste fim: o enfraquecimento físico e moral, o depauperamento orgânico e a degradação social do indivíduo”⁴³⁶, intensificando, no imaginário social, a concepção de “erro essencial sobre a pessoa”, na medida em que não estaria atendendo ao fim precípua do sexo, a procriação.

Para Foucault, a sociedade ‘burguesa’ oitocentista é “uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada.”⁴³⁷ Entretanto, afirma o autor, isso não ocorreu de forma hipócrita, pois nunca a sexualidade foi tão assumida pelos discursos e instituições como nesse período. E mais, a perversão na sociedade moderna ocorre, “não a despeito de seu puritanismo ou como uma reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente.”⁴³⁸ Para o autor, as sexualidades múltiplas,

todas constituem o correlato de procedimentos precisos de poder. Não se deve imaginar que todas essas coisas [...] tenham chamado a atenção e recebido uma qualificação pejorativa quando se quis atribuir um papel regulador exclusivamente ao tipo de sexualidade susceptível de reproduzir a força de trabalho e a forma da família. Tais comportamentos polimorfos foram, realmente, extraídos do corpo dos homens, dos seus prazeres; ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados. [...] ...é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas.⁴³⁹

Tanta atenção foi dada à sexualidade que, acredita Giddens, se pode “suspeitar que o objetivo não fosse sua eliminação mas, sim, a organização e o desenvolvimento do indivíduo,

⁴³⁵ Essa expressão foi usada por Hernani de Irajá, sexólogo gaúcho da primeira metade do século XX, que se tornou conhecido no Rio de Janeiro por sua extensa produção sobre sexo. Entre suas obras, podem-se citar *Psicoses do amor*: estudos sobre as alterações do instinto sexual (1931); *O esforço para a beleza* (1923); *A sexualidade na arte* (1838); *Sexo e beleza* (1938). Em 1937, publicou em 2ª edição: *Tratamento para os males sexuais, e Morfologia da mulher*.

⁴³⁶ FLORES, M. B. R. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, A. L. da et al. (Orgs.). *Falas de gênero*: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 212.

⁴³⁷ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 46.

⁴³⁸ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 47.

⁴³⁹ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 47-48.

física e mentalmente”⁴⁴⁰, reforçando a idéia de que se editavam modos de agir sintonizados com os interesses do poder vigente. É nesse período, segundo Foucault, que profissionais da área da saúde, como psiquiatras, médicos, incumbem-se de catalogar as mais diversas formas de perversão sexual, colocando-as à exibição pública, transformadas em formas exemplares de conduta indigna. Não se buscava o término das perversões, a intenção era imputar-lhes “uma realidade analítica”, manifesta e contínua. Para o autor, o desenvolvimento de uma ciência da sexualidade, no Ocidente, esteve atrelado à combinação do conhecimento sobre sexo com o princípio da confissão católica, prática que fomentava o controle da vida sexual dos fiéis. O confessor católico, afirma Giddens, “envolvia muito mais que apenas as indiscrições sexuais, e tanto o padre quanto o penitente interpretavam a confissão de tais pequenos delitos em termos de uma ampla estrutura ética.”⁴⁴¹ É nessa época que a Igreja, subscrevendo a Contra-Reforma, intensifica o processo da confissão, pregando a importância de que seja realizada com assiduidade, momento em que não somente os atos, mas também qualquer outro aspecto relacionado ao sexo, como pensamentos, sentimentos, fantasias, deveria ser revelado para que passasse pelo julgamento do confessor. O autor enfatiza que, no século XIX, entre os discursos criados sobre sexo e poder, surge um que dizia respeito às mulheres. Dessa forma,

a sexualidade feminina foi reconhecida e imediatamente reprimida – tratada como a origem patológica da histeria. [...] Um outro contexto referia-se ao casamento e à família. O sexo no casamento deveria ser responsável e autocontrolado. [...] A contracepção era desencorajada. Supunha-se que o controle da dimensão da família devesse emergir espontaneamente da busca disciplinada pelo prazer. Finalmente, foi preparado um catálogo das perversões e descritos os modos de tratamento.⁴⁴²

No entendimento de Foucault, podem ser apontadas três dúvidas consideráveis em relação a uma ‘hipótese repressiva’. A primeira, de caráter histórico, remete o autor a questionar: “O que se revela numa primeiríssima abordagem [...] seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII, de um regime de repressão ao sexo?”⁴⁴³ A segunda, de ordem histórico-teórica, conduz o autor a analisar aspectos que envolvem a mecânica do poder como exercício de repressão: “Interdição, censura e negação são mesmo formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e,

⁴⁴⁰ GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 28.

⁴⁴¹ GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 29.

⁴⁴² GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 30-31.

⁴⁴³ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 15.

infallivelmente, na nossa?”⁴⁴⁴ E a última, de cunho histórico-político, leva o autor a ponderar fundamentalmente sobre o papel do discurso crítico voltado para a repressão, questionando se realmente existiria uma “ruptura histórica entre a Idade da repressão e a análise crítica da repressão.”⁴⁴⁵ Na verdade, pondera o autor, “as dúvidas que gostaria de opor à hipótese repressiva têm por objetivo muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII.”⁴⁴⁶ Nessa perspectiva, mais importante do que formular interdições ou permissões ao sexo, é importante “levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso.’”⁴⁴⁷ Portanto, mais do que se perguntar por que ou como se é reprimido, interessa a Foucault questionar como se chegou a acreditar nisso:

A questão que gostaria de colocar não é por que somos reprimidos mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos? Através de que hipérbole chegamos a afirmar que o sexo é negado, a mostrar ostensivamente que o escondemos, a dizer que o calamos – e isso formulando-o através de palavras explícitas, procurando mostrá-lo em sua realidade mais crua, afirmando-o na positividade de seu poder e de seus efeitos?⁴⁴⁸

A idéia de Foucault de que, na era vitoriana, a sexualidade foi concebida como um segredo, em torno da qual ocorria ampla discussão, dando-lhe o caráter de ‘segredo aberto’, remete ao entendimento de que o assunto era continuamente discutido na área médica e em diferentes textos. Embora reconheça a validade dessa afirmação, Giddens pondera que seria um erro presumir que o sexo era vastamente representado, analisado ou avaliado em fontes franqueadas a todas as camadas da sociedade. Na realidade, as publicações médicas e mesmo as semi-oficiais não eram acessíveis à grande maioria, até por que, ainda nas últimas décadas do século XIX, o contingente de pessoas não alfabetizadas era considerável, configurando-se essa restrição como uma forma efetiva de censura, a qual, de acordo com o autor, afetava “tangivelmente mais as mulheres que os homens. Muitas mulheres casavam-se virtualmente

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁶ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 16.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁸ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 14.

sem qualquer conhecimento sobre sexo, exceto o de que ele estava relacionado aos impulsos indesejáveis dos homens e tinha de ser suportado.”⁴⁴⁹ Essa afirmação de Giddens é bastante sintomática, quando reportada à constatação de que mulheres casavam para cumprir desígnios familiares, ou, mesmo contando com a alternativa de escolha, o faziam orientadas por questões de caráter pragmático, sintonizadas com o imaginário social que propalava os benefícios do casamento.

Ao final do volume *A história da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault remete a uma relevante discussão a que ele denominou “bio-poder”. O crivo analítico das práticas institucionais desenvolvidas no meio social europeu de como lidar com a sexualidade humana, desde o Iluminismo, fomentou considerar que tais práticas constituem-se parte de uma biopolítica, ou seja, o gerenciamento planejado da vida pelo domínio dos corpos. Para o autor,

o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude do que essa nova moral que parecia desqualificar o corpo: foi nada menos do que a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas. [...] O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidades de vida, saúde individual e coletiva... [...] Se pudéssemos chamar ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.⁴⁵⁰

Desse modo, a partir do século XIX, uma preocupação mítica de defesa à pureza do sangue e da raça superior suscitou uma ordenação eugênica da sociedade, o que implicou, não se pode esquecer, o “genocídio sistemático dos outros e o risco de expor a si mesmo a um sacrifício total.”⁴⁵¹ O nazismo pode ser lembrado como exemplo cruel de arranjo entre a preocupação com o sangue e a tirania de um poder disciplinador. Nesse trajeto, vem à mente também um movimento político mais recente, o fascismo português, que, para atingir seus objetivos, valeu-se de um aparato repressivo complexo, acarretando para o país um período de imenso terror. Vale ressaltar, nesse processo, conforme observação de Ornelas, o fato de o fascismo português ter-se “interessado no corpo como elemento-chave da teorização de sua

⁴⁴⁹ GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 34.

⁴⁵⁰ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 133-134.

⁴⁵¹ FOUCAULT, M. Op. cit., 1988, p. 140.

ideologia”⁴⁵², uma vez que o corpo tem sido referendado ao longo da história humana como um *locus* de paixões licenciosas e incontrolláveis, e o movimento preocupava-se com a “santificação da natureza e da nação.” Na verdade, evidencia-se a origem da atenção destinada ao corpo, quando se consideram idéias que impregnaram esse processo:

A sua intenção era construir um corpo autocontrolado, bem ordenado, reprimido, dócil e maleável [...] cujo único objetivo era servir a causa e os interesses da nação e preservar a sua integridade total. Em todas as formulações do discurso fascista, havia constantemente uma forte correlação entre um corpo saudável e robusto e uma mente saudável. [...] O fascismo via um corpo saudável na sua forma assexuada e deserotizada e na sua relação harmoniosa com a mente como caminho para uma forma mais elevada e mais valorizada e vital da verdade e do conhecimento, relação que conduziria à realização plena do espírito natural do fascismo. [...] ...um dos princípios básicos do discurso fascista relativo ao corpo refere-se à morte da sexualidade entendida como prazer. Um corpo que é viril, voluntarioso e cheio de vida era o objetivo do fascismo, mas esse corpo também era concebido como um corpo assexuado.⁴⁵³

É possível perceber, diante disso, que, nas mais diversas épocas e sociedades, a humanidade esteve sujeita a processos de dominação, e o corpo erotizado, entendido como doentio e não natural, esteve no centro dessas ideologias, como fator de repressão.

No Brasil, a exemplo do que ocorria na Europa, “a semiótica do corpo ofereceria ao médico perito as bases para o diagnóstico clínico e a emissão de seu juízo.”⁴⁵⁴ Dessa forma, aponta Flores, nas primeiras décadas do século XX, “o estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo, [...] liga-se às estratégias implementadas pelos médicos eugenistas, articulados a um projeto político/nacional, de definição e embelezamento da raça.”⁴⁵⁵ O método pressupunha que todas as pessoas que desejassem casar deveriam se submeter a rigoroso exame de sanidade, após o qual estaria nas mãos do médico a decisão de liberar ou não os nubentes para o casamento. Assim, nesse período, regulamenta-se o uso do corpo, ensejando “amplo debate sobre sexualidade e uma desmesurada importância do sexo e, conseqüentemente, do médico-sexólogo.”⁴⁵⁶ A questão da eugenia racial, no país, cercearia ainda mais a escolha sexual das pessoas, e mesmo a função procriativa passava pela prescrição eugênica da prole. Desse modo, a “perícia médica funcionou [...] como uma guardiã da

⁴⁵² ORNELAS, J. O corpo fascista na narrativa portuguesa contemporânea. In: MOREIRA, M. E. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 213.

⁴⁵³ ORNELAS, J. Op. cit., 2003, p. 213-215.

⁴⁵⁴ FLORES, M. B. R. Op. cit., 1999, p. 211.

⁴⁵⁵ FLORES, M. B. R. Op. cit., 1999, p. 207.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

higiene sexual, medicalizando e criminalizando o sexo desviado de sua função.”⁴⁵⁷ Nesse contexto, a virgindade feminina, cuja perda poderia legitimar a anulação do casamento, constituía-se o ‘selo de qualidade’ da mulher, o qual ela deveria proteger incondicionalmente. Nesse processo, as mulheres estiveram sujeitas a um discurso normatizador, que ditava padrões ideais de comportamento, cujos porta-vozes – moralistas, pregadores, confessores – incumbiam-se de propagar. Também Del Priore manifesta-se sobre o “discurso normativo médico” que ocorria no Brasil como forma de domesticação da mulher. A autora aponta que “esse discurso dava caução ao religioso na medida em que asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação. Fora do manso território da maternidade, alastrava-se a melancolia, vicejava a lúxúria, e por tudo isso a mulher estava condenada à exclusão.”⁴⁵⁸ Essas idéias estereotipadas, investidas do poder de quem as difundia, reforçavam ainda mais o já contagiado imaginário social da época.

Pela visão eugenista, desvaloriza-se o corpo como fonte de prazer, envolto em proibições e moralização. Por esse viés, “o corpo higienizado, limpo e bem tratado, não era para o exercício da sedução física”⁴⁵⁹ E à mulher, em especial, cabia realizar sua função procriativa, de forma dessexualizada, dessa forma angariando valor em seu meio. Assim impregnado, o grupo social reforçava idéias, comportamentos e normas de conduta que diziam respeito à sexualidade reprimida. É nesse contexto histórico-social que surge a obra *O perdão*, cuja protagonista, ao descobrir-se um ser erotizado, passa a vivenciar um agudo desalinho emocional que não lhe permite encontrar completude em uma relação firmada na paixão.

Retomando Brooks, parte-se de sua afirmação quando faz referência às reflexões de Antoine de Ronquentin, protagonista de *A náusea*. Brooks assevera que uma frase, jogada negligentemente no início de uma narrativa, poderá parecer supérflua, mas ela está lá, como “um pedaço de informação”⁴⁶⁰, cujo valor só poderá ser entendido mais tarde:

Leonardo de Souza acabava de chegar, pelo vapor da Margem, de sua fazenda na região serrana.
Stella, à sacada, vira-o descer do carro e, correndo à varanda, onde as irmãs palestravam e a mãe lia, gritou:

⁴⁵⁷ FLORES, M. B. R. Op. cit., 1999, p. 212.

⁴⁵⁸ DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 27.

⁴⁵⁹ FLORES, M. B. R. Op. cit., 1999, p. 218.

⁴⁶⁰ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 93.

- O papai chegou!
O fazendeiro viera de surpresa.⁴⁶¹

Esse início, o qual dá abertura ao primeiro movimento da narrativa, tomado somente como ele se apresenta, nada mais significa que a ação de um pai voltando a casa, ocasião em que encontra a família que não o esperava naquele momento e fica feliz com sua chegada. Entretanto, por trás dessa “informação supérflua”, delinea-se uma atmosfera familiar que irá marcar profundamente o desenrolar das peripécias narrativas em torno de Stella, a protagonista da história, remetendo à afirmação de Brooks: “O começo pressupõe um fim, já que o conceito de um fim é necessário àquele de um começo. A idéia de ‘aventura’ tem a ver com o que está por vir, o *ad-venire*, assim que uma aventura é um pedaço de ação [...] começos são escolhidos por e para fins.”⁴⁶² Stella, a primogênita, juntamente com Lúcia, a irmã do meio, e Celeste, a caçula, compõe o quadro familiar do casal Paula de Souza e Leonardo de Souza. Este, rico fazendeiro ligado a atividades agro-pastoris, representa o poderio econômico e patriarcal sul-rio-grandense do *fin de siècle*, constituindo-se, juntamente com a família, parte da elite porto-alegrense da época, com um estilo de vida que em tudo se aproxima ao da alta burguesia européia. A narrativa, estruturada em quarenta e um capítulos, deixa entrever, nos sete primeiros, uma atmosfera familiar em que tudo transcorre com perfeição, pois, até mesmo a proximidade dos “pobrezinhos de Lúcia” parece não empanar a harmonia que grassa no clã de Leonardo de Souza, ao contrário, a generosidade da jovem rende à família o reconhecimento e o respeito dos mendigos, que ressaltam os gestos de benfeitoria de que são alvo.

É nesse contexto familiar que Stella vive sua infância e juventude, até o casamento, cercada de luxo e dos cuidados paternos e maternos. Desde as primeiras páginas da narrativa, a personagem é descrita como uma bela mulher, “de plástica soberba, estatura senhoril, cabelos negros e bastos”, com lindos olhos “profundamente verdes, profundamente misteriosos.” (p. 9). Entretanto o que se destaca é seu temperamento que, desde o início, revela-se “...nervoso, impressionante, com alegrias doudas às vezes, outras com tristezas sem causa, a revelarem o fundo histórico da sua natureza.” (p. 9). Esse perfil biopsicológico de

⁴⁶¹ Retomo aqui a referência de *O perdão*. Porto Alegre: Livraria Americana, p. 1, para esclarecer que todas as citações retiradas dessa obra (com grafia atualizada por mim) fazem parte da mesma edição, portanto, nas próximas, só serão colocadas as páginas, entre parênteses.

⁴⁶² BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 93.

Stella, desenhado logo no início da narrativa, remete aos acontecimentos mais significativos da obra, sinalizando o caráter trágico da trajetória da personagem. Paula, mãe de Stella, casara para ascender socialmente e garantir um futuro tranqüilo para si, já que vinha de família desprovida de posses. Stella segue-lhe os passos e escolhe casar-se com Jorge, rico comerciante, e “revela seu lado pragmático ao desdenhar o amor e a paixão na escolha de um partido que possa lhe garantir no lar o *status* de rainha.”⁴⁶³ Ao dedicar-se à preparação do casamento, Stella não pensa em outra alternativa de vivência para si, reforçando, com essa atitude, o sonho que povoa o imaginário feminino, qual seja, o de alcançar *status* de respeitabilidade na sociedade oitocentista, privilégio destinado apenas à mulher casada. Assim, quanto mais reaseguradora a posição social oferecida por esse contrato, tanto mais próximo estaria dos anseios das moças casadoiras, que realizavam, dessa forma, a aspiração à união perfeita.

Os preparativos para o casamento de Stella exalam contentamento, e Paula acompanha de perto a felicidade da filha. Entretanto, amiúde, questiona-a sobre seus sentimentos em relação ao noivo, a que a moça responde com evasivas. Ela percebe a preocupação dos pais, no entanto não lhe ocorre o motivo para tal, pois reconhece em Jorge “um excelente partido! E talvez um dos rapazes mais ricos de Porto Alegre. Elegantíssimo, bonito, veste-se muito bem, fala corretamente o francês e o alemão e está muito bem colocado. Já viajou pela Europa e tem culta educação. Então?” (p. 31-32). Não ocorre à Stella mencionar amor/paixão como motivo de levá-la a casar-se com Jorge, pois esse aspecto parece não ter relevância em sua decisão.

Não satisfeita com a resposta da filha, embora convencida do amor de Jorge por Stella, Paula torna à recidiva: “Mas tu o amas muito?” “A moça não respondeu. E como das outras vezes, beijou, sorridente, a mãe” (p. 32) que, não satisfeita como a filha encara o casamento, busca alertá-la da importância de uma união com base no amor: “- Não basta para a felicidade de uma mulher, a fortuna, o nome, a posição e o saber de um homem. É preciso mais. É preciso o amor para ligar os dois corações.” (p. 32). Nessa fala da personagem, é possível resgatar o que Andradina pensava a respeito da união entre duas pessoas. Ainda que acreditasse ser imprescindível a instituição do divórcio para a construção de uma sociedade mais sadia, apartada da falácia da indissolubilidade matrimonial, a autora apostava na

⁴⁶³ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004c, p. 365.

transitoriedade do divórcio, pois confiava que a depuração dos relacionamentos humanos – aperfeiçoamento da espécie – motivaria “dous seres de sexos diversos se [associarem] para a vida sobre bases outras daquelas sobre que hoje assenta, na maioria dos casos, esse contrato.”⁴⁶⁴

Assim, se Paula casara para salvaguardar-se de uma situação de penúria, prerrogativa com que justifica sua escolha, para Stella essa opção não ocorre como solução para uma vivência menos privilegiada, mas sim, como consequência de um pensamento pragmático que a leva a decidir pela manutenção de uma vida abastada e confortável. Enquanto Paula, ao abdicar do amor que sentia por outro jovem tão pobre quanto ela, “pressentira mesmo que viria a amá-lo [Leonardo] até mais que ao outro...” (p. 33), Stella não vislumbra um grande amor que possa lhe oferecer os transportes mais profundos de sua emoção. Vivenciando uma atmosfera desenhada pela idealização da família perfeita, da mãe amorosa, das filhas belas e talentosas, do pai, cuja imagem irretocável de provedor lhe assegura o amor inquestionável da esposa e filhas, Stella não pressupõe para si uma vivência menos feliz que aquela.

Nesse contexto e na expectativa de dar continuidade à vivência da casa de seus pais, a protagonista converte-se em esposa zelosa e mãe carinhosa, não descuidando de seus dons musicais – pianista exímia e voz de soprano que comove a quantos a ouvem. A harmonia desse lar só é violada - momento em que inicia o segundo movimento da narrativa - com a chegada de Armando, sobrinho de Jorge, *bon vivant* oriundo do Rio de Janeiro, que vem em busca do arrimo do tio. Brooks afirma que entre o começo e o fim, o enredo como tal representa uma espécie de divergência ou desvio, um protelar a liberação que conduz de volta ao inanimado. O autor fala de “começos de enredo (ou deve dar a ilusão de começo), daquele momento em que a estória, ou ‘vida’, é estimulada da quietude para um estado de narrabilidade, para uma tensão, um tipo de irritação, que demanda a narração.”⁴⁶⁵ É possível retomar aqui o “desejo narrativo”, de que fala Brooks, como “o despertar que cria o narrável [...] e dá à narrativa uma intenção de olhar adiante.”⁴⁶⁶ Stella é assaltada por um novo estímulo emocional que a retira da paz de um lar idealmente planejado, para colocá-la frente aos seus sentimentos mais recônditos, situando a história em um novo patamar de narrabilidade, a qual

⁴⁶⁴ Excerto. In: SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 849.

⁴⁶⁵ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 103.

⁴⁶⁶ Idem, *ibidem*.

é “mantida em um estado de tensão, como um desvio prolongado da quietude do ‘normal’ [...] até que alcança a quietude terminal do fim.”⁴⁶⁷ As peripécias a que está sujeita a protagonista a partir desse deslocamento conduzem a narrativa para um postergar sempre mais complicado em direção à quietude do remate final.

Armando, com seu estilo de vida, depredara o pouco patrimônio familiar que o pai não conseguira dizimar, e a mãe agora só conta com a ajuda do irmão para que o filho conclua os estudos de Direito. Não ocorrera a Stella que, passada a euforia juvenil que a levava ao casamento, poderia eclodir uma nova mulher, repleta de sentimentos incontroláveis e incompatíveis com o lar santificado de que se tornara ‘rainha’. A família oitocentista previa um comportamento irretocável para a mulher, o que significava dizer, o sujeito feminino deveria constituir-se isenta da demanda sexual, pois essa prerrogativa se concedia primordialmente ao homem, cujo poder se solidificava a cada manifestação de repressão direcionada ao comportamento feminino. Na verdade, a mulher, conforme Flores, “enquanto ser sexual, ela era abominável, devendo limitar-se à maternidade. O corpo erotizado era um corpo doente, manifestado nos alcoólatras, na primeira fase de excitação, nos paráliticos gerais, especialmente, no primeiro período, nas histéricas...”⁴⁶⁸

Subscrevendo as normas sociais vigentes, Stella, após o beijo que Armando, o insinuante sobrinho de Jorge, a obrigara, sente-se “poluída” e indigna de olhar para o marido, atendendo, com essa reação, à ideologia que perpassa o imaginário social da época, a qual prescreve uma sexualidade feminina desvinculada do prazer, voltada somente para o fim precípua da procriação. A protagonista sente-se envolvida pela presença do sobrinho, imposta pela convivência diária, pressentindo o “perigo” a que estava exposta. Ocorreu-lhe a possibilidade de “pedir ao marido que o pusesse a morar fora, em alguma república, e continuasse a protegê-lo longe do seu lar. Mas isto era ir lançar no espírito do esposo a dúvida. Além disso alguém podia estranhar. Maliciar qualquer coisa. Era preciso todo o cuidado, pois que a *honra da mulher é frágil como o vidro* (grifo meu).” (p. 67-68). Perpassa, na constatação da narradora, a idéia de que a honra feminina, além de ser altamente vulnerável, uma vez profanada, jamais se restauraria. Essa crença poderia justificar o comportamento de Stella que assoma sem alternativa, buscando amparar-se na lembrança do marido que “a queria apaixonadamente”,

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁸ FLORES, M. B. R. Op. cit., 1999, p. 218.

parecendo-lhe suficiente para salvaguardá-la de "descer de seu pedestal." "O amor, porém, que por ela nutria [o marido] era todo honesto. Na intimidade era sempre tímido, como um noivo delicadíssimo. [...] E outra vez vinha-lhe à imaginação, Armando, a gritar força e volúpia por todos os poros, a carne a fremer, os olhos a luzir, muito negros, faiscantes como dois pecados." (p. 69). Ao discorrer sobre privacidade associada ao corpo, Brooks traz à tona a idéia de sexualidade como economia limitada. Ele afirma que há "um montante finito de substância sexual, de que o gasto implica depleção", pois "a intimidade sexual produzirá vencedores e perdedores; relacionamentos de 'amor' alimentam o que é por fim uma luta para a morte de egos isolados."⁴⁶⁹ Ainda que a relação sexual entre Stella e Armando exista apenas como alternativa potencial, a protagonista é a vencida, na medida em que, a partir desse momento, desenha-se o conflito em que ela é envolvida por um redemoinho de sentimentos paradoxais. Brooks afirma, em continuação a suas análises, que a relação sexual pode não "ser observada diretamente [...], no entanto, determina todas as outras, uma vez que é o *locus* de poder e significado."⁴⁷⁰ A relação sexual não concretizada carnalmente, mas desejada, sujeita Stella a um dilema permeado pela descoberta de sentir-se capaz de emoções impensáveis até então, momento em que ela pressente não ser mais possível continuar desempenhando o papel de mãe extremosa e esposa dedicada ao lar. É interessante lembrar que literatura médica difundida no século XIX, conforme aponta Giddens, demonstra que a sexualidade esteve originalmente relacionada a "tentativas de se manter sob controle a atividade sexual feminina."⁴⁷¹ Nesse sentido, as mulheres que almejavam prazer sexual eram consideradas "definitivamente anormais", pois, de acordo com o discurso médico, a excitação sexual, inerente à condição masculina, na mulher acontecia como exceção. A idéia de deixar-se atrair por outro homem que não o marido, leva Stella a sentir-se "aflita e envergonhada", na medida em que se abre a possibilidade de violar o *script* para o qual fora preparada. Desde logo, Stella tornara-se refém da paixão que nutre por Armando, o qual, de forma cada vez mais ousada, persiste seduzindo-a, transformando-a em um ser infeliz, pois a descoberta da própria sexualidade significa, para a personagem, não ser mais digna de conviver com os familiares.

⁴⁶⁹ BROOKS, P. Op. cit., 1993, p. 108.

⁴⁷⁰ BOOKS, P. Op. cit., 1993, p. 111.

⁴⁷¹ GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 32-33.

O desenrolar dos acontecimentos desencadeia o processo opressivo de autopunição, atitude que a protagonista reproduz como consequência de sentimentos introjetados em seu psiquismo. Na verdade, a problemática que envolve a questão de gênero evidencia-se no comportamento de Stella que, condicionada por uma cultura androcêntrica, prescinde de vozes externas para condená-la por sua conduta – o beijo roubado por Armando -, pois a voz de sua consciência, muito mais contundente, não lhe permite encontrar consolo para sua culpa:

Fora muito culpada. Parecia-lhe até que já estava poluída! Como olhar agora com a serenidade costumeira o marido, o seu caro marido, tão amante, tão amigo?! Que demônio a tivera junto àquele criança atrevido! Que era aquela languidez que os membros lhe invadira e a pregara naquele malfadado divã?! O luar a magnetizara? O olor dos cravos a tinha embriagado? (p. 79).

A culpa que Stella experimenta a partir do deslocamento em direção à descoberta de sua sexualidade, responde à pulsão vida/morte, desencadeando um percurso dicotômico em que a personagem se projeta em direção a emoções contraditórias: de um lado, vislumbra a possibilidade de ser feliz e ter vida nova; de outro, entrega-se à dor física e moral, deixando-se envolver por um sentimento destrutivo de autopunição, que se avoluma ao longo da narrativa e a projeta para uma situação de angústia intensa. Esse processo desencadeia um comportamento doentio, que abala sobremaneira a saúde física da protagonista. Ajuriaguerra, ao retomar as concepções freudianas sobre pulsão, afirma que o psicanalista, ao lado da libido, descreve

um instinto de destruição, cuja meta final é a de fazer com que aquilo que vive retorne ao estado inorgânico e onde o masoquismo primário e a necessidade de repetição constituiriam as manifestações clínicas fundamentais. Assim, vamos encontrar de novo a dualidade da pulsão: de um lado, as pulsões de vida (ou Eros), que encobrem as pulsões sexuais propriamente ditas, e as pulsões de autoconservação e, por outro lado, as pulsões de morte e de destruição (ou Thanatos), pulsões autodestrutivas secundariamente dirigidas para o exterior, manifestando-se sob a forma da pulsão agressiva ou de destruição.⁴⁷²

Se, num primeiro momento, Stella responde à pulsão de vida, ao dar vazão às novas sensações que Armando lhe inspira, ao tomar consciência de sua sexualidade emergente, deixa-se consumir pelo sentimento de culpa, como resposta à pulsão de morte, que não lhe permite aspirar à completude de seus anseios mais profundos no encontro com Armando. Na

⁴⁷² AJURIAGUERRA, J. de. *Manual de psiquiatria infantil*. Trad. Paulo Cesar Geraldês; Sonia Regina Pacheco Alves. Paris: Masson; São Paulo: Atheneu, s.d., p. 34.

medida em que, para Freud, os dois instintos fundamentais são antagônicos ou associados, avalia Ajuriaguerra, o ato sexual, mesmo sendo agressão, levaria à união mais íntima. Para Stella, no entanto, “aquele beijo era um selo de morte”, porque “depois que ele lhe maculara os lábios, parecia já uma adúltera. [...] Aquele beijo de Armando era maldito! Ia-a sufocando... matando... maculando toda!” (p. 81). A protagonista desestabiliza-se ante a descoberta inusitada de sua sexualidade despertada por Armando que “viera perturbar-lhe, para sempre, a serenidade do lar... viera acordar-lhe, com aquele amaldiçoado ósculo, cousas que ainda dormiam no seu seio de mãe... anseios de sensualidade que lhe eram inteiramente desconhecidos...” (p. 81). A imagem do mito da caverna de Platão emerge aqui no momento em que é possível pensar em Stella finalmente descobrindo-se sem mascaramentos, remetendo-a a um auto-conhecimento mais verdadeiro, entretanto ela vira as costas para essa nova percepção, não aceitando naturalmente a idéia de ser dona de um corpo erotizado e desejante que aflora em toda sua potencialidade.

Ainda nas palavras de Brooks, o sentido de um começo narrativo “deve ser determinado de modo muito importante pelo sentido de um fim.”⁴⁷³ Para o autor, podemos dizer “que somos capazes de ler momentos presentes – em literatura e, por extensão, na vida – como dotados com significado narrativo somente por os lermos em antecipação do poder estruturante daqueles fins que darão retrospectivamente a eles a ordem e significância de enredo.”⁴⁷⁴ No momento em que Stella escolhe casar-se com Jorge para não colocar em risco seu *status* social - “Tenho já vinte anos, quero ter um lar, porque só dentro dele somos verdadeiramente rainhas!” (p. 34), reafirma uma forma restrita de encarar a própria existência, levando-a a seguir normas subscritas pelo sistema vigente, naturalizadas pela sua reiterada aceitação como corretas e adequadas à experiência feminina.

A antecipação do desenrolar da história parece estruturar-se sobre o fato de a protagonista, ainda que de forma irônica, repetir o modelo social de época, que prescreve apenas um destino para a vivência feminina: casar/procriar. Esse comportamento encontra eco em contingências externas determinantes do *status quo* feminino, com as quais a personagem está sintonizada e pelas quais abdica da possibilidade de encontrar completude pelo caminho da paixão. Criada para a maternidade imaculada, Stella reage com morbidez à descoberta de

⁴⁷³ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 94.

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*.

sua sexualidade, desencadeando um processo de desequilíbrio emocional, que a leva a desenvolver crises nervosas contínuas, um estado febril constante, emagrece, nega-se a sair de casa, perde o viço e a ebulição efusiva de outrora.

O amparo vem de Jorge, no qual Stella encontra a reiteração do zelo com que sempre fora tratada pela família. Desde o início de seu relacionamento, Jorge cercara Stella de um cuidado paternal que se torna patente pela forma como o casamento se configura, qual seja, como “uma relação pura e casta, destituída de prazer, na qual o marido exerce uma função paternal”⁴⁷⁵, evidenciada na reiteração expressiva “minha filha” com que Jorge se dirige à Stella. Por esse viés, considera-se a constatação de Schmidt sobre Andradina quando afirma que a autora desenvolveu

uma aguçada percepção das normas de comportamento e da cultura do casamento na sociedade burguesa como fatores determinantes na transformação do corpo feminino num corpo moralmente dócil, produtivo e disciplinado, afinado aos interesses de classe na ideologia da unidade sexo/matrimônio/ amor/ procriação.⁴⁷⁶

Esse corpo “moralmente dócil” é o corpo da filha que continua recebendo os estímulos de um comportamento regrado, sintonizado com a idéia de sexo/procriação, no qual não há espaço para o prazer. Jorge cumpre o papel de provedor, aquele que protege e se responsabiliza por manter o lar santificado e puro, repetindo o modelo de relação matrimonial prescrito. A iteração da expressão “filha” ou “minha filha” para dirigir-se à esposa reafirma sua atitude paternal, intensificando-se, na medida em que aumenta o desespero de Stella. Inicialmente, quando ela reclama ao marido a sua chegada tardia, Jorge responde: “Às mesmas horas de sempre, filha.” (p. 69). E, ao anunciar que necessita voltar ao trabalho, Stella redargúi: “E vais ficar até tarde no escritório?” (p. 70), recebendo de Jorge a sugestão de se entreter com o sobrinho: “Pois fica em casa, filha, e te distrai com o Armando. Ele é um alegre *causeur*.” (p. 70). Entretanto, quando retorna a casa, ao encontrar Stela desfalecida, a expressão usada por Jorge torna-se mais enfática, externando seu desespero: “- O que é isto Stela? Oh! minha filha! Oh! minha filha!... e tomou-a nos braços.” (p. 81). Stela assoma como um ser fragilizado, visível pelos cuidados com que Jorge a cerca. Percebendo a contrariedade da esposa por deixá-la novamente sozinha para ir ao escritório, Jorge preocupa-se em lhe

⁴⁷⁵ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004c, p. 366.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*.

apontar alternativas para que fique bem em sua ausência: “- Tolinha! Então tu ficas só, quando está aí a Celeste e o Armando para te fazerem companhia? Mesmo se for de necessidade eu demorar-me até mais tarde no escritório, Celeste dormirá no teu quarto. É somente hoje, Stela. Ah! minha filha, tu não sabes que engrenagem é esta do negócio!” (p. 92). Stela é a mulher “protegida”, afastada dos embates externos, portanto, nada mais natural que o marido acredite na falta de compreensão da esposa a respeito do que sejam as obrigações masculinas fora do ambiente privado. Os carinhos extremados de Jorge intensificam-se na medida em que percebe a jovem cada vez mais debilitada, sem, contudo, atinar com a verdadeira causa de tamanha inquietude: “Fiz-te a vontade, vim cedo. – e tomando-lhe as mãos que beijou – Oh! estás com as mãozinhas geladas, minha filha!” (p. 99). A delicadeza e zelo com que a trata manifestam-se reiteradamente em sua conduta: “Ele [Jorge], bicos de pé, foi até o largo e majestoso leito, e deteve-se a contemplá-la, com enlevo paternal, no sereno dormir, o rosto pálido emergindo da cabeleira negra esparsa nas almofadas bordadas e macias.” (p. 102). Nesse processo, cresce o desespero de Stela, que não reage aos acontecimentos, pois a “vergonha selava-lhe os lábios num silêncio fatal.” (p. 130). Entretanto o marido “era sempre o mesmo, confiante, delicadamente amoroso, cercando-a de infinitos desvelos. [...] E quando ela, nos braços dele, ficava hirta e gelada, tinha blandices de pai, cuidados maternos para o seu estado débil de saúde.” (p. 130). Para Stella, resta certificar-se de que continua sendo merecedora do amor do marido, ainda que por caminho doloroso, qual seja, o da dor física e moral. Para o sofrimento emocional, muito mais profundo que o físico, não encontra lenitivo, está fadada a enfrentá-lo sozinha, uma vez que não compartilha o segredo de seu “pecado”, purgando-o através de sua “doença”. Esse comportamento reforça o processo de autopunição e lhe permite continuar credora da compaixão, dos cuidados e do amor de Jorge.

Brooks considera a importância da repetição para a experiência com textos literários e afirma que um evento ganha significado por sua repetição,

que é tanto uma lembrança de um evento anterior quanto uma variação deste: o conceito de repetição paira ambigualmente entre a idéia de reprodução e mudança, movimento para frente e para trás. A repetição cria um retorno no texto... [...] Nós não podemos dizer se este retorno é um retorno *para* ou de: por exemplo um retorno às origens ou um retorno do reprimido. A repetição através dessa ponte ou oscilação indeterminada que ata momentos juntos como um meio que pode se direcionar para frente ou para trás.⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 100.

Stella, por um lado, tem consciência de que seus sentimentos em relação a Armando traem as convenções sociais às quais está atrelada; por outro, o apelo da carne torna-se sempre mais imperioso e impede que ela reaja ao assédio do rapaz, repetindo a experiência opressiva. Assim, ainda que ame muito sua irmã Celeste e perceba o sentimento que Armando lhe inspira, Stela deixa-se seduzir pela paixão que transforma seu corpo erotizado em um “corpo doloroso”, tornando-se vítima de um martírio que não encontra abrandamento. Brooks lembra que “o organismo não tem desejo de mudança; se suas condições permanecessem as mesmas, ele repetiria constantemente o mesmo curso de vida. Modificações são o efeito de estímulo externo...”⁴⁷⁸ As mudanças por que passa a subjetividade de Stella respondem a uma nova ordem de experiência emocional. O seu ser, conformado à quietude de uma vida voltada para a maternidade abnegada, é convulsionado pelo despertar de sentimentos insólitos: a presença insinuante de Armando – estímulo externo para a mudança - transforma o corpo dessexualizado de mãe em um corpo erotizado de mulher desejante, configurando-se essa nova ordenação um dano moral para a protagonista, diferentemente do que ocorre a Armando. Ainda que, após a ocorrência do primeiro beijo entre os amantes, as reflexões do jovem denotem inquietude e um certo remorso pelo que fizera - percebe seu ato como ingratidão para com o tio -, gradativamente, vai se eximindo de qualquer culpa pelo ocorrido, reconhecendo que Jorge não fora prudente ao deixar a esposa, tão jovem, na companhia de um rapaz. E mais, a tia também fora culpada, pois se deixara ficar na sala, sem recolher-se logo ao quarto, como de costume. Para o imaginário masculino não ocorre a construção de identidade alicerçada na culpa, pois muitos são os motivos suficientemente válidos para Armando sentir-se isento de responsabilidade por um ato que poderia ser considerado indigno, na medida em que o tio estimava-o como a um filho, nele confiando plenamente, amparando-o em seus estudos, dando-lhe o conforto e a subsistência que a própria família não lhe podia oferecer. Ele acredita não ter tido efetivamente culpa, reafirmando:

Também ela era culpada. E bem culpada. Por que não se recolhera cedo, como nos demais dias, se se sentia fraca para resistir-lhe a fascinação?... Ah! Ela quisera mesmo! Deixou-se magnetizar no divã à luz branda do luar... Porque lhe ouvira as frases quentes e lhe fizera perguntas inconvenientes?... Ora! ela é quem devia ter evitado aquele resultado. Não era uma

⁴⁷⁸ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 102.

inocentinha... Depois vestia-se de uma maneira imprópria para uma mulher casada, mãe de dois filhos, uma senhora. (p. 83).

Em nenhum momento dessas reflexões, Armando considera-se culpado, atribuindo à bondade e frouxidão do tio e ao “temperamento ardorosíssimo” da tia a causa do que ocorrera entre eles. Esse comportamento encontra raízes na ideologia do mundo familiar idealizado, ambiência, segundo pensadores como Comte, Michelet, perfeita para que a mulher seja colocada em um pedestal de intocabilidade, salvaguardada das tentações e impurezas mundanas. Nesse universo, não ocorre pensar uma mulher sexualizada, capaz de aspirar à realização amorosa pelo contato físico íntimo. A imagem de mulher pura assoma no imaginário social como mérito ao comportamento feminino e, na medida em que o sujeito feminino foge a esse *script*, está fadado à condenação geral. Armando, ao apontar Stella como a responsável pelo que está ocorrendo, nada faz além de corroborar seu papel masculino numa sociedade regida por leis androcêntricas, criadas pelos homens para a submissão da mulher. E, em seu ímpeto de conquistador – comportamento endossado pelo imaginário masculino -, Armando conjectura novas formas de seduzir Stella, já esquecido de que, junto ao marido em seu quarto, a tia convulsiona-se em dores físicas e emocionais:

Ora! havia de vencê-la! e com facilidade! O primeiro passo estava dado. Agora era esperar outra ocasião, apanhá-la num momento de quebreira. As mulheres só receiam o escândalo... o freio dos preconceitos não as impede de cair. [...] Impossível dominar o ímpeto feroz da carne! O desejo é um chacal que se tem dentro a impelir para o pecado. (p. 84).

Tanto não se abala a confiança de Armando, que dorme tranqüilamente e, ao sair, pela manhã, mesmo sabendo que a tia passara uma noite de agonia, adoentada, com “uma febre que o médico classificara nervosa” (p. 88), “o sol cantante e loiro, fê-lo pensar na nuca branca, com crespinhos de ouro, da italiana limpa e sadia, a ama do Mário” (p. 87). Apenas o espaço feminino foi violado, de tal forma que se pode supor que Stella foi vítima de estupro emocional, pois sua intimidade é violentamente penetrada por Armando, que não parece incomodado pelas conseqüências de seu assédio. Na medida em que Stella é “desnudada em suas essências descobertas”, é possível suspeitar, conforme palavras de Brooks, que “a idéia de privacidade é consubstancial com a idéia de sua violação.”⁴⁷⁹ A protagonista experimenta o sentimento de devassamento, entretanto, para explicar o mal que a acometera, o médico, em

⁴⁷⁹ BROOKS, P. 1993, p. 37.

sua percepção androcêntrica, não soubera diagnosticar nada além de “febre nervosa”, reiterando o comportamento da medicina da época em relação a certos males femininos de então, para os quais, não se encontrando uma explicação plausível, atribuía-se nervosismo ou histeria como possível entendimento aos sintomas que a paciente apresentava.

Stella jamais saberá das reflexões de Armando - acusações engendradas contra o comportamento dela -, ainda assim ela desencadeia um processo autopunitivo e angustiante que se desenvolve em uma espiral ascendente, prescindindo da acusação de qualquer pessoa para reconhecer-se desonrada e indigna do convívio social. A protagonista repete o comportamento de dor e de autopunição, remontando às considerações de Brooks: “A repetição em todas as suas manifestações literárias pode, na verdade, funcionar como um ‘atar’, um atar de energias textuais [...] usáveis dentro da economia energética da narrativa.”⁴⁸⁰ Nesse sentido, a exacerbação dos sentimentos da personagem, reiteradamente postos à mostra, confere disposição à narrativa, conduzindo-a para o fim.

Giddens lembra que, em 1889, foi publicado um livro em que a palavra sexualidade aparece com o sentido de ‘a qualidade de ser sexual e possuir sexo’, deixando clara a preocupação com “o porquê das mulheres estarem predispostas a várias enfermidades que não afetam os homens – algo atribuído à ‘sexualidade’ das mulheres.”⁴⁸¹ O próprio marido de Stella, diante do sofrimento da esposa, não entrevê outra explicação senão que ela tivera “um acesso de nervos.” (p. 85). Nesse contexto, o casamento e a maternidade eram prescritos pelo discurso médico como solução para os males que acometiam as mulheres. Entretanto, o processo doentio que Stella desenvolve é motivado por uma carência que o casamento não preenche. Schmidt considera que

apesar das insinuações da fraqueza feminina diante dos apelos da carne, as referências ao histerismo, signo da desidealização da mulher branca em fins do século XIX, não operam da mesma forma que operavam no contexto narrativo dos romances naturalistas do século anterior uma vez que o elemento histérico é, primeiramente, sintoma de uma falta que o casamento não preenche, depois é utilizado, mais como um clichê médico para justificar o declínio da saúde de Stella nos meses que sucedem o seu ‘pecado’ e, finalmente, após a fuga dos amantes, recorre como signo da supressão do desejo e negação do corpo.⁴⁸²

⁴⁸⁰ BROOKS, P. Op. cit., 1984, p. 101.

⁴⁸¹ GIDDENS, A. Op. cit., 1993, p. 32.

⁴⁸² SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004c, p. 365.

A descoberta de seu corpo erótico, que só poderia ser satisfeito fora da relação “pura e casta” do matrimônio, transforma Stella em vítima de uma falsa moral burguesa, introjetada em seu psiquismo, que não lhe permite vivenciar a sua sexualidade emergente. Impressionada com a naturalidade como Comba, a amiga de juventude, encara o adultério que vivencia com o amigo do marido, Stella reage, parecendo não concordar com essa atitude: “Não te compreendo.” (p. 121). A que Comba refuta: “- Será o que Deus quiser. Estou por tudo. E depois não serei eu a primeira. O mundo está cheio disso, fica sabendo. Quantas e quantas que por aí andam, a se fingir de muito virtuosas não pintam o sete.” Nessa fala de Comba, fica patente que a mulher adúltera, quando salvaguardadas as aparências, não necessita de punição para sanar a “quebra” de conduta. Essa hipocrisia, manifestada no adultério de Comba, não é castigada, pois ela não demonstra arrependimento por esse feito, ao contrário, é uma atitude assumida como vingança premeditada em relação ao descaso com que o marido a trata. Embora ocorram comentários maliciosos a respeito desse comportamento, ela permanece casada, usufruindo das “benesses” do casamento, e o contrato que a sociedade considera intocável continua sem retoques. Quando Armando comenta com o tio – ocasião em que se encontra no bonde com Jorge e Comba - sobre a conduta “não respeitável” da moça, este reage com incredulidade:

- É a mulher do Dr. Valério.
- Ah! a tal Comba que...
- A tal Comba?! Estás enganado, Armando.
- O tio é que talvez o esteja.
- Como?!

E Armando teve um sorriso cachorro. Jorge ficou implicado. Não lhe constava nada da mulher do Valério. [...] Coisas, tio, coisas - e baixinho, que ninguém ouvia senão o outro: A d. Comba diverte-se!” (p. 136).

Nesse momento, o pensamento de Jorge já ia longe, preocupando-se com a amizade entre Comba e Stella: “Jorge pensava agora apreensivo que a mulher dava-se com a moça. Sem deixar no seu íntimo de homem honesto de lamentar a amiga de Stella, meditava na necessidade urgente de cortar aquela relação perigosa.” (p. 136). Relação perigosa na medida em que poderia significar uma proximidade ameaçadora à manutenção do *status* da esposa de mulher idealizada, aquela educada para ser a “rainha do lar”. Essa imagem, além de remeter ao processo de repressão sexual a que a mulher estava submetida, também alude à restrita atuação do sujeito feminino fora do circuito familiar, pois lhe cabia, primeiramente e sempre, as

obrigações da esfera privada. Nesse viés, vem à mente a fala de Hahner acerca do modelo comum de família patriarcal brasileira nos meados do século XIX e início do século XX que aponta: “consistia no marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e sua mulher submissa. Esta se tornava uma criatura passiva e indolente, que vivia enclausurada em casa, gerava inúmeras crianças e abusava dos escravos.”⁴⁸³

Embora Jorge não corresponda ao estereótipo descrito pela autora, sua autoridade emana da própria condição de ser homem, o chefe da família, aquele que significa arrimo, continuação da proteção paterna, o que pressupunha, também, aquele que zelava pela manutenção dos bons costumes familiares, incluindo-se aí o zelo pelo círculo de relacionamento dos membros da família, principalmente das moças. Basta lembrar como era vigiada/induzida a escolha das leituras que jovens e senhoras deveriam fazer. Essa ascendência masculina sobre o universo familiar naturaliza-se no imaginário geral, principalmente feminino, que não questiona essa situação, ao contrário, aceita-a como condição *sine qua non* para concretizar a idéia de família.

Não só nos costumes, mas também nas leis, prevalecia a supremacia dos homens. As Ordenações Filipinas⁴⁸⁴ determinavam o marido como “cabeça do casal”, e a mulher só poderia assumir essa posição com a morte daquele. O sistema de direito civil brasileiro do século XIX, com base naquela compilação jurídica, além de prever que a mulher era perpetuamente menor, ainda determinava que a casada devia ser submetida à autoridade do marido, não podendo decidir sobre a educação e a criação dos filhos, envolver-se em transações comerciais, dispor sobre bens imóveis, bem como administrar a propriedade sem a permissão do marido. Assim, o processo de submissão feminina se perpetuava, primeiramente, em relação ao pai e irmãos mais velhos, depois, ao marido.

Essa dominação masculina evidenciava-se também, é importante lembrar, na reunião de intelectuais letrados em grupos de apoio irrestrito ou de choque entre os rivais – as famosas *coteries* literárias ou igrejinhas. Nessa estrutura social da República das Letras, ocorria a estratificação da inteligência, privilégio de alguns grupos de eruditos. Assim reunida, a intelectualidade letrada masculina ostentava sua erudição, construía ou destruía carreiras com

⁴⁸³ HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 38-39,

⁴⁸⁴ Compiladas em Portugal, em 1603, permaneceram válidas no Brasil até a promulgação do Código Civil de 1916, e raramente menciona as mulheres, segundo HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 44-45.

elogios mútuos entre os pares e ataques aos grupos rivais, firmando seus domínios. Pesavento enfatiza que, no caso de Porto Alegre, é possível destacar três locais como “ponto de debate, troca de idéias e evasão”, constituindo-se o percurso “de uma elite letrada, que produzia um discurso literário sobre a cidade”, e eram espaços fundamentalmente masculinos, “dadas as socialidades da época e os critérios morais vigentes”: eram os jornais, os cafés e as livrarias, apontando o Café América como o mais bem freqüentado em termos de intelectualidade masculina.⁴⁸⁵ Essa vivência revela-se em *O perdão*, no momento em que intelectuais reunidos no Café América comentam largamente a fuga dos amantes – Stella e Armando, aproveitando a ausência de Jorge, abandonam o lar -, a qual repercute como um grande escândalo, e o nome de Stella é repetido em “todas as vozes, em todos os tons”, entre sorrisos maliciosos. Surgem as mais variadas interpretações a respeito do caso, entretanto há uma unanimidade: a discussão recai sobre o comportamento de Stella, à qual é atribuída a responsabilidade pelo ocorrido, não se questionando a atitude de Armando. As considerações a respeito, censurando ou mesmo minimizando o fato, demonstram quão preconceituoso é o pensamento masculino em relação à mulher que não corresponde à imagem idealizada de esposa exemplar ou cuja atitude possa ameaçar a autoridade do marido: - Qual! – dizia um de largo chapéu desabado sobre a cabeleira basta e crespa – Um fato vulgar, burguês por excelência. Adultério elegante, mas chato, que nem sequer dá margem para uma crônica!... (p. 250). Essa visão sobre o evento não só traduz o pensamento masculino de reprovação ao comportamento feminino, como também remete ao fato de a própria mulher ser capaz de condenar atitudes feminis não afinadas com as idéias vigentes no grupo social. Por esse viés, destaca-se a voz feminina dentro da obra, quando senhoras da sociedade, reunidas na Confeitaria Central, censuram o comportamento de Stella, em conversa “a meia voz numa das mesas”:

- Que senhora sem juízo! – Fez o seu infortúnio e o da família. [...] É este caso um ótimo exemplo para as moças que são noivas... [...] - ...Jorge é um perfeito cavalheiro. A Stella procedeu infamemente! Quando se tem a sorte de possuir um marido como o Jorge, é de uma mulher se considerar felicíssima, tendo realizado na terra o mais caro ideal. (p. 236-237).

Assim, respondendo a um imaginário social feminino sintonizado com idéias difundidas pela ideologia vigente, em que se determinavam papéis e comportamentos específicos para homens e mulheres, como poderia a protagonista não sentir culpa pela situação que vivencia?

⁴⁸⁵ PESAVENTO, J. Op. cit., 2002, p. 291.

Stella sabe que está sozinha e não pode esperar a compreensão, sequer, de algumas mulheres para seu ato. Os sentimentos de desamparo e infâmia perseguem Stella durante a narrativa, levando-a ao desespero e à doença, e, quando, no camarim do navio em que viajam, a protagonista vê o amante dormindo tranqüilamente, enquanto ela é devorada pela febre e pelo remorso, uma revolta inusitada e incontrolável apossa-se dela, pois “Ele podia dormir! E uma onda de nojo e ódio se levantou, terrível, dentro do seu ser crucificado e ultrajado.” (p. 261). Enquanto Armando encanta os passageiros do navio com seu talento musical, Stella ficara sozinha no camarote, experimentando a dor do repúdio social, a qual expressa através de reflexões doridas, pela voz narrativa, em contundente discurso indireto livre:

Ah! Já começara a senti-lo. Ele, o amante, lá estava, onde ela não mais podia entrar. É que a desonra só atingira a ela. Era então bem certo que a sociedade só fecha as suas portas à mulher que cai e as abre, sempre, ao vil causador da queda. [...] Para todos os crimes dos homens há atenuantes; para os erros da mulher só há agravantes. [...] ...bem sentia que o homem pode se reerguer do lodo, purificado pelo homem, mas que a mulher, uma vez tombada, ... será a eterna condenada pelas desumanas e monstruosas leis da sociedade. (p. 199-200).

De forma comovente, Stella extravasa a aguda consciência que tem do seu *status* de vítima, remetendo a uma possível alusão àquilo que Brooks constata: “em cada casal, lícito ou disfarçado, um do par ‘paga’ pelo progresso do outro por uma depleção correspondente.”⁴⁸⁶ Entretanto, ainda que essa consciência aguda de sua situação lhe desperte sentimentos de repulsa e revolta contra o amante, mais uma vez, cala, e toda essa indignação a impele em direção a “uma idéia sinistra” que a conduz ao convés do navio, e só, diante do “grandioso espetáculo da noite”, Stella experimenta a “paz do céu... e a paz do mar...” (p. 261). Até o derradeiro momento, a narrativa mantém a tensão como um “postergar sempre mais complicado ou *détour* levando sempre de volta ao objetivo da quietude.”⁴⁸⁷ Entretanto o final que se apresenta não é um fim, fechado em si mesmo, pois uma certa ambivalência se oferece ao leitor, na medida em que o suicídio de Stella é apenas insinuado. Só, no convés, a protagonista descobre quão “grandioso [era] o espetáculo da noite! O infinito azul... o fulgor dos astros... o luar argenteando a vastidão intérmina das águas... o silêncio religioso da hora... a paz do céu... e a paz do mar... deslumbraram Stella!” (p. 261). A cena impregnada de lirismo remete à imagem de outra mulher, Ismália, de Aphonsus de Guimaraens. Assim como Ismália

⁴⁸⁶ BOOKS, P. Op. cit., 1993, p. 108.

⁴⁸⁷ BOOKS, P. Op. cit., 1984, p. 103.

que “...como um anjo pendeu / As asas para voar...”, pois “Queria a lua do céu, / Queria a lua do mar...”⁴⁸⁸, a protagonista de *O perdão* movimenta-se em busca de realizar um desejo:

E um frêmito de heroicidade, pujante, regenerador, sublime, agitou toda a sua alma despedaçada. Súbito a infeliz sentiu-se outra, inteiramente transfigurada, inteiramente purificada, redimida da grande culpa!... E serena ficou-se entre as duas serenidades augustas do mar e do céu... Contemplou, soberba o oceano imenso... Toda aquela água não lavaria a mácula do seu corpo?!... Ergueu os olhos, os olhos esplendorosos... O céu era doce e tranqüilo... Lá encontraria o seu Perdão... (p. 261).

A simbologia que se revela nessa passagem, a partir do resgate de elementos naturais como oceano/água, alude aos planos de significação simbólica de que trata Cirlot. No entendimento do autor,

à multiplicidade de objetos simbólicos situados na linha de um ‘ritmo comum’ corresponde a polivalência do sentido, ordenando significados análogos, cada uma num plano da realidade. Essa virtude do símbolo, que não possui poder significativo para um só nível, mas tem este poder para todos os níveis, está comprovada por todos os autores que tratam de simbologia... [...] ...mais que de ‘diversos sentidos’ deve-se falar de diversos valores e aspectos concretos que toma o sentido em si.⁴⁸⁹

Subsumindo a idéia de que o final da narrativa constitui o suicídio de Stella, então torna-se relevante buscar o significado simbólico nele presente. Na discussão sobre as significações simbólicas da água, Chevalier entende que os temas preponderantes nelas envolvidos reduzem-se a três: “fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência”⁴⁹⁰, os quais encontram suas raízes nas tradições mais primevas, e formam combinações imaginárias variadas. Nas palavras do autor, as águas, “massa indiferenciada, representando a infinidade dos possíveis, contêm todo o virtual, todo o informal, o germe dos germes, todas as promessas de desenvolvimento, mas também todas as ameaças de reabsorção. Mergulhar nas águas, [...] é retornar às origens...”⁴⁹¹ A escolha da protagonista, ainda que trágica, alcança a dimensão simbólica de um ser humano que, por fim, dispõe de sua própria vida. É com altivez que Stella contempla a imensidão do oceano. Nada mais parece

⁴⁸⁸ GUIMARÃES, A. Ismália. In: _____. *Cantos de amor, salmos de prece*. Rio de Janeiro: José Aguilar; Brasília: INL. 1972, p. 144.

⁴⁸⁹ CIRLOT, J.-E. *Dicionário de símbolos*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984, p. 44.

⁴⁹⁰ CHEVALIER, J. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 15.

⁴⁹¹ Idem, *ibidem*.

amedrontá-la quando, pela voz narrativa, ocorre a indagação derradeira: “Toda aquela água não lavaria a mácula do seu corpo?!...” (p. 261). Na medida em que o céu lhe parece tranqüilo, e “lá encontraria o seu Perdão...”, as águas, caminho que elege para realizar seu intento, assumem “a forma substancial da manifestação, a origem da vida e o elemento da regeneração corporal e espiritual, o símbolo [...] da pureza, da sabedoria, da graça e da virtude.”⁴⁹²

Assim, a morte de Stella não se configura como o resultado prenunciado de um trabalho urdido ao longo da narrativa, mas de uma escolha da personagem que encontra espaço para concretizar seu propósito. Stella escolhe a morte como forma de libertação do aprisionamento a que estivera continuamente sujeita em sua ambiência familiar. Finalmente ela encontrara redenção para o seu “pecado”, pois, na medida em que o céu era doce e tranqüilo, não haveria mais punição, a morte regeneraria a carne maculada. Com a imolação do corpo erótico, sobrevive, na imortalidade, o corpo “puro”.

2 A visão da maternidade

...mesmo se a estranha relação entre sexualidade e reprodução não for conscientemente problemática, ela continua na experiência inconsciente das mulheres que cresceram no patriarcado. Em nossa cultura, elas são responsáveis pelos bebês, não tanto porque os colocam no mundo, mas porque constituem o gênero socialmente responsável pela ligação e pelos relacionamentos. Essa responsabilidade as coloca num conflito fundamental. Enraíza a identidade de gênero das mulheres na ligação, mesmo quando sua identidade adulta é definida pela individualização.

Muriel Dimen

Ainda que a disparidade entre os gêneros seja bem antiga e que sua naturalização tenha sido marcada pelos mais variados discursos sociais, buscando legitimar a diversidade hierárquica entre homens e mulheres, o confinamento feminino ao âmbito familiar começa a se evidenciar a partir da ascensão da burguesia e do surgimento da sociedade industrial e do capitalismo. Desenvolve-se um novo conceito de família e maternidade, resultando na

⁴⁹² Idem, *ibidem*.

valorização da mulher na esfera doméstica, com a intenção de que ela assuma a função precípua de mãe e esposa. Tal condicionamento atende a uma dupla finalidade: valorização da família burguesa como tal e preservação de crianças do meio proletário, cuja importância encontrava legitimidade na garantia de mão-de-obra futura. Assim, nas famílias burguesas, diminuía-se a importância das amas-de-leite, incumbidas de alimentar e educar os infantes, causa de grande número de mortes precoces. Badinter lembra, por exemplo, que mulheres francesas dos meios abastados, “comovidas por uma onda de mortes que atingia seus filhos entregues a camponesas, decidiram amamentá-los elas mesmas.”⁴⁹³ Já no âmbito dos pobres, foi necessário, primeiramente, incorporar o trabalhador à concepção de família, visto que, acostumados a deixarem os filhos aos cuidados de instituições de caridade mantidas pelo poder público ou religioso, não viam no casamento uma necessidade, tampouco lhes interessava a educação dos filhos. Badinter alarga essa questão, chamando a atenção para outro aspecto que merece menção: “Examinando sua moradia, compreende-se que a atenção materna é um luxo que as mulheres pobres não se podem permitir. Na maioria dos casos, sua casa se limita a uma única peça onde se amontoam três gerações. No campo, abriga ainda os animais.”⁴⁹⁴ O que justificaria conjecturar que, num ambiente em que sobressai toda sorte de carência, desconforto e promiscuidade física, seria difícil instaurar-se uma situação “propícia à intimidade e ao carinho”, levando as mulheres a preocuparem-se mais com a sobrevivência que aderir a uma nova ordem familiar. As crianças desse meio, além de aumentarem o custo social da pobreza, engrossavam as estatísticas de mortalidade infantil, resultado da falta de atenção e de cuidados adequados, privando indústrias emergentes de mão-de-obra barata e garantida. A solução apresenta-se na reiteração da importância da mãe no cuidado da prole. Celebrada como principal agente de um processo voltado para a relevância da família ordeira e ascendente, a mulher é estimulada, mesmo entre o proletariado, a permanecer em casa, dedicando-se, exclusivamente, aos encargos domésticos e ao cuidado das crianças, agora funções alardeadas como naturais. Na esfera dos menos abastados, por motivos diversos, alguns já referidos, o processo não ocorre com a mesma uniformidade que na classe burguesa, responsável pela ascensão do modelo familiar orientado para os filhos. Badinter, ao analisar a resposta da mulher a essa nova ordem, especializa sua observação a respeito da divisão social:

⁴⁹³ BADINTER, E. Op. cit., 1985, p. 203.

⁴⁹⁴ BADINTER, E. Op. cit., 1985, p. 224.

“Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e, sobretudo, a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe. [...] A nova mãe pertence essencialmente às classes médias, à burguesia abastada, mas não à que sonha imitar a aristocracia”⁴⁹⁵ A autora vai mais longe em sua análise quando afirma:

Não foi certamente por acaso que as primeiras mulheres a escutar os discursos masculinos sobre a maternidade foram burguesas. Nem pobre, nem particularmente rica ou brilhante, a mulher das classes médias viu nessa nova função a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a aristocrata não buscava. Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves [...] acrescentava o poder sobre os seres humanos que são os filhos. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada a ‘rainha do lar’.⁴⁹⁶

Dessa forma, embora o modelo familiar burguês pretendesse alcançar universalidade, não repercute de imediato e igualmente nas diferentes camadas sociais. Contrariando os que acreditavam no cunho ecumênico do conceito de família associada a valores eternos, atemporais e imutáveis, constata-se que esse caráter não é natural, ou seja, trata-se de um constructo que, nas palavras de Rocha-Coutinho, “é inerente à ordem cultural que homens e mulheres instauraram sobre a natureza. [...] a família humana é uma construção social, uma superação da família biológica (macho-fêmea-crias).”⁴⁹⁷ Assim, por mais remotos que pareçam o patriarcalismo e a dominação da mulher, é necessário ter presente que essas não são formas naturais de vivência, e sim históricas, instituídas para atender a interesses de um grupo social específico. Desse modo, “a ideologia dominante, ao agir como princípio ordenador das diferenças em uma organização social determinada, atribui significados e organiza as diferenças biológicas entre os sexos, dando-lhes um sentido que é social e não natural.”⁴⁹⁸ E o romantismo passa a ser usado como elemento cultural para impedir a mulher de “conhecer” a verdadeira situação de opressão a que estava submetida, pois todo esforço em ligá-la a determinadas funções biopsíquicas do parto e da amamentação reafirma uma requintada estratégia de poder.

⁴⁹⁵ BADINTER, E. Op. cit., 1985, p. 201-213.

⁴⁹⁶ BADINTER, E. Op. cit., 1985, p. 222.

⁴⁹⁷ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 27.

⁴⁹⁸ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 51.

Com a constituição do núcleo familiar restrito – a família burguesa -, que se fecha e se volta para si mesmo, surge, conforme Rocha-Coutinho, o casamento por amor. Essa revolução sentimental propicia o “aparecimento do amor materno, do amor conjugal e do sentimento doméstico de intimidade, que mudaram as prioridades da vida e as formas de enlaces tanto contratuais quanto subjetivas entre os integrantes da família.”⁴⁹⁹ Dessa forma, desenvolve-se uma afeição necessária entre marido e mulher, entre pais e filhos, fato não constatável antes.⁵⁰⁰ Há uma especialização das residências que agora favorecem a privacidade e a vida íntima, fortalecendo laços afetivos familiares. Para Brooks, a privacidade na arquitetura doméstica evidencia-se “na troca dos espaços comuns para conviver, comer e dormir da casa medieval para os bem demarcados privados apartamentos, vestiários, *closets* e alcovas da classe alta e média do século XVIII.”⁵⁰¹ Esses novos espaços ensejaram firmar valores afeitos ao individual e à vida privada, necessários para “o relacionamento individual com a família, amigos e consigo mesmo. Intimidade, gradativamente um ideal, exigiu um realinhamento de modos de existência...”⁵⁰² É nesse espaço que se instaura a era da infância, momento em que a criança adquire nova importância, e cuja educação passa a ser alvo de uma renovada preocupação. Nessa realidade social, a mulher, concebida agora como mulher-mãe, goza de prestígio na esfera familiar e

passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança e do esposo e é importante intermediária entre o pai – cada vez mais ausente em seu trabalho fora de casa – e os filhos, e entre a família e dois novos elementos que surgem, o médico – presença cada vez mais forte nesta sociedade que começa a se preocupar com a saúde – e a escola – que veio substituir a transmissão dos conhecimentos através da aprendizagem direta de uma geração a outra um novo tipo de educação, baseada num regime disciplinar cada vez mais rigoroso.⁵⁰³

O novo conceito de afeição entre homens e mulheres no âmbito conjugal – o amor romântico – leva a mulher ao devotamento total à família, em especial, aos filhos, alvos de amor irrestrito, o que justifica dizer que ela passa a viver para o amor, tornando dignificante o papel da mãe. Nas palavras de Badinter,

⁴⁹⁹ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 28.

⁵⁰⁰ Ver mais em ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

⁵⁰¹ BROOKS, P. Op. cit., 1993, p. 28.

⁵⁰² Idem, *ibidem*.

⁵⁰³ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 29.

O modo como se fala dessa ‘nobre função’, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se freqüentemente a ‘vocação’ ou o ‘sacrifício’ materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho.⁵⁰⁴

Assim, a concepção de boa mãe deveria estar associada à idéia de mulher imaculada e terna, e a solidificação dessa imagem – mãe santa e dedicada ao lar - só é alcançada, então, através, da manutenção da idéia de mulher pura, distanciada dos problemas e das tentações da esfera externa, ou seja, do mundo do trabalho, que deveria ficar sob a responsabilidade do homem. Nesse panorama, estabelece-se uma nova prescrição de sexualidade, “que organiza uma distinção nova dos prazeres, discursos, verdades e poderes”⁵⁰⁵, desencadeando uma supervisão contínua sobre a mulher - incumbida da boa criação e educação dos filhos – com o intuito de preservar a pureza que dela se espera. É sintomático o mito da infância e da feminilidade que se cria, nesse período, em torno da criança e da mulher, que passam a ser consideradas frágeis, delicadas, assexuadas, conseqüentemente, mais puras que os homens. A disseminação dessa idéia acarreta um *status* de inferioridade para ambos, que “passa a ser disfarçado sob a capa de um certo ‘respeito’ requintado: não se deve discutir assuntos sérios, ou relacionados a sexo, nem se deveria fazer uso de determinados termos ou de injúria na frente de mulheres e crianças.”⁵⁰⁶ Basta lembrar o sistema de direito civil brasileiro do século XIX que reconhecia na mulher um estado de perpétua menoridade, o que significa dizer que, como a criança, a mulher era incapaz de certas reflexões ou de tomar decisões mais sérias, necessitando de amparo constante. Essa proteção masculina em relação à mulher torna-se visível em *O perdão*, quando se constata a forma paternal como Jorge, reiteradamente, trata Stella, evidenciada na contínua preocupação com o bem estar da esposa, nos gestos e na forma de dirigir-se a ela. Esse comportamento vai reforçar no imaginário feminino a idéia de que a mulher não pode prescindir do cuidado contínuo do marido, sob pena de ela não conseguir responsabilizar-se por seus próprios atos.

Stella compõe a imagem de mãe devotada, que se entenece com a visão dos filhos e por eles abdica de ser mulher, para ser somente a mãe: “O filhinho pôs-se a chorar. Partiu o fim de

⁵⁰⁴ BADINTER, E. Op. cit., 1985, p. 223.

⁵⁰⁵ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 29.

⁵⁰⁶ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 30.

suas meditações [pensava nos sentimentos que Armando lhe despertava] e a mãe nela ressurgiu belamente extremosa. Ergueu-se, [...] tomou o filho e, sentando-se no divã deu-lhe o seio branco como um fruto de mármore. O anjinho, feliz, sugou-lhe o precioso sangue.” (p. 69). O mesmo seio que é fonte de vida e amor para o filho, também é convite à sedução. Enquanto a protagonista, a um canto da sala, “dava o peito ao filho”, Armando “procurava disfarçada posição, donde pudesse ver Stella... Uma onda de sangue subiu-lhe à cabeça, à vista do seio branco e farto que a jovem mãe, ruborizada, ofertava ao filhinho tenro.” (p. 91). Para o jovem, mais intensa que a visão de um seio que amamenta, é a força da sensualidade que a cena lhe suscita. Stella também se perturba, a ponto de não conseguir evitar o rubor que lhe cora as faces. O sentimento de maternidade que até então só fora motivo de orgulho para a personagem, começa a declinar, na mesma proporção em que aumenta a comoção pelas sensações que Armando lhe desperta. Julga-se indigna do convívio com os filhos, e, embora sentindo-se “cada vez mais pusilânime não dava um passo para salvar-se. Preferia morrer a confessar à mãe a impureza de seus lábios. E era por isso que até evitava oscular os filhos no delírio da sua vergonha.” (p. 131).

Gradativamente, a protagonista é envolvida num redemoinho de sentimentos contraditórios, em que se debatem a mãe exemplar, que tem um *script* a seguir, e a nova mulher, transbordante de emoções até então não experimentadas. Se, por um lado, a sexualidade emergente a arrasta para uma espiral ascendente de desespero, por outro, é o caminho da descoberta de si própria, de sua essencialidade feminina. Nesse trajeto, Stella não vislumbra espaço para os filhos, pois maternidade e sexo ligado ao prazer eram incompatíveis para o seu mundo. Quando resolve abandonar o lar, o impulso primeiro de lograr ser feliz desfaz-se pelo temor ao marido, por vergonha de si mesma, por julgar-se suficientemente desonrada para continuar no cuidado dos filhos:

Oh! é horrível! é horrível! Não posso mais levantar os olhos para meu marido!... Não posso mais beijar a mão honrada de meu pai!.. Perdida!... Perdida!... e minha mãe... e minhas irmãs... e meus filhos... é horrível!... (p. 156).

Quão miserável se sentia! Pois era possível que fosse abandonar, para sempre, aquelas doces criaturinhas que o seu enlevo faziam?!... Deixar os filhos!... Até então não podia compreender como houvesse mulheres que enjeitassem os frutos das suas entranhas. Considerava-as verdadeiros monstros. Ah! estava certamente louca! Sim! Era mais que monstruosidade o que ia fazer! Era merecedora de todo o ódio, de todo o desprezo, de todo o nojo da sociedade. (p. 163).

Assim, mesmo às avessas, Stella permite ver-se pelos olhos dos que se outorgam o direito de determinar a conduta da mulher. Pai, marido, filhos, médicos, sacerdotes, todos julgavam-se habilitados a influir na maneira como a mulher deveria agir, sentir, viver. A subjetividade feminina, assim, delineava-se pelo olhar do outro que, distanciado dos reais sentimentos da mulher, em nada contribuía para a constituição do sujeito feminino em sua essencialidade. O mais cruel figura-se no comportamento da mulher que não consegue libertar-se dessas regras, e, quando o faz, a atitude converte-se em motivo de dor e culpa para ela. Poder-se-ia questionar, então, em que medida o quadro cruel em que figura a protagonista poderia estar exacerbando justamente aquilo que as defensoras do divórcio da época, entre elas Andradina e Bormann, apontavam? Em outras palavras, seria possível imaginar uma sociedade mais livre e feliz, conquanto houvesse menos preconceito em relação ao comportamento feminino, houvesse mais espaço social para a mulher, houvesse a aceitação do divórcio? Se Stella vislumbrasse a possibilidade de regularizar legitimamente a sua separação, teria se martirizado tanto quanto o fez? Talvez se possa conjecturar, então, que a protagonista teria enfrentado com menos dor a separação dos filhos, se eles continuassem a fazer parte de sua vida, por não se desfazerem os laços maternos, ainda que desfeitos os conjugais. Andradina, lucidamente, ainda no despontar do século XX, questionava:

Condenar a mulher e o homem [...] que experimentam um novo afeto, a passar a vida sem gozar a ventura de se unirem legalmente, publicamente, moralmente ao ente querido, não é um monstruoso crime, cometido em nome da mais sublime das religiões – a religião do Amor e do Perdão?!...⁵⁰⁷

Essas contingências repercutiam, em especial, sobre a vida da mulher, às quais elas estavam submetidas. Stella tem consciência do que a espera, multiplicando o desespero com que se despede dos filhos:

O Petrônio no colo da criadinha sorria para a mãe, estendendo os bracinhos gordos, com pulseirinhas de coral.
 – Mamã... Mamã...
 O Mário vinha do jardim conduzido pela italiana, a ama, e vendo a mãe pronta para sair:
 - Onde tu vai, mamãe?...
 – Onde eu vou?! Não sei! não sei!... Oh! meu filho!... Ah! eu vou passear!” – e prorrompeu em soluços abraçando o menino, apertando ao seio ofegante de angústia – a vovó já vem cuidar de ti e do Petrônio.

⁵⁰⁷ OLIVEIRA, A. de A. e. Às mulheres e aos homens do meu país. In: _____. Op. cit., 2007, p. 29.

– Tu *tá* chorando, mamãe?!... – perguntava o pobrezinho, os lindos olhos cheios de lágrimas. E beijando o rosto da mãe molhado de pranto disse num tom dorido, misto de consolo e pena: - Eu quando vou passear não choro... A infeliz soluçando convulsamente entregou o filho à ama que limpava no avental o rosto onde as lágrimas corriam em fio.
– Meu Petrônio!... – e neste grito horrível, desesperadamente a moça beijou e apertou ao coração o lindo filhinho mais moço. (p. 173).

A intensidade dos sentimentos repercute no senso de avaliação da personagem que, alucinada pelo arrependimento e pela culpa, compara-se às feras que não abandonavam seus filhotes:

As feras disputavam os filhos, ela abandonara os seus, pensava horrorizando-se de ingratidão tamanha, e sentindo, na monstruosidade da falta, que a vida do lindo Petrônio lhe corria agora no seio farto a molhar-lhe a seda do corpete desatado. [...] E, desatinada, não podia então conceber como no seu corpo, que a maternidade deveria ter santificado, se ocultara aquela sensualidade torpe que a sua vida enxovalhara para sempre... (p. 196-197).

Os pensamentos de Stella trazem à tona conceitos que perpassam o imaginário social sobre maternidade atrelada à santidade feminina, pela qual a mulher deveria abdicar de si, de seus sentimentos mais profundos, para dedicar-se ao outro e, nesse percurso, constituir-se.

Nesse panorama, é possível aludir à personagem tia Zina que, sintonizada com essas idéias - crença de que a realização feminina atrelava-se à possibilidade de exercitar a maternidade -, primeiramente, dedicara-se ao cuidado do sobrinho Leonardo, devotamento que vai acompanhá-lo até mesmo após o casamento, pois a tia passa a morar com a nova família que ele inicia ao casar-se com Paula. Posteriormente, quando nascem as filhas do casal, tia Zina expande seu potencial materno para o zelo também das sobrinhas-netas. Velhinha bondosa, “baixa e gorda, cabelos crespos e alvos de neve, enrolados num carrapito cheio e preso por um grande grampo de tartaruga, de óculos de ouro, e toda vestida de linho pardo, as faces rechonchudas e rosadas, [...] um tipo admirável de bondade e meiguice” (p. 2), compunha a própria imagem da dedicação ao outro, realizando o que poderia ser considerada a sua vocação precípua – servir. Ocupa-se do bem estar do sobrinho, atendendo a suas necessidades pessoalmente: “A tia Zina fora, ligeirinha, buscar as chinelas do sobrinho e já voltava com elas, acocorando-se meteu-lhas nos pés cansados.” (p. 4). Ou empenhando-se para que o andamento da casa ocorra de forma a deixá-lo plenamente satisfeito, pois, enquanto Paula ordena à “criada de dentro” que prepare um banho quente para o marido, “tia Zina

correu a avisar a Eva que preparasse depressa a ceia para o amo. [...] ...recomendando à Eva todo o cuidado, porque apesar de sabê-la excelente cozinheira reconhecia-a trapalhona, sempre que se tratava de jantares ou ceias extraordinárias.” (p. 4). Assim se constitui tia Zina, existindo apenas em função do outro e para o cuidado do outro, numa possível associação à idéia de mãe dedicada – ainda que postiça – como símbolo da “honra familiar e da solidariedade moral do grupo.”⁵⁰⁸ Na medida em que se reconhece na figura da mãe “valor modelar sagrado”, ela passa a ocupar posição central na família. Por analogia, na medida em que assume o cuidado do sobrinho e suas filhas, tia Zina vive para o “outro, o inessencial que nunca retorna ao essencial”⁵⁰⁹, evidenciando um aspecto trágico no percurso de vida da mulher, pois não se constitui em essência. Sabe-se que, no século XIX, colocava-se no casamento a quase única alternativa de carreira para a mulher. Portanto, não realizar esse intento significava ter que abdicar de conforto e prestígio social. Gilberto Freyre lembra que a mulher solteira foi, nos sobrados do século XIX, talvez a maior vítima de exploração tanto pelos homens quanto pelas mulheres casadas, as quais deixavam ao seu encargo o andamento da casa: “Era ela quem nos dias comuns como nos de festa ficava em casa o tempo todo, meio governante, meio parente pobre, tomando conta dos meninos, botando sentido nas escravas, cozendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casaduras iam ao teatro ou à igreja.”⁵¹⁰ Tia Zina, em sua juventude, preparara-se para o casamento:

Fora sinceramente amada por um jovem garboso e forte que, em defesa da pátria, morrera tão distante do seu carinho, lá nas plagas inóspitas do Paraguai... E dele só restava a efígie querida... já quase apagada de quarenta e cinco anos de beijos e lágrimas... e com a promessa de ser posta no seu caixão, estava no mesmo cofre de sândalo que guardava, em corte, o vestido de seda branca que ele lhe dera... O seu vestido de noiva!... Se não tivesse amarelecido, podia ainda servir para Lúcia, quando casasse... (p. 19).

Como quem guarda seu vestido de noiva para uma filha, tia Zina endereça esse legado para Lúcia, a sobrinha de sua preferência, por quem experimenta verdadeiro amor maternal. Por sua desdita, “muitas lágrimas verteram os seus olhos que, hoje, riam com as graças da Lúcia, o anjo que embalara nos braços, e que enchia de carícias a sua vida...” (p. 18). Embora não tenha formado sua própria família, pelo casamento, Tia Zina parece realizar seu desejo de

⁵⁰⁸ ROCHA-COUTINHO, M. L. Op. cit., 1994, p. 69.

⁵⁰⁹ BEAUVOIR, S. Op. cit., 1980, p. 13.

⁵¹⁰ FREYRE, G. Op. cit., 1968, p. 308.

maternidade na dedicação ao sobrinho e, principalmente, à Lúcia, que lhe retribui o gesto com afeição verdadeiro. Para tia Zina, além do afeto que recebe de toda família, ainda resta a constatação de sua relevância na ordenação da casa. Enquanto conversa com Birutinha, a prima distante de Paula, ela explica porque esta dedica pouco tempo a casa: “E depois esta vida febril da sociedade absorve-lhe o melhor do tempo. São bailes, espetáculos, festas, concertos, conferências, quermesses, saraus de gala, recepções, visitas, o diabo, filha! Se não fosse eu, esta casa andava de pernas para o ar.” (p. 56). Fica endossada, assim, pela voz da personagem, sua importância dentro da família, pois a supervisão que exerce permite que tudo transcorra sem contratemplos e se mantenha a ordem, como deve acontecer em um lar harmonioso e feliz. Esse reconhecimento é importante para a personagem, na medida em que tem consciência da depreciação que sofre a mulher solteira na sociedade tradicional oitocentista. Quando, buscando consolar Birutinha por sua situação de depauperamento, evidencia-se quão consciente está de sua condição: “- Tenho muita pena da mulher sem família, Birutinha... A velha solteira só entre sobrinhos...” (p. 58). Daí sua dedicação à família, seu devotamento à Lúcia, a quem ama maternalmente, sua admiração por mulheres como Maricas, totalmente devotadas ao lar, ao marido, aos filhos: “A Maricas sempre foi um anjo de bondade e trabalhadora às direitas. [...] ...uma santa criatura.” (p. 6). Afinal, aceitar ser mãe era não furtar-se da finalidade biológica da mulher.

No período colonial brasileiro, ressaltou-se, a ciência médica contagiara-se do imaginário, através do qual o médico supria as lacunas do seu conhecimento. Assim, mais do que estudar apenas a fisiologia e a patologia da mulher, de acordo com Del Priore,

“os fisiologistas e médicos [...] tentavam entender a natureza feminina, isolando os fins para os quais ela teria sido criada ou aos quais ela obedeceria. Os documentos da medicina que então se praticava davam-se por objetivo sutil definir uma normalidade – o que é um conceito polimorfo, e ao mesmo tempo fisiológico e moral -, que exprimisse o destino biológico da mulher.”⁵¹¹

Esse destino, como já frisado, era traçado em direção à maternidade. Elaborava-se uma imagem de mulher que atendia à perspectiva “sacramental e mística”, na qual a sexualidade surgia precipuamente como fator de procriação, como dever incontestado, e não como meio de realização de prazer. Nas palavras de Del Priore,

⁵¹¹ DEL PRIORE, M. Op. cit., 1995, p. 30.

O uso dos corpos no casamento possuía uma perspectiva escatológica, pois somente nas penas da vida conjugal e no sofrimento e angústia do parto encontrava-se a redenção dos pecados e a via ressurreicional; a procriação só tinha legitimidade na expectativa da multiplicação de criaturas prometidas à beatitude eterna. A sensualidade, abandonada às impulsões desregradas, rebaixava a alma dos homens ao nível dos animais, e por isto era fundamental evitar que a mulher, criada por Deus para cooperar no ato de criação, acabasse por tornar-se para o homem uma oportunidade de queda e perversão. Ela deveria apagar todas as marcas de carnalidade e animalidade do ato pela imediata concepção. Daí serem malditas as infecundas, as incapazes de revestir com a pureza da gravidez a dimensão do coito.⁵¹²

Possivelmente, se encontre aí uma explicação para a premência com que mulheres, como tia Zina, se dedicavam ao cuidado de sobrinhos ou outros parentes, pois, assim, além de terem um lugar para viver, ainda que por caminhos tortos, cumpriam a finalidade para a qual a mulher fora criada por Deus – exercer a maternidade. Tanto acredita em papéis sociais bem definidos que, em determinada ocasião, falando com Paula sobre Stella, tia Zina pondera: “- Stella tem juízo, Paula, e compreende verdadeiramente os seus deveres. A mulher depois de casada morre para o mundo. É tratar do marido e dos filhos e nada mais.” (p. 109). E quando Paula retruca, destituindo essa forma conservadora de encarar o comportamento social da mulher, tia Zina persiste em seu ponto de vista: “- São modos de ver, Paula, são modos de ver. Não digo que não se saia... Pode-se sair... todos os dias até... ir à igreja... à missa... A oração nos conforta... nos dá forças...” (p. 110). Fica visível o endosso ao discurso tradicional que determina comportamentos estereotipados para homens e mulheres, principalmente as casadas. Para tia Zina não há questionamentos nem dúvidas, tudo está no seu devido lugar, ainda que Paula argumente, mostrando-lhe que há outras formas de perceber a vida.

Por esse viés, no comportamento de Paula é possível vislumbrar outras perspectivas de vida para a mulher, colocando-se como contraponto ao pensamento vigente. Sem parecer presa a convenções que cerceiam a conduta da mulher, Paula vivencia uma experiência feliz de vida familiar. Desde o início da narrativa, a personagem é descrita em todo esplendor de sua beleza, tanto que ela e Stella, quando juntas, mais pareciam irmãs que mãe e filha. Bela, senhora de si, casara-se com Leonardo para safar-se de uma situação de pobreza e ascender socialmente, podendo “fazer ditosos os últimos dias dos progenitores.” (p. 17). Se, num primeiro momento, pareceria estar se delineando um comportamento mesquinho e interesseiro, com o decorrer da

⁵¹² DEL PRIORE, M. Op. cit., 1995, p. 30-31.

narrativa, Paula desvela-se uma personalidade encantadora, amante da vida, do marido, das filhas. Ao casarem-se, Leonardo, descrito como um companheiro “amoroso e inteligente”, tudo fizera para tornar “deliciosa” a existência de Paula. Ele a amava imensamente e admirava seu talento musical – Leonardo a vira e ouvira pela primeira vez em um sarau na casa de amigos -, tanto que é o grande incentivador para que ela aprimore seu conhecimento musical:

Durante cinco anos Paula estudou no Rio de Janeiro com os mais notáveis mestres. Quando voltou ao Sul era uma admirável musicista, e o piano para ela não guardou mais segredos. Quando tocava nos concertos, ostentando custosas *toilettes* a realçar-lhe a beleza, as ovações iam ao delírio. (p. 17).

Ainda que o perfil de Paula corresponda ao estereótipo de mulher da alta burguesia – canta, toca instrumentos musicais, ostenta beleza, veste-se com elegância, é culta, dedica-se à família -, ela encara a vivência feminina com um olhar transgressor. Sua opinião sobre a conduta da mulher evidencia quão lúcida era sua postura em relação a isso. Quando, em conversa com tia Zina, procura fazê-la entender que os tempos são outros, e os costumes já não podem ser os mesmos, ela o faz com muita convicção, permitindo que se conjecture sobre a possibilidade de Paula configurar-se como *alter ego* de Andradina:

- Ora deixe-se de tolices, tia Zina! Você nem parece que está no século XX, no reinado da emancipação da mulher. Longe vai a nossa escravidão! Longe vão os absurdos preconceitos! Fique certa, tia Zina, que a mulher pode muito bem cumprir as suas obrigações sem ficar criando bolor em casa, deixando inchar as pernas e engrossar a cintura. (p. 109). [...]

- Ora tia Zina! Para orarmos não precisamos sair de casa! Basta que nos isolemos, que nos voltemos para dentro de nós mesmos. E sabe? Antipatizo deveras com essas mães de família que todos os dias, abandonam a casa, pela manhã cedinho, e se tocam para as igrejas, muito convencidas de que todos os padres são santos. (p. 110).

A fala de Paula é sintomática num contexto em que algumas poucas vozes faziam-se ouvir em favor dos direitos femininos. Entretanto, num movimento posterior, Paula deixa transparecer a carga ideológica internalizada em seu psiquismo, numa possível alusão da narradora à longa caminhada que se deveria empreender para que mudanças sociais efetivas pudessem ocorrer. Quando, reunida com tia Zina e o marido, Paula comenta sobre a conduta da esposa do dr. Valério, o faz de forma irônica:

Olhe, na semana passada encontrei a mulher do dr. Valério que ia ao consultório de M. Antônio... [...] – Disse-me que [ia] mandar tirar aquela borbulhazinha que tem na ponta do nariz, que quase nem aparece. Acrescentou que a borbulha estava muito grande, que aumentava dia a dia e

começava a tirar-lhe a estética do rosto... E também consultar com o adivinho sobre umas cousas que lhe contaram do marido... (p. 110).

Embora Paula trate do assunto com refinada ironia, deixando transparecer uma censura velada ao comportamento da esposa do dr. Valério, repetindo, de alguma forma, uma atitude caracteristicamente androcêntrica, ainda assim, é ela quem faculta pensar sobre novas possibilidades de vivência feminina. Na medida em que experimenta felicidade no exercício de uma maternidade distendida, livre de tensões da opressão normativa que cercava a conduta de mães/esposas da época, Paula reforça a idéia de transgressão, uma probabilidade de emancipação da mulher. Isso é relevante dentro da narrativa, pois coloca-se na contramão do que se propala em relação à conduta feminina, sugerindo que é plausível idealizar outras formas de vivência para a mulher. Mais uma vez é possível constatar a sintonia de Andradina com seu tempo, um tempo de repressão para o comportamento feminino, mas também de luta por mudanças e conquistas sociais significativas.

3 A crítica social

Como um conceito para transformação social, classe é necessária... Ela abre uma rede de conceitos relacionados para entender criticamente as relações sociais do nosso tempo, para aprender com o passado, e para identificar as estruturas de poder freqüentemente invisíveis que baseiam nossa experiência de vida. Ela nos convida a manter nossos olhos no desafio de encontrar as necessidades humanas que coletivamente nos amarram a um outro...

Rosemary Hennessy

Ao discorrer sobre classe, Hennessy questiona, inicialmente, “que conceitos são necessários agora na luta pela justiça social”⁵¹³, referindo essa discussão como uma das mais prementes para o feminismo de hoje. Para a autora, o esforço empreendido por feministas na conquista de espaço em que “as pessoas podem dedicar tempo para considerar os conceitos que informam e capacitam sua prática”⁵¹⁴, encontra nas universidades maiores alternativas de

⁵¹³ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 53.

⁵¹⁴ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 54.

concretização. E, embora repute que os aspectos implicados no trabalho intelectual podem ser providenciados com maior presteza pelas instituições acadêmicas, a autora lembra que também em outras instâncias da sociedade, como na mídia, em movimentos sociais, no senso comum, circulam teorias e conceitos. Ela reconhece que é necessário consenso nos objetivos para o trabalho feminista e, nessa medida, pergunta-se onde encontrar os conceitos necessários para “explicar as condições históricas que estão tentando mudar.” Hennessy aponta que, considerando o conceito de classe, pode-se levar em conta como ela se apresenta para os objetivos gerais do feminismo e questiona: “este conceito particular ou esta formulação particular de classe pode explicar aspectos da vida social e das relações humanas de forma que avance o esforço por justiça social e por uma reunião eqüitativa das necessidades humanas...?”⁵¹⁵

Assim, entendendo classe como conceito, a autora pondera sobre sua utilidade para o trabalho feminista e sobre a importância de se pensar acerca do entendimento que se faz dele. Cada vez mais, afirma, tem se fixado classe como

um conceito que não carrega mais nenhum peso político, [...] como um dado que diferenças de raça, sexualidade, gênero, identidade étnica ou nacional ou diversidade religiosa tem recolocado a classe como um lugar para análise... [...] Mas não importa quanto a diversidade humana possa parecer ser o ponto mais pertinente de esforço social, discriminação e injustiça [...] essas mudanças ainda dependem da persistente e básica relação de classe com a produção de capital. Modelos de empregos, acúmulo e consumo podem estar mudando, tornado-se descentralizados e diferentemente distribuídos globalmente, mas as estruturas de classe que permitem que o acúmulo de capital aconteça permanecem.⁵¹⁶

A população mundial, lembra ainda Hennessy, vive uma situação em que a diferença “entre aqueles que têm e controlam a riqueza do mundo e aqueles que trabalham e possuem pouco ou nada está se ampliando, e onde as mulheres ainda realizam a maioria do trabalho necessário e desvalorizado...”⁵¹⁷ Desse modo, o apagamento do conceito de classe não pode ser considerado sem levar em conta essa questão, visto que o ‘desaparecimento da classe’ como conceito para explicar o mundo social “não é inocente.”

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁶ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 56.

⁵¹⁷ Idem, *ibidem*.

Ao abordar as condições de trabalho da mulher, a autora afirma que, atualmente, ao redor do globo, “a maioria do trabalho das mulheres continua invisível, e a quantidade de trabalho que vai em direção a esta ‘economia de cuidado’ ou ‘economia do amor’ não tem sido reduzida pela introdução de novas tecnologias nas casas. Além disso, somente um terço do trabalho realizado por mulheres é pago...”⁵¹⁸ A preocupação que atravessa o discurso da autora em relação a injustiças sociais de hoje encontra eco na voz de Andradina de Oliveira que já revelava as arbitrariedades cometidas contra a mulher ainda no final do século XIX e início do XX, como também apontava questões sociais que evidenciavam uma sociedade assinalada pela exclusão. O universo social que perpassa a obra *O perdão* deixa transparecer a percepção da ficcionista acerca de uma sociedade estruturada e alicerçada na diferença e marcada pela hierarquia e controle. A organização fundada sobre relações de superioridade/subordinação sobressai-se logo no início da narrativa pela forma como todos - familiares e serviçais - prestam reverência a Leonardo de Souza, destacando significativamente a imagem do patriarca a quem se respeita, obedece e venera, remetendo ao modelo social que se estrutura na hierarquia. Eva, a cozinheira da casa, quando alertada por tia Zina da importância de elaborar uma ceia especial para o “amo”, preocupa-se em compor o prato que mais agradaria: “A Eva, que sabia dos gostos culinários do patrão, veio espiar a cara dele quando o Tico pôs na mesa o peixe.” (p. 11). E, no momento em que Leonardo demonstra ter apreciado o prato que ela preparara, exclama satisfeita: “É *memo* um peixão! não é, meu amo?” (p. 12). Ao reconhecer Leonardo como amo, a personagem evidencia a posição de inferioridade em que se coloca em relação aos donos da casa. Além disso, à observação da serviçal, “todos riram, francamente, da graça da Eva que, gargalhando também até as lágrimas, se escapuliu para a cozinha, feliz, por saber pôr contente o *seu povo*.” (p. 12). É sintomática a expressão “*seu povo*”, grafada em itálico, quando a narradora comenta o comportamento de Eva, permanecendo latente a ironia que sugere a distância social entre a cozinheira e a família Souza. Ainda assim, é evidente a satisfação de Eva em poder servir ao “*seu povo*”, até por que isso assoma como única opção para ela: “A Eva também era da Serra. Viera com tia Zina e com ela aprendera a cozinhar sendo somente o que sabia fazer, pois fora a coisa única que conseguira entender em toda a sua vida de escrava e forra.” (p. 4). Na condição de escrava liberta, merecer a atenção do

⁵¹⁸ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 66.

patrão, possivelmente, fosse o tanto que poderia almejar para sua restrita vivência de sujeição. Historicamente, não houve interesse por parte de senhores investirem na formação cultural de seus escravos. Na verdade, nas palavras de Maestri,

era impossível aos senhores elevar intelectualmente a massa servil. Uma população escrava culturalmente homogênea e adaptada à nova realidade seria extremamente perigosa e explosiva. Mesmo uma elite de escravos produtivos com um nível cultural mais desenvolvido seria um problema para a ordem negreira.⁵¹⁹

Assim, o processo social a que os escravos estiveram sujeitos, não favoreceu sua emancipação para constituírem-se cidadãos, pois, mesmo após a abolição da escravatura, eles – agora homens libertos - não tiveram a sustentação governamental necessária para se reintegrarem na sociedade como homens e mulheres livres. Na verdade, nas palavras de Torronteguy, nenhuma força política redimiu os marginalizados, e o governo positivista do Rio Grande do Sul, preocupando-se em organizar a ocupação de imigrantes alemães e italianos, “deixou de lado a massa de mestiços e ex-escravos que servia de mão de obra disponível. Os que não estavam a serviço da grande propriedade, ou dos trabalhos desqualificados das cidades, estavam na miséria absoluta.”⁵²⁰ Hahner aponta que a política no Brasil, no século XIX, apesar de gerar acalorados debates no Parlamento e na imprensa, não movimentou a massa popular. A autora comenta que

Até mesmo importantes mudanças políticas como a queda do Império e o estabelecimento da República em 1889 [...] não marcaram uma ruptura significativa na história brasileira. O uso da força geralmente limitava-se ao trato com os pobres; e aqui as ameaças geralmente mostravam-se eficientes. Segmentados e divididos por etnias, nacionalidades, atividades [...], os pobres e desfavorecidos dispunham de poucos meios para se articularem em defesa de seus interesses comuns.⁵²¹

A eficácia da ordem política parece ter estado sempre mais atenta aos interesses do controle do poder, restando poucas alternativas às classes empobrecidas. Em *O perdão*, a situação de carência dos menos favorecidos evidencia-se em vários momentos da narrativa, como na descrição da personagem Eva, em que se reitera sua conformação de falta. Assim, até mesmo o reconhecimento de que ela era uma boa cozinheira perde a relevância, na medida em

⁵¹⁹ MAESTRI, M. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p. 55.

⁵²⁰ TORRONTÉGUY, T. O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994, p. 132.

⁵²¹ HAHNER, J. E. Op. cit., 2003, p. 116.

que é enfatizada sua depreciação: “Quem visse aquela esquisitona, pequenota também, redonda como uma bola, sem saber pronunciar o nome das cousas, nem mesmo as mais fáceis, que trocava tudo que ia dizendo, não imaginaria a grande habilidade culinária que lhe ia pelas mãos rotundas.” (p. 4). Anula-se a consideração elogiosa ante as constatações que reiteram sua imagem somenos. A própria personagem reconhece-se burra, quando pondera: “- A Eva é burra, *sa Birutinha*, prá tudo, só tem jeito prá *fazê* quitute, - disse rindo...” (p. 45). No entanto, em um momento de extrema lucidez, Eva toca, profundamente, a questão da caridade praticada para o reconhecimento geral do benfeitor. Diante de *Birutinha*, parente distante da família, que vive em circunstâncias subumanas, em total carência de tudo, Eva reconhece que o gasto efetuado com os mendigos toda semana – com a ajuda de tia Zina, Lúcia reúne, uma vez por semana, pessoas pobres no jardim do casarão para oferecer-lhes uma refeição -, se direcionado para o sustento de *Birutinha*, poderia significar para ela uma vida mais digna, sem tantas agruras. Eva, monologando, observa:

- Pobre *veia!* *Ca* coitada, que é da *famia*, pouco se importam... O que *sa* Zina gasta com a *cambuiada* dos *vadio* dava prá *sa Birutinha* *vivê* sossegada num cantinho: *mais* é tudo prá os *mau* *agardecido!* *Insmola* escondida não é bonito. *É mió* *entrá* a *cambuiada*: *ansim* o povo pensa que tudo aqui tem *bão* coração! *Despois* os *nome* vai prá o *jorná*. A Eva é burra *mais* entende as *coisa*. (p. 46).

Ainda que, em sua fala, Eva se reconheça burra, o reparo feito demonstra seu aguçado grau de consciência a respeito do processo de benemerência paternalista que apenas mascara uma situação social injusta, sublimando com a esmola semanal a realidade de um sistema falacioso. O mais cruel é a cumplicidade inconsciente que se estabelece em relação ao poder de dominação. A leva de pobres que, todo sábado, Lúcia acomoda no bosque de bambus, nos fundos da chácara, mostram-se profundamente agradecidos pelos gestos de beneficência de que são alvo:

A Lúcia, com a habitual vivacidade e a sua graça adorável, dava um encanto dulcíssimo àqueles almoços de uma vez por semana. Desde que encetara essa obra de caridade, ela pusera logo à vontade os infelizes. Eles adoravam, deveras, a galante mocinha; estimavam, cheios de gratidão, a boa tia Zina; e recebiam, quase ajoelhando-se, o óbolo que Celeste lhes deixava cair, como terna carícia, nas mãos encarquilhadas e calosas dos bordões. (p. 51).

Desenvolve-se, assim, um processo de reciprocidade velada, evidenciando-se de um lado os que sentem gratidão pelo que recebem, de outro, os que se satisfazem, praticando caridade. “Os pobres de Lúcia” – como são chamados - demonstram gratidão extremada para com seus benfeitores, pois “adoravam” Lúcia, “estimavam, cheios de gratidão” tia Zina e, diante da moeda que Celeste “lhes deixava cair nas mãos”, quase se prostravam para agradecer. É visível a relação que se instaura entre os mendigos e os donos do casarão. Enquanto os miseráveis sentem-se gratos por saciarem a fome por mais um dia, para os benfeitores, muito argutamente observado por Eva, significa o reconhecimento social de sua benemerência, estabelecendo-se um ciclo vicioso de receber para sobreviver e de dar para gloriar-se. Sarti, ao discorrer sobre a ética do trabalho para os pobres, enfatiza que

O princípio de dar e receber, no qual se funda o trabalho, é negado pela esmola. Nesse prisma, pedir esmola humilha porque quem o faz recebe sem dar, sem o *esforço* valorizado... [...] ...mas humilha também [a esmola], por outro lado, porque *pedir* se coloca em oposição à honra que vem junto com a obrigação de dar, negando portanto o valor de generosidade. O *mendigo* que *pede* submete-se à humilhação de receber sem dar. O ato de pedir esmola priva o pobre da oportunidade de dar o que ele tem para dar, *disposição* de trabalhar, atributo que legitima receber em troca, honrando e não humilhando.⁵²²

No casarão, não se cogitava se aquele ato poderia significar mudança de vida para os mendigos, ascendendo de um estado de indigência para uma existência marcada pela dignidade – ter o mínimo imprescindível para se auto-sustentar -, pois o importante, naquele momento, era deixá-los “satisfeitos”, e isso era feito com traços de virtuosidade:

No bosque de bambus, fundo da chácara, interessantíssima cena se passava. Numa mesa comprida e tosca, ladeada por grosseiros bancos [...] sentavam-se os vinte pobres de Lúcia, oito mulheres e doze homens, estes andando dentro dos cinqüenta ou sessenta, e as mulheres, parecendo todas terem nascido no mesmo dia, na aparência triste dos setenta anos. [...] numa travessa enorme, sobre alvíssima toalha, fumegava o colossal cozido; noutra, a pirâmide assustadora do pirão, por cujas faces escorria a loura gordura; e ainda noutra, talvez a maior, os legumes no tom verde escuro, os repolhos no claro verde das folhas, as batatas no suave amarelado da textura, as abóboras de um vermelho entre o amarelo e o encarnado, os nabos dum branco opalino e as cenouras carminisadas. [...] O cozido estava soberbo, saborosíssimo, e aqueles famintos, de uma semana, atiraram-se a ele com uma vontade canibalesca. [...] Os pratos ficaram limpos. [...] Veio a sopa numa sopeira brutal, comprada de propósito... [...] Era, sempre, um regalo aquela *sustância*, por último, amarelada da abóbora, com fragmentos dos outros legumes, fatias de pão de cerveja torrado, e coalhada de tutano! E aquele bando triste e feio

⁵²² SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 110.

se reanimava, se alegrava, se esquecia das misérias curtidas e das que havia de curtir. (p. 49-51).

É sintomática a expressão “interessantíssima cena se passava”, usada pela narradora, ao iniciar a descrição do banquete dos pobres de Lúcia e tia Zina, pois torna-se visível a fina ironia que perpassa essa observação. Se, por um lado, a exposição minuciosa da cena poderia responder às características do *script* naturalista, por outro, a ênfase da voz narrativa, ao descrever, com detalhes, a mesa em que os pobres são alimentados, reforça a constatação do poderio econômico da família Souza, remetendo, novamente, ao fato de que seria possível às pessoas do casarão terem uma atuação mais efetiva na solução do problema daquelas pessoas. A crítica, mascarada pela pompa com que os miseráveis são tratados, retrata a crueza das diferenças sociais, fato que perpassa a história humana em todos os tempos e nas mais diferentes sociedades. Andradina, sintonizada com as circunstâncias sociais da época, dá voz a uma narradora que observa com acuidade e sutileza o que ocorre ao seu redor. Até mesmo o ato de tia Zina e Lúcia de servirem, “pacientemente, os infelizes” revela-se como tarefa de que devem se desincumbir, pois, embora elas também os servissem “carinhosamente”, esse gesto se dilui na necessidade de paciência para fazê-lo, marcando-se, ainda uma vez, a assimetria dessa relação. Torronteguy, ao buscar as origens da pobreza no Rio Grande do Sul, constata que a formação republicana, do século XIX até o XX, consolidou-se na arquitetura dos interesses de camadas sociais abastadas, - proprietários de latifúndios ou de capitais comerciais -, acarretando desníveis sócio-econômicos absurdos. Assim, os ideais republicanos, desde suas origens, propalados como “reformadores”, não lograram merecer esse reconhecimento – ainda que assim festejados – pois estiveram sujeitados aos limites que lhes impuseram as camadas economicamente dominantes. As contradições instaladas na sociedade induziram os segmentos privilegiados a desenvolverem um discurso mais abrangente, com o aceno para o novo e melhor, e, “mais uma vez a alienação serviu para a manutenção da situação...”⁵²³ É o que ocorre com Eva, cuja percepção a respeito da caridade, praticada com fins de notoriedade, não lhe possibilitou o entendimento de sua própria posição na hierarquia social.

⁵²³ TORRONTÉGUY, T. O. V. Op. cit., 1994, p. 124.

Também os mendigos de Lúcia, ao buscarem justificar a ausência de quatro pessoas do grupo, deixam transparecer como eles se percebem no contexto social: “- Os *pobres* (grifo meu) que faltam hoje, d. Luciazinha, são a *sia* Marucas, a *sia* Innocência de Jesus, a Joanna Mocotó, e o seu Pompeu, - disse um mendigo guedelhudo, de olho vivo e pernetas, muito palrador.” (p. 52). O “mendigo guedelhudo” inicia a explicação para a ausência dos companheiros, relatando mortes e acidentes que os impossibilitarão de voltarem “ali, para aquele cozido e aquela sopa, tão reconfortantes, que lhes davam uma *ilusão* (grifo meu) de bem-estar.” (p. 53). Com o intuito de agradar às pessoas da casa com sua jocosidade, descreve com pormenores cruéis – a que ele dá um toque de humor - o que aconteceu a cada uma das pessoas ausentes. Ao conceder voz ao mendigo, a narradora coloca em evidência a criatura que se constrói na indigência física e espiritual, cujas conseqüências ela capta de forma sensível, pois a narrativa do mendigo é permeada de traços chocantes, de uma crueldade inocente, na medida em que sua fala não é trespassada pela consciência da posição em que se encontram na pirâmide social, encarando como natural a situação de penúria a que estão sujeitados e da qual ainda é possível rir. Atenta ao ser humano com suas mazelas e emoções, a obra contraria princípios naturalistas que observam o homem pelo viés cientificista, impessoal e objetivo com fins precípuos de análise. Ao discorrer sobre a relação de cumplicidade que se estabelece entre dominadores e dominados, Bourdieu pondera que, pelo fato de

o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas de dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. [...] Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências, depende, profundamente, *para sua perpetuação ou para sua transformação*, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes.⁵²⁴

Também Said, quando examina a questão da expansão dos grandes impérios ocidentais e o colonialismo, constata que “era mínima a resistência doméstica a esses impérios, ainda que muitas vezes fossem fundados e mantidos em condições adversas...”⁵²⁵ Assim, a idéia de consentimento anula a possibilidade de se imputar responsabilidade ao dominante que acredita

⁵²⁴ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 54-55.

⁵²⁵ SAID, E. Op. cit., 1995, p. 41.

ser culpa do próprio dominado a situação em que se encontra. Nessa medida, é possível conjecturar que a ação de tia Zina e Lúcia - por sentirem-se isentas de comprometimento social efetivo - poderia encontrar legitimidade na crença de que estaria preenchendo sobremaneira as carências vitais de sobrevivência daquelas pessoas. Bourdieu, quando fala do lugar da mulher na estrutura de um mercado de bens simbólicos, considera que a “lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima”⁵²⁶, remetendo ao duplo processo de exclusão de que as mulheres são vítimas. Em outras palavras, além da classe em que está emoldurada, a mulher ainda passa pela questão de gênero que, na sociedade oitocentista, significou exclusão e reclusão para o sujeito feminino.

A história de Birutinha coloca-a em evidência pelas circunstâncias sociais que a cercam. Viera do interior do estado, de uma família abastada que gozava de popularidade e prestígio. Quando os pais morreram, resolveu morar em Porto Alegre com um casal de irmãos menores. Trouxera dinheiro, escravos, jóias e belos vestidos. Os irmãos morreram e o dinheiro acabou na busca de saúde para eles, os escravos “foram-se indo”, uns de velhice, outros de doença, só restando a Birutinha a solidão e o trabalho de costureira para subsistir. Às vésperas do casamento – um jovem de “posição e de boa família” dela se enamorara -, o noivo foi assassinado por engano, e a jovem quase enlouqueceu de dor. Agora, dependia de esmolas para viver, “magra, a pele encarquilhada, coberta de *panos*, quase sem cabelos, a boca cheia de cacos de dentes, os olhos azuis sem pestanas de tanto coser e chorar...” (p. 36). Birutinha não conseguiu sustentar-se com sua profissão, acabou na indigência e dependendo da boa vontade alheia para sobreviver, evidenciando-se, mais uma vez, a situação de dependência da mulher dessa época que dificilmente poderia se auto-suprir financeiramente. É importante lembrar que, ainda hoje, observam-se situações em que mulheres, apesar de realizarem um trabalho altamente qualificado, não recebem o mesmo reconhecimento que o deferido a homens nas mesmas circunstâncias, além de estarem, muito freqüentemente, fadadas a desempenharem “tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação.”⁵²⁷

Essa consciência a respeito da situação de inferioridade da mulher já era colocada a nu por Andradina numa época em que poucos admitiam atribuir algum crédito por trabalho

⁵²⁶ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 55.

⁵²⁷ BOURDIEU, P. Op. cit., 2007, p. 73.

realizado pela mulher fora do lar. Atenta às mudanças sociais de seu tempo, a autora construiu, no mundo ficcional, um espaço em que as diferenças sociais eram colocadas à mostra.

Ao enfatizar a importância de se chegar à compreensão do todo quando se analisam as relações de poder entre povos dominados e dominadores, Said afirma que

perder de vista ou ignorar o contexto nacional e internacional [das representações feitas numa obra literária] e focar apenas a coerência interna [dos papéis dessas representações] [...] é perder uma ligação essencial entre a ficção e o mundo histórico dessa ficção. E compreender essa ligação não significa reduzir ou diminuir o valor dos romances como obras de arte: pelo contrário, devido à sua *concretude*, devido a suas complexas filiações a seu quadro real, eles são *mais* interessantes e *mais* preciosos como obras de arte.⁵²⁸

A “concretude” do universo ficcional de *Andradina* possibilita o entendimento crítico da realidade e a leitura de uma época em que a dominação da mulher, as diferenças de classe, a exclusão social não eram questionadas, alcançando essa representação uma dimensão de denúncia. Schmidt considera que é

impossível dissociar o conjunto da produção de *Andradina* de Oliveira de seu tempo e de seu lugar, pois nele incidem o impacto de condições sociais de época e de circunstâncias pessoais intensamente vividas sob a forma de questionamentos e reflexões que convergem sempre a um núcleo primeiro, a consciência de ser mulher em uma sociedade ainda não preparada para aceitar o sujeito feminino em seu legítimo direito.⁵²⁹

Em *O perdão*, visualiza-se, de uma parte, a família abastada, da elite porto-alegrense, benevolente e paternalista; de outra, os miseráveis que aguardam ansiosos o dia da semana em que poderão, novamente, receber o prato de comida que lhes saciará a fome momentaneamente. O contraste que se estabelece entre os diferentes níveis sociais instiga uma tomada de consciência a respeito das condições de miséria em que viviam determinadas camadas da sociedade sul-rio-grandense no *fin de siècle*, colocadas na base da pirâmide social.

Revisitar a história sociopolítica do Rio Grande do Sul permite transitar por épocas e fatos que marcaram sobremaneira a arquitetura social sul-rio-grandense e entender o processo em que se firmou esse desenho. Se, no século XIX, com os cercamentos dos campos, os contrastes evidentes eram as grandes propriedades e a escravidão, com a implantação da República, nas palavras de Torronteguy, as contradições “se fortaleceram com outras características: a grande propriedade definitivamente cercada, os mestiços e ex-escravos

⁵²⁸ SAID, E. Op. cit., 1995, p. 44.

⁵²⁹ SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 836.

negros servindo como massa de manobra político-militar ou sofrendo o preconceito de serem pobres...”⁵³⁰ Ao cercarem-se os campos, surgiram os “arranchados”, que viviam de plantações e criações, fora dos limites demarcados, sem terras. Esses peões foram fadados à exclusão das propriedades, do poder e da sociedade que não destinou um lugar para eles. É possível lembrar as ações governamentais de Júlio de Castilhos e, mais tarde, de Borges de Medeiros, que iniciaram um processo de modernização do estado. Contudo, não se resolveram as questões que afligiam os grupos não-proprietários, avolumando-se nos centros urbanos as populações desprivilegiadas: “As cidades, os vilarejos, as estradas e os corredores entre as estâncias contavam sempre com a presença desses miseráveis. Mas a grande propriedade estava livre desta massa, pois estava cercada e o seu proprietário contava com o aparato oficial para protegê-la.”⁵³¹ Esse “aparato” de proteção aos grandes proprietários marca, de forma contundente, o lugar reservado a cada classe social, insinuando o perigo que significava a proximidade com classes subalternas.

A estância tradicional passa a ser um empreendimento agro-pastoril preso ao capitalismo emergente, e, na mudança legal do *status* do escravo para trabalhador livre, afirma Torronteguy, “o patrão perdeu o escravo, mas ganhou trabalhadores quase servis para obrarem em terras com diplomas de posse. Aquele perdeu o peso moral de ‘senhor de escravos’ [...] e definitivamente, transformou-se em empresário capitalista”⁵³², firmando-se uma sociedade de classes, em que se agudizam as diferenças sócio-econômicas, e se mantêm o poder dos donos de grandes propriedades, da camada comercial, e a exclusão dos despossuídos. Assim, o desenho social do território sul-rio-grandense foi marcado pela produção da pobreza.

A posição de relevo dos Souza dentro da sociedade porto-alegrense oitocentista marca-se também na disposição interna da família. A superioridade do dono da casa torna-se manifesta, não só na deferência com que Leonardo de Souza é tratado por todos na casa, mas também pelo lugar que ocupa à mesa, quando os familiares preparam-se para cear, remetendo à hierarquia estabelecida, numa extensão ao que ocorre no meio social marcado pelo pátrio poder: “O fazendeiro, num terno de brim branco, muito elegante, camisa de seda lilás, penteado cuidadosamente, perfumado a Pinaud, com um sorriso de plena satisfação física e

⁵³⁰ TORRONTÉGUY, T. O. V. Op. cit., 1994, p. 124.

⁵³¹ TORRONTÉGUY, T. O. V. Op. cit., 1994, p. 141.

⁵³² TORRONTÉGUY, T. O. V. Op. cit., 1994, p. 144.

moral, estava à cabeceira da mesa...” (p. 8). A disposição à mesa, obedecendo a um possível protocolo familiar, permite conjecturar sobre o lugar de prestígio reservado ao “pai”, cuja importância evidencia-se desde a primeira linha da narrativa: “Leonardo de Souza acabava de chegar, pelo vapor da Margem, de sua fazenda na região serrana.” (p. 1). As ações narrativas desenrolam-se em torno do fazendeiro que é envolvido por atenções e cuidados, deflagrando, a partir desse momento, até o final do sétimo capítulo, uma sucessão de acontecimentos que endossam o lugar de distinção dos membros da família na hierarquia social. Os contrastes que vão se demarcando entre as condições de vida dos habitantes do casarão e as da classe de miseráveis – Birutinha e “os pobrezinhos de Lúcia” - são flagrantes. As pessoas da família Souza e as de seu meio social convivem naturalmente com o luxo e a pompa. E a abundância em que vivem, o requinte dos cômodos do casarão, a exuberância da indumentária que vestem, enfim, todas as circunstâncias que os cercam refletem um estilo de vida em tudo semelhante ao da alta sociedade européia. Em contrapartida, Birutinha, outrora rica, agora é o símbolo da indigência, dependendo da esmola e da boa vontade alheia para sobreviver. A visão da maltrapilha, “suada, com um fartum de roupas pouco limpas” (p. 37), trapos que usava para cobrir o corpo, causa desconforto a Stella que reage enojada à sua presença:

Stella afastou-se um pouco, encostando-se à mesa e curvando-se para respirar, de pertinho, o aroma das rosas na floreira. [...] – Cacete de velha! – disse Stella. – Isto é até uma desmoralização! Parentes daquela ordem só servem para amolar e envergonhar a gente. [...] - Longe ou próximo [o parentesco] é o mesmo, mamãe. Há de andar a dizer por aí: ‘A prima Paula, a prima Stella, o primo Leonardo...’ (p. 40).

O comportamento de Stella remete àquilo que Sarti afirma em relação a categorias que diferenciam trabalhadores e mendigos, quando analisa a distinção entre eles com base na discussão sobre o valor do trabalho: “Este é um dos valores manipulados para definir o *mendigo, aquele que é relaxado, porco, desleixado, os que andam de qualquer jeito, deixam a casa de qualquer jeito.*⁵³³ As condições precárias de higiene reforçam a situação de pobreza em que vivem os miseráveis. Entretanto Stella não se detém na penúria de Birutinha para lamentar-lhe o infortúnio. Ao contrário, a protagonista persiste em seu descontentamento pela proximidade de Birutinha, e ainda que a mãe lhe assegure que ninguém haveria de dar ouvidos à “pobre velha”, Stella sente-se incomodada com a possibilidade de ser reconhecida como

⁵³³ SARTI, C. A. Op. cit., 2007, p. 128-129.

parente da mendiga. O mais marcante é a indignação da maltrapilha que toma foros de agressão pelo contraste exacerbado que se estabelece com a ambiência requintada e luxuosa do casarão. A aparência física da personagem também remete a uma velhice que não corresponde a sua faixa etária, não muito diversa da de Paula, a qual é descrita como uma mulher bela, vivaz, mais parecendo irmã de Stella que mãe. Vendo-a assim, tão envelhecida, sem vivacidade, embrutecida pelas contingências da vida, “no fundo da alma [Paula] cresci-lhe uma grande piedade pela infeliz, lembrando a generosidade dela, quando lhe emprestava os vestidos e as jóias para ir aos bailes” (p. 40-41), pois as condições precárias da família não permitiam que os pais lhe dessem tais requintes. Enquanto Paula, depois do casamento, pôde usufruir de uma vida que lhe assegurou saúde e beleza, Birutinha, por ter empobrecido, ficou fadada à doença, à fome, à feiúra e à velhice precoce, tanto que Paula constata: “Como se fica velha e feia num instante.” (p. 41). O tempo – instante - que passara muito rápido para Paula, possivelmente significara um período interminável para Birutinha, exposta a padecimentos físicos, morais e emocionais responsáveis por sua decrepitude, que permanecem sem serem sanados.

Os fatos humanos que se representam no universo ficcional de *O perdão*, com seus dramas tão significativamente marcados pela percepção sensível da narradora, remetem considerar as palavras de Said, quando discorre sobre a invocação do passado como uma das estratégias mais comuns para interpretar o presente:

O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. [...] ...mesmo que se deva compreender inteiramente aquilo no passado que de fato já passou, não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro... [...] ...a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente.⁵³⁴

No pensamento de Hennessy, o desafio para o feminismo hoje está na possibilidade de desenvolver conceitos que “permitam entender as condições materiais reais que ligam e tão diversamente afetam nossas vidas.”⁵³⁵ Nesse trajeto, a partir de seu entendimento de classe como um conceito de transformação, a autora enfatiza que classe “permite que nos juntemos

⁵³⁴ SAID, E. Op. cit., p. 33-35.

⁵³⁵ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 68.

[...] para imaginar e insistir que uma alternativa mais justa é possível.”⁵³⁶ Assim, é plausível pensar que a atuação de cada um, diante dessa consciência, pode significar a possibilidade de construir uma sociedade alicerçada mais na igualdade, menos na exclusão.

⁵³⁶ HENNESSY, R. Op. cit., 2003, p. 71.

CONCLUSÃO

É importante, para reverter o cânone, mostrar o que aconteceu, quando o objeto começou a falar. Para isso, além do resgate, da publicação de textos, é preciso reviver essas mulheres, trazendo seus textos de volta aos leitores, criticando-os, contextualizando-os, comparando-os, entre si ou com escritores homens, contribuindo para recolocá-las no seu lugar na História.

Zahidé Lupinacci Muzart

CELESTE E O PERDÃO EM DIÁLOGO

Quando se pensa na questão do cânone, nas restrições que ele significou para a escritura literária de determinados grupos sociais, logo vem à mente a produção de mulheres escritoras do século XIX e início do XX. Fundada em 1897, a Academia Brasileira de Letras que, por longa data não permitiu a participação feminina em seu quadro de imortais, por entender que somente “brasileiros” – entenda-se homens – poderiam fazer parte da instituição, passou a significar o circuito de consagração da literatura brasileira. Espaços reservados à elite intelectualizada, como as *coteries* literárias ou igrejinhas, também foram feudos essencialmente masculinos e, ainda que mulheres de letras se arriscassem a escrever, não lograram fazer parte da sociedade de homens que detinham o domínio do discurso literário no país. Paralelamente a esses espaços de exclusão feminina, também a historiografia literária brasileira, que começa a surgir no século XIX, reitera o não lugar da produção literária feminina no quadro da literatura brasileira, revelando o caráter gendrado desses segmentos intelectuais.

Assim, rastrear aspectos do contexto sociocultural da época foi relevante, pois permitiu situar que idéias importadas da Europa circulavam no Brasil e influenciavam sobremaneira o *ethos* social oitocentista e a formação de estereótipos relativos à educação feminina, especialmente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nesse percurso, não só ficou evidente o processo de invisibilidade ao qual o sujeito feminino esteve submetido, primordialmente as mulheres de letras, que não encontraram espaço para o reconhecimento de sua produção na

época, como também a postura transgressora de mulheres escritoras do século XIX e início do XX cuja atuação significou um *locus* de resistência no processo cultural-literário nacional. Essas notícias viabilizam-se hoje pelo trabalho de resgate que estudiosas de gênero têm empreendido⁵³⁷ com o intuito de trazer ao conhecimento do público leitor a produção de mulheres escritoras que permaneceram no esquecimento como resultado de uma política excludente de caráter canônico.

Na discussão sobre modernidade⁵³⁸, um dos aspectos apontados é que dificilmente poder-se-á fixar o seu período de abrangência, pois qualquer século a partir do XVI até o XIX poderia ser – como o foi – nomeado como o primeiro século moderno. Também ficou evidente que gênero não só afeta os fatos históricos, mas também as hipóteses filosóficas que subjazem ao significado dos processos sociais. Assim, as questões levantadas sobre o assunto tornaram visível a exclusão da mulher do processo fundador do pensamento moderno, justamente porque se identificou o moderno com o público, e, nessa medida, o sujeito feminino teve seu discurso cada vez mais desautorizado. É indiscutível, portanto, a relevância da ação de mulheres feministas, na segunda metade do século XIX, uma vez que a sua atuação desafiou as estruturas hierárquicas de gênero da época, na medida em que pleiteavam direitos à igualdade política e legal entre mulheres e homens, e autoridade moral feminina para assumirem o espaço público. No século XX, os estudos de gênero, no Brasil, começam a ocorrer com maior intensidade, a partir dos anos 80, e, ao colocarem em pauta a questão da diferença, evidenciou-se a necessidade de uma reformulação dos pressupostos que embasam o cânone da historiografia literária brasileira, resultando em uma retomada dos valores que sustentaram a tradição canônica até então. Nesse contexto, o trabalho da Academia tem sido determinante para que se realizem pesquisas e se possam desenvolver reflexões sobre a instituição da literatura do ponto de vista de referenciais teóricos da crítica feminista.

O interesse em investigar questões relativas à mulher, em especial a sul-rio-grandense, como produtora de textos literários e como sujeito representado no mundo ficcional, levou-me a desenvolver este estudo de cunho acadêmico, inserido na área de Literatura Comparada, na linha de Pesquisa de Estudos Literários e Culturais de Gênero, pelo viés da

⁵³⁷ Volto a mencionar aqui especialmente a obra organizada por Zahidé Lupinacci Muzart, em dois volumes (2002 e 2004), que apresenta pesquisa criteriosa sobre vida e obra de 105 escritoras brasileiras oitocentistas.

⁵³⁸ De acordo com FELSKY, R. Op. cit., 1995.

interdisciplinaridade, por gênero constituir-se categoria interdisciplinar, o que favoreceu o trânsito do trabalho pelo viés comparatista. O caráter interdisciplinar oportunizou o diálogo com outros campos do conhecimento como a psicanálise, a sociologia, a história, o que permitiu alargar a percepção das representações no universo ficcional.

O percurso desenvolvido para o estudo de *Celeste* e *O perdão* permitiu observar que, embora escritas em momentos diferentes, no final do século XIX a primeira, e início do século XX a segunda, essas obras não lograram um lugar de prestígio entre a intelectualidade letrada masculina. O limiar do novo século não significou abandono dos preconceitos que cercaram a produção literária de mulheres escritoras, reproduzindo-se os estereótipos sociais responsáveis pelo apagamento dessa escritura.

Ao colocar em discussão *Celeste*, de Maria Benedita Câmara Bormann e *O perdão*, de Andradina América Andrade de Oliveira, evidenciou-se que, embora o foco central dessas obras não recaia na representação da sociedade ordenada em classes, elas permitem vislumbrar um contexto histórico em que a hierarquia social é constituída daqueles que detêm o poder econômico e dos que dependem da benemerência paternalista para sobreviver.

Celeste apresenta a situação de escravidão no Brasil, através da figura da *Bá* que, já não podendo cumprir suas tarefas diárias, é vendida por Cândida, que dela se desfaz com a mesma facilidade com que põe de lado um objeto sem valor. A construção da personagem coloca em relevo aspectos afetivos, desenhando-se uma subjetividade que se constrói na dedicação a sua jovem senhora e no conforto moral de tal relação. A figura da ama negra, colocada como alvo da afeição de Celeste, e das brutalidades de Cândida, torna visíveis as condições de vida a que o escravo esteve sujeitado na época e evidencia a problemática da escravidão. *Celeste* desenha-se ideologicamente na contramão do cânone naturalista, na medida em que apresenta a relação de violência de raça e de gênero definida pela inferioridade e torna visíveis subjetividades delineadas pela sensibilização. Enquanto, na inscrição naturalista, o negro e a mulher são foco de interesse como criaturas governadas por instintos depravados e constituídas de temperamentos doentios, as quais se examinam como cobaias de laboratório, o discurso narrativo de *Celeste* preserva a natureza humana das personagens distanciadas do exótico e do doentio inscritos no *script* naturalista.

O perdão coloca em pauta a situação da classe social menos favorecida que conta com a beneficência de pessoas abastadas, para subsistir a cada dia. A esmola assoma como paliativo de uma vivência de crueza e de carência absoluta. Essa prática deixa entrever falta de consciência social, em que os mais abastados detêm o poder de vida e morte, enquanto os menos favorecidos precisam contentar-se com a boa vontade daqueles para continuar sobrevivendo. Ao emprestar voz ao mendigo, ainda que ele se construa na indignação física e espiritual, a narradora permite vislumbrar o ser humano capaz de emoção. A voz narrativa não se compraz em descrever ambientes sórdidos, nos quais se movimentam personagens constituídas pelo determinismo do meio. Ao contrário, a consciência que perpassa a crítica social presente no texto torna visível o comprometimento de Andradina com o seu tempo, permitindo uma atuação narrativa repleta de sensibilidade. Num universo de carentes – os pobrezinhos de Lúcia, Birutinha -, destaca-se esta última que, por tratar-se de parente distante de Paula, angaria maior consideração da família Souza. Entretanto, nem a *Bá*, que contara com o afeto de Celeste, nem Birutinha lograram um lugar na sociedade, sendo vítimas, a primeira do preconceito de raça e, por conseqüência, de classe, e a outra, marcada por uma história de depauperamento, é reduzida ao *status* de uma classe social inferior, sendo ambas obrigadas a viverem à margem, constituindo-se o outro do texto.⁵³⁹ Também é possível referir os serviçais da casa de Stella que reagem com desdém à fuga dos amantes e, sentindo-se donos do palacete, sentam-se à mesa para desfrutar de um lauto almoço. Entre chistes irônicos e palavras injuriosas, vão destilando todo seu rancor contra os patrões, evidenciando seu repúdio às diferenças sociais e à condição de inferioridade a que estão constrangidos na pirâmide social.

Paralelamente a essa discussão, assoma o foco principal das obras que aponta para a trajetória das protagonistas, Celeste e Stella, que não corroboram o comportamento do sujeito feminino ligado ao par amoroso, contrariando o universo comumente representado em romances oitocentistas de autoria masculina.

Com o esvaziamento do modelo de vivência feminina do Romantismo, a literatura coloca em pauta um universo representacional em que as personagens femininas revelam um comportamento de ousadia. Subscrevendo idéias de pensadores oitocentistas, essas

⁵³⁹ Ver SAID, E. Op. cit., 1995.

personagens passam a configurar-se como vítimas de uma força irreprímível, o útero, órgão feminino responsável pela histeria na mulher. O discurso médico da época, endossando o pensamento freudiano, prescrevia o casamento e a maternidade como solução para esse “desvio” de conduta feminina. Gerar um filho, principalmente, do sexo masculino dava à mãe um lugar, fortalecido na relação de poder que isso representava. Stella realizou o casamento que projetara, gerou dois filhos homens, no entanto ela não consegue extravasar sua sexualidade emergente, não é feliz e opta por abandonar o lar. Celeste casa por amor, após vencer a contrariedade da mãe, mas também não logrou ser feliz. A protagonista não opta pela maternidade e decide separar-se do marido em busca da completude que não alcança ao seu lado. Ao abdicarem do casamento e da maternidade, as personagens negam a identidade feminina definida em termos de corpo produtivo, contrariam o modelo do Naturalismo e esvaziam o sentido da histeria. É possível que as escritoras estivessem fazendo uma releitura da questão da histeria, desfazendo essa inscrição naturalista como critério “científico” para definir a mulher dominada por uma força de natureza incontável, o útero.

O *script* narrativo de *Celeste* permite à protagonista, num contexto absolutamente androcêntrico, o enfrentamento à reação acusatória da sociedade e ao estigma que cerca a imagem da mulher separada. Ainda que Artur tenha buscado sujeitá-la ao seu controle desde o início do casamento, Celeste não se intimida e opta por construir um espaço próprio, no qual não se sente obrigada a experienciar vivências inconciliáveis com a subjetividade feminina. A protagonista traça novas alternativas de vida, com a esperança de satisfazer seus anseios mais íntimos, em busca de completude emocional e, ainda que não se realize como ser humano amante, o desnudamento de sua intimidade lhe permite trilhar um caminho de autenticidade.

Em *O perdão*, a ação da protagonista fica cerceada pela ambientação domiciliar, ironicamente reconhecida como o reduto sagrado da “rainha do lar”. A limitação a que Stella está confinada não lhe permite alçar vôo, visto que a atitude extremada em direção à busca de completude pela paixão - sair de casa com o amante - transforma-se em ato de dor, verdadeira exacerbação do sentimento de culpa - processo muito mais intenso que a paixão que nutre por Armando -, que a impede de lutar pela conquista da felicidade. O fatalismo que cerca a morte de Stella, finalmente não logrando ser feliz ao lado do amante que lhe desperta todas as emoções impensadas na relação com o marido, vai além do desenho naturalista que punia as

heroínas transgressoras do *script* prescrito para o comportamento da mulher oitocentista, evidenciando o ponto de vista da narração feminina. A sensibilidade da narradora permite vir à tona a subjetividade feminina, com seus anseios e angústias diante do inusitado. Stella não entrevê outra possibilidade de experienciar sua feminilidade a não ser através de um comportamento que respeita os preceitos considerados intocados pela sociedade conservadora da época. Entretanto, na medida em que atitudes condenáveis fossem realizadas às ocultas, não haveria dano para a imagem da mulher/família. É o que ocorre com o adultério praticado, sem impedimentos, por Comba ou ainda por Cândida, pois, não sendo reconhecido oficialmente, não feria frontalmente os preceitos de um *modus vivendi* feminino firmado no recato e na abnegação.

Em *Celeste*, embora se configure um universo emocionalmente dorido, a protagonista encontra espaço para reagir contra a opressão e opta por viver só. Ao abandonar o marido e escolher seu próprio caminho, enfrenta as conseqüências de seu gesto, abertamente. Celeste transgredir os padrões de comportamento da época, assume a responsabilidade de seus atos, escolhe como conduzir sua vida, entretanto cumpre um destino fatalista de morte. A personagem não logra alcançar a completude a que sempre aspirou, pois, quando, finalmente, poderia ser feliz com Rodrigo, este morre tragicamente, impelindo-a à loucura e à morte.

Ainda que ambas as protagonistas trilhem uma trajetória marcada pelo embate emocional, não alcançando completude amorosa, Celeste sente-se impulsionada à ação, enquanto Stella, diante da situação que se configura, paralisa-se e não entrevê alternativa para sua desdita. Num contexto familiar de opressão, mascarada na imagem de família perfeita, Stella é levada a experimentar uma dor que não se extingue, porque se sente indigna do convívio com os filhos e o marido e, ao mesmo tempo, não consegue sanar o dano moral que Armando lhe causa, sofrendo até o final. Quando se descobre um ser erotizado, com um corpo desejante, não permite que sua sexualidade tenha vazão, dissimulando suas emoções com sentimentos de culpa que a conduzem à sua morte. Esse final que não foi urdido pela narradora, assoma como uma escolha da personagem que, por fim, pode dispor de sua vontade e sua vida, libertando-se do cerceamento familiar pelo suicídio, traduzindo-se essa morte como a conquista de uma liberdade que o lar nunca lhe permitira.

Tanto Celeste quanto Stella vivenciam sentimentos e emoções impensáveis para o modelo de comportamento feminino prescrito na época. Em uma sociedade profundamente conservadora, Celeste faz escolhas que rompem paradigmas sociais e provoca a ira do marido, a condenação do grupo social, o repúdio da mãe. Ela passa a orientar sua vida pelas próprias escolhas e enfrenta as conseqüências dessa conduta. Também Stella toma a decisão de abandonar a casa. Celeste quer ser feliz; Stella já não se sente digna da convivência com os filhos, com o marido, com os pais e irmãs. Há em sua decisão um misto de punição como forma de regeneração. Ainda assim, ela tem arguta consciência sobre o que lhe acontece em relação ao que não sucede a Armando, que logo se reintegra ao meio social – no navio ele é convidado a cantar no salão de festas -, enquanto ela amarga suas dores e dúvidas, sozinha no camarim, tornando visíveis as limitações a que a mulher estava reduzida.

As protagonistas das obras analisadas percorreram caminhos distintos: Celeste sofreu a violência do espancamento pelo marido, cujo comportamento coloca a nu a tirania masculina, tornando palpável o poder marcadamente androcêntrico da época; Stella foi alçada ao *status* de “rainha do lar” e vivencia um relacionamento permeado de bondade e afeto que disfarça uma dominação branda. Se, num primeiro momento, essas realidades parecem apresentar gradações de opressão, num segundo olhar, é possível perceber que ambas as trajetórias evidenciam relações de poder que, vivenciadas abertamente ou de forma velada, tornam visível a ordem de gênero estabelecida. Os caminhos trilhados, ainda que diversos, redundam iguais no que pese o fato de ambas as personagens não terem podido vivenciar sua subjetividade, o que se denuncia de forma tocante tanto em *Celeste* quanto em *O perdão*. A acuidade com que as narrativas foram tramadas revela a lucidez de Maria Benedita Bormann e Andradina de Oliveira ao permitirem-se desnudar verdades do mundo e da experiência da mulher as quais iam de encontro a uma política de gênero calcada no pensamento binário que naturaliza a inferioridade feminina.

A obra de arte literária, por seu caráter polissêmico, permite a fruição do prazer estético e a transformação das expectativas do leitor. Jauss, unindo-se a conceitos da tradição estética, afirma que “o prazer estético da identificação possibilita participarmos de experiências alheias, coisa que, em nossa realidade cotidiana, não nos julgaríamos capazes.”⁵⁴⁰ Se a obra literária

⁵⁴⁰ JAUSS, H. R. Op. cit., 1979b, p. 78.

faculta uma nova consciência receptora, visto que se abre para o leitor a alternativa de renovar sua percepção de mundo, tanto da realidade externa quanto interna, então é possível presumir leitoras de Maria Benedita e Andradina de Oliveira potencialmente capazes de expandir seu horizonte de expectativas, possibilitando-lhes colocar em questão a vivência feminina de então. Por esse viés, o universo representado nessas obras permite conjecturar sobre sua potencialidade de interferência nos mecanismos de poder da época, desestabilizando o *status quo* vigente e ensejando colocar em pauta a hierarquização dos gêneros, cujas relações se estabelecem não apenas a partir da noção de diferença, mas também da noção de inferioridade, marcadamente, feminina. Por fim, são desnudados os mecanismos de uma engrenagem ordenadora de matriz patriarcal, com os males que acarretam para a subjetividade feminina, problematizando os paradigmas literários canônicos.

Essas constatações permitem deduzir que convinha ao sistema vigente o apagamento dessas obras do cenário das letras nacionais, dificultando a disseminação de sentidos não legitimados pelo poder dominante. Afinal, não interessava a uma sociedade androcêntrica mulheres conscientes da realidade de suas experiências de vida, marcadas pela intromissão de pensadores, legisladores, médicos, educadores, todos detentores da verdade sobre o comportamento e a subjetividade da mulher. Portanto, parece viável conjecturar que essas obras seguiram um caminho de mão dupla. Se, por um lado, foram fadadas ao desprestígio e ao silenciamento, numa clara alusão a um possível descrédito de caráter artístico – por não terem sido escritas por homens –, por outro, pode-se supor que essa produção ficcional, pela densidade do universo feminino ali representado, poderia efetivamente facultar desestabilização nos mecanismos do sistema patriarcal vigente. Em que pese o valor das obras literárias dessas escritoras e de tantas outras desse período, elas não lograram fazer parte do projeto de construção da Nação levado a efeito no século XIX e ficaram à margem do cânone literário, marcando a história de nossas letras com matizes inscritos na exclusão.

Assim, parece justo reiterar a relevância de ter focalizado essa investigação na escritura das ficcionistas sul-rio-grandenses Maria Benedita e Andradina de Oliveira que, por sua vida e obra, significam um *locus* de resistência ao *status quo* cultural-literário do século XIX e início do século XX, definido pelo discurso masculino, e cujo poder, disseminado nas mais variadas instâncias da vida social, política, cultural do país, determinou a anulação da voz feminina,

imputando à mulher uma vivência de submissão e desprestígio. No campo das letras, a falta de reconhecimento foi ainda mais marcante, pois significou não legitimar o valor artístico da produção literária de mulheres escritoras, condenando-as ao ostracismo. E ainda que a investigação aqui apresentada não signifique o esgotamento de uma análise, tampouco que ela seja definitiva, creio que este estudo possibilitou iterar o valor literário das obras *Celeste* e *O perdão* e colocá-las à luz para o conhecimento do público leitor que poderá efetivar uma leitura genuína e instigante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciana de. *Preleções*. Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1949.

AJURIAGUERRA, J. de. Trad. Paulo Cesar Geraldês; Sonia Regina Pacheco Alves. *Manual de psiquiatria infantil*. Trad. Paulo Cesar Geraldês; Sonia Regina Pacheco Alves. Paris: Masson; São Paulo: Atheneu, s.d.

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. In: _____. *O guarani/ Iracema/ Ubirajara*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARARIPE JR. *A carne*, por Júlio Ribeiro. In: COUTINHO, Afrânio. (Dir.) *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. II, 1960.

ARARIPE JR. Retrospecto literário do ano de 1893. In: COUTINHO, A. (Dir.). *Obra crítica de Araripe Jr.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, v. III, 1963.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

ARMONY, Nahman. Eros/Thanatos: uma exegese e uma pragmática de *Além do princípio do prazer*. Disponível em:
http://72.14.209.104/search?q=cache:Ic_NlR-lxoJ:www.saude.inf.br/nahman/erosthanatos.doc
 Acesso em: 9 maio 2007.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul*: do romantismo ao modernismo. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

_____. *O segundo sexo*. Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1.

BIRARDI, Ângela; CASTENI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. O Positivismo, Os *Annales* e a Nova História. Disponível em:

<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/anales.html> Acesso em: 28 maio 2006.

BORMANN, Maria Benedita Câmara. Ao leitor. In: _____. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, M. O. *Mulheres escritoras: da biografia no texto ao texto da biografia*. Amadora: Livraria Bertrand, 1980.

BROOKS, Peter. *Reading for the plot: design and intention in narrative*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984.

_____. *Body work: objects of desire in modern narrative*. Harvard Univ. Press, 1993.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales – 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *História e teoria social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2/2000.

CAMPELLO, Eliane Terezinha do Amaral. O *künstlerroman* de autoria feminina no Brasil. In: CAVALCANTI, Ildney; LIMA, Ana Cecília; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. v. 1. São Paulo: Martins, 1971.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1976.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. (1711-2001). São Paulo: Escrituras, 2002.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Trad. José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COUTINHO, Afrânio. *No hospital das letras*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

_____. (Dir.) *A literatura no Brasil: realismo-naturalismo-parnasianismo*. v. III. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969.

DÉLIA (Pseud.). BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Celeste*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade, intimidade. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Editoras). *Gênero, corpo, conhecimento*. Trad. Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

_____. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura: (trans) formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 53-60.

_____. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 175-193.

DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa. (Orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos literários, UFMG, 2002.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1994.

FELSKY, Rita. *The gender of modernity*. Cambridge, EUA; Londres, Inglaterra: Harvard University Press, 1995.

- FERREIRA, Athos Damasceno. *A imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, Alcione Leite da et al. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 203-233.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Opúsculo humanitário*. Estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FUNCK, Susana Bornéo. Da questão da mulher à questão do gênero. In: _____. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOLIN, Cida. *Mulheres de escritores: subsídios para uma história privada da literatura*. São Paulo: Annablume; Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 6, n. 1/98, p. 114-124, 1º semestre 1998.
- GUIMARÃES, Alphonsus. Ismália. In: _____. *Cantos de amor, salmos de prece*. Rio de Janeiro: José Aguilar; Brasília: INL. 1972.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Trad. Eliane Lisboa. Florianópolis: Mulheres; Santa cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HENESSY, Rosemary. Class. In: EAGLETON, Mary. (Org.). *A concise companion to feminist theory*. London: Blackwell publishing, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio. *Literatura e vida social no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

JAUSS, H. Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a. p. 43-61.

_____. O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. In: LIMA, L. C. (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b. p. 63-82.

KURY, Mário da Gama. Apresentação. In: ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

KUSNETZOFF, J. C. *A mulher sexualmente feliz*. Trad. Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Trad. Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

LUCAS, Fábio. O avanço feminista. In: CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 320.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1969.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira-1870-1930*. São Paulo: EDUSP; Editorial Grijalbo, 1973.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira: o modernismo (1916-1945)*, v. IV. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *História da inteligência brasileira (1877-1896)*. São Paulo: Cultrix, 1974. v. IV.

_____. A felicidade pela agricultura. *Gazeta do Povo*, 17 nov. 1997. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/wilsonmartins023.html> - Acesso em: 7 jun. 2006.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda S.; SOLER, Maria Angélica. (Orgs.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

MEYER, Augusto. Ciclo gaúcho. In: COUTINHO, Afrânio. (Dir.). *A literatura no Brasil: realismo, naturalismo-parnasianismo*. v. III. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969.

MENDES, Algemira de Macêdo. *A imagem da mulher na obra de Amélia Beviláqua*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

MICHELET, Jules. *A mulher*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. As mulheres na literatura brasileira. *ANHEMBI*, ano V, n. 49, v. XVII, dez. 1951.

_____. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. História da Literatura Brasileira, v. XII. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1973.

MOI, Toril. Pensamento patriarcal e a pulsão do conhecimento. In: BRENNAN, Teresa. (Org.). *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

MONTENEGRO, Olívio. (Org.). *José Veríssimo: crítica*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

MUNIZ, Paulo Ricardo; BARCELLOS, Jorge Alberto Soares; SANTI, Rita. *Lugar de mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820-1940)*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 79-89.

_____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Maria Josefa Barreto. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000a. p. 75-81.

_____. Ana Eurídice Eufrosina Barandas. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b. p. 162-167.

_____. Ana Aurora do Amaral Lisboa. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000c. p.873-891.

_____. Inês Sabino. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000d. p. 591-615.

_____. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 236, jan./jun.-2003.

_____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____. Amélia Beviláqua. In: _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004a. p. 247-287.

_____. Mariana Coelho. In: : _____. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b. p. 888-919.

NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio*: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: _____. (Org.). *Rompendo o silêncio*: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

OLIVEIRA, Andradina América Andrade de. *O perdão*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1910.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?* Organização de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

_____. Artigo. In: ABREU, Luciana de. *Preleções*. Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1949.

ORLANDO, Artur. Carta á leitora. In: SABINO, Ignez. *Mulheres illustres do Brazil*. Florianópolis: Mulheres, 1996.

ORNELAS, José. O corpo fascista na narrativa portuguesa contemporânea. In: MOREIRA, Maria Eunice. *Histórias da literatura*: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

PADILHA, Laura Cavalcante. A diferença interroga o cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura*: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Palloti, 1997. p.61-69.

PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991.

_____. Literatura feminina e o cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura*: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Palloti, 1997. p. 71-78.

PASSOS, Elizete. A razão patriarcal e a heteronomia da subjetividade feminina. In: DUARTE, Constância Lima et al. (Orgs.) *Gênero e representação*: teoria, história e crítica. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luis Alberto et al. (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

PLATÃO. *O banquete*. Trad. Albertino Pinheiro. São Paulo: Atena, 1963.

PORTO ALEGRE, Aquiles. Os exames escolares. In: _____. *Paizagens mortas*. Porto Alegre: Globo, 1922.

_____. A loucura da moda. In: _____. *Serões de inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923.

QUEIROZ, Vera. Linhas de força femininas no cânone literário brasileiro. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé Lupinacci. (Orgs.). *Refazendo nós*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, P. 483-490.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SABINO, Ignez. *Mulheres illustres do Brazil*. Florianópolis: Mulheres, 1996.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Trad. Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Nacional, 1939.

_____. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Orgs.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 11-51.

SANTOS, Luisa Cristina dos. Georgina Mongruel. In: MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e a prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo. (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

_____. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti, 1997a.

_____. Cultura e dominação: o discurso crítico do século XIX. *LETRAS DE HOJE*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 83-90, set. 1997b.

_____. Mulheres reescrevendo a nação. *Estudos feministas*. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 1/2000a, p. 84-97.

_____. Da exclusão, da imitação e da transgressão: o caso do romance *Celeste*, de Maria Benedita Bormann. In: PETERSON, Michel e NEIS, Ignácio Antonio (Orgs.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000b. p. 67-95.

_____. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000c. p. 102-110.

_____. Delfina Benigna da Cunha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000d.

_____. Luciana de Abreu. In: In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000e.

_____. Rita Barém de Melo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000f.

_____. Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa. (Orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos literários, UFMG, 2002g.

_____. Andradina América Andrade de Oliveira. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004a.

_____. Julieta de Melo Monteiro. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004b.

_____. Andradina de Oliveira e o corpo da cidade. In: COUTINHO, F. Eduardo et al. (Orgs.). *Elogio da lucidez: a comparação literária em âmbito universal; textos em homenagem a Tânia Franco Carvalhal*. Porto Alegre: Evangraf, 2004c. p. 363-368.

_____. (Org.). Prefácio. In: *Sorrisos e prantos: Rita Barém de Melo*. Disponível em: <http://www.editoramulheres.com.br/prefacio19.html>. Acesso em 20 jan. 2006.

_____. Mulher e literatura: histórias de percurso. In: CAVALCANTI, Ildney; LIMA, Ana Cecília; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006.

SCHNEIDER, Liane. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, Michel; NEIS, Ignácio Antonio (Orgs.). *As armas do texto: a literatura e a resistência da literatura*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 119-139.

SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abril 2005.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930.

SILVA, Flora. Emmeline Pankhurst. Disponível em: <http://www.pco.org.br/mulheres/personalidades/emmeline.htm> Acesso em: 21 maio 2006.

SILVA, Eloá Muniz da. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. de A. e. In: OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?* Organização de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O Partenon Literário: imprensa e sociedade literária. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Partenon literário: poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1980.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Fundação Carlos Chagas).

SODRÉ, Nelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempo, 1997. p. 94-114.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de. *Peregrino da América*. 1999. Disponível em: http://64.233.187.104/search?q=cache:_AZFPGFSJ9AJ:www.ifcs.ufrj.br/jornadas/papers/09st0307.rtf+Peregrino+da+Am%C3%A9rica&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=2 Acesso em: 7 jun. 2006.

SPALDING, Walter. *A grande mestra: Dona Aurora do Amaral Lisboa*. Porto Alegre: Sulina, 1953.

STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TACQUES, Alzira Freitas. *Perfis de musas, s e prosadores brasileiros: antologia de escritores brasileiros e estrangeiros*. Porto Alegre: Thurmman, 1956.

TELLES, Norma. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

_____. Maria Benedita Bormann. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

TORRES, Joaquim Alves. *Teatro escolhido*. Pesquisa, introdução e notas de Cláudio Hemann. Porto Alegre: IEL, 1989.

TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. *As Origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

VALLEJO, A.; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Erechim: Edelbra, 1999.

WEEDON, Chris. Subjects. In: EAGLETON, Mary. (Org.). *A concise companion to feminist theory*. London: Blackwell publishing, 2003.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia. O corpo a corpo na literatura: a representação do corpo nas narrativas de autoria feminina. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé Lupinacci. (Orgs.). *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-275.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

ZILBERMAN, Regina.; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS BRASIL, Luiz Anatonio. (Orgs.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

AZERÊDO, Sandra. *Preconceito contra a “mulher”*: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BACHA, Márcia Neder. *A arte de formar*: o feminino, o infantil e o epistemológico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARROS, D. Na tradição do *Künstlerroman* de autoria feminina: *Lésbia* em diálogo com *Corina* e para além do intertexto Rio Grande: 2002. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura*: estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra*: a personagem feminina na literatura. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2006.

BRAUNSTEIN, Florence; PÉPIN, Jean-Françoise. *O lugar do corpo na cultura ocidental*. Trad. João Duarte Filho. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BRENNAN, Teresa (Org.). *Para além do falo*: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher. Trad. Alice Xavier. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPELLO, Eliane Terezinha do Amaral. *Lésbia*: um *Künstlerroman* fundador. *Anais IV Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: 2001.

_____. O tema do suicídio em contos de Maria Benedita Bormann. *Anais do V Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre : CD-ROM, 2003.

_____. O suicídio em contos de Maria Benedita Bormann. *Interdisciplinar*, v. 03, p. 03, jan./jun. 2007. [Internet]. Disponível em:
http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/pdf/interdisciplinar/INTER_v03_n03_artigo_03.pdf.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

COUTINHO, F. Eduardo. Fronteiras imaginadas: o comparatismo e suas relações com a teoria, a crítica e a historiografia literárias. In: ANDRADE, Ana Luiza; CAMARGO, Maria Lucia de Barros; ANTELO, Raúl (Orgs.) *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Chapecó: Grifos, 1999, p. 247-254.

_____. Comparatismo e historiografia literária. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.) *Histórias da literatura*: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 15-22.

_____. *Literatura comparada na América Latina*: ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

CUNHA, Eneida Leal. Literatura comparada e estudos culturais. In: MARQUES, Reinaldo.; BITTENCOURT, Gilda Neves. (Orgs.). *Limiares críticos: ensaios de literatura comparada*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 65-71.

DALSASSO, Rozane Maria. *Identidades em confronto: sujeito e subjetividade em Celeste e o Cortiço*. Porto Alegre: 2002. 160 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DUARTE, Eduardo de Assis. Gênero e comparatismo. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda Neves (Orgs.). *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 73-80.

FELIX, Regina R. *Sedução e heroísmo: imaginação de mulher (entre a República das Letras e a Belle Époque – 1884-1911)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença: perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOHLFELDT, Antonio. Crítica literária. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner. (Org.). *Porto Alegre: história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. p. 81-85.

HUMM, Maggie. Pelos caminhos da crítica feminista. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 16, n. 16, p. 81-97, 1989.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOI, Toril. *Teoría literaria feminina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1988.

MOREIRA, Nadilza M. De B. Da margem para o centro: a autoria feminina e o discurso feminista do século XIX. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa. (Orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras: Estudos literários, UFMG, 2002.

NERI, Regina. *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Trad. Maria Ângela Aguiar. Porto Alegre, v. 3, n. 1, março 1999.

PERUS, Françoise. Algunas consideraciones en torno a la historiografía literaria. In: *Primer Congreso Internacional de Literatura*. Mediosiglo de literatura latino-americana. (1945-1995). México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1997. (Colección Cultura Universitaria - Serie Ensayo).

QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói, RJ: EDUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

RAMOS, Tânia Regina de Oliveira. À moda italiana: história da literatura brasileira. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *Sob o olhar do narrador: representações e discurso em A Silveirinha* (crônica de um verão), de Júlia Lopes de Almeida. Porto Alegre: 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. *A escritora / críticos / a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Porto Alegre: 2005. 208 f. (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHMIDT, Siegfried. Sobre a escrita de histórias da literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. (Série Fundamentos)

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Maria Luiza Berwanger da. *Paisagens reinventadas: traços franceses no simbolismo sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1999.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? Trad. Patrícia Silveira de Farias. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.

THOMAS, Antoine Léonard. *O que é uma mulher:: um debate/ A. L. Thomas, Diderot, Madame D'Épinay*. Prefaciado por Elisabeth Badinter. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VIANA, M. J. M. *Ficção feminina no Brasil, uma história de esquecimento*. Belo Horizonte: 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

VIEIRA, Nelson H. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 95-114.

VILLAÇA, Nizia. *Paradoxos do pós-moderno: sujeito e ficção*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST; EDIGAL, 1991.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A. *Partenon literário: poesia e prosa. Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1980.

_____. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

OBRAS DE MARIA BENEDITA CÂMARA BORMANN⁵⁴¹

Uma vítima, Duas irmãs, Magdalena. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1884.

Lésbia. Capital Federal: Evaristo Rodrigues da Costa, 1890.⁵⁴²

Celeste. Rio de Janeiro: Magalhães & Companhia, 1893; 2. ed., Rio de Janeiro, in *A Notícia*, 1894; 3. ed., Rio de Janeiro: Presença/MinC/Pró-Memória/INL, 1988.

Aurélia (1883).

Angelina (1886).

Estátua de neve. (1890).

OUTRAS PRODUÇÕES DA ESCRITORA⁵⁴³

Magdalena. Publicação em *O Sorriso*, em 1881.

“Sonho”, “Estrelas cadentes”, “Estrela”. Publicação em *Cruzeiro*, em 1882.

“Aurélia”, “Carta à Sindol”, “Perfil”, “Bella Napoli”. Publicação na *Gazeta da Tarde*, em 1883.

Inúmeros contos breves e “Uma vítima”. Publicação na *Gazeta da Tarde*, em 1884.

“Angelina”, folhetim. Publicação em *O Paiz*, em 1886.

“Uma história antiga”, folhetim. Publicação em *O Paiz*, em 1887.

Contos breves. Publicação em *A Família*, revista de Josephina Alvarez de Azevedo, em 1889.

“A estátua de neve”, folhetim. Publicação em *O Paiz*, em 1890.

“Mylady”. Publicação em *A Notícia*, em maio de 1895.

⁵⁴¹ Essa relação da obra da autora tem como fonte: Livros da autora. In: BORMANN, M. B. C. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 25. Essa mesma fonte aponta as obras *Aurélia*, *Angelina* e *Estátua de neve* como tendo sido publicadas em livro, entretanto nenhum exemplar foi encontrado. Sobre essas obras TELLES, N. Op. cit., 2000, p. 577-578, registra: “Estas histórias foram publicadas como folhetins em *Gazeta da Tarde* e *O Paiz* respectivamente. Estes jornais e a *Gazeta de Notícias* e *A Família*, onde a escritora também publicou, encontram-se na Biblioteca Nacional, sendo que o último também é encontrado na Biblioteca Municipal Mário de Andrade. *Cruzeiro*, outro jornal onde Délia escreveu, está no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.”

⁵⁴² Essa obra foi reeditada pela Editora Mulheres, de Florianópolis, em 1998, com introdução de Norma Telles. Sobre a obra destaca CAMPELLO, Eliane Terezinha do Amaral. *O künstlerroman* de autoria feminina no Brasil. In: CAVALCANTI, Ildney; LIMA, Ana Cecília; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.). *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 132: “O primeiro romance de artista, no Brasil, de que se tem notícia, é *Lésbia*, publicado em 1890, pela gaúcha Maria Benedita Bormann, de pseudônimo Délia.”

⁵⁴³ Fonte: BORMANN, M.B.C. Op. cit., 1998, p. 23-24.

OBRAS DE ANDRADINA AMÉRICA ANDRADE DE OLIVEIRA⁵⁴⁴

O sacrifício de Laura (drama estreado). 1891.

Preludiando (contos). 1897. Rio Grande, [s.n.], 1897. 170 p.

Almanaque literário e estatístico do RS. Rio Grande, [s.n.], 1899.

Você me conhece? (comédia encenada em Rio Grande). [s.l. e s.n.], 1899.

Antônio Conselheiro (drama histórico encenado em Porto Alegre). Porto Alegre: Rep. Conjunto do Centro Artístico “Furtado Coelho”, 1902.

Viúva e virgem (drama). [s.l. e s.n.], 1902.

Berço vazio (drama). [s.l. e s.n.], 1902.

Pensamentos (contos). Porto Alegre, [s.n.], 1904.

A mulher rio-grandense: escritoras mortas (síntese gráfica com retratos). Porto Alegre: Americana, 1907. 75 p.⁵⁴⁵

Cruz de pérolas (contos). Porto Alegre: Americana, 1908. 88 p.

Contos de natal (literatura infantil). Porto Alegre: Americana, 1908. 82p.

O perdão (romance). Porto Alegre: Americana, 1910. 261 p.

O divórcio? (tese social). Porto Alegre: Universal, 1912. 232 p.

O abismo (romance). Porto Alegre: Universal, 1912. 232 p.⁵⁴⁶

“Última noite de outono”. In: CARVALHO, Nelly Rezende & KRUG, Guilhermina. *Letras rio-grandenses*. Porto Alegre: Globo, 1935. p.159-61.

“À margem do Guaíba” (poesia). In: MACHADO, Antônio Carlos. *Coletânea de s sul-rio-grandenses*. Rio de Janeiro: Minerva, 1952. p.160.

“As cataratas do Iguaçu” (conferência).

“A mulher não é inferior ao homem” (conferência).

⁵⁴⁴ Essa relação de obras da escritora teve como fonte SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004a, p. 839-841. A autora explica que as obras apontadas como éditas podem ser encontradas em “centros de estudo, coleções particulares, do Rio Grande do Sul, e em bibliotecas, como a Biblioteca Rio-Grandense, na cidade do Rio Grande.” Também esclarece que as obras listadas como inéditas “constam da última página de *Divórcio*, edição de 1912.” Também foi fonte de consulta FLORES, H. A. H. Op. cit., 1999, p. 382-383.

⁵⁴⁵ Sobre essa obra, SCHMIDT, R. T. Op. cit., 2004c, p. 363, registra em nota de rodapé: “Concebeu a obra *A mulher rio-grandense* em cinco séries, mas faleceu em 1935 deixando completo apenas o primeiro volume intitulado *Escritoras mortas*, publicado em Porto Alegre em 1907.

⁵⁴⁶ FLORES, H. A. H. Op. cit., 1999, p. 382-383, aponta: *O abismo*/1936, SP (romance, ed. póstuma).

“A mulher através dos tempos” (conferência).

Livro da saudade.

Brasil.

A condenada (romance).

Em defesa da mulher (coletânea de artigos publicados em *O Esdrúlio*).

Folhas mortas (poesia).

14 de julho.

O dia e os dias.

O mar.

A outra (romance).

Pátria e Bilac.

Uma xícara de café.

OBRAS INÉDITAS DE ANDRADINA DE OLIVEIRA

“O grande amor” (romance).

“A crucificada” (romance).

“Contos infantis”.

“Das minhas memórias”.

“Livro da saudade”.

“Crônicas femininas”.

“Poucos versos”.

“Dramas”.

“Babel de uma alma”.

“O Rio Grande do Sul”.